

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CAPITAL SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NO MEIO RURAL:  
UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

**ROSSANA VITELLI MARTINEZ**

Porto Alegre, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CAPITAL SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NO MEIO RURAL:  
UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

ROSSANA VITELLI MARTINEZ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**Orientador:** Professor Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, 2010

ROSSANA VITELLI MARTINEZ

**CAPITAL SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NO MEIO RURAL:  
UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr.IVALDO GEHLEN  
Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. CELI PINTO  
Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. CINARA ROSENFELD  
Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. ALBERTO RIELLA  
Universidad de La República - UDELAR

A toda minha família que, de diferentes  
lugares, deu-me apoio para que eu  
pudesse concluir esta etapa,  
principalmente à minha mãe Nuvia.

Ao Fernando, por todo o carinho e  
compreensão nestes meses de intenso  
trabalho.

## AGRADECIMIENTOS

Ao chegar a este momento, percebemos quantas pessoas e apoios foram necessários para poder finalizar este empreendimento. Os agradecimentos são muitos e temo me esquecer de alguém injustamente. De qualquer forma, e assumindo o risco de que a lista fique extensa demais e possa, ainda, ficar incompleta, faremos a tentativa.

Primeiro, quero agradecer e prestar homenagem ao meu orientador, o Professor Ivaldo Gehlen, quem, não apenas se preocupou com orientar-me, proporcionando ferramentas de reflexão para que eu pudesse concluir o meu trabalho, mas que, em momentos difíceis que tive de enfrentar, insistiu me dando alento com seu apoio e colaboração, ficando firme com uma vontade de ferro até a tese ficar terminada.

Também quero registrar o meu agradecimento ao colega e amigo Professor Alberto Riella, quem em parte gerenciou as condições para que eu pudesse empreender a caminhada de fazer o doutorado na UFRGS, em Porto Alegre, sendo sempre um respaldo e um estímulo para que eu pudesse concluir tamanha empreitada.

Ao Programa Alfa, através da ReDeTIR, que apoiou com uma bolsa meus estudos no Brasil, possibilitando, assim, minha estada em Porto Alegre e a realização dos cursos.

Meu agradecimento também é para o Professor Miguel Serna, quem me aproximou do programa UDELAR/CAPES, o que me permitiu financiar meu trabalho de campo e a finalização da tese.

Aos meus amigos o Prof. César Goes e Susana Speroni, quem, em Santa Cruz do Sul, abriram-me as portas da UNISC, facilitando todos os contatos e a estada nessa linda cidade.

Ao Eng. Agr. Julio Perrachón, quem colaborou para que eu pudesse realizar meu trabalho em San Pedro; ele e Sandra foram meu esteio nessa comunidade.

Finalmente, a todos os vizinhos e organizações de Santa Cruz do Sul e San Pedro, que me contaram suas histórias e ajudaram a conhecer e a gostar tanto das duas localidades.

## **RESUMO**

Nas comunidades rurais, um número importante de organizações, associações e grupos de diferentes tipos gera uma atividade e um impacto importante sobre as interações e a vida dos seus vizinhos. Tradicionalmente, a participação das mulheres nas organizações não tem sido valorizada o suficiente, sendo pouco reconhecida a contribuição delas para os processos que promovem o desenvolvimento e a vida das localidades.

Nesta tese, visa-se explorar as formas e mecanismos mediante os quais a participação das mulheres nestas organizações se transforma em uma contribuição fundamental para a geração de capital social e de recursos associativos que ajudam a alargar e produzir novas formas de cidadania.

Nesse sentido, são estudadas as formas especializadas de participação feminina nos diferentes tipos de organizações, as predisposições a agrupar-se e a formar coletivos e o relacionamento dos vizinhos com o Estado.

A partir do trabalho realizado para a tese, foi possível observar que nas comunidades rurais, embora homens e mulheres colaborem na produção de mecanismos de geração de cidadania ampliada, as mulheres desempenham um papel essencial no que diz respeito à transmissão e reprodução de uma série de normas e valores que conformam a base da cidadania, bem como das próprias formas de exercício dela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres rurais, cidadania, participação, capital social, relações de gênero no meio rural.

## **ABSTRACT**

In rural communities a large number of different kind of organizations, associations and groups produces an activity and a significant impact on interactions and lives of their neighbors. Traditionally the participation of women in the organizations has not been enough valued, and the contribution that they make on development has little recognition.

This thesis explores the ways and mechanisms that allow women's participation become a fundamental contribution to generate social capital and community resources to widen and produce new forms of citizenship. It explores the specialized forms that women has to participate in different types of organizations, as well as the predispositions to join together and create groups. Also the relationship of the neighbors with the State.

Through the work done for the thesis, was possible to observe that in rural communities men and women work together in the generation of enlarged citizenship, however women have an essential work in regards to the transmission and reproduction of norms and values which are the basis of citizenship, as well as the exercise of that same citizenship.

**KEY WORDS:** Rural women, citizenship, participation, social capital, gender relations in rural areas.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAF - Cooperativas Agrárias Federadas

CASSPE - Cooperativa Agraria Suplementada de San Pedro

FRU - Federação Rural do Uruguai

GRUTUR – Grupo de Turismo Rural (Associação de microempresários em turismo rural)

MEVIR - Movimiento para la Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural (Movimento para a Erradicação da Moradia Insalubre Rural)

ASSAFE - Associação Santacruzense de Feirantes

MPA - Movimento Dos Pequenos Agricultores

CPT - Comissão Pastoral da Terra

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

FETAGRS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul



## LISTA DE MAPAS

	PAG.
MAPA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	71
MAPA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LOCALIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL .....	72
MAPA DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI. LOCALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COLONIA E DE COLONIA DO SACRAMENTO	82
MAPA DE COLONIA. LOCALIZAÇÃO DE SAN PEDRO.....	83

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

	PAG.
REUNIÃO DE AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE NO POSTO MARGARIDA AURORA.....	80
INTEGRANTES DA COOPERATIVA DE COSTUREIRAS UNIFORTE TRABALHANDO.....	80
FEIRA RURAL EM SANTA CRUZ DO SUL .....	81
CASSPE, SAN PEDRO.....	91
REUNIÃO DOS VIZINHOS DE SAN PEDRO.....	91
ESTUFA TRABALHADA POR CRIANÇAS NA ESCOLA RURAL No.73. SAN PEDRO.....	92

## LISTA DE QUADROS

	PAG.
QUADRO 1- DIMENSÕES DAS CONCEPÇÕES DE CIDADANIA.....	28
QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DE GRUPOS E ORGANIZAÇÕES NAS COMUNIDADES ESTUDADAS.....	209

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

	PAG.
GRÁFICO 1 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA A OUTRA PESSOA NOS ÚLTIMOS 6 MESES.....	99
GRÁFICO 2 - COOPERAÇÃO COM OUTRA PESSOA COM INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA NOS ÚLTIMOS 6 MESES .....	100
GRÁFICO 3 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA A OUTRA PESSOA NOS ÚLTIMOS 6 MESES SEGUNDO SEXO.....	101
GRÁFICO 4 - COOPERAÇÃO COM OUTRA PESSOA COM INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA NOS ÚLTIMOS 6 MESES SEGUNDO SEXO.....	102
GRÁFICO 5- PARTICIPAÇÃO EM ALGUM GRUPO OU ORGANIZAÇÃO...	113
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPO OU ORGANIZAÇÃO. SEGUNDO SEXO.....	115

## ÍNDICE DE FIGURAS

	PAG.
FIGURA 1 - FONTE E CIRCULAÇÃO DE COMPONENTES BÁSICOS DE CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE.....	212
FIGURA 2 - DIFUSÃO DO DISPOSITIVO NORMATIVO.....	213
FIGURA 3 - EXERCÍCIO E CIRCULAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO...	214
FIGURA 4 - RELACIONAMENTO COM O ESTADO.....	215
FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DOS VIZINHOS DE ACORDO COM SEU NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	230
FIGURA 6 - INTERAÇÕES DE ORGANIZAÇÕES E SUJEITOS.....	232
FIGURA 7- INTERAÇÃO DE ELEMENTOS QUE PRODUZEM CIDADANIA.....	233
FIGURA 8 - PROCESSOS DE REPRODUÇÃO CIDADÃ GERADOS PELAS MULHERES.....	235
FIGURA 9 - PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GERAÇÃO DE CIDADANIA.....	236

## ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
TABELA 1 - GRAU DE CONFIANÇA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE.....	94
TABELA 2 - GRAU DE CONFIANÇA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE SEGUNDO SEXO.....	95
TABELA 3 - PESSOAS NAS QUAIS CONFIA MAIS.....	96
TABELA 4 - POSSIBILIDADE DE RECORRER OU PEDIR AUXÍLIO A PESSOAS ALHEIAS AO DOMICÍLIO .....	97
TABELA 5 - POSSIBILIDADES DE A COMUNIDADE AUXILIAR UM VIZINHO COM PROBLEMAS.....	98
TABELA 6 - IMPACTO QUE NOVOS VIZINHOS PODERIAM PRODUZIR NA COMUNIDADE .....	103
TABELA 7 - FREQUÊNCIA COM A QUAL COSTUMA SAIR OU FREQUENTAR AMIGOS COM SUA FAMÍLIA.....	104
TABELA 8 - FATORES QUE UNEM OS VIZINHOS.....	105
TABELA 9 - FATORES QUE DIVIDEM OS VIZINHOS.....	106
TABELA 10 - FATORES QUE UNEM OS VIZINHOS SEGUNDO SEXO....	107
TABELA 11 - FATORES QUE DIVIDEM OS VIZINHOS SEGUNDO SEXO.....	108
TABELA 12 - PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO.....	110
TABELA 13 - MEIO QUE UTILIZA PARA OBTER INFORMAÇÃO E CONTATOS.....	112
TABELA 14 - TIPO DE ORGANIZAÇÃO NA QUE PARTICIPA POR COMUNIDADE E POR SEXO.....	116
TABELA 15 - PARTICIPAÇÃO COMO DELEGADO, REPRESENTANTE OU DIRIGENTE DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO.....	118
TABELA 16 - NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES OU GRUPOS NOS QUE PARTICIPA.....	119
TABELA 17 - INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS E ORGANIZAÇÕES POR COMUNIDADE E SEXO .....	120
TABELA 18 - MOTIVOS PELOS QUAIS AS PESSOAS FAZEM COISAS PELA COMUNIDADE .....	121
TABELA 19 - VALORAÇÕES SOBRE LIGAÇÕES E REDES.....	123
TABELA 20 - OPINIÃO SOBRE AS PESSOAS COM MAIS VÍNCULOS E QUE PERTENCEM A GRUPOS.....	124
TABELA 21- GRAU DE PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES....	125
TABELA 22 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO SEXO.....	126
TABELA 23 - RAZÕES ALEGADAS PELAS PESSOAS QUE OPINAM QUE AS MULHERES PARTICIPAM MENOS EM ORGANIZAÇÕES.....	127

TABELA 24 - RAZÕES ALEGADAS PELAS PESSOAS QUE OPINAM QUE AS MULHERES PARTICIPAM MAIS EM ORGANIZAÇÕES.....	128
TABELA 25 - CARGOS DE DIREÇÃO E CONDUÇÃO OCUPADOS POR HOMENS E MULHERES.....	129
TABELA 26 - CARGOS DE DIREÇÃO E CONDUÇÃO OCUPADOS POR HOMENS E MULHERES SEGUNDO SEXO.....	130
TABELA 27 - COMPORTAMENTO DAS MULHERES NOS GRUPOS E ORGANIZAÇÕES.....	131
TABELA 28 - PREFERÊNCIA POR PARTICIPAR OU DELEGAR EM OUTROS.....	134
TABELA 29 - PREFERÊNCIA POR PARTICIPAR OU DELEGAR EM OUTROS SEGUNDO SEXO.....	135
TABELA 30 - PREFERÊNCIA POR AGIR EM FORMA COLETIVA OU INDIVIDUAL.....	136
TABELA 31 - PREFERÊNCIA POR AGIR EM FORMA COLETIVA OU INDIVIDUAL SEGUNDO SEXO.....	137
TABELA 32 - OPINIÃO SOBRE FAZER REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS EM FORMA COLETIVA.....	138
TABELA 33 - OPINIÃO SOBRE FAZER REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS EM FORMA COLETIVA SEGUNDO SEXO.....	139
TABELA 34 - POSSIBILIDADES DE OS VIZINHOS SE ORGANIZAREM PARA REALIZAR UMA DEMANDA.....	140
TABELA 35 - POSSIBILIDADES DE OS VIZINHOS SE ORGANIZAREM PARA REALIZAR UMA DEMANDA SEGUNDO SEXO.....	141
TABELA 36 - POSSIBILIDADES DE, COMO INTEGRANTE DA COMUNIDADE, EXERCER DIREITOS E TER PODER PARA MUDAR E MELHORAR SUA VIDA .....	142
TABELA 37 – POSSIBILIDADES DE, COMO INTEGRANTE DA COMUNIDADE, EXERCER DIREITOS E TER PODER PARA MUDAR E MELHORAR SUA VIDA SEGUNDO SEXO.....	143
TABELA 38 - VISÃO DA SITUAÇÃO PESSOAL E FAMILAR DAQUI A 5 ANOS .....	144

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 A METODOLOGIA DE PESQUISA.....	19
<b>II O DEBATE TEÓRICO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NO MEIO RURAL</b> .....	29
2.1 A TEMÁTICA DAS MULHERES NO MEIO RURAL.....	29
2.2 REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	33
2.2.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO.....	34
2.2.2 MULHERES RURAIS E ENFOQUE DE GÊNERO.....	38
2.2.3 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, A PARTICIPAÇÃO EM REDES E O CAPITAL SOCIAL.....	40
2.2.4 A PARTICIPAÇÃO COMO ELEMENTO MOTOR.....	41
2.2.5 O DEBATE SOBRE O CAPITAL SOCIAL.....	42
2.2.6 CIDADANIA, CAPITAL SOCIAL E MULHERES SOB O ENFOQUE TERRITORIAL.....	50
2.2.7 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL...	53
2.2.8 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA AMPLIADA ATRAVÉS DAS ORGANIZAÇÕES.....	58
2.2.9 OS MECANISMOS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL. O PAPEL DO ESTADO E O PAPEL DAS MULHERES.....	64
<b>III SANTA CRUZ DO SUL E SAN PEDRO: CONFIANÇA, SOLIDARIEDADE E PARTICIPAÇÃO</b> .....	70
3.1 DOIS TERRITÓRIOS: SUAS HISTÓRIAS E CARACTERÍSTICAS.....	70
3.2 OS COMPONENTES DE CAPITAL SOCIAL PRESENTES NAS COMUNIDADES DE SANTA CRUZ DO SUL E SAN PEDRO.....	93
3.2.1 OS NÍVEIS DE SOLIDARIEDADE E CONFIANÇA.....	93
3.2.2 DISPONIBILIDADE E ACESSO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO .....	109
3.2.3 A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS VIZINHOS .....	113
3.2.4 A CONTRIBUIÇÃO FEMENINA NAS ORGANIZAÇÕES DA COMUNIDADE.....	125
3.2.5 A PARTICIPAÇÃO COMO FATOR GERADOR DE CIDADANIA .....	133
3.2.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMPONENTES ENCONTRADOS NOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS.....	145
<b>IV O TRABALHO COTIDIANO DE CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL POR PARTE DOS SUJEITOS</b> .....	154
4.1 OS COMPONENTES DE ASSOCIATIVISMO, SOLIDARIEDADE	

E CONFIANÇA NA CONFORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL....	154
4.2 A DIMENSÃO CULTURAL DO CAPITAL SOCIAL: O DISPOSITIVO NORMATIVO DE VALORES, TRADIÇÃO, RELIGIÃO E IDEOLOGIA.....	166
4.3 AS COMUNICAÇÕES, REDES E OPORTUNIDADES.....	180
4.4 MOTIVAÇÕES PARA PARTICIPAR, CONQUISTAS INDIVIDUAIS E CONQUISTAS PARA A COMUNIDADE.....	186
4.5 PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E A RELAÇÃO COM O ESTADO.....	191
<b>V PARTICIPAÇÃO E GERAÇÃO DE CIDADANIA NO MEIO RURAL DE SANTA CRUZ DO SUL E SAN PEDRO: UMA ANÁLISE DE GÊNERO.....</b>	<b>208</b>
5.1 A ORIGEM, A PRESENÇA E A REPRODUÇÃO DOS COMPONENTES DE CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE NOS TERRITÓRIOS DE ESTUDO.....	208
5.2 A PARTICIPAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.....	216
5.3 A ESPECIALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA...	221
5.4 A RELAÇÃO COM O ESTADO E AS DEMANDAS NOS TERRITÓRIOS DE ESTUDO.....	224
5.5 PARTICIPAÇÃO E GERAÇÃO DE CIDADANIA: A AMBIGUIDADE DE UMA RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE CONCEITOS.....	227
5.6 ALGUNAS REFLEXÕES E CONCLUSÕES FINAIS.....	237
<b>VI BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>242</b>
<b>VII APÊNDICES.....</b>	<b>249</b>

## I. INTRODUÇÃO

As transformações operadas no campo – decorrentes, entre outros fatores, dos efeitos da globalização na economia, a produção, os mercados e as comunicações – transformaram os que já foram dois mundos distantes e diferentes, o rural e o urbano, que apresentavam claras e profundas fronteiras, tornado-os uma massa heterogênea e complexa cujos componentes nem sempre resulta simples determinar e classificar. Não existem visões únicas acerca do que conforma um universo “rural” e, por um longo período, ele foi considerado apenas como o “não urbano”. Diferentes enfoques estudam quão determinante é a atividade agrária na conformação do “rural”, bem como a densidade da população, as culturas, as geografias humanas ou ambientais. Essa dificuldade nos coloca o desafio de conseguir realizar uma análise que, sob perspectivas mais integradas, nos permita o estudo dos atores e instituições da sociedade rural de uma forma mais dinâmica que reflita de forma mais acabada as referidas transformações ocorridas.

Dentro desse contexto, verifica-se no campo – em um processo de crescente visibilidade – o surgimento de diferentes organizações e instituições que contam no seu interior com uma significativa participação feminina. Este fenômeno deve ser considerado dentro de um contexto de profundas transformações produtivas, econômicas e territoriais que produzem umas relações sociais cada vez mais dinâmicas dentro das quais se encontram as relações entre homens e mulheres em um cenário que também está em “movimento”.

Esta tese pretende encontrar e discutir alguns elementos constitutivos do desenvolvimento em pequenas comunidades: a participação diferenciada e especializada das mulheres rurais em organizações, redes e instituições, a geração específica de capital social e sua contribuição para os processos de cidadania.

No complexo conjunto de relações de uma sociedade, diferentes sujeitos e atores podem contribuir para o fortalecimento do tecido social e geração de capital social e, definitivamente, também podem agir em sentido contrário, enfraquecendo ou destruindo as bases daquele. Tanto os mecanismos e formas de gerar tais bens comunitários quanto sua distribuição evidenciam diferenças. Crianças, jovens, mulheres e adultos maiores

participam em formas que, socialmente, são menos valorizadas do que aquela dos homens adultos produtivos, embora sua intervenção para a sustentação das redes sociais seja significativamente importante.

## **1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA**

A vida das comunidades rurais vem sofrendo transformações importantes nos últimos 20 anos. A dinâmica econômico-produtiva e uma série de novas atividades desenvolvidas no meio rural no contexto da “nova ruralidade” têm produzido um incremento nas formas associativas e grupais dos seus habitantes em geral e das mulheres em forma particular (Chiappe, 2002; Vitelli, 2005).

Por um lado, tem se verificado um importante aumento no grau de participação das mulheres rurais na população economicamente ativa (PEA) e no mundo do trabalho, sendo que esse fenômeno se associa a um gradual processo de “assalariamento” de tais mulheres (Vitelli, 2005). Em outro sentido, também se observa uma forte tendência da população feminina rural a integrar-se e conformar grupos e redes de mulheres que as congregam, vinculam, gerando uma coordenação no âmbito nacional e regional (Chiappe; García; Santos, 2005; Fossatti, 2005; Vitelli, 2005).

Essas mudanças têm produzido novas realidades sociais nas comunidades, pois têm implicado que as mulheres saíssem do seu âmbito doméstico e dos prédios para voltar-se “para o mundo exterior” mediante uma ativa participação, não apenas em grupos de mulheres, mas também em diversos tipos de organizações e grupos.

De acordo com vários autores que sustentam enfoques teóricos diferentes, a participação em grupos e redes gera benefícios para os indivíduos que intervêm neles, mas, por sua vez, a existência desses grupos e organizações também gera recursos e benefícios para a comunidade. De acordo com a teoria desenvolvida – em suas diferentes versões – por Bourdieu, Putnam e Coleman, tais recursos podem ser entendidos como capital social.



Dentro desse contexto, nesta tese é examinada a forma em que essa nova forma de participação feminina colabora no fortalecimento e crescimento das comunidades rurais, visto que, como afirma Sonia Montañó (2003, tradução nossa), “O desenvolvimento, fortalecimento e recriação de redes sociais, hoje reconhecidas como capital social, são um recurso gratuito e não suficientemente reconhecido do trabalho familiar e comunitário das mulheres”.

A integração a grupos e a participação em organizações pode resultar – embora não necessariamente – em um exercício que acabe gerando cidadania no sentido mais amplo, isto é, vista como a possibilidade efetiva da difusão dos direitos dos sujeitos e das demandas para que eles sejam cumpridos. A partir dessa forma de compreender a cidadania, ela não é conceituada como ideia “cristalizada”, mas como “um conceito e uma prática em mutação” (Hopenhayn *apud* Aguirre, 2003, tradução nossa).

Esse contexto suscita um conjunto de interrogações que são a base do problema da nossa pesquisa, a saber:

Existe alguma forma de articulação entre os mecanismos que geram participação, capital social e cidadania?

É possível identificar um conjunto de motivações e razões para os sujeitos se integrarem em grupos e organizações, participando de forma ativa?

Existe algum tipo de especialização ou diferença na participação feminina em agrupações, tanto em suas motivações quanto nos mecanismos e formas de ação e nos objetivos dela?

A participação das mulheres rurais nas comunidades rurais adota formas mais horizontais e democráticas do que a dos homens?

Essa participação feminina em organizações colabora nos processos que geram formas de exercício da cidadania e a demanda pelos direitos?

Em relação às questões acima, o problema de pesquisa que se propõe esta tese é realizar uma análise da participação feminina nas organizações e grupos das comunidades rurais, bem como um estudo dos mecanismos que permitem que essa

participação seja uma contribuição para a produção de capital social e para os processos de geração de cidadania ampliada.

### **Objetivos do trabalho**

A presente tese tem os seguintes objetivos:

- Realizar uma contribuição para o conhecimento da sociedade rural mediante a análise dos mecanismos de cooperação e desenvolvimento construídos pelos sujeitos por meio dos grupos, as organizações e as redes de cooperação.

- Estudar os mecanismos sutis e complexos pelos quais a participação das mulheres nas organizações colabora com a geração de capital social e com o desenvolvimento da cidadania.

### **Hipótese**

Para a realização desta pesquisa, parte-se das seguintes hipóteses:

1. A participação das mulheres rurais em organizações e instituições da sua comunidade é uma contribuição necessária para a promoção, difusão e reprodução de componentes de confiança, solidariedade e associativismo, elementos constitutivos para a geração de capital social.
2. Ainda que homens e mulheres participem em grupos e organizações da comunidade, existe uma especialização dessa participação que situa a população feminina majoritariamente em algumas organizações de acordo com a tradição e valorações de gênero presentes.
3. Essa participação das mulheres em grupos e organizações promove e fortalece os mecanismos de geração de cidadania ampliada mediante a difusão, a geração e o exercício efetivos dos direitos via demandas.

## 1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A base epistemológica do nosso trabalho reconhece o pensamento e perspectiva trabalhados por Pierre Bourdieu considerando que seu enorme esforço intelectual de superar as clássicas dicotomias indivíduo-sociedade e subjetivismo-objetivismo é o resultado de uma extraordinária riqueza. Retomando alguns conceitos que já estavam presentes em trabalhos clássicos como os de Durkheim, Weber e Marx, além de incorporar ideias provenientes da antropologia de Lévi-Strauss e de Gastón Bachelard (De Luque, 1997), Bourdieu constrói uma nova síntese que traz uma grande luz interpretativa sobre os aspectos que dizem respeito à filosofia da ciência e ao conhecimento.

Sob essa perspectiva, foram construídos o problema de pesquisa, seu arcabouço teórico e a proposta metodológica.

O presente estudo focalizou a ação dos sujeitos e seus contextos: entornos físicos, instituições (incluindo as famílias), organizações e instâncias particulares de participação social.

Em consideração ao objeto de estudo colocado, foi proposta uma aproximação de tipo qualitativo para abordar o problema de pesquisa, utilizando-se um conjunto de instrumentos. Um número grande de interrogações que requerem várias fontes de informação adapta-se muito melhor a uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, concordamos com Martínez quando afirma que “Os estudos qualitativos de natureza teórica têm o propósito de explicar os fatos da vida social dos sujeitos estudados no entorno no qual se encontram” (Martínez, 1999, tradução nossa).

A escolha desse tipo de metodologia tem a ver – também – com o conceitualmente desenvolvido em termos das dificuldades existentes para uma medição de tipo quantitativa do capital social. Isso é apontado por vários autores quando fazem referência à utilidade empírica do capital social. Arriagada afirma que o capital social “tem uma importante dimensão qualitativa, requer medir a natureza da ação coletiva”

(Arriagada, 2003, tradução nossa) e Coleman assinala que “seu valor atual reside em sua utilidade para análises qualitativas” (Coleman, 1990, tradução nossa).

Nesse sentido, procurou-se dar conta de certos processos sociais pelo registro, análise e discussão do capital social sem pretender estabelecer relações ou associações de tipo causal. Para isso, e em função do caráter qualitativo dado à pesquisa, foi adotado o que Valles chama de modelo aberto e em construção. O autor refere-se a “modelo emergente” como chave de flexibilidade em trabalhos deste tipo (Valles, 1997).

### **Projeto de pesquisa**

O projeto proposto para este trabalho teve como base empírica a realização de uma série de atividades de pesquisa em duas comunidades: Santa Cruz do Sul, estado de Rio Grande do Sul, Brasil, e San Pedro, departamento de Colonia, Uruguai. A seleção de duas localidades em dois países teve como fundamento argumentativo e teórico a possibilidade de ampliar o universo e incorporar ao estudo a incidência de fatores tanto tradicionais quanto culturais de cada país. Não se trata de um estudo comparado, ainda que tenham sido escolhidas comunidades com traços de comparabilidade suficientes.

O trabalho de campo foi realizado em três etapas, começando em San Pedro em novembro de 2008; a segunda etapa foi no mês de maio de 2009 em Santa Cruz do Sul; e a última etapa final foi no mês de julho, com algumas atividades finais realizadas em San Pedro.

Na seleção das comunidades referidas anteriormente foram levados em consideração alguns critérios teóricos e outros empíricos:

- A presença de características rurais na comunidade (critérios combinados: população + principais atividades produtivas).
- Ter em suas proximidades centros povoados maiores a fim de poder verificar as redes estendidas de capital social em forma de “ponte”.
- Contar com um número importante de instituições e organizações sociais dinâmicas, bem como ser base de projetos e programas de desenvolvimento.

- Dispor de informantes e atores locais com disponibilidade para colaborar.

Nesse sentido, San Pedro preenche todos os requisitos, sendo em si mesma uma comunidade rural no sentido usado por nós, enquanto que em Santa Cruz do Sul se trabalhou em bairros da periferia e de regiões rurais da cidade. As áreas selecionadas foram os bairros Harmonia, Glória, Bom Jesus, para as visitas, enquanto as pesquisas foram aplicadas nos bairros Independência e Renascença.

## **2 TÉCNICAS DE PESQUISA**

Para coletar a informação necessária e, assim, possibilitar a construção de um “corpus de dados” consistente, foram utilizadas várias técnicas que se complementaram e, por sua vez, serviram metodologicamente para cotejar as informações.

### **Entrevistas**

Foram realizadas 24 entrevistas aprofundadas, 11 em San Pedro e 13 em Santa Cruz do Sul. Os critérios de seleção responderam às necessidades teóricas, sendo que foi priorizado o fato de que os entrevistados fossem de ambos os sexos e participassem ativamente em organizações e grupos da comunidade.

- Informantes qualificados. Foram realizadas duas entrevistas com informantes em Santa Cruz do Sul e uma em San Pedro. Elas ajudaram a compreender o contexto de ambas as comunidades e a obter informações relevantes sobre as organizações e outras pessoas para entrevistar.

- Atores das comunidades. As entrevistas restantes foram realizadas com homens e mulheres integrantes de grupos ou associações. Procurou-se abranger um conjunto amplo e heterogêneo de entrevistas incluindo a educação, a saúde, entidades rurais de diferente tipo, grupos de mulheres, empreendimentos produtivos, grupos da Igreja, com a finalidade de obter informações amplas e diferenciadas em relação aos seus enfoques.

Desta forma, temos as visões dos sujeitos entrevistados, mas, além delas, as das suas organizações. Os entrevistados são integrantes das agrupações arroladas a seguir.

### **San Pedro**

- CASSPE (Cooperativa agrária integrante de Cooperativas Agrárias Federadas - CAF)
- Escola Rural Nº 73
- Movimento Produtor de Colonia (Grupo de produtores rurais associado à Federação Rural do Uruguai - FRU)
- Museu Tourn (estabelecimento integrante da Associação de microempresários em turismo rural - GRUTUR)
- Estabelecimento Rural “3 Botones” (integrantes da GRUTUR)
- Integrante do grupo de Mulheres (não operando neste momento)
- Grupo de Produtoras de “Alimentos San Pedrinas”

### **Santa Cruz do Sul**

- UNIFORTE - Cooperativa de mulheres costureiras
- Movimento de Pequenos Agricultores
- Comissão Pastoral da Terra
- Pastoral Social da Igreja Católica
- Conselho da Mulher (pertencente à Prefeitura)
- Área de Desenvolvimento Social da Prefeitura
- Posto de Saúde Margarida Aurora (agentes comunitárias de saúde)
- Associação Santacruzense de Feirantes

## **Entrevista grupal**

Foi realizada uma entrevista grupal em San Pedro na que participaram 10 vizinhos da comunidade integrantes de diversas organizações. Nesta reunião, procurou-se complementar as entrevistas já realizadas com novas contribuições de integrantes de outras organizações. A riqueza desta técnica se traduz nos elementos novos que surgem pela dinâmica produzida pelo diálogo coletivo e a troca de opiniões. As pessoas que participaram deste evento pertencem a uma ou mais de uma organização e, em alguns casos, são técnicos que, além da sua contribuição como vizinhos do local, trazem à discussão uma visão especializada. Essas associações representadas através dos seus integrantes foram:

- CREA (grupos de produtores rurais)
- Clube Esportivo San Pedro
- MEVIR
- Centro de capacitação “Hogar de la Estanzuela”
- Establecimiento Parque Brisas del Plata (integrante da GRUTUR)
- Cooperativa de produtores de leite CALCAR
- Igreja Valdense
- Mesa Departamental de Desenvolvimento do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca
- Establecimiento “3 Botones” (integrante da GRUTUR)
- Instituto Plano Agropecuario (Organismo público não estatal de assistência técnica)

## Observação

Foram realizadas várias visitas a organizações em ambas as comunidades, participando-se em algumas instâncias grupais em qualidade de observadores. Esta técnica teve como objetivo obter uma melhor compreensão do funcionamento das organizações e da sua forma de operar, conhecer suas instalações e entorno. Da mesma forma, ter uma visão mais profunda da comunidade e seus organismos.

Visitas realizadas em San Pedro:

- Oficina Museu Tourn (museu integrante da GRUTUR)
- Estabelecimento “3 Botones” (produtor de laticínios, estabelecimento integrante da GRUTUR)
- Cooperativa agrária CASSPE
- Escola Rural N° 37
- Estabelecimento Villa Celina

Visitas realizadas em Santa Cruz do Sul:

- Cooperativa UNIFORTE (funciona na Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Bairro Bom Jesus)
- Posto de Saúde Margarida Aurora, localizado no bairro Harmonia (participou-se de uma capacitação oferecida às agentes de saúde sobre violência doméstica)
- Projeto Semear Amigos (funciona na Escola Nossa Senhora da Esperança, no Bairro Glória)
- Visita às regiões de produção de fumo até Rio Pardinho



## **Pesquisa**

A ideia de realizar uma pesquisa teve por objetivo obter maiores informações a fim de complementar e cotejar com as outras duas técnicas anteriores. Não foi aplicado à pesquisa um tratamento estritamente estatístico, sendo, ao mesmo tempo, uma tentativa de coletar dados sobre subjetividades. Por isso, o caráter qualitativo da metodologia não foi alterado.

A partir desse pressuposto e como forma de complementar as visões das pessoas entrevistadas que são integrantes de grupos, no caso da pesquisa, procurou-se escolher aleatoriamente vizinhos que pudessem ou não ter algum tipo de atividade de participação para obter suas opiniões.

Nesse sentido, foi realizada uma amostra de tipo aleatório com um universo de pessoas residentes nas comunidades e que não conviveram nos mesmos domicílios, com 20 anos ou mais de idade e com uma porcentagem similar de homens e mulheres.

A pesquisa fez a cobertura das duas comunidades. Quarenta e cinco pessoas responderam o questionário na região rural de Santa Cruz do Sul e 42 pessoas, em San Pedro.

## **Operacionalização dos conceitos**

### **Dimensões das variáveis**

Para o enfoque qualitativo com o qual se trabalha nesta pesquisa, foi realizada uma operação flexível dos conceitos, que é o critério que melhor se adapta a esta estratégia, e, por isso, podemos considerar que as dimensões são – por sua vez – conceitos menos amplos.

### **Capital social**

Após uma revisão histórica dos autores clássicos que já trabalharam a teoria do capital social, foi adotada uma concepção reformulada e mais atual dessa teoria que permite uma melhor aproximação do empírico. De acordo com isso, serão utilizados

alguns enfoques da CEPAL propostos por Arriagada e Durston. Irma Arriagada afirma que o capital social pode ser entendido como “a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente e em benefício conjunto os recursos associativos que residem nas diferentes redes sociais às que têm acesso os membros do grupo” (Arriagada, 2003, tradução nossa). Da mesma forma, Durston se refere ao capital social como um “conteúdo de certas relações e estruturas sociais, quer dizer, as atitudes de confiança que se dão em combinação com condutas de reciprocidade e cooperação” (Durston, 2000, tradução nossa).

De acordo com a classificação apresentada por este último autor, visa-se encontrar o capital social em suas formas comunitárias ou individuais, de ponto e escada. Isso nos permite discriminar conforme o seguinte critério:

a - Capital social comunitário - Presença na localidade de organizações e grupos que têm entre seus encargos a promoção e o trabalho em temas como:

- educação e recreação
- saúde e cuidado de idosos e crianças
- associativismo e cooperativismo na produção
- capacitação e emprego
- projetos de desenvolvimento local
- agremiações e sindicatos
- defesa de causas solidárias, de equidade, comunitárias

b - Capital social individual - Possibilidade dos vizinhos de:

- acesso a fontes de informação e recursos
- solicitar apoio e auxílio
- aumentar suas redes de conhecidos e pessoas recurso
- melhorar suas condições de vida

- estender seus contatos e conexões fora da comunidade

## **Participação**

O conceito de participação é utilizado de forma instrumental. É adotado para auxiliar a explicar os mecanismos pelos quais sujeitos, organizações e Estado se vinculam para a obtenção de algumas conquistas e o exercício de demandas.

De acordo com F. Tönnies, essa participação ativa pode adotar formas comunitárias ou societárias quando o indivíduo tenta mudar a realidade na qual vive (del Acebo Ibáñez; Brie, 2006).

Considera-se a participação como o motor que mobiliza as pessoas para integrar-se a diferentes tipos de grupos e formas associativas. De acordo com essa concepção, distinguem-se formas ativas e passivas de participação.

- Participação ativa: envolvimento do sujeito que o situa como eixo e protagonista em processos de deliberação e tomada de decisões
- Participação passiva: acesso a alguns bens e serviços através das políticas públicas

Conforme o exposto acima, é possível situar as pessoas em um momento determinado em uma das duas categorias. Também é possível utilizar esta tipologia para analisar em que casos a participação colabora em maior ou menor medida com a geração de cidadania.

## **Cidadania**

Para a concepção de cidadania, após uma discussão sobre a origem e evolução das suas diferentes vertentes, é utilizado um enfoque atual realizado por Coutinho. Este autor entende que a cidadania pode ser interpretada como “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de

realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (Coutinho, 1999, p. 42).

Assim, para poder determinar se grupos e associações estão mais próximos deste enfoque – que é o que permite analisar a cidadania em termos de evolução e dinamismo –, ou se estão em um enquadre mais tradicional, é utilizada a seguinte tipologia:

#### QUADRO 1 - DIMENSÕES DAS CONCEPÇÕES DE CIDADANIA

<b>Concepção cidadania “restrita”</b>	<b>Concepção cidadania “ampliada”</b>
*conhecimento limitado e restrito de direitos - pouco interesse em conhecer e divulgar	*conhecimento amplo de direitos - interesse em conhecer e divulgar
* formas de participação delegativas e representativas	*formas de envolvimento participativas e de “demanda”
*associadas aos direitos e responsabilidades individuais (voto, pagamento de impostos, receber serviços do Estado)	*associadas a direitos e responsabilidades coletivas

## II O DEBATE TEÓRICO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NO MEIO RURAL

### 2.1 OS ESTUDOS SOBRE A MULHER RURAL

Os problemas ligados à realidade das mulheres rurais foram objeto de pesquisa de diferentes disciplinas, teorias e enfoques, sendo que os estudos sobre o assunto têm uma longa trajetória. No meio acadêmico existiu um destacado interesse por conceituar uma realidade específica vivenciada pelas mulheres no campo. Nas diferentes análises, é possível reconhecer a influência de diversas escolas do pensamento sociológico, mas foi verificado, no decorrer dessa produção, que, historicamente, a mulher sempre desempenhou um papel de relevância nas sociedades tradicionais no fornecimento de alimentos. Em função disso, o geógrafo Carl Sauer chegou a postular que as mulheres foram as “inventoras” da agricultura (García, 1995).

No entanto, nos seus primórdios, nas primeiras décadas do século XX, a sociologia rural clássica desenvolvida pela escola estadunidense não mostrou muita preocupação pelo tema das mulheres, e a concepção que imperou fortemente por um longo período foi aquela que tomava como objeto de estudo o estabelecimento agropecuário como uma “unidade” e o “*farmer*” – homem – como seu interlocutor ou representante.

Os primeiros estudos sobre mulheres rurais foram realizados nos países de fala inglesa por volta dos anos 60, existindo alguns artigos publicados pela Rural Sociology nessa década. Em consonância com o desenvolvimento da sociologia rural estadunidense naquela época, esses trabalhos, além de estarem inspirados por uma corrente funcionalista e serem fortemente empiristas, apresentavam um cunho conservador em relação ao papel da mulher derivado da corrente denominada “ideologia doméstica” (García, 1995). Essa versão teria sido superada na década de 70 por uma concepção mais influenciada pelo enfoque marxista, sendo incorporada uma visão mais econômica do papel desempenhado pela mulher em torno do trabalho na exploração e no sistema capitalista.

Nos anos 80, a produção sobre o assunto cresceu bastante nos países desenvolvidos da Europa e no Canadá mediante publicações como *Resources for Feminist Research*, *Comissão Condição Humana*, *El campo*, *Agricultura y Sociedad*, *Sociología Ruralis* e outras. A perspectiva que orientou tais pesquisas foi influenciada pelo pensamento feminista, e a análise passou a focalizar a articulação das esferas produtiva e reprodutiva e o papel fulcral desempenhado pelo trabalho doméstico. Da mesma forma, a discussão foi incluída dentro de um marco conceitual mais amplo, que incorporava dimensões novas como aquelas relativas à classe, à raça e à cidadania.

No Uruguai, começaram a ser realizados estudos de gênero paralelamente ao “auge” dos estudos da mulher estimulados pela declaração pelas Nações Unidas da “década da mulher” (1975-1985) e pela legitimação e difusão da problemática no âmbito internacional (Aguirre, 1998).

É nos anos 80 quando começam a ser divulgados no país os trabalhos sobre a referida temática. Como em outras áreas do conhecimento, as principais contribuições nessa época começaram a ser elaboradas em centros de pesquisa não governamentais devido à situação da Universidade da República, naquele momento sob a intervenção do regime militar. A pesquisa sobre o tema da mulher foi iniciada em centros como o *Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo* (Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento) - CIEDUR e o Grupo de Estudios sobre la condición de la Mujer en el Uruguay (Grupo de Estudos sobre a condição da Mulher no Uruguai) - GRECMU, sendo realizados, em diversos centros de promoção, projetos de trabalho de base com grupos de mulheres que contribuíram a partir do conhecimento empírico.

Posteriormente, e com o retorno democrático, dentro da órbita da Universidade da República são estabelecidos espaços de pesquisa e docência na área de gênero, como o desenvolvido dentro do Departamento de Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais. A temática de gênero começa, a partir de então, a ser desenvolvida também em outras dependências universitárias, e todas juntas confluem para uma “Rede temática de gênero”, onde são coordenados todos os espaços de trabalho que estudam o assunto dentro da Universidade.

Já os estudos específicos de gênero na sociedade rural tiveram um desenvolvimento mais lento. Provavelmente, isso decorreu de duas razões: os primeiros

trabalhos realizados durante a década de 80 sobre mulheres rurais tiveram um forte componente empirista e foram, normalmente, o resultado de projetos e programas desenvolvidos pelo Estado e pelas ONGs; em segundo lugar, a dificuldade de acesso à informação desagregada para a área rural, bem como os instrumentos e as ferramentas de pesquisa disponíveis não permitiam coletar dados de melhor qualidade. Esses estudos foram realizados sob o influxo e estímulo de experiências realizadas em outros países e com apoio da cooperação internacional e das novas “tendências”, que, nos países desenvolvidos, incluíam em suas bases de financiamento para que a problemática de gênero fosse levada em consideração.

Cabe destacar, porém, que a maioria desses primeiros estudos realizados a partir da década de 80 estava muito mais ligada a um enfoque considerado como de “mulher no desenvolvimento” (MED) do que a uma teoria de “gênero no desenvolvimento” (GED) (Campillo e Fauné, 1993). No âmbito da primeira corrente, os estudos focalizam mais as mulheres e sua inclusão nos programas e processos de desenvolvimento, reconhecendo sua contribuição nas atividades produtivas; já no enfoque teórico do GED, a análise incorpora as relações sociais que incluem as formas diferenciais e não equitativas nas quais homens e mulheres participam desses processos.

Essa evolução nos estudos das mulheres rurais acompanhou o que foi o próprio desenvolvimento dos estudos de gênero nas ciências sociais, ao deixarem de ter como objeto de estudo “as mulheres” e situar seu centro de pesquisa nos mecanismos que produzem e reproduzem umas formas de relacionamento gerador de iniquidades em função do sexo.

Um desses trabalhos pioneiros sobre as mulheres rurais é a pesquisa realizada por Horacio Martorelli e publicada em 1984. Neste trabalho, o autor aprofunda, a partir de uma perspectiva macrossocial do mercado da força de trabalho rural, um enfoque microsocial sobre o desempenho de papéis e a inserção feminina no trabalho. Na classificação já referida, o trabalho de Martorelli ficaria inserido no enfoque “mulher no desenvolvimento”, sendo que, no período em que ele fez seu estudo, essa era a tendência preponderante.

Posteriormente, teve lugar um lapso durante o qual praticamente não existiu produção acadêmica sobre o assunto que nos ocupa, com exceção de alguns pequenos

ensaios e artigos baseados, em sua maioria, em produtos do trabalho de campo realizado a partir dessa década.

O marcante crescimento que experimentam as agrupações organizadas de mulheres rurais – tanto produtivas quanto sociais – junto com os programas de apoio a essas experiências e as organizações tanto estatais quanto não governamentais aumentam a visibilidade e a “problematização” do tema da mulher rural. A partir dos anos 90 surgem novamente algumas pesquisas – ainda que não muitas – que contribuem para a atualização e nova interpretação dos fenômenos que operavam sobre as mulheres e a ruralidade.

No âmbito do Estado, em 1992, foram realizados alguns estudos por parte do *Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca* (Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca) - MGAP, concretizados em três volumes que conformam o “Modelo de um marco institucional e financeiro para apoiar atividades produtivas de mulheres no desenvolvimento rural”. Esses estudos, realizados com o objetivo de criar uma área da mulher rural na Unidade de Projetos de Desenvolvimento dentro do DIPRODEL (unidade do MGAP que não existe mais em função de sucessivas reestruturações), tinham um enfoque altamente produtivista.

Por outro lado, no âmbito da pesquisa privada, destacam-se alguns trabalhos como o de Kirai de León, quem, com os censos de 1975 e 1985, atualiza os dados existentes nesse período e faz um estudo sobre a participação da mulher no trabalho, a produção e sua participação na PEA rural. Com uma concepção mais social que a dos trabalhos precedentes, a autora já colocava naquele momento uma questão teórica fundamental ao perguntar se as mulheres rurais eram as que moravam no meio rural ou as que trabalhavam em tarefas do setor agropecuário. Finalmente, ela define seu objeto como sendo constituído por todas as mulheres que moram ou trabalham no campo (de León, 1993). Em outro sentido, o trabalho de Rivero e Sanz (1996), utilizando dados dos Censos Agropecuários, fornece informações sobre mulheres que já tinham morado e trabalhado em explorações agropecuárias, realizando um levantamento de programas e organizações que trabalhavam com mulheres rurais.

A partir de organismos internacionais é realizado um avanço substancial na pesquisa sobre o assunto no contexto de um convênio de cooperação técnica entre o



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IICA/BID). Com base na pesquisa realizada em 1993 sobre as mulheres produtoras de alimentos no Uruguai, Maria del Carmen Peaguda (1996) realiza um estudo de diagnóstico e políticas, e Betty Mandl (1996), um estudo sobre tecnologia e comercialização. Nos trabalhos dessas autoras destaca-se a metodologia utilizada na pesquisa, a partir da qual, com questionários mais profundos, foi possível revelar informação muito mais útil e contendo muitas mais novidades do que a disponível até esse momento com base nos censos de população.

Quanto à pesquisa acadêmica, destacam-se os trabalhos de Marta Chiappe, que, em 2002, realiza um estudo sobre o impacto que as políticas econômicas de liberalização econômica e comercial tiveram sobre as mulheres rurais. Da mesma forma, a autora realiza, em 2005, uma sistematização sobre a experiência da AMRU (Associação de Mulheres Rurais do Uruguai), uma das duas grandes associações que agrupam mulheres do campo no país. Também existe uma pesquisa com informações estatísticas e quantitativas do ano de 2004 no trabalho “*La situación de las mujeres rurales em Uruguay*”, dentro da pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (Vitelli, 2005). Este trabalho é um diagnóstico que aborda diferentes dimensões como o trabalho, a pobreza, a saúde, a educação e as transformações demográficas e familiares vivenciadas no meio rural. Boa parte dos trabalhos referidos contribuiu para a conformação do nosso arcabouço conceitual, ou é utilizada como fonte de informações para a elaboração desta tese.

## **2.2 REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS**

Para o tratamento do tema de pesquisa, propõe-se como arcabouço conceitual uma articulação de diferentes vertentes do pensamento teórico. Os principais referentes conceituais deste trabalho são construídos a partir de diferentes escolas da teoria sociológica. Parte-se da teoria social de gênero, que funcionará como pano de fundo presente no decorrer de todo o trabalho para – a partir daí – desenvolver um instrumental que nos permita aprofundar nosso objeto de estudo. Os conceitos que nos

interessa desenvolver aplicados aos estudos de gênero são os que provêm do debate teórico sobre desenvolvimento, cidadania e capital social.

### **2.2.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO**

Em diferentes estudos sociológicos tem se afirmado que a construção da cidadania foi um longo processo histórico no qual nem todos – nem ao mesmo tempo – foram obtendo a categoria de “cidadãos” (Aguirre, 2003). Nesse sentido, pode-se afirmar que as mulheres tiveram durante muito tempo uma qualidade de cidadania inferior. Foi só quando as mulheres ativistas em vários países, lutando por mínimos direitos civis, conformaram-se em grupos de pressão em função da luta por um tratamento mais igualitário que as ciências sociais foram lentamente encontrando um assunto que era preciso “problematizar”. Este foi, então, um processo posterior iniciado mais concretamente por algumas pesquisadoras da área da antropologia e que podemos definir, portanto, como um movimento de estudos relativamente novos no âmbito das ciências sociais. Ocorreu um salto epistemológico qualitativo nesse momento com a passagem de alguns antecedentes que estudavam “as mulheres” como sujeito de observação para o desenvolvimento do conceito de gênero, ou seja, para o estudo das relações sociais entre os sexos. Tal grau de desenvolvimento da pesquisa com enfoque de gênero aparece por volta dos últimos anos da década de 70, consolidando-se nos anos 80. “As descrições etnográficas foram pioneiras [...] ao mostrar a grande variedade de conteúdos do feminino e o masculino nas diversas culturas e épocas, desconstruindo o caráter natural das diferenças” (Aguirre, 1998, tradução nossa).

A teoria sociológica clássica recolhe de forma muito fraca o relativo aos papéis e relações entre os sexos, não existindo tratamentos “densos” sobre essa problemática. Em função de uma clara influência biologicista, alguns clássicos explicam as diferenças a partir do “natural”. Para as correntes marxistas, essas diferenças estão subsumidas dentro da contradição de classe. Outras correntes mais recentes, embora reconheçam as diferenças nos papéis de homens e mulheres, explicam o fenômeno de gênero – como

Parsons – pela necessidade de estabilidade e coesão social e pelo caráter “fundador” da família harmônica para o equilíbrio do sistema.

O grande problema da teoria social clássica influenciada por essa corrente é o de ter tomado a instituição familiar como eixo articulador perfeito da sociedade funcionando sempre em harmonia e equilíbrio. Após muitos anos de pesquisa e pela visibilidade que diferentes atores têm dado à problemática, ela passou de fazer parte do “espaço privado” para o “público”, ficando em evidência o caráter estreito do conceito tradicional de família e mais do que demonstrado que, na realidade, existem diferentes arranjos familiares que são espaços nos quais, para além da cooperação e da negociação, existe o conflito e a concorrência. No âmbito das ciências sociais, o modelo familiar tem sido apresentado como o lugar ideal onde se cumpre a reprodução social sem se aprofundar no seu aspecto de subsistema econômico no qual existe apropriação de trabalho não remunerado e conflito pela distribuição de espaços de poder (Fraser, 1997).

Um dos autores que rompe com essa tradição sociológica é Bourdieu, quem propõe o afastamento de quaisquer visões essencialistas da diferença entre os sexos, tanto biologicistas quanto psicanalíticas, para focalizar aquelas instituições que produziram o processo de “eternização” histórica da dominação masculina, como a família, a Igreja, o Estado, a Escola e a mídia. O autor apresenta a dominação masculina originária objetivada em mitos, rituais, murais, discursos, práticas, sendo também incorporada e subjetivada no “*habitus*” (como estrutura ao mesmo tempo estruturada e estruturante) sob a forma de disposições duráveis, categorias mentais e transferíveis (Bourdieu, 2000).

As pesquisas produzidas no decorrer das duas últimas décadas conquistaram avanços notórios ao superar os estudos próprios sobre “as mulheres” em direção a um enfoque que integra o relacional entre os sexos, incorporando as dimensões de poder envolvidas e as iniquidades existentes entre homens e mulheres quanto ao acesso e participação nos diferentes âmbitos da sociedade.

O conceito de gênero desenvolvido pelas análises feministas e recentemente introduzido nas Ciências Sociais faz referência a uma teorização das relações sociais homem-mulher mediante a qual são salientadas as construções culturais e históricas dessas relações

substituindo a conotação biologicista contida no conceito de sexo (Aguirre, 1989, tradução nossa).

O enfoque de gênero reconhece as diferenças biológicas entre os sexos e enfatiza o estudo da construção social das diferenças mediante sua naturalização pelos agentes socializadores e a cultura. Desse ponto de vista, “gênero” é uma categoria histórica que possibilita o estudo das relações entre homens e mulheres nas diferentes sociedades e épocas, reconhecendo que não há uma única forma e, por conseguinte, uma única interpretação universal para a explicação dessas iniquidades e relações diferenciais de participação de ambos os sexos na sociedade.

Este enfoque é um instrumento importante com um duplo objetivo epistemológico:

Funciona como uma categoria descritiva da realidade social que serve para dar visibilidade às mulheres como objetos de pesquisa social em relação a diferentes formas de discriminação [...] mas, além disso, pode contribuir como categoria analítica para a leitura dos fenômenos sociais em geral em torno de questões como políticas públicas, desenvolvimento, pobreza, família, relações de trabalho, introdução de novas tecnologias, etc. (Varikas, 1989, apud Aguirre, 1989, tradução nossa).

É a partir desta acepção que consideramos pertinente a análise dos diferentes papéis, responsabilidades e oportunidades de homens e mulheres em âmbitos diversos da sociedade, na família, o trabalho, diferentes instituições ou comunidades. O enfoque aqui apresentado supõe a transversalidade da problemática em todas as áreas de interação social.

Finalmente, com o exposto acima se chega a uma concepção abrangente e geral dos “sistemas de gênero”, considerando-os uma construção social que inclui relações de poder, práticas, crenças, valores e normas a partir das diferenças sexuais que a sociedade concretiza em um dispositivo estereotipado e naturalizado que reproduz mediante diferentes sistemas. Este será o arcabouço mais geral adotado no presente trabalho, o qual se articulará com o contexto econômico e político geral.

Isso não significa considerar “a mulher” o *status* de um todo homogêneo que compartilha universalmente uma essência que a diferenciaria de um outro todo homogêneo que seria constituído pelo “homem”. Este enfoque permite realizar um

estudo histórico e específico para cada sociedade e cultura concretas. O sistema de gênero se articula com outras formas de diferenças e desigualdades, o que permite perceber que as mulheres também se diferenciam entre si. Em função disso, conformam-se, necessariamente, sistemas gênero/classe, gênero/etnia, gênero/cultura.

O objetivo manifesto dos estudos com enfoque de gênero é tornar visíveis as iniquidades e desigualdades que subjazem ao tratamento que a sociedade dá a homens e mulheres em forma diferenciada e de acordo com o sexo. O tema da equidade é amplamente tratado por autoras como Fraser, quem o apresenta como um conceito altamente complexo. Um dos principais debates entre as feministas é aquele que as situa sob duas fileiras (ou concepções): a das que consideram que devem ser tratadas de igual forma que os homens e as que consideram que devem receber um tratamento diferenciado de acordo com aquilo que as diferencia. Enquanto o “feminismo da diferença” critica a postura de tentar se igualar aos homens, porquanto esta implica adotar suas formas e valores, o “feminismo da igualdade” argumenta que existe nas feministas da diferença um “essencialismo” e que a tentativa de ser diferentes só reforça os estereótipos já fixados.

Em face dessa controvérsia, tem se tentado salientar que visto que o conceito de “igualdade com” faz referência a uma escala hierárquica, prefere-se falar de “igualdade entre”, sublinhando que isso requer, entre outras coisas, autonomia na capacidade de escolher e decidir entre alternativas, ou igualdade entre indivíduos com a mesma capacidade para exercer poder e autoridade (Deere e León, 2002).

Existe uma versão mais ligada às concepções político-liberais de entender a igualdade como “a igualdade de direitos”, enquanto que o desenvolvimento da teoria feminista tem evoluído para a ideia de “igualdade de resultados”. Conforme a primeira concepção, uma vez criadas as condições sociais, políticas e culturais que permitem aos indivíduos ter um acesso igualitário aos benefícios, depende deles que os utilizem e como os utilizam. Essa posição tem sido criticada pela teoria mais recente, que afirma que homens e mulheres não compartilham o mesmo ponto de partida (Astelarra, 1995).

O debate em torno da “igualdade” tem resultado estéril de acordo com Fraser, quem propõe avançar na conceitualização da equidade afirmando que isso “supõe romper com o pressuposto de que a equidade de gênero pode ser identificada mediante

um único valor ou norma [...]” (Fraser, 1997, tradução nossa). A autora propõe uma pluralidade do conceito que se materializaria ao serem respeitados sete princípios normativos básicos: 1) princípio de antipobreza, 2) princípio de antiexploração, 3) igualdade de renda, 4) igualdade de tempo livre, 5) igualdade de respeito, 6) princípio de antimarginalização e 7) princípio de antiandrocentrismo.

Segundo a autora, só cumprindo os sete princípios estaríamos nos aproximando da ideia de equidade. Esses postulados básicos e gerais nos servirão como referência para realizar os estudos empíricos comparativos das iniquidades de gênero aplicados ao meio rural.

O debate feminista teria evoluído com ênfases diferentes nos países desenvolvidos e nos países latino-americanos. Enquanto que nos primeiros as demandas foram mais sociais e culturais, nos segundos foram impugnadas as concepções ocidentais sobre uma identidade feminina universal, e as demandas incluíram aquelas ligadas às injustiças de classe.

À medida que as diferenças entre mulheres por razões de classe, raça, etnicidade, nacionalidade, preferência sexual, etc. começaram a ser levadas em conta, tanto teórica quanto politicamente, o movimento feminista esteve pronto para começar a integrar as demandas culturais e sociais em torno de “múltiplas diferenças cruzadas” (Deere e León, 2002, tradução nossa).

No entanto, isso não teria acontecido, conforme Fraser, porque as políticas de reconhecimento se separaram das políticas de redistribuição, sendo que nos países desenvolvidos as primeiras foram mais fortes e ofuscaram as segundas. Nesse sentido, não teria se produzido o suficiente “diálogo” entre ambas as concepções na direção da sua integração, evoluindo, então, por caminhos divergentes.

## **2.2.2 MULHERES RURAIS E ENFOQUE DE GÊNERO**

Durante um período prolongado de tempo, as pesquisas sobre as mulheres rurais se voltaram para a demonstração de que elas trabalhavam nos estabelecimentos agropecuários em tarefas produtivas e não apenas nas reprodutivas, já que esse fenômeno parecia ignorado pela sociologia rural tradicional (Campaña, 1992; Chiappe,

2002, De León, 1995; Garibaldi, 1983; IICA, 1993; Vitelli, 1996). A partir desses estudos, foram obtidas contribuições fundamentais para entender e interpretar a produção de tipo familiar e o papel das mulheres nos espaços rurais.

A realidade da região, hoje, parece ter se tornado mais complexa. Embora continue sendo verdade que as mulheres que moram no campo trabalham em tarefas produtivas e reprodutivas, muitas delas têm somado mais trabalho de tipo assalariado a suas jornadas, situando-se dentro do fenômeno da pluriatividade; outras, a despeito de morarem em estabelecimentos agropecuários, têm abandonado as tarefas produtivas, devendo “se proletarizar” a fim de complementar a renda familiar; e outras fazem parte do contingente que emigra para pequenos povoados, conformando uma região rural-urbana, com suas famílias, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Isso implicou a incorporação das mulheres rurais em atividades e tarefas diversas, sua capacitação em áreas diferentes, novas formas de socialização, mas, principalmente, uma reestruturação importante dos seus papéis e organização familiar; por isso, tais transformações afetam não apenas elas, mas também a seu entorno, vínculos e comunidade. Da mesma forma, é preciso considerar – dadas essas novas situações – que a vida e o desenvolvimento das comunidades rurais não só devem ser avaliados em termos dos processos econômicos e produtivos, mas que é importante considerar o conjunto de atividades envolvidas na administração dos recursos naturais, culturais e sociais. Como é afirmado em alguns trabalhos, “o espaço rural não mais é propriedade exclusiva do setor agropecuário. A equação linear rural = agropecuário foi superada amplamente pela dinâmica dos processos transformadores” (Otero, 2003, tradução nossa).

As mulheres rurais não conformam uma categoria em si como objeto conglomerado e homogêneo de estudo. Sua realidade estará condicionada por variáveis como classe social, os produtos preponderantes na região, as principais tarefas que ela realiza, o lugar de residência, o grau de densidade populacional e outras. Este enfoque nos conduz a inclinar-nos por uma definição territorial. Cada comunidade contará com um sistema de interações e “produção” social particular no qual as mulheres participarão de modo diferente.

No presente trabalho, visa-se considerar as mulheres rurais, não como sujeitos invisíveis e indiscriminados dentro do que é a família rural (visão determinada pelos

processos de naturalização referidos anteriormente), mas resgatar sua especificidade. Por conseguinte, consideramos a mulher parte integrante de uma comunidade, de um território “concebido como um espaço dinâmico, [...] o âmbito onde ocorrem não apenas os processos produtivos, mas também aqueles de índole cultural, social e política, [...] o ponto de encontro de agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (Otero, 2003, tradução nossa).

### **2.2.3 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, A PARTICIPAÇÃO EM REDES E O CAPITAL SOCIAL**

O enfoque descrito acima influencia uma forma de entender o desenvolvimento rural, que, mesmo que bastante amplo e geral, pode ser compartilhado e resultar útil para enquadrar este estudo. Dessa forma, é assinalado que o modelo de desenvolvimento desejável é aquele que incorporar os conceitos de equidade, a administração sustentável do ambiente e uma maior competitividade produtiva (Echeverri, 2003). Partindo desse pressuposto, coloca-se que não pode existir um desenvolvimento com equidade que não incorpore com as mesmas possibilidades e recursos homens e mulheres, visto que isso configuraria uma iniquidade de gênero. Da mesma forma, considera-se que tanto a participação na construção do desenvolvimento da comunidade quanto o acesso aos bens produzidos devem constituir direito e obrigação de todos os sujeitos no processo de geração de cidadania. Dentro dos recursos e bens mencionados deve ser incluído, portanto, o capital social.

A contribuição das mulheres para o desenvolvimento do meio rural e suas comunidades mediante sua participação em organizações sociais e papéis desempenhados, além de ser qualitativamente diferente à dos homens, é pouco reconhecida em termos da “normalização” e desierarquização conferidas a essas funções. Existe também uma redistribuição não equitativa dos bens e benefícios gerados pelas mulheres pelo seu esforço, pois embora eles sejam vistos como conquistas para “a comunidade toda” e interpretados como benefícios “familiares”, não há um exame detalhado que determine no interior da comunidade e das famílias quem consegue usufruir em maior medida tais benefícios.



Para efeitos deste trabalho, será considerado o conjunto de tarefas e funções sociais realizadas pelas mulheres em suas localidades em termos de participação organizada em instituições e também em aquelas agrupações que conformam um conjunto mais inorgânico de redes comunitárias e solidárias de comunidade e que possibilitam diferentes estratégias de subsistência, sendo, em muitos casos, os mecanismos que situam as famílias fora de uma situação de pobreza extrema. Essas formas de participação serão consideradas geradoras do capital social das famílias e da coesão social que as mulheres ajudam a gerar.

#### **2.2.4 A PARTICIPAÇÃO COMO ELEMENTO MOTOR**

O primeiro elemento que nos interessa definir é o da participação. Esse é um conceito complexo que, para efeitos da pesquisa realizada para esta tese, foi de utilidade como forma de possibilitar uma observação mais empírica dos mecanismos que constroem capital social e espaços de cidadania. Não é realizado um aprofundamento teórico sobre o capital social, pois o conceito é utilizado em forma totalmente instrumental. No entanto, é necessário, sim, de qualquer forma, descrever de que forma é entendida a participação no nosso estudo em particular.

Ainda que participar poderia ser considerada uma postura “neutra”, nem boa nem ruim em si mesma, para alguns autores existem influências positivas exercidas pela participação não apenas em termos do corpo social mas também para o indivíduo. Conforme esse enfoque – como em Mitscherlich –, a não participação é possível fonte de desequilíbrios (del Acebo Ibañez e Brie, 2006).

É possível entender a participação em suas duas formas como participação ativa e passiva. Esta última acepção refere-se à possibilidade de acesso a certos bens e serviços públicos que geralmente são oferecidos mediante políticas públicas. Por outro lado, a participação ativa é a que obtém o sujeito pelo seu protagonismo em um sistema mais geral de tomada de decisões em diferentes âmbitos. De acordo com F. Tönnies, tal participação ativa pode adotar formas comunitárias ou societárias quando o indivíduo tenta transformar a realidade na que vive (del Acebo Ibañez e Brie, 2006).

A participação comunitária ganha uma importância e significação próprias quando se dá na vizinhança ou no bairro, pois ela permite certa ancoragem do indivíduo na sua localidade. Essa ação confere ao sujeito um sentimento de pertença ao lugar e de identificação ao poder compartilhar com “iguais”, que são seus vizinhos, certas instâncias. Esses componentes subjetivos de identificação que decorrem da integração em um grupo de iguais podem se transformar em um dos primeiros motivadores que levam as pessoas a participarem.

Para além dos benefícios subjetivos e pessoais, interessa-nos, no âmbito da nossa pesquisa, o exercício de uma participação que produza consequências na direção que estudamos, isto é, a que efetivamente o potencialmente possa gerar mudanças e as formas de cidadania ampliada referidas anteriormente.

Em síntese, a participação será considerada o motor que mobiliza em primeiro lugar as pessoas para integrar diferentes tipos de grupos e formas associativas, constituindo esse o primeiro passo necessário para que ocorram os outros dois componentes: o da geração de capital social e o da produção de cidadania. A geração ou não desses últimos dependerá do conjunto total de conteúdos que tanto as organizações quanto os sujeitos consigam imprimir e reproduzir nas suas ações. Tal conjunto de conteúdos, que denominaremos “dispositivo normativo”, é integrado por valores, tradição, religião e ideologia, bem como por considerações éticas e culturais.

### **2.2.5 O DEBATE SOBRE O CAPITAL SOCIAL**

O conceito de capital social tem resultado polêmico, o que torna necessário o desenvolvimento da concepção utilizada neste trabalho. Para isso, examinaremos suas primeiras formulações pelos autores que fundaram esta teoria para, depois, ver algumas novas interpretações realizadas e, finalmente, as concepções que serão utilizadas aqui.

A ideia que embasa o conceito de capital social não é nova nas ciências sociais. A formulação de que mediante o “associativismo” são obtidas conquistas coletivas e individuais já está presente nos clássicos, como em Durkheim e seu conceito de solidariedade orgânica e mecânica, ou em Marx quando alerta que os trabalhadores devem se transformar em ator coletivo para modificar sua realidade. No entanto, a

consideração e desenvolvimento do conceito em si ocorrem com bastante posterioridade.

A primeira formulação explícita do capital social apareceu em 1961 com a publicação de *“The Death and Life of Great American Cities”* por Jane Jacobs, onde a autora atribui as baixas taxas de criminalidade e a pulcritude de alguns antigos bairros das cidades à densa rede de relações sociais que se formam dentro deles (Marrero, s.d.). No entanto, a teoria do capital social como tal teve sua divulgação e reconhecimento – dentro da escola do pensamento europeu nas ciências sociais – graças ao trabalho desenvolvido por Pierre Bourdieu na década dos anos 80. Já as versões que atingiram maior divulgação posteriormente foram as utilizadas por Robert Putnam e James Coleman alinhadas na tradição sociológica anglo-saxônica. Em boa medida, o uso do termo e sua captação por parte de organismos internacionais e agências de cooperação estão muito mais ligados às colocações teóricas desenvolvidas por esses autores do que à teoria elaborada por Bourdieu.

Bourdieu descreve o capital social como “a soma de recursos, reais ou simbólicos, acumulados por um indivíduo ou um grupo em virtude do pertencimento a uma rede durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de mútuo conhecimento e reconhecimento” (Bourdieu, 1992, p. 119). É preciso frisar, a fim de compreender a abrangência dessa definição, que, para o autor, o capital social como uma forma específica e transformada do capital econômico – que seria o originário – é o que estaria por trás das diferentes formas e etapas de transformação adotadas pelo capital econômico. Bourdieu estabelece distinções entre diferentes formas de capital, como o capital econômico, o social, o cultural e o político (Côrtes, 2001). Segundo Earle (1999), o sociólogo francês não pretendia estabelecer uma taxonomia do capital, mas, antes, explicar seu caráter basicamente relacional mediante o conceito mais genérico de capital simbólico. Já Dyke (1999) afirma que a escolha do conceito de capital como designador fundamental do social estaria embasada na tradição do pensamento marxista do qual Bourdieu é continuador. Dada a complexidade do pensamento bourdieano, não é possível entender o conceito de capital em geral, bem como suas variantes e transformações, a não ser dentro da ideia mais genérica de “campo” entendido como “um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas

anteriores, orienta estratégias ulteriores” (Bourdieu, 1983, p. 90). Daí que o comportamento do capital social, como também o do capital cultural e simbólico, seja similar ao do capital econômico e apresente os mesmos mecanismos de geração, apropriação e distribuição.

O que se destaca neste enfoque é o reconhecimento da origem do capital social no capital econômico, que passa por uma espécie de transformação para se reinvestir e se acrescer. Como será visto depois, esse é um ponto de partida totalmente diferente do utilizado por Putnam e Coleman. Na leitura destes autores, deve ser destinado certo volume de investimento a obter educação, capacitação, diplomas diversos, constituindo isso o primeiro passo para a mutação do capital originário em capital cultural (Marrero, s.d.). Este último capital conferiria ao indivíduo a possibilidade de ser incluído em grupos de prestígio e de aumentar as redes sociais e de contatos pessoais, o que se traduziria em uma reconversão do capital cultural em social. Tanto o capital econômico quanto o cultural são fonte de capital social e permitem a sua geração mediante esse mecanismo de mutação. A pertença a redes e grupos explica que, com um mesmo acúmulo de capital cultural ou econômico, os indivíduos possam desenvolver trajetórias com desempenhos diferentes.

Pertencer a certos grupos de privilégio ou organizados, ter contatos com pessoas que, por sua vez, também tenham contatos e, finalmente, a capacidade de mobilizar recursos dos membros desse grupo ao seu favor permite aos indivíduos obter benefícios dos seus ativos econômicos ou culturais. “Assim, o volume de Capital Social de um indivíduo depende de dois fatores: 1) da extensão da rede de conexões que pode efetivamente mobilizar e 2) do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído pelas pessoas com as quais está relacionado” (Marrero, s. d., p. 2, tradução nossa). Os sujeitos que se agrupam não sempre visam obter um benefício pessoal, mas podem ser beneficiados pela integração em grupos, e, também, dessa forma, é gerada uma base de cooperação que possibilita a associatividade. Como aponta o próprio Bourdieu, “Os benefícios decorrentes da pertença a um grupo constituem, por sua vez, o fundamento da solidariedade que os torna possíveis [embora isso] não signifique que os benefícios sejam visados conscientemente [...]” (Bourdieu, 2000, p. 150, tradução nossa).

Existe um mecanismo de ocultação dessa forma de transformação de uma forma de capital em outra que não permite visualizar a origem econômica que subjaz ao capital cultural e social. Isso faz com que – também – sua transmissão entre gerações não seja percebida e que muitas conquistas sejam vistas como produto de qualidades e atributos individuais e destacados de algumas pessoas vistas como bem-sucedidas por seus méritos profissionais ou empresariais.

O pertencimento a certos grupos de prestígio ou redes está socialmente condicionado, pois, como demonstra Bourdieu, é preciso investir um montante considerável de capital econômico e cultural para a constituição e a manutenção de uma rede de relações sociais que gere benefícios. Tanto para criar esses vínculos quanto para mantê-los são requeridos alguns esforços permanentes de institucionalização que supõem a possibilidade de dispor de tempo para dedicar a instâncias sociais ou de cultivo de relações, além de recursos econômicos que permitam ao indivíduo marcar presença através de presentes e manter uma aparência adequada. Como afirma o autor, “o capital social não é nunca totalmente independente do capital econômico e cultural de um indivíduo determinado, nem do capital da totalidade de indivíduos que se relacionam com ele, ainda que não seja menos verdadeiro que não pode ser imediatamente reduzido a nenhum dos dois” (Bourdieu, 2000, tradução nossa). Isso decorre – dentre outras coisas – de fato de existir certa homogeneidade entre os grupos de pertença e um efeito multiplicador dos seus bens efetivos disponíveis. É preciso destacar que embora Bourdieu fale de “redes”, estas são de uma natureza conceitual diferente daquelas às que se refere Putnam. Enquanto, para o primeiro autor, as redes estão ligadas à existência de assimetrias sociais e relações de dominação, para o segundo, elas implicam formas de cooperação horizontal, bem como o grau de consolidação que têm na comunidade (Côrtes, 2001).

De uma perspectiva diferente, Coleman define o capital social pelas suas funções análogas aos outros tipos de capital e o considera um ativo de tipo público que permite a obtenção de certos fins que seriam inatingíveis na falta dele (Coleman, 1990). Este autor tenta superar os problemas gerados pelas visões sobressocializadoras ou subsocializadoras presentes em algumas teorias econômicas e sociológicas, entendendo que o capital social é parte inerente da estrutura das relações sociais e que, ao mesmo

tempo, é um facilitador de algumas ações dos atores individuais e/ou coletivos<sup>1</sup>. Coleman distingue três fontes que são, por sua vez, formas de capital social: 1) Certas expectativas de reciprocidade e credibilidade nas estruturas sociais e junto às pessoas, 2) canais de informação que são importantes para possibilitar as ações dos indivíduos e 3) normas e sanções que, embora possam ser restritivas, facilitam a tomada de decisões para a ação (Marrero, s. d.). Para Foley e Edwards (1998), na versão de Coleman não existe uma concepção normativa do capital social, constituindo essa uma categoria sociológica “moralmente” neutra. Nesse sentido, uma visão “positiva” do capital social pode ser interpretada como uma releitura posterior realizada por alguns autores. Eles entendem que uma forma de capital social pode ser benéfica para gerar certas atividades, mas prejudicial para outras. Além disso, como o autor define as normas sociais como uma das principais fontes de capital social, é preciso compreender que o referido capital não apenas facilita algumas ações, mas também inibe outras.

A versão de Coleman já foi objeto de um conjunto de comentários e críticas. Um é o de Portes (1998), quem afirma que, nessa concepção, os mecanismos e as fontes de capital social são confundidos com os efeitos benéficos gerados por ele, o que pode levar, facilmente, a realizar afirmações e análises circulares ou tautológicas. Da mesma forma, já foi assinalado que à fraqueza consistente em incorporar de forma conjunta os mecanismos que geram capital social e as consequências de possuí-lo soma-se a pouca discriminação desses fatores com a organização social que permite sua apropriação (Arriagada, 2003). Outra linha de críticas aponta que para tornar o capital social um conceito mais útil, Coleman deu tamanha abrangência a sua teoria que esta acabou ficando vaga, perdendo capacidade explicativa. Em alguns autores, como Coates, Farnsworth e Zulauf (2000), essa abrangência decorre do fato de as suas teorias serem tentativas de unificar concepções provenientes de correntes intelectuais tradicionalmente divergentes oriundas da economia, a ciência política e a sociologia.

O outro autor que desenvolveu extensamente a teoria do capital social é Putnam (1993, 1995, 2000). Este autor adota uma perspectiva que dista muito do pensamento de Bourdieu e que apresenta pontos de contato com a posição de Coleman. Como neste

---

<sup>1</sup> “Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would not be attainable in its absence” (Coleman, 1990).

autor, em Putnam o caráter coletivo do capital social é salientado, embora ele considere que esse capital é complementar e não necessariamente contraditório em relação à visão que o associa a um atributo individual, assinalando, assim, a possibilidade das duas abordagens. No primeiro caso, a unidade de análise é a comunidade ou a sociedade considerada e os fatores econômicos e políticos que envolvem uma rede de relações sociais e as normas de reciprocidade e confiança existentes na sociedade civil independentemente do seu uso pelos indivíduos em particular. Em sua segunda abordagem, a unidade de análise são atores individuais ou coletivos que, segundo a quantidade de recursos de capital social de que disponham, têm determinada disposição para realizar ações em diferentes campos como o social, o da política ou o da cultura (Côrtes, 2001).

Putnam entende o capital social como “certas características das organizações sociais, como redes, normas e confiança, que facilitam as ações e a cooperação em benefício mútuo [de modo que] trabalhar juntos é mais simples em uma comunidade abençoada com um estoque importante de capital social” (Putnam apud Portes, 1998, tradução nossa)<sup>2</sup>. Putnam visa, assim, associar o capital social a fatores de desenvolvimento e, nesse sentido, entende que pode ser fator explicativo e causal de maior ou menor grau de crescimento econômico. É nessa direção que apontam suas pesquisas realizadas no Norte da Itália.

Morrow (2000) afirma que Putnam considera quatro elementos ao desenvolver sua teoria de capital social: as redes que formam a comunidade cívica, o sentimento de pertença a essa comunidade, as normas de cooperação e confiança e, por último, atitudes positivas com respeito às instituições que conformam essa comunidade. Está, portanto – diz Morrow –, considerando redes conformadas por organizações, sujeitos e atores participando nelas, gerando identidade e também ações que refletem reciprocidade e colaboração. Assim, ficaria em evidência a ênfase de Putnam no caráter coletivo do capital social e as semelhanças da sua teoria com a perspectiva de Coleman.

---

<sup>2</sup> “Features of social organizations, such as networks, norms, and trust, that facilitate action and cooperation for mutual benefit [de modo que] “working together. is easier in a community blessed with a substantial stock of social capital” (Putnam apud Portes, 1998).

Também a teoria desenvolvida por Putnam foi objeto de um conjunto de críticas e comentários. O autor reconhece que de acordo com sua elaboração não todas as sociedades são suscetíveis de contar com capital social. Ao ser colocada como premissa a existência de uma “comunidade cívica” é imprescindível que exista historicamente uma cultura assim entendida para que o capital social se desenvolva. Dessa forma, justifica-se a “presença” ou “ausência” de capital social e não são analisados os mecanismos de geração de tal capital. Além disso, é salientada a necessidade da existência de um “estoque” de capital social para que este se desenvolva e seja proveitoso, o que acaba transformando o conceito em uma espécie de ideia circular, conforme a qual ele é ao mesmo tempo causa e consequência de si mesmo, como aponta Portes (1998).

Na América Latina, as versões da teoria de capital social que foram mais desenvolvidas nas ciências sociais estiveram altamente influenciadas pelos enfoques dados por Coleman e Putnam, sendo que a primeira versão de Bourdieu não teve tanta difusão. Isso faz sentido quando se considera que o período no qual essa teoria estava sendo desenvolvida coincidiu com o lapso de aproximadamente vinte anos, iniciado nos anos 80, no qual na maioria dos países do subcontinente se instalou com força uma corrente de pensamento social e político neoliberal que devia acompanhar e dar sustentação às medidas políticas e econômicas estruturais de ajuste. Segundo Marrero, em face do resultado da aplicação dessas políticas que aumentaram dramaticamente os índices de pobreza, exclusão e marginalidade, a teoria do capital social serviu para explicar esses fenômenos do ponto de vista do enfraquecimento dos laços sociais e das estruturas familiares de suporte. Os conceitos de “vulnerabilidade social”, “ativos” e “estrutura de oportunidades” se tornaram centrais e foram utilizados como explicação desses fenômenos de pobreza e exclusão sem colocar estes últimos em um contexto mais geral de crise econômica e de falta de políticas distributivas apropriadas (Marrero, s. d.).

Embora possamos concordar com Côtres quanto a que as diferentes variantes sobre a teoria do capital social estariam basicamente influenciadas por duas grandes correntes, a escola antropológica e sociológica européia e a escola da economia, ciências políticas e sociologia estadunidenses, cabe reconhecer que o desenvolvimento acadêmico e teórico posterior da referida teoria esteve altamente ligado à necessidade de



sua utilização analítica na aplicação de políticas concretas. Nesse sentido, alguns autores salientam que existiu uma “captura” do conceito por parte daqueles que pregam políticas neoliberais (Evans, 1997, 2001) com vistas a focalizar “a sociedade civil” para defenderem as posturas de redução da participação do Estado.

Neste debate sobre capital social, ganha especial relevância o relativo ao papel do Estado e da sociedade civil. Assim, tem se afirmado que o interesse dos governos neoliberais sobre a sociedade civil só se deu depois dos anos 80 junto com o auge das teorias do “*rational choice*” e as críticas à ineficiência dos aparelhos burocráticos do Estado de bem-estar, sendo promovidos programas de “voluntariado” e autossustentação que supriram a ausência de políticas sociais por parte dos Estados (Foley e Edwards, 1998). É também nesse sentido que algumas críticas realizadas focalizam mais as fraquezas teóricas do conceito, sua utilização “transbordada” e fora das suas abrangências originais para a aplicação de políticas concretas. Em agências e organismos internacionais de cooperação têm sido operacionalizadas as dimensões de capital social muito ligadas à visão individualista e normatizadora. O Banco Mundial considera esse fenômeno um elemento do enfoque econômico que permite melhorar as condições de vida da população pobre; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) enfatiza as dimensões éticas e culturais, enquanto o PNUD o entende como o melhoramento das relações de confiança e cooperação (Riella, Vitelli, 2005).

Em suma, poder-se-ia afirmar que os diferentes enfoques que agora trabalham sobre o capital social são versões baseadas nas teorias desenvolvidas pelas correntes expostas acima com certas reformulações. Na esteira de um pensamento enquadrado na tradição marxista, em Bourdieu é claro que o conceito de “capital” significa mercancia e relação ao mesmo tempo, não existindo um fator sem o outro. Portanto, existem diferentes momentos e etapas nas quais mecanismos de produção, reprodução e apropriação do capital requerem que ele passe por transformações de um tipo a outro, sendo o capital social uma expressão desse fenômeno. Já para Coleman, o capital social poderia ser entendido como um conjunto de recursos que, além de serem parte da estrutura social, podem facilitar as ações dos indivíduos para a conquista dos seus objetivos. Esses recursos incluem normas, valores, confiança e reciprocidade que seriam utilizados com fins produtivos. Finalmente, Putnam assenta sua teoria no conceito de “comunidade cívica” e civismo, aludindo à construção de identidades fortes de pertença

que permitam o estabelecimento de relações de cooperação e confiança recíprocas enraizadas nas instituições.

### **2.2.6 CIDADANIA, CAPITAL SOCIAL E MULHERES SOB O ENFOQUE TERRITORIAL**

A participação das mulheres rurais em organizações e sua consequente contribuição para a produção de capital social acontecem nas suas localidades e sobre um território específico. Não é possível, por conseguinte, estudar as organizações da comunidade e os mecanismos particulares de participação, bem como as valorações conformadas em torno dos conceitos de cidadania e direitos, desconhecendo a forte marca do território sobre os referidos fenômenos.

O enfoque territorial nos permite – em termos conceituais – superar a dicotomia urbano-rural para concentrar-nos no significado do “território” como um espaço que, para além do seu aspecto físico, seja considerado uma construção social. Por isso, a preocupação teórica não reside tanto em determinar quanto de “ruralidade” é possível encontrar em traços como os demográficos ou produtivos, mas pelos fortes sinais identitários que a sociedade traça sobre seu espaço.

Totalmente ligados a esses aspectos que dizem respeito ao território estão os grupos sociais que sobre esse espaço constroem seus signos de identificação e de pertença ao lugar, que, neste trabalho, denominamos comunidade. Neste aspecto, pode-se tomar como referência a posição de Von Hilderbrand quando afirma que são “comunidades aqueles grupos aos que pertencem os indivíduos de um modo intenso e muito pessoal [...]” (Von Hilderbrand apud del Acebo, 2006, p. 84, tradução nossa), mas sempre reconhecendo que esses grupos têm uma forte associação com sua base física. Vários autores “ênfatizam a importância de um elemento inseparável do conceito de comunidade: o território” (Ibidem, tradução nossa).

A adoção desse enfoque implica que em face de uma visão globalizante e uniformizadora da sociedade, é possível assumir o território mais ligado ao âmbito local, regional e tradicional. Enquanto a globalização está mais vinculada às teorias econômicas liberais e de concorrência de mercado, a visão de território está mais

próxima da ideia de políticas públicas e das organizações locais (Gehlen, Riella, 2004). De uma perspectiva ampla e multidisciplinar, pode-se considerar o território como recurso, fonte de recursos múltiplos, bens sociais, simbólicos, culturais e também produtivos (Riella, 2005).

Existe um espaço teórico no qual território, capital social e cidadania se articulam. É um ponto no qual se associam esses conceitos para possibilitar a discussão sobre um modelo de desenvolvimento equilibrado, sustentável e equitativo. De acordo com o exposto acima, o território é um recurso social, coletivo e indivisível. Dessa forma, os modos de gestão e administração do território supõem necessariamente formas de organização para um desenvolvimento da tomada de decisões e do gerenciamento desse espaço coletivo.

As formas, os meios e todos os mecanismos que a sociedade local dá a si mesma para essas finalidades de administração e gestão do seu território estão inspirados nas concepções históricas e ideológicas, valorativas e culturais que os seus habitantes possuem e tenham construído em relação às concepções sobre cidadania, participação e envolvimento no social. De uma perspectiva político-liberal será afirmada a necessária “liberdade” dos agentes privados individuais para agirem e negociarem com um Estado mediante a sua administração centralizada; já partindo de teorias mais reformistas próximas das do “*welfare*” é possível justificar a organização coletiva dos sujeitos para assumir uma gestão em forma mais descentralizada e mais participativa. Portanto, esses mecanismos que as sociedades constroem para organizarem seus espaços são passíveis de serem examinados em termos de “construção de cidadania” quando permitem, mas principalmente quando “transmitem”, formas coletivas de gestão do seu território. Isso indica uma valoração positiva acerca da participação, bem como conhecimento e transmissão dos direitos cidadãos.

A necessidade de administrar um bem coletivo como o território implica também a cooperação e a associação dos sujeitos e, por isso, além da gestão do espaço, ela supõe a geração de capital social. Os diferentes tipos de capital social gerados – individual ou coletivo, horizontal ou vertical, de ponte ou escada – também altamente ligados à cultura cívica e aos valores que cada território imprime para si. O território tem uma dimensão histórica importante: nele, diferentes visões foram moldando um patrimônio

ambiental, valorativo, simbólico e também material. Portanto, os bens produzidos como capital social fazem parte desse acervo local e territorial.

Também faz parte desse patrimônio um componente identitário e de pertença muito forte que imprime “a cor local” às formas em que os sujeitos se “sentem” cidadãos e aos mecanismos que eles constroem para a geração do capital social. É possível observar a articulação entre ambos os conceitos quando se entende que “a produção de representação, valores e códigos compartilhados, a socialização das experiências, não apenas gera confiança entre os atores, mas também contribui para a construção da sua identidade social” (Riella, 2005, tradução nossa). Com isso afirmamos que ao mesmo tempo em que é gerado capital social, conforma-se a identidade do território.

Dentro do conjunto de elementos simbólicos, materiais e sociais envolvidos na construção do território devem ser assinalados alguns aspectos atinentes à questão de gênero. Dentro dos problemas ligados às disputas pela apropriação e gestão de bens coletivos apresentam-se – como nas outras esferas da sociedade – os mesmos instrumentos e mecanismos relativos às formas de dominação mencionadas por Bourdieu (2000). Tanto homens quanto mulheres entrarão nos “campos” de disputa pelo gerenciamento de bens sociais, respondendo estes ao conjunto normativo e valorativo de cada território sobre como e quanto devem participar homens e mulheres na tomada de decisões, na participação social, bem como sobre o conteúdo de direitos de cidadania para cada sexo. Ao mesmo tempo – e continuando na esteira de Bourdieu e do seu conceito de “*habitus*” –, essas práticas inscritas sobre o território influenciarão, conformarão, reforçarão, ou – eventualmente – mudarão as reflexões e percepções das populações locais sobre o assunto. Portanto, os mecanismos e as formas de participação e concepção sobre a cidadania praticados tanto por homens quanto por mulheres, bem como as valorações dos sujeitos em relação às diferenças por sexo nessa prática, fazem parte do acervo patrimonial da comunidade.

Como síntese do exposto até aqui, os universos simbólicos construídos em torno das formas de organização, gestão e administração das localidades fazem parte do modo em que uma sociedade constrói seu território. Os mecanismos de participação e as ideias sobre como se constrói cidadania e sobre quais são os direitos de homens e mulheres estarão fortemente associados a uma “cultura cívica específica” de cada território.

### 2.2.7 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL

Resulta interessante para nosso estudo retomar alguns trabalhos posteriores sobre capital social e que tentam – retomando algumas críticas – superar algumas das fraquezas apontadas anteriormente a fim de transformar o conceito de capital social em uma ferramenta conceitual de utilidade analítica. Nesse sentido, é possível recolher algumas contribuições de Durston (2002), Lechner (2000) e Arriagada (2003). Também é preciso frisar que, na nossa tese, o conceito de capital social é de apoio, resultando útil nos aspectos suscetíveis de se articular com os conceitos de participação e cidadania.

Também, considera-se que qualquer análise que trabalhe com o tema do capital social deve ser histórica, devendo ser determinadas suas abrangências para o estudo de uma realidade concreta, em um momento específico e circunscrito ao contexto geográfico e social do estudo. Para isso, retomaremos alguns aspectos essenciais das teorias desenvolvidas por Bourdieu, Putnam e Coleman já citada, no entendimento de que embora partam de enfoques conceituais diferentes, existem elementos que se complementam e não necessariamente entram em contradição. Em síntese, poderíamos afirmar que se Bourdieu utiliza para explicar o capital social os aspectos mais estruturais e econômicos, Coleman enfatiza os traços mais subjetivos e características dos indivíduos como a confiança e a cooperação, enquanto Putnam adota uma perspectiva sociocultural e chama a atenção sobre os processos históricos do civismo; tentaremos aqui realizar uma síntese utilizando alguns desses elementos que resultem úteis para nosso estudo. De acordo com o afirmado por Arriagada (2003, tradução nossa), “apesar da polissemia do conceito, há certos elementos comuns [...]”.

Nesta tese compreendemos o capital social como um conjunto de recursos disponíveis na estrutura da sociedade e dos quais os sujeitos podem dispor mediante suas redes e instituições, necessariamente imbricadas ao seu sistema de normas e valores. Então, ele pode ser entendido como um paradigma interdisciplinar que abrange “o próprio capital social, as redes, os bens socioemocionais, os valores afetivos, as instituições e o poder” (Robison, Siles e Schmid apud Arriagada, 2003, tradução nossa). Assim, e a fim de aproximar-nos de uma definição mais precisa, concordamos com Arriagada quando afirma que o capital social de um grupo poderia ser entendido como

“a capacidade efetiva de mobilizar, produtivamente e em benefício do conjunto, os recursos associativos que residem nas diferentes redes sociais às quais têm acesso os membros do grupo” (Arriagada, 2003, tradução nossa).

A capacidade de mobilizar os recursos tem a ver com a noção de associatividade e com a maior ou menor horizontalidade das formas de relacionamento que se dão nas redes. A teoria tem distinguido entre as redes de relações no interior de um grupo (*bonding*), as redes de relações entre grupos ou comunidades similares (*bridging*) e as redes de relações externas (*linking*). A primeira forma é a que contribui para o bem-estar dos seus membros; a segunda geraria possibilidades para os grupos mais excluído; e a terceira é a que se refere a dimensões mais amplas de políticas sociais e econômicas (Arriagada, 2003).

Para Durston, que desenvolveu esta teoria aplicada ao meio rural, o capital social poderia ser entendido como o “conteúdo de certas relações e estruturas sociais, isto é, as atitudes de confiança que se combinam com condutas de reciprocidade e cooperação (Durston, 2002, número de página, tradução nossa). Conforme o autor, o capital social se localiza no plano comportamental das relações e sistemas sociais e não no plano abstrato da cultura simbólica das normas, valores e cosmovisões no qual se situariam o capital cultural e humano. No enfoque adotado nesta tese – como já foi apontado – entendemos que embora essa distinção analítica seja útil, existe necessariamente um espaço onde ambos os planos estão totalmente imbricados, pois os aspectos comportamentais não podem se desprender e ganhar autonomia do plano normativo e valorativo que os produz. Em Durston, o capital social repousa nas relações de confiança e cooperação operadas com base em um critério de reciprocidade “difusa”. Ainda que existam em nossa proposta algumas divergências em relação à linha de pensamento de Durston, consideramos de interesse para este trabalho alguns pontos com os quais concordamos, expostos a seguir.

Para Durston, a utilidade desta teoria reside em que “é um contexto especialmente adequado para se estudar a sociedade rural, porque a reciprocidade interpessoal e a cooperação comunitária são dois recursos tradicionais da cultura camponesa e, ao mesmo tempo, [...] elementos básicos do capital social”; acrescenta o autor que “a situação de relativa estabilidade das relações interpessoais atravessadas ao mesmo tempo por relações de parentesco, em um espaço local por toda a vida, promete desde já

ser um precursor do capital social” (Durstun, 2002, tradução nossa). Embora possamos considerar a primeira das afirmações como válida para justificar a aplicação desta teoria, faremos algumas considerações sobre a segunda. As mesmas razões expressadas por Durston no final da citação explicaram muitas vezes o menor desenvolvimento relativo das áreas rurais em função da sua transformação em obstáculos e por terem sido objeto de condutas conservadoras, autoritárias e pouco inovadoras. Retomemos, nesse sentido, a Portes e Granovetter quando expõem que laços fortes como os familiares e de amizades próximas podem ser menos importantes que laços “fracos” ao fornecer menos informação e conexões para “afora” (Ibidem, 2002).

Por conseguinte, considera-se que a utilidade desta teoria aplicada ao meio rural é a que ajuda a explicar e está estreitamente ligada aos aspectos do desenvolvimento e o crescimento das comunidades. Seguindo a linha de pensamento de Granovetter (1985) e o seu conceito de “*embeddedness*” (imbricação ou enraizamento) das relações econômicas com as sociais, pode-se considerar relevante examinar como no meio rural as estratégias de vida, bem como os mecanismos de crescimento econômico e as atividades produtivas das comunidades estão totalmente ligadas e dependem, em muitos casos, das formas de capital social existentes de um modo diferente do que se verifica nas cidades, onde a disposição de recursos e serviços pode substituí-las. Igualmente, essas formas de capital social podem ajudar a explicar as desigualdades existentes entre territórios que contem com similares condições de partida. Por essas razões também concordamos com Woolcock quanto a que “a pobreza em sentido estritamente econômico pode ser tão intensa no campo quanto na cidade, mas a presença no campo de redes comunitárias mais estreitas e duradouras impede muitas das piores manifestações da pobreza urbana” (Woolcock, 1998, tradução nossa). Partindo destas considerações, infere-se que resulta particularmente interessante aplicar esta teoria aos estudos do meio rural, dadas as especificidades desse meio, a fim de explicar melhor as estratégias das comunidades rurais, bem como suas formas peculiares e específicas de desenvolvimento.

Como já foi assinalado, uma dificuldade do conceito reside nos seus diferentes níveis de análise que colocam o seguinte problema: como considerar – sem cometer falácias ecológicas – a propriedade do capital social do âmbito individual ao coletivo, isto é, como fazer uma transposição automática do atributo dos sujeitos às comunidades

estudadas. Para evitar visões sub ou sobressocializadoras, Durston afirma que existe um componente heurístico que distingue o capital social individual do coletivo e que tal componente existe nas duas formas. Para o autor, enquanto “o capital social individual se manifesta em relações sociais diádicas<sup>3</sup> de confiança e reciprocidade entre duas pessoas, o capital social coletivo se expressa em instituições complexas e tem sentido de cooperação e gestão” (Ibidem, tradução nossa). O surgimento do capital social comunitário seria possível, pois, de acordo com este enfoque, ele seria compatível com as decisões racionais dos indivíduos e porque “poder gerenciar os recursos comuns em forma coerente resulta proveitoso para os indivíduos, como também é proveitoso para eles renunciar ao controle pessoal dos recursos próprios e delegar essa função a autoridades [...]” (Ibidem, número de página, tradução nossa).

Resulta pertinente para a análise de uma comunidade rural o exposto por Durston no trabalho citado, no qual formula a existência de seis formas de manifestação do capital social:

1. Individual. São relações diádicas e egocentradas; as que cada sujeito estabelece com outra pessoa.
2. Grupal. É a forma espalhada de redes egocentradas. São as relações que se dão em grupos pequenos onde todos se conhecem e onde têm preponderância aspectos afetivos, mas também de poder. Tais grupos costumam ser propícios para empreendimentos associativos.
3. Comunitário. É capital social coletivo. Não depende do recrutamento a um grupo, mas é um direito dos seus membros. Não reside apenas em redes interpessoais, mas nas estruturas que conformam a institucionalidade e o sistema sociocultural da comunidade.
4. “Ponte”. É uma extensão do capital social em suas formas anteriores com pessoas e instituições distantes. Prevalecem vínculos horizontais entre atores de similar poder, facilitando a comunicação entre comunidades.

---

<sup>3</sup> Díada: “Grupo composto por dois atores sociais”, “objeto elementar a partir do qual se dão as formas sociais de categoria superior”. Acebo Ibáñez, E.; Brie, R. Diccionario de Sociología. Ed. Claridad, 2006, tradução nossa.



5. “Escada”. É o capital social estabelecido entre atores com diferente poder quando em um contexto democrático serve para o empoderamento, para o desenvolvimento de sinergias e para dar acesso a recursos econômicos e políticos.
6. Societal. No âmbito macrossocial, tem a ver com as culturas nacionais que apresentam maior ou menor número de sistemas de integração, segmentação e estratificação social e com a capacidade do Estado e das políticas públicas destinadas à integração e interação de diferentes grupos.

Em outro sentido, também cabe precisar como é visto neste trabalho o caráter valorativo ou normativo do capital social. Conforme Coleman, existe nele uma neutralidade moral. Ora, no desenvolvimento posterior da teoria e, depois, em Putnam e na formulações utilizadas pelos organismos internacionais, conceito de capital social tem ganhado um tom positivo demais; o reconhecimento e a ênfase outorgada apenas aos seus aspectos benéficos tem desvirtuado o conceito, transformando-o em um instrumento analítico fraco e com menor potencial explicativo. Partindo de uma má interpretação dos enfoques anteriormente mencionados, pode-se chegar à conclusão de que a associatividade por si própria sempre é boa e produtiva, sem se considerar os fins para os quais as pessoas se reúnem nem os conflitos inerentes a qualquer grupo humano ou aqueles relativos à gestão do poder. Como é entendido neste trabalho, o capital social pode assumir formas positivas ou negativas, acarretando, neste último caso, consequências adversas. Estas podem ser detectadas em formas de clientelismo, lideranças autoritárias, grupos fechados com exclusão de membros externos, associações com fins pouco louváveis ou criminosos. Estas são dimensões importantes e que contribuem para uma melhor compreensão interpretativa no balanço “positivo-negativo” das dinâmicas e interações dos sujeitos, devendo ser incorporadas às análises que partam desse embasamento teórico. No conjunto dos processos de produção de “bens sociais” da comunidade, alguns elementos, embora possam parecer, a um primeiro olhar, formas associativas, na realidade adotam formas negativas que são “restadas” do total.

## 2.2.8 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA AMPLIADA MEDIANTE AS ORGANIZAÇÕES

Nesta seção, será apresentado o debate em torno dos processos de geração de cidadania a fim de refletir sobre sua articulação com o capital social. Os aspectos que ligam o capital social à cidadania foram expressados claramente por Cristóbal García quando afirma que

A Cidadania nos introduz no debate próprio da teoria política, enquanto o Capital Social e a Solidariedade nos permitem realizar a ligação com a experiência dos vínculos e práticas sociais que constituem, em boa medida, o *corpus* sobre o qual são construídas as teorias da ordem sociopolítica (García, 2001, p. 1).

O interesse teórico do problema reside na discussão dos mecanismos que permitem que a participação das mulheres rurais em redes informais, bem como em instituições e organizações da comunidade, terminem sendo formas de exercício de ampliação da cidadania não apenas para elas, mas para o conjunto da comunidade que se beneficia com esses processos, colaborando, dessa forma, nos processos de desenvolvimento. Por conseguinte, isso justifica e promove uma revisão sobre o debate acerca das implicações da cidadania nos processos democráticos e de desenvolvimento.

Um dos primeiros sociólogos a estudar o tema da cidadania foi o britânico Thomas Marshall, quem, analisando a história do seu país, distingue três dimensões da cidadania moderna: a civil, a política e a social. Enquanto a primeira – base do pensamento liberal – corresponderia às liberdades pessoais, de expressão, pensamento e à propriedade privada, a cidadania política supõe os direitos ao exercício do sufrágio e a ser eleito.

Posteriormente, conforme o autor, teriam sido conquistados na Europa os direitos relativos à dimensão social da cidadania e que têm a ver com as garantias de acesso à educação, à saúde e ao emprego proporcionadas por um Estado-providência. Marshall concebia o desenvolvimento da cidadania como “um enriquecimento generalizado do substancial para a visa civilizada” obtido “pela diminuição dos riscos e inseguranças e pela igualação das condições dos menos e dos mais afortunados” (Marshall e

Bottomore, 1998, tradução nossa). Já desde aqui se pode considerar que existe uma concepção sobre a cidadania formal, entendida como a pertença a um estado nação, e uma sobre a cidadania substancial, entendida como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Bottomore propõe que, a partir dos estudos de Marshall, é possível visualizar que vários dos direitos cidadãos conquistados na Grã-Bretanha a partir do século XVII coincidem com a consolidação do capitalismo e, por isso, é importante examinar quais grupos sociais intervieram nas lutas por ampliar os direitos cidadãos. É claro para o autor que “o influxo da classe na cidadania é inconfundível” (Ibidem, tradução nossa). Assim, ele explica que a burguesia conquistou os direitos civis enfrentando a aristocracia feudal e que os movimentos operários obtiveram uma extensão dos direitos políticos na sua luta do século XIX, conseguindo, mais tarde, junto com os partidos socialistas, ampliar os direitos sociais. Dessa perspectiva, o Estado de bem-estar que imperou entre os anos 40 e 70 teria se sustentado por uma espécie de acordo ou pacto entre o grande capital e as organizações que visava atingir um “compromisso de classe” (Offe, 1980, apud Marshall e Bottomore, 1998, tradução nossa).

Os estudos de Marshall foram alvo de algumas críticas. As mais importantes referem-se ao caráter do processo linear descrito pelo autor. Anthony Giddens, Michael Mann e Dahrendorf analisaram o desenvolvimento da cidadania como resultado da luta da classe operária ou como estratégia da classe dominante para conter a conflituosidade (Aguirre, 2003). Eles assinalaram que em outros países, como os da América Latina, o processo histórico de constituição da cidadania demonstra ter sido singularmente diferente, apresentando peculiaridades extremamente complexas inclusive no relativo à ordem das conquistas obtidas; em muitos casos, por exemplo, alguns direitos sociais foram desenvolvidos antes que os políticos. Além disso, ainda que em alguns casos possa se verificar uma progressão dos direitos civis e políticos para os sociais, estes nem sempre são inamovíveis, sendo também passíveis de ampliação.

A estreita relação entre cidadania e democracia é inegável, bem como sua indissolubilidade. Como coloca Coutinho (1999, p. 42), “desde Rousseau, o mais radical representante do pensamento democrático no mundo moderno, a democracia é concebida como uma construção coletiva do espaço público, como uma plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera política”. O autor

conclui que um dos conceitos que melhor expressa essa reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos e, por conseguinte, que melhor expressa a democracia seria o conceito de cidadania. Cabe destacar que neste trabalho a ideia de cidadania adotada é de “um construto sempre em movimento”. Hopenhayn assinala as transformações nos direitos ao “reinscrever-se a cidadania em novos espaços, mostrando que, efetivamente, “a cidadania é um conceito e uma prática em mutação” (Aguirre, 2003). Portanto, trata-se de um processo histórico, uma construção social que deve ser redefinida continuamente. Na nossa pesquisa, adotamos a forma de entender a cidadania cunhada por Coutinho, a saber:

A capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (Coutinho, 1999, p. 42).

Coutinho afirma que a concepção preponderante sobre os direitos cidadãos foram um legado do pensamento liberal e do jusnaturalismo de Locke, *corpus* de ideias que, ao serem produto de uma batalha contra o absolutismo e o despotismo reinantes nos séculos XVII e XVIII, concentraram seus esforços na liberdade do indivíduo contra um Estado opressor. Por isso – diz o autor – não é surpreendente que o neoliberalismo moderno o tenha adotado como base do seu pensamento filosófico para argumentar a liberdade de mercado. Pode-se acrescentar a essa observação que houve um correlato desse pensamento no plano das ciências sociais quando foram adotadas formas de ver a sociedade como um conjunto de átomos, princípio da teoria da “*rational choice*” e do individualismo metodológico. Para Coutinho, os indivíduos não nascem com direitos (como no jusnaturalismo), mas os direitos são fenômenos sociais e, portanto, resultado da história. Então, eles são sempre conquistas obtidas pelas demandas realizadas por diferentes grupos sociais: dessa forma, a burguesia em ascensão conseguiu o reconhecimento de direitos políticos e sociais no século XVIII; depois, a classe trabalhadora obteve direitos sociais em uma etapa avançada da Revolução Industrial; mais tarde, as mulheres conquistaram seus direitos cidadãos; e atualmente outros grupos minoritários lutam por reconhecimento. Nesse sentido, Coutinho coloca que embora os estudos realizados por um dos precursores do tema, Thomas Marshall, apresentem algumas limitações, não sendo aplicável a sua análise a um conjunto importante de

países, sua importância residiria em ter delimitado as três formas modernas que assume a cidadania (a civil, a política e a social) e sua forma de enfocá-la como uma dimensão processual e histórica.

De fato, parece importante destacar a dimensão contextual do debate acerca da cidadania e a tensão existente entre a cidadania “formal” e a “substancial”. A discussão sobre os direitos sociais da cidadania deveria considerar que tais direitos devem adquirir certa autonomia e independência do lugar de origem dos sujeitos e ser válidos ou universais independentemente do lugar no qual o indivíduo trabalha ou mora. No entanto, os processos de globalização, que envolvem, por longos períodos, contingentes migratórios tanto legais quanto ilegais, centram permanentemente o dilema em questões de “nacionalidade”.

Neste contexto é que se insere o debate sobre a questão da cidadania exercida pelas mulheres. Ele conforma uma complexa rede na qual as demandas pelo reconhecimento dos direitos das mulheres se articulam com as demandas realizadas por outros grupos sociais que também procuram reconhecimento, ora por sua condição étnica, religiosa, de orientação sexual, etc., por entenderem que o acesso ao exercício pleno dos seus direitos está limitado por sua pertença a uma minoria. Os estudos feministas tem evidenciado os traços sexistas das análises sobre capital social, que desconhecera e ao exercício da cidadania. Sylvia Walby (2000) destaca que um ponto de partida para a construção do conceito de cidadania deve ser o estudo do acesso diferenciado dos habitantes de um território determinado aos direitos civis, políticos e sociais. Afirma a autora que na maioria dos países a cidadania não é adquirida por todos ao mesmo tempo (Aguirre, 2003). Em muitos países, as mulheres têm pouco poder de decisão sobre sua própria saúde e corpo, ou têm direitos civis e políticos restritos. Numerosas pesquisadoras explicam que existe uma “falha de origem” no conceito de cidadania, desde que, no seu nascimento sob a concepção liberal, o portador da cidadania era o homem, enquanto a mulher era esposa e mãe dos cidadãos. A incorporação dos benefícios da cidadania social teve diferentes impactos em homens e mulheres (Aguirre, 2003). É fácil compreender isso quando se considera que o Estado de bem-estar que implementou as políticas de atenção à saúde, aposentadorias, seguro de desemprego, levou em conta o trabalhador assalariado e a família como uma unidade, reproduzindo, então, a iniquidades de gênero pré-existentes.

Estudar o capital social em termos de geração de cidadania, permite-nos analisar suas possibilidades de “mobilidade”, transferência e equidade na distribuição, bem como suas contribuições ao desenvolvimento global comunitário, já que é uma forma de articulação entre o capital individual e o coletivo. Além disso, este enfoque é totalmente pertinente quando se considera que o capital social pode decompor-se em dois elementos: a própria relação que permite aos indivíduos reclamar pelo acesso aos recursos e a quantidade e qualidade desses recursos (Arriagada, 2003). É neste ponto que se pode perceber o espaço de articulação entre ambos os conceitos. Por um lado, as formas de organização coletivas e associativas permitem a geração de recursos coletivos de capital social e, por outro, as valorações e práticas prevalentes na comunidade sobre seus direitos e o exercício da cidadania permitem essa apropriação dos bens socialmente criados referida por Coutinho. Sem dúvida, existe uma retroalimentação de ambas nas duas direções.

Pelo exposto acima, o capital social é passível de ser analisado em termos dos modelos que subjazem a suas formas de geração e distribuição, bem como a partir das formas de cidadania com as quais esses modelos se articulam. As correntes do capital social que poderiam ser englobados sob o que denominamos “escola estadunidense” têm uma maior associação com certas concepções de “cidadania” baseadas em uma tradição de “direitos individuais e responsabilidades individuais”. Poderia se acrescentar, então, que, junto com as críticas a este enfoque (considerado uma solução para o Estado Liberal, porquanto transfere para a órbita da sociedade civil algumas das suas principais funções), o fato de que dentro desta perspectiva se enquadrariam as ações promovidas como “voluntariado”. O conceito de trabalho “voluntário” estaria gerando formas de cooperação que poderiam ser consideradas parte deste enfoque de capital social, estando altamente ligado a um conceito de “responsabilidade individual” vista como forma de contrapartida para os direitos individuais de cidadania.

De outra perspectiva do capital social, dentro do enfoque que catalogamos como “escola europeia”, pode-se relacionar o capital social a outros modelos de cidadania que classificamos como “ampliada”. As formas de cidadania ampliada são mecanismos mediante os quais a capacidade de cobertura dessa cidadania é estendida, incluindo, portanto, a geração de novos direitos e a capacidade de demanda deles, conferindo-lhes novos conteúdos. Por conseguinte, trata-se de uma cidadania substancial que se opõe à

formal. Desse ponto de vista, tanto os “direitos” quanto as “responsabilidades” são sociais e coletivos.

A matriz de “participação cidadã” que embasa as duas formas é muito diferente. Enquanto a primeira supõe que o sujeito “salda uma dívida”, colaborando e sendo, então, “bom cidadão”, o âmbito e a órbita de atuação se encerra ali. Já na segunda o pressuposto é o de que a “base” coletiva de direitos e deveres supõe necessariamente a reprodução e a transmissão ao resto da comunidade e às novas gerações desses postulados. Assim, as possibilidades de “ampliação” a outras esferas e círculos da vida social ficam sempre “em aberto”.

A análise que se realizará no âmbito desta pesquisa pretende focalizar aqueles mecanismos de geração de capital social que – mediante formas organizadas de cooperação, gestão e participação – permitem que se formem espaços para a ampliação da prática e o exercício da cidadania, pois, neles, é possível encontrar modos genuínos de produção, redistribuição e apropriação de recursos e bens sociais que dizem respeito ao desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, o desenvolvimento seria, como foi formulado, equitativo, sustentável e equilibrado.

Quanto à geração e mobilidade do capital social, tem sido formuladas algumas considerações que são uma nova apresentação e uma crítica aos postulados de Putnam. Na proposta deste autor, que entende o capital social como um “estoque” acumulado do qual dependem as opções de desenvolvimento, a existência ou ausência desse capital seriam um “dado histórico”, porquanto “a comunidade cívica tem profundas raízes históricas” (Putnam, 1993, tradução nossa). Esta leitura pode conduzir a uma espécie de interpretação congelada que não admite processos de mudanças e acarretar, como consequência, um desincentivo para a formulação de políticas que visem criar ou fortalecer capital social. Portanto, e na esteira de Lechner (2002) quando afirma que “as relações de confiança e compromisso cívico podem adotar diferentes formas de acordo com os diversos contextos e ter uma graduação diferente”, propomos uma revisão da formulação de Putnam. Mais que procurar a existência ou ausência de capital social, Lechner propõe a possibilidade de existência de graus maiores ou menores de capital social e sugere que em vez de analisar esse capital em termos de “estoque”, deve-se considerá-lo “um fluxo de pode ser menos ou mais intenso”. Este enfoque permite ver e examinar a possibilidade de mobilidade e geração do capital social e observar como

essa possibilidade dependerá de variáveis contextuais de tipo socioculturais e históricas. Assim, o capital social não será analisado em termos de volumes acumulados, mas, como em Lechner, de acordo com os “fluxos” mobilizados conforme as condicionantes referidas.

### **2.2.9 OS MECANISMOS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL. O PAPEL DO ESTADO E O PAPEL DAS MULHERES**

O espaço social criado pelas múltiplas interações desenvolvidas pelos sujeitos só é passível de segmentação para efeitos teórico-analíticos, mas funciona articulado e como um único espaço na dimensão concreta do “mundo da vida”. Isso nos permite refletir sobre alguns problemas teóricos pertinentes para nosso estudo. A produção realizada por décadas pelas pesquisas baseadas na teoria de gênero demonstrou que as mulheres estão inseridas na sociedade em condições de iniquidade devido a umas relações sociais entre os sexos em função das quais as construções culturais e históricas naturalizaram as diferenças por meio dos agentes socializadores. Se as relações de dominação de um sexo sobre outro determinaram umas condições de iniquidade para as mulheres. Nessas condições, tanto os recursos materiais quanto os simbólicos estão distribuídos em forma desigual, e é preciso examinar se esses mecanismos se reproduzem igualmente nas formas em que as mulheres produzem capital social.

Se, como já foi mencionado, os bens de capital social se produzem e distribuem de acordo com os mecanismos de apropriação que funcionam com base em diferentes clivagens, eles também devem estar determinados pela condição de gênero. Arriagada (2003) chama a atenção para o fato de os estudos realizados sobre o capital social terem desconhecido as relações de gênero e terem se centrado em redes masculinas, desconhecendo importantes diferenças produzidas por redes masculinas e femininas dadas as desiguais dotações do capital social de que dispõem. Assim, é possível compreender que – ao estarem inseridas dentro dos campos mais amplos de disputa – as formas em que as mulheres geram capital social e sua apropriação são específicas e próprias por estarem dentro das clivagens de gênero.

Os papéis atribuídos às mulheres, produzidos e reproduzidos pelos agentes socializadores e baseado na possibilidade reprodutora daquelas, têm se estendido para



os de “protetora” e “cuidadora” de todos os membros da família. Numerosos trabalhos têm se ocupado largamente em explicar os papéis, o trabalho feminino doméstico e o remunerado, bem como tudo o relativo aos “cuidados”<sup>4</sup>. Para nós, é importante salientar que isso tem implicações também no plano do capital social. A mulher não é apenas reprodutora e cuidadora dos membros da família, do doméstico, dos bens e recursos materiais do domicílio, mas também dos “recursos e bens sociais”. Como afirma Bourdieu (2000), muitas das atividades consideradas “sociais” nas que participa o homem e que às vezes estão ligadas, favorecendo seus negócios e sua projeção pessoal, contam com a organização e responsabilidade da mulher. O mesmo pode-se afirmar das tarefas que inserem socialmente e vinculam seus filhos ao mundo da educação, como as reuniões de pais na escola, com a professora, clubes esportivos, festas infantis, etc. Essas tarefas são raramente reconhecidas como importantes, embora, na maioria dos casos, sejam os inícios das redes sociais pessoais para filhos e esposos, ou os vínculos em forma de díadas conforme Durston.

E para além dessas formas de capital social individual, as mulheres também colaboram em formas específicas e particulares na criação do capital social coletivo. O desenvolvimento, o fortalecimento e a reprodução de redes sociais se baseiam, muitas vezes, em recursos provenientes do trabalho familiar e comunitário das mulheres (Montaño, 2003). Daí que boa parte das atividades produtivas e que dizem respeito ao desenvolvimento das comunidades rurais sejam possíveis graças a um importante volume de redes formais e informais e de formas de cooperação – que definimos como capital social – que são geradas pelas mulheres. Mas essas redes, bem como o engajamento das mulheres, acarretam também outro tipo de consequências. São formas – com maior ou menor grau de institucionalização – de participação com vistas a melhorar as condições de vida da comunidade e, por isso – de acordo com a definição anterior desta – são formas de exercício da cidadania. Desta perspectiva, a cidadania é “estendida” quando são criados espaços de articulação e participação entre os indivíduos e as instituições. Os benefícios conquistados mediante essa participação não são destinados apenas às mulheres, mas a toda a comunidade.

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Aguirre, 2003; Batthyáni, 2001; Vitelli, 2005.

A participação masculina nestes âmbitos é diferenciada. Ela é muito mais vinculada às atividades produtivas e, portanto, gera um reconhecimento social maior. A participação ativa das mulheres na comunidade – como outras dimensões – tem sido banalizada, e os benefícios produzidos não são relacionados diretamente a essa atividade, não tendo, por isso, reconhecimento social. De alguma forma, as atividades realizadas pelas mulheres em termos de construção de redes e cooperação têm sido “naturalizadas” em um processo de normalização crescente. No entanto, essa participação que significa gerar e acumular capital social está intimamente ligada à possibilidade de promover um acúmulo de programas e projetos que resultam em formas de desenvolvimento comunitário. Quando essas redes se estendem e se transformam de simples relações “diádicas” em redes comunitárias, elas se tornam nexos e espaços intermediários para a aplicação das políticas ligadas ao Estado. Dessa forma, para a organização e efetivação de políticas de saúde, educação e habitação nas comunidades rurais são requeridos importantes volumes de trabalho cívico e de capital social que são assumidas pelas mulheres, já que os homens destinam a maior parte do seu tempo a tarefas produtivas. Com isso estamos dizendo que muitas das atividades que implicam ampliação da cidadania e geração de espaços cívicos no meio rural ocorrem com base no capital social gerado e recriado pelas mulheres.

As formas de associação e cooperação nas que participam as mulheres e que geram capital social acarretam a necessária aquisição de certas competências ao longo do processo. Algumas dessas competências mais gerais se referem a formas de organização e tomada de decisões; outras, mais específicas, às tarefas ligadas à atividade concreta. Da mesma forma, essa experiência adquirida implica uma nova construção do universo de valores e símbolos, como, por exemplo, uma nova apreciação do que significa “participar”. Essas formas de conhecimento são transmitidas a outras mulheres, mas também são multiplicadas e estendidas ao conjunto da comunidade; por isso, esse fenômeno pode ser analisado em termos de “escola” ou cultura cidadã exercida pelas mulheres.

Para analisar em profundidade tanto as valorações que a comunidade realiza sobre essa participação feminina e os bens sociais construídos pelas mulheres quanto os mecanismos que são implementados para a apropriação de tais benefícios, podemos apoiar-nos em Bourdieu. Como definiu o autor, o capital social se encontra dentro dos

espaços de disputa e se distribui de forma desigual. As relações entre sexos estão inseridas, também, em um conjunto mais amplo de relações de dominação e poder (Bourdieu, 2000). Seguindo essa linha interpretativa, pode-se argumentar que dentro dos espaços de cooperação gerados nos grupos e organizações também estão presentes formas mais ocultas de conflito pela apropriação dos bens produzidos. Mas, para considerar as valorações que tanto homens quanto mulheres realizam sobre a contribuição feminina à comunidade, é necessário considerar a existência de uma “economia dos bens simbólicos”, na qual a visão androcêntrica imperante determina que os valores masculinos sejam os dominantes. Trata-se de um exercício de violência simbólica (Bourdieu, 2000).

Para isso, pode-se perceber que na comunidade o acúmulo desses bens, tanto os materiais quanto os culturais criados por essa participação cidadã são entendidos, codificados e reproduzidos em termos dos padrões valorativos imperantes em forma naturalizada, pois “o efeito da dominação simbólica [...] não se produz na lógica das consciências conhecedoras, mas através dos esquemas de percepção, de apreciação e de ação que constituem os hábitos e que sustentam [...] uma relação de conhecimento profundamente obscura para ela mesma” (Ibidem, tradução nossa). Sem existir uma vontade explícita, tanto homens quanto mulheres usarão as normas, os esquemas e códigos imperantes para realizar uma interpretação e valoração sobre as implicações da participação e o trabalho das mulheres nessas redes formais e informais. De igual forma, os benefícios que se geram em termos de desenvolvimento e os mecanismos de distribuição desses benefícios estarão necessariamente enquadrados nas categorias valorativas e normativas impregnadas pela cultura masculina. Portanto, o reconhecimento social em termos de “participação cidadã” estará condicionado em termos de gênero: a comunidade aprende a participação a partir do seu exercício efetivo, usufrui seus benefícios, estes se traduzirão geralmente em desenvolvimento para toda a comunidade, mas existe um processo que oculta a origem do capital social. De qualquer maneira, as mulheres utilizarão esses espaços para tentar captar algo do capital social gerado que poderá ser reinvestido tanto em termos de capital individual quanto coletivo.

Essas formas de disputa ficam ofuscadas e ocultas pelo contexto em que ocorrem, no qual são privilegiados os benefícios e conquistas das atividades empreendidas. É

preciso sublinhar que esses mecanismos de violência simbólica são complexos e se instituem mediante formas muitas vezes não conscientes, consistindo na

adesão que o dominado se sente obrigado a conceder ao dominador (por conseguinte, à dominação) quando não dispõe (...) de outro instrumento de conhecimento que aquele que compartilha com o dominador e que, ao não ser mais que a forma assimilada da relação de dominação, faz com que essa relação pareça natural (Bourdieu, 2000, p. 51, tradução nossa).

Dentro das formas e mecanismos de distribuição do capital social gerado e no contexto da disputa por sua apropriação, o papel do Estado é fundamental. Tanto no âmbito de toda a comunidade quanto no que se refere à geração e distribuição desse tipo de recursos em forma equitativa por gênero, as diferentes instituições que fazem parte do Estado incidem de forma relevante sobre o assunto, ora por omissão, ora por intervenção.

Quanto à comunidade, torna-se essencial que tanto os direitos adquiridos quanto os benefícios e políticas cheguem em igualdade de condições aos vizinhos. Principalmente neste caso o importante é neutralizar as possíveis lideranças negativas ou a imposição de iniquidades importantes decorrentes das disputas pelo poder. As organizações e agrupações de diferente tipo são, em muitos casos, intermediárias entre as políticas públicas e os vizinhos. Outros mecanismos idôneos para isso são as diferentes fórmulas de descentralização dos aparatos burocráticos do Estado a fim de ir levando ao âmbito local tanto a administração das políticas quanto a tomada de decisões.

No que diz respeito às considerações de gênero sobre o papel do Estado na distribuição dos recursos de capital social, é preciso lembrar que as estruturas reproduzem as formas nas que a sociedade percebe a si mesma. Portanto, é necessário incorporar ao debate e à análise os mecanismos mediante os quais as instituições do Estado – através das suas políticas e projetos comunitários – estimulam ou desestimulam que bens e direitos obtidos pela participação de homens e mulheres sejam equitativamente distribuídos em termos de gênero. Não é possível recuperar em termos de “cultura cidadã” o exercício concreto da participação sem ações proativas que visem

esse objetivo. Como já foi exposto, uma “cultura cívica” precisa das sinergias produzidas por um forte imbricação entre a sociedade civil e o Estado.

### **III SANTA CRUZ DO SUL E SAN PEDRO: CONFIANÇA, SOLIDARIEDADE E PARTICIPAÇÃO**

#### **3.1 DOIS TERRITÓRIOS: SUA HISTÓRIA E SUAS CARACTERÍSTICAS**

##### *Santa Cruz do Sul*

A cidade de Santa Cruz do Sul está localizada a 160 km da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Sua população é de 120.000 habitantes. Está cercada por uma área de bairros rurais-urbanos.

Não é possível entender a dinâmica dessa comunidade sem considerar três importantes características que permeiam toda sua ação social:

- a) A origem migratória alemã, que conformou uma colônia germânica na região.
- b) Sua principal atividade econômico-produtiva, a produção de tabaco, e uma forte presença da indústria tabageira.
- c) A presença da UNISC (Universidade Nacional de Santa Cruz do Sul), que funciona no centro da cidade.

Este território está fortemente determinado pelos traços referidos acima e que conformam, finalmente, um território e uma comunidade com características bem distintas.

## MAPA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



## MAPA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### LOCALIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL





### *A origem étnica e cultural germânica*

Desde 1824 até 1914 uma intensa onda migratória de origem alemã chegou ao Rio Grande do Sul, continuando com menor intensidade no período posterior entre as duas guerras mundiais. Como no caso do Uruguai com a migração espanhola e italiana, os alemães fugiam das más condições de vida, da pobreza, do desemprego e dos conflitos bélicos.

A colonização foi organizada e estimulada tanto por particulares que lucravam com as despesas das viagens, deslocamentos e localização dos novos imigrantes quanto pelo Estado central e os governos locais. Embora possam existir vários motivos e interesses para que o Estado da época promovesse ativamente a colonização alemã, para Vogt, é possível encontrar uma dimensão visível que é a econômica, mas também é possível rastrear aspectos ideológicos nessas políticas: “Ela diz respeito ao preconceito da superioridade da “Raça ariana” e do ideal de branqueamento da população brasileira presente entre a elite política, econômica e cultural do país” (Vogt, 2006).

As colônias se localizaram em áreas que não tinham sido expropriadas pelo latifúndio por não serem aptas para a produção extensiva de gado. Existe uma forte associação entre o tipo de produção familiar e de pequena escala em ramos como o tabaco e o tipo de migrante, agricultor familiarizado com esse tipo de exploração.

Ainda que no Brasil a origem da população migrante não fosse a alemã, essa população produziu um forte impacto onde se instalou, ao concentrar-se basicamente em dois estados: Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1930, os alemães representavam aproximadamente 20% dos habitantes da região. Esse grupo conseguiu obter visibilidade e notoriedade graças a sua alta concentração demográfica e às “intensas e expressivas manifestações de germanidade” (Ibidem) que ocorriam nas regiões onde se instalou.

Como acontece com grupos étnicos minoritários nos quais a religião, a cultura e o idioma são diferentes dos do país que os recebe, os colonos alemães deveram enfrentar muitas dificuldades para poderem adaptar-se ao novo meio. A esses fatores é preciso somar o desconhecimento do território selvagem e o clima subtropical. Esta questão não

é menor na nossa pesquisa, se for levado em consideração que esses elementos contribuíram para a coesão desses grupos de colonos, que se prestaram solidariedade, apoio e se organizaram a fim de facilitar esse processo de integração. De acordo com o historiador Vogt, esses grupos eram socialmente homogêneos e culturalmente pouco diferenciados, pelo que mantiveram um importante relacionamento horizontal que fomentou um sentimento de igualdade entre eles.

Os alemães trouxeram com eles uma antiga tradição germânica de sociabilidade: formaram sociedades culturais, esportivas e recreativas. Também organizaram sociedades escolares, religiosas, assistenciais e de apoio econômico. Contavam com uma alta taxa de sociabilidade informal: visitavam parentes e amigos, reuniam-se para jogar cartas, dançar, organizar quermesses, ou realizar trabalho voluntário e atividades filantrópicas. Na sua maioria, eram praticantes religiosos, existindo um número similar de aderentes que frequentavam a Igreja Católica e de seguidores que compareciam à Igreja Evangélica Luterana.

Como exemplo dos seus hábitos de encontro pode-se destacar a existência dos “*kränzchen*” (círculos), que eram grupos de mulheres que se reuniam periodicamente. Além de juntar-se para socializar, produziam artesanato e arrecadavam fundos para pessoas carentes ou entidades benéficas. Segundo o professor José Fraga, existia na região, em 1962, um número não inferior a 23 grupos *kränzchen*. É, por conseguinte, uma tradição de origem a tendência a socializar e também a prática da assistência entre eles.

Outra manifestação da cultura festiva e religiosa da tradição alemã que ainda é preservada é a celebração do “*Kerb*”. Esta festa popular germânica tem uma origem religiosa e é cultivada até hoje pelos descendentes dos primeiros colonos no estado do Rio Grande do Sul. Essa era uma oportunidade muito esperada para se encontrar e confraternizar durante as celebrações, que duravam três dias.

### ***A cultura do fumo***

É comum ouvir os vizinhos desta comunidade falar sobre “a cultura do fumo”. Esta expressão alude ao forte impacto que tem na vida cultural, social, produtiva e econômica da região a produção de tabaco e a presença das principais indústrias fumageiras multinacionais em Santa Cruz do Sul.

Isso decorreu – em certo sentido – do tipo de migrante e do processo de colonização, no qual foi fomentada como atividade principal a produção de tabaco em estabelecimentos de tamanho médio e com uma forma de exploração familiar e intensiva. Os terrenos têm, em média, 20 hectares.

A produção de tabaco mobiliza e gera muitos recursos econômicos, dá emprego a uma porcentagem muito importante da população, tanto na sua etapa agrícola quanto na industrial, e dinamiza a região dada a alta intervenção e participação que as grandes empresas fumageiras têm em diferentes projetos de desenvolvimento local.

Em Santa Cruz do Sul, a referida atividade conta, por um lado, com quem a defende ou justifica devido a seu impacto na economia e o trabalho e, por outro lado, com quem tem uma postura diferente e a critica totalmente, tanto por motivos político-ideológicos quanto por razões de índole ambiental e de saúde pública.

Dentre os componentes da “cultura do fumo”, existe a dificuldade de incidir sobre os produtores para que readaptem seus estabelecimentos para outras produções. Uma reconversão produtiva significaria para os produtores assumir novos riscos, ter que capacitar-se sobre outros cultivos e adotar novas práticas de trabalho; enquanto o conhecimento da produção de tabaco – instalada na região há muitos anos – tem sido transmitido por gerações de pais para filhos. Atualmente, as empresas fumageiras estão financiando grupos de agricultores para que se especializem em melhorar as sementes e as mudas das plantas.

Nas regiões rurais de Santa Cruz do Sul, a pobreza não é visível em um primeiro olhar. As casas e os estabelecimentos agropecuários dos produtores parecem apresentar um muito bom estado, denotam cuidado e bom padrão de vida, enquanto as condições de vida e de trabalho dos assalariados do tabaco permanecem mais ocultas e não fazem muito visível a sua pobreza. A maioria dos trabalhadores se ocupa na safra agrícola durante uns quatro meses e na safra industrial por um período semelhante, conseguindo, no máximo, ter trabalho entre oito e nove meses no ano para subsistir com suas famílias. Os salários são muito baixos, traduzindo-se, muitas vezes, na safra agrícola, em comida e alojamento.

Também pode ser considerada parte da “cultura do fumo” uma forte bateria de ações dirigidas pelas empresas tabageiras com vistas a minimizar ou transformar a

imagem e a “má fama” do tabaco, procurando criar, na população, uma opinião mais favorável em relação a essa atividade. Parte dessas ações é efetivada pela presença dessa indústria em campanhas a favor do meio ambiente: cartazes que indicam como reciclar o lixo, fomento de um uso responsável da água e das áreas verdes, patrocínio no “dia do rio”<sup>5</sup> e promoção de toda atividade que tenda a demonstrar a preocupação da comunidade pelo cuidado da natureza. Isso não consegue ocultar, porém, as “manchas” ou buracos que é possível observar nas serras à distância e que são produto do desmatamento em terras virgens para as plantações de tabaco.

Outras das ações de intervenção empreendidas pela indústria na comunidade se enquadram nos chamados “Programas de Responsabilidade Social Empresarial”. As tabageiras dão um importante apoio a projetos de desenvolvimento local. Isso permite gerar um ambiente mais propício para que a indústria desenvolva seus negócios e atividades, pois, ao argumentar que encaminha parte das suas ganâncias a toda a região de Santa Cruz do Sul, gera menos resistências e oposição por parte da sociedade. Também é preciso destacar o fato de que boa parte do dinheiro destinado pelas tabageiras a projetos de desenvolvimento pode ser abatida de impostos. Dessa forma, o Estado – ao deixar de arrecadar esses recursos – também está intervindo em forma indireta sobre políticas sociais. Enquanto as empresas defendem essas ações argumentando que os projetos locais beneficiam a comunidade toda, os sindicatos dos trabalhadores do ramo têm uma opinião contrária e denunciam que esse dinheiro deveria destinar-se a melhorar seus baixos salários e as condições de trabalho.

### *A presença da UNISC*

É importante compreender o impacto gerado em uma cidade de 120.000 habitantes pela presença de uma universidade que conta com 12.000 estudantes. Esses jovens provêm de várias regiões do estado e de fora dele, conferindo à comunidade um importante dinamismo. Trazem novas visões à “cultura” tradicional, gerando uma comunidade mais “aberta” e integradora. Também trazem a “visão jovem”, que, em boa medida, faz as sociedades mais progressistas e menos conservadoras. E, para além

---

<sup>5</sup> Atividade anual desenvolvida na beira do rio e que visa revalorizar a natureza.

disso, proporcionam e mobilizam recursos econômicos em uma porcentagem que não é desprezível.

A existência da universidade também outorga a Santa Cruz do Sul uma importante vida acadêmica através do seu corpo docente e de um conjunto de atividades como congressos, seminários, simpósios e atividades culturais onde participam um número importante de visitantes de outras regiões, se envolvendo também moradores da cidade.

Tanto ou mais importante que isso é o altíssimo grau de integração da UNISC com a comunidade mediante projetos de Extensão. Isso se entende se atentarmos para o *status* jurídico da universidade, que a define como “comunitária”. De caráter privado, a UNISC não tem dono, mas é administrada coletivamente por um Conselho. Isso a obriga necessariamente a criar parcerias com diferentes instituições e organismos locais públicos e privados em torno de diferentes projetos comunitários. Daí que nos programas de saúde, educação, cooperativismo e desenvolvimento em geral existentes em Santa Cruz do Sul, a intervenção de pesquisadores, docentes e estudantes seja absolutamente relevante. Dessa forma, a inserção e influência da UNISC na comunidade é notória e permeia toda sua vida e o seu dia-a-dia.

Em suma, Santa Cruz do Sul é uma comunidade aberta, dinâmica e com uma intensa atividade econômica, agrária e industrial. Seus principais recursos provêm da produção de tabaco, seguida pelo turismo e uma indústria têxtil de mediano porte. Além do tabaco, são produzidos milho e soja.

Sua raiz germânica ainda é perceptível em várias manifestações culturais, na gastronomia, na religião e nas festas tradicionais. É possível observar parte do legado religioso nos povoados próximos, nos quais, na entrada, estão a igreja e o cemitério católicos e, na saída, a igreja e o cemitério luteranos.

A cidade tem uma intensa vida cultural e acadêmica dada a presença da universidade, bem como um número importante de organizações e associações de diverso tipo, onde os diferentes grupos se reúnem em torno dos seus interesses e, em alguns casos, promovem projetos de desenvolvimento, conscientização ou apoio e solidariedade.

### *Santa Cruz do Sul e suas organizações*

O tamanho e a população de Santa Cruz do Sul, além de sua dinâmica produtiva e econômica, determinaram que no seu interior se desenvolvesse um grande número de organizações de diferente tipo.

A influência da Igreja Católica no Brasil é marcadamente mais forte do que no Uruguai, e ela tem nesta comunidade um conjunto importante de agrupações que, sob sua jurisdição central, têm autonomia e trabalham em torno de temas e problemáticas específicos. A presença da Pastoral Social nesta região é destacada; essa organização trabalha nos bairros mais carenciados com diferentes tipos de projetos, como o desenvolvido na Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição no bairro Bom Jesus. Nessa paróquia funciona a cooperativa de costureiras UNIFORTE, grupo de mulheres que se associaram e, com o auxílio técnico da UNISC, conseguiram trabalhar no referido bairro, considerado um dos mais problemáticos da região. Também pertence à Igreja Católica um grupo dependente da Comissão Pastoral da Terra que coordena e articula com outros movimentos de camponeses, como o Movimento dos Sem Terra (MST), as mulheres camponesas e os pequenos agricultores.

Existe também um conjunto de projetos que funcionam em bairros da periferia e que – como já foi mencionado – pertencem a programas de Responsabilidade Empresarial, nos quais intervêm empresas privadas como o Banco do Brasil e as Tabageiras, organizações civis da comunidade, o Estado e a UNISC. É esse o caso do projeto “Semear amigos”, desenvolvido no bairro Glória.

Quanto ao tema de gênero, existe o Conselho da Mulher, repartição que atualmente se dedica à divulgação e defesa dos direitos da mulher e que trabalha no assunto da violência doméstica. Da mesma forma, na Secretaria de Agricultura existe uma delegada do Conselho que se ocupa dos temas da mulher rural.

Para atender as demandas de produção agrícola, no âmbito gremial e sindical existem agrupações muito organizadas e com muito poder reivindicativo. Elas são o Sindicato dos tabageiros, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Associação Santacruzense de Feiras Rurais.

Também, no bairro Armonia, no posto de saúde Margarida Aurora é realizado um importante trabalho de difusão e prevenção em saúde mediante um grupo de agentes comunitárias que percorrem as casas e os bairros suburbanos.

## REUNIÃO DE AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE NO POSTO MARGARIDA AURORA



## INTEGRANTES DA COOPERATIVA DE COSTUREIRAS UNIFORTE TRABALHANDO





## FEIRA RURAL EM SANTA CRUZ DO SUL



## MAPA DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

LOCALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COLONIA E DE COLONIA DO SACRAMENTO (CAPITAL DEPARTAMENTAL)





**MAPA DE COLONIA. LOCALIZAÇÃO DE SAN PEDRO**

**RODOVIA 21 - 18 KM AO NORTE DE COLONIA DO SACRAMENTO EM DIREÇÃO AO PARQUE ANCHORENA**



## *San Pedro*

### *O entorno: a história e localização de San Pedro no Departamento de Colonia*

San Pedro está situada em um dos departamentos mais peculiares e com maior história do Uruguai: Colonia. A capital departamental, Colonia do Sacramento, está a 177 km de Montevideu e do seu passeio à beira-rio é possível observar as luzes de Buenos Aires, a capital do vizinho país, Argentina.

A história de Colonia do Sacramento é uma das mais fascinantes do Rio da Prata e marcou definitivamente a cultura e a sociedade da região. Portugal funda esta cidade nos primórdios do ano 1680 na península de San Gabriel sobre uma extensão de 12 hectares, sendo essa fundação anterior à de Montevideu.

Sua localização geopolítica deu origem a contínuas lutas fronteiriças entre as coroas da Espanha e de Portugal que se estenderam durante mais de um século. Em decorrência desses conflitos, a cidade passou do domínio português ao espanhol várias vezes. A origem portuguesa da cidade ficou moldada no bairro histórico, onde ainda hoje é conservada parte do que foi a antiga Colonia do Sacramento. O próprio traçado da cidade e sua arquitetura contrastam com o clássico plano de tabuleiro de damas comum a todas as cidades de origem espanhola e legislado pelas Leis de Índias.

Outro dos componentes que confere ao referido departamento características bem diferenciadas e particulares com respeito ao resto do país são as correntes migratórias que chegam para povoá-lo em suas origens. À diferença da maioria de espanhóis e italianos que chegaram ao resto do país, em Colonia desembarcaram grupos provenientes da Alemanha, da Suíça e das fronteiras do Piemonte. Dois elementos muito importantes diferenciavam esses dois grupos de imigrantes: a religião e a origem sociocultural. Enquanto os espanhóis e italianos que chegaram eram, em sua maioria, católicos, geralmente com condições de vida muito humildes, sendo a motivação da sua migração melhorar sua situação econômica, os imigrantes que chegaram a Colonia tinham um melhor nível sociocultural e econômico, eram protestantes e tinham saído das suas cidades por perseguições religiosas.

A idiosincrasia, tradições, cultura e valores que estabelecem nos novos povoados que formam uns e outros estarão em boa medida condicionados por esses fatores. Para os imigrantes protestantes chegados a Colonia, manter a alta coesão que os unia em torno da prática religiosa era fundamental, bem como preservar seus valores e tradições. A preocupação pelo estudo, o trabalho disciplinado, a solidariedade e o afã de superação estavam entre esses códigos compartilhados.

A comunidade que se instalou na região que nos ocupa foi, em sua imensa maioria, a valdense. Esta denominação faz referência tanto à comunidade religiosa quanto ao local geográfico que lhe dera origem. Por volta de 1170, Pedro Valdo encabeça na cidade francesa de Lyon um movimento que se afastará da Igreja Católica e finalizará com sua adesão à corrente protestante do calvinismo.

Roger Geymonat menciona que, em relação a outras correntes que chegaram ao país, os valdenses podem ser considerados um corpo social mais fechado que se autopreservou em face do meio (Geymonat, 2007).

O processo de instalação e assentamento da colonização valdense no Uruguai reconhece diversas fases. Entre 1857 e 1878 chegam os primeiros contingentes que dão origem a Colonia Valdense e Colonia Cosmopolita. Aproximadamente em 1990 a população tem um crescimento extraordinário em decorrência da expansão da colonização agrícola, a aquisição de terras e a fundação de novos núcleos populacionais. Ali fica conformado, dentre outros, o povoado de San Pedro.

Um traço distintivo e relevante no que se refere a essa colonização decorre do fato de ela ter sido organizada e orientada pela ação de alguns pastores da Igreja. Menciona-se, por exemplo, que desde sua chegada em 1887, Daniel Armand Ugón desempenhará não apenas tarefas religiosas, “mas também será o representante político e o dirigente – no sentido amplo do termo – dos colonos” (Informe Uruguay, 2004, tradução nossa). Sem dúvida, essa orientação também foi um elemento que preservou a coesão e a solidariedade entre os recém-chegados. Armand Ugón demonstrou desde sua chegada uma preocupação pela sorte e localização dos seus protegidos, realizando uma intensa tarefa diplomática junto às autoridades da região, tanto na Argentina quanto no Uruguai, para ir encontrando lugares onde os colonos pudessem se instalar. “Todo o espaço disponível está ocupado; não se sabe onde estabelecer as famílias que vão se

formando...” (Ugón apud Geymonat, 2007, tradução nossa). Na maioria dos casos, a vocação e o interesse dessas famílias era poder se dedicar à agricultura, sendo que “a questão mais importante (...) consiste na falta de terrenos disponíveis e próprios para o cultivo...” (Ibidem, tradução nossa).

Essas primeiras famílias, somadas às que continuavam chegando, promoveram em poucos anos um importante crescimento demográfico acompanhado de um progresso material. O desenvolvimento permanente das tarefas agrícolas foi incorporando novas tecnologias que aumentaram a produção. Geymonat afirma que o modelo adotado foi solidário, embora existisse uma “obsessão proprietarista” por parte dos produtores. Acrescenta o autor que por volta de 1906, na região de Colonia Valdense, 87% dos hectares eram ocupados em qualidade de propriedade enquanto apenas 13% eram arrendados (Informe Uruguay, 2004).

Esses grupos valdenses, após terem sido perseguidos e como forma de defesa diante do entorno hostil e diferente, conformaram comunidades fechadas e tiveram um processo mais lento de integração ao novo país do que o registrado por outros imigrantes. Essa conduta se manifestou mediante o uso de mecanismos como os casamentos endogâmicos, o uso do francês e do “*patois*” (“francês corrupto”), a preservação de costumes trazidos dos Vales e a exaltação de tudo o valdense como definidor da comunidade.

A educação foi, desde cedo, uma preocupação central dos representantes do templo. Já nos dois primeiros anos após a instalação da comunidade existia uma escola, que, à diferença das do resto do país, era mista. Por volta de 1905, o número de escolas se eleva a oito e, também nesse período, o país vê nascer sua primeira escola de ensino médio, localizada em Colonia Valdense e destinada, conforme o pastor metodista Thomas Wood, “não a multiplicar os esclarecidos letrados que reluzem nas grandes capitais e nos altos empregos, mas a acender luzes nas trevas do campo e nas vias comuns da vida do povo” (Informe Uruguay, 2004, tradução nossa). Este perfil é, sem dúvida, um elemento que contribuirá para o enriquecimento do que posteriormente será a cultura, o trabalho e a vida social da comunidade, alimentando também o sentimento de “distinção” e de “diferenciação” em relação ao resto da população.

O teólogo, sociólogo e pastor da Igreja reformada Christian Lalive D'Epinau definiu esse grupo como uma “Igreja-etnia”, uma “confissão protestante que serve de ideologia religiosa a um grupo de imigrantes que desempenha uma função sociocultural que fundamenta sua etnia” e que cuidou com zelo sua identidade (Informe Uruguay, 2004).

Atualmente, o departamento de Colonia é um dos maiores centros turísticos do país, pois as paisagens e as tradições culinárias alemãs ou suíças, bem como o centro histórico, atraem milhares de visitantes. Em matéria agropecuária, conta com uma importante produção de laticínios com fins industriais. Além disso, é produzido gado e cultivado milho, girassol, linhaça, cevada, videira, frutais, oliveiras e diversas plantas forrageiras.

### ***A origem e evolução de San Pedro***

A localidade de San Pedro está localizada a uns 18 km ao norte de Colonia do Sacramento. Toda essa área fazia parte de uma única fazenda de 8.700 hectares adquirida em 1857 pela sociedade anônima inglesa *The River Plate Estancia Company Limited*. Ainda hoje é preservado o que foi a sede antiga original dessa fazenda. A partir de 1900, em função de uma proibição de manter terras em mãos estrangeiras, começa a ser realizada uma série de subastas nos quais paulatinamente é operado um fracionamento. Na subasta realizada em 1912 começam a se localizar os primeiros colonos valdenses em busca de terras para cultivar, sendo esse primeiro grupo majoritariamente de piemonteses. Em 1914 é realizado um segundo leilão, ao qual comparecem famílias suíças e algumas alemãs.

Atualmente moram nessa região umas 800 pessoas em forma dispersa e, apesar de não estarem longe da cidade, elas têm um estilo de vida que se pode considerar totalmente rural, tanto no social quanto no produtivo. Predominam as explorações de laticínios, bem como algumas unidades de produção dedicadas à invernada de gado *vacuum* e também à exploração intensiva de ovinos. A base forrageira está constituída por pastagens artificiais rotacionadas com cultivos forrageiros e de grãos. Ainda que

não seja uma região onde tradicionalmente seja praticada a agricultura, no período mais recente está sendo ensaiado algo em ramos inovadores como o cultivo de arandos. A produção é de tipo familiar e as unidades de produção têm, em média, 100 hectares. Em comparação com o resto do país, Colonia é um departamento que conta com terras de muito boa fertilidade, e, além disso, sua localização geográfica tão próxima da Argentina o coloca em excelentes condições para a exploração do turismo.

Nesse sentido, as condições naturais de San Pedro são privilegiadas (rio, barrancos, florestas naturais formidáveis), e sua proximidade de Colonia do Sacramento – que recebe um número importante de turistas – lhe outorga um elemento de “oportunidade”, sendo uma vantagem comparativa sobre outras regiões do interior do Uruguai.

As famílias que residem nesta região e se dedicam à produção agropecuária contam com um bom nível cultural relativo, bem como com o conhecimento e manejo de um importante componente tecnológico. Este elemento é assinalado pelos técnicos e informantes qualificados como muito importante, sendo que esse fator, aliado à tradição que integra o constante afã de superação do dia-a-dia, fez com que San Pedro atingisse um reconhecimento pelos seus elevados indicadores produtivos e pela administração racional dos recursos naturais, bem como um grande dinamismo na região. Destaca-se o fato de os sobrenomes dos produtores atuais serem os mesmos dos das primeiras famílias que se assentaram na região, que por quatro ou cinco gerações mantiveram suas unidades de produção, o que tem lhes outorgado um forte sentimento de pertença ao lugar.

### *A crise e a resposta da comunidade*

A partir do ano 2000, no contexto de um crise generalizada no Uruguai e, em particular, no meio produtivo rural, a região sofreu um grande impacto. Houve episódios de febre aftosa e também foram sentidos os efeitos da recessão do ano 2001 que se deslocou da Argentina. Isso acarretou uma diminuição no número das explorações, a venda de muitas unidades de produção a preços muito baixos, compradas em grande número por cidadãos argentinos, e uma migração de jovens para a cidade de Colonia em busca de melhores oportunidades.



Essa realidade significou um grande desafio para os vizinhos da região e para suas organizações. A resposta dada esteve baseada em fortalecer ao máximo as redes de cooperação, a mobilização e o enfrentamento com as autoridades quando necessário e a conformação de novas associações e grupos. Sem dúvida, parte da tradição cultural e dos valores dos primeiros colonos foi um componente importante e esteve presente na forma em que se deu resposta à situação. Alguns desses processos são analisados mais adiante.

### *San Pedro e suas organizações*

Nesta comunidade existe uma vasta rede institucional consolidada e uma elevada taxa de sociabilidade. Na verdade, chama a atenção o importante número de organizações e instituições considerando que a população é relativamente pequena.

As agrupações que encontramos em San Pedro referidas ao âmbito produtivo são a CASSPE, cooperativa agrária afiliada às CAF, um grupo de produtores independentes que pede assistência à referida cooperativa e um grupo de produtores CREA<sup>6</sup>.

Há quatro escolas rurais em San Pedro, as número 13, 47, 60 e 73, o que, sem dúvida, representa um elemento muito importante não apenas em termos da educação para crianças, mas também no que tem a ver com o efeito irradiador e multiplicador da cultura, a realização de atividades, a promoção dos direitos e a reprodução da tradição da comunidade.

Existem duas igrejas: a católica e a evangélica valdense. Ambas contam com diferentes grupos no seu interior, como o das mulheres e jovens, que realizam uma profusa atividade de assistência e cooperação.

Quanto às organizações recreativas e sociais, existem dois clubes esportivos e o Parque Brisas del Plata, localizado à beira do rio. Além da prática de esportes, nesses lugares as pessoas se encontram, organizando eventos e atividades variadas. Também se

---

<sup>6</sup> Grupos existentes em várias regiões do país, que coordenam e recebem assistência técnica através de uma central CREA.

encontram ali dois grupos de tradições nativistas, um mais de orientação rural e gauchesca e o outro de danças folclóricas.

Por outro lado, a presença de moradias do MEVIR implicou todo um desafio para a região, mas também significou crescimento e organização.

Foi deixada para o final a menção ao GRUTUR (Grupo de Turismo Rural de San Pedro) por merecer uma atenção especial. Esta foi uma das iniciativas associativas realizadas como resposta à crise que gerou maior impacto na região. Foi uma convocação lançada pelo grupo de mulheres da CASSPE a famílias da região e que, com a assistência técnica de um projeto do Plano Agropecuário, culminou com a conformação desta associação. Na sua origem, envolveu mais de 10 famílias, algumas das quais eram produtoras e outras não, que se mobilizaram e colaboraram desempenhando diferentes funções nesse empreendimento de turismo rural. Basicamente, procurou-se abrir as unidades de produção a visitantes, oferecendo-se alguns serviços básicos sem abandonar as atividades produtivas principais, que fazem parte da oferta turística. Atualmente, fazem parte do projeto duas produções de laticínios, um viveiro, um museu-oficina localizado em pleno campo, o Parque Brisas del Plata e uma chácara. Esses estabelecimentos coordenam entre si e fazem parte de diferentes agrupações de turismo departamentais e nacionais.

## CASSPE, SAN PEDRO



## REUNIÃO DOS VIZINHOS DE SAN PEDRO



**ESTUFA TRABALHADA PELAS CRIANÇAS NA ESCOLA RURAL Nº 73. SAN PEDRO**



## **3.2 OS COMPONENTES DE CAPITAL SOCIAL PRESENTES NAS COMUNIDADES DE SANTA CRUZ DO SUL E SAN PEDRO**

Nesta seção, serão desenvolvidas as percepções dos vizinhos sobre alguns aspectos presentes em suas comunidades que – conforme o visto no capítulo teórico – são para nós componentes importantes para a conformação do capital social. Nesse sentido, são elementos igualmente relevantes na hora de promover que as ações possam estar direcionadas para objetivos de participação cidadã.

Serão utilizados os dados obtidos pela pesquisa realizada nas duas regiões de estudo. Como já atentamos anteriormente, trata-se de um estudo que procura fazer um levantamento sobre a opinião dos povoadores sem pretender transformá-lo em uma análise estritamente estatística.

As características de contexto em ambas as comunidades nos permitem considerar tanto o conjunto da população entrevistada quanto fazer uma análise discriminando dados por localidade a fim de podermos observar se aparecem diferenças sistemáticas e significativas que possam introduzir algum elemento novo a ser considerado e que esteja incidindo no comportamento das duas comunidades.

### **3.2.1 OS NÍVEIS DE SOLIDARIEDADE E CONFIANÇA**

Nesta seção, serão examinados alguns aspectos atinentes às opiniões dos vizinhos acerca da solidariedade e confiança existentes em sua comunidade. Para estudar essa dimensão, foram realizadas várias perguntas que procuram indagar como é percebida a presença ou ausência desses elementos no seu entorno.

Parte-se da premissa de que um acúmulo importante desses componentes de confiança e solidariedade permite à comunidade sentir-se mais unida, poder recorrer a seus vizinhos e, finalmente, formar grupos ou redes; elementos determinantes e necessários para a geração de capital social.

As respostas à pergunta sobre o grau de confiança existente entre o próprio entrevistado e as pessoas da comunidade se distribuíram conforme é apresentado no seguinte quadro.

**TABELA 1 - GRAU DE CONFIANÇA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Total</b>	15	17%	6	13%	9	21%
<b>Muita</b>	43	50%	20	45%	23	55%
<b>Pouca</b>	24	28%	17	38%	7	17%
<b>Nenhu ma</b>	2	2%	1	2%	1	2%
<b>Ns/Nc</b>	3	3%	1	2%	2	5%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%
<b>Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009</b>						

O conjunto da população pesquisada sente em forma majoritária que tem altos níveis de confiança em relação à sua comunidade. Somando as pessoas que responderam que essa confiança era total e aquelas que opinam que a confiança é muita, obtém-se uma porcentagem de 67% dos entrevistados, o que indicaria que, francamente, o sentimento em relação aos vizinhos é muito positivo. Mesmo assim, quase um terço do total sente que existe pouca ou nenhuma confiança entre eles. Se os dados forem discriminados por localidade, aparece uma variação que não é significativa, mas que é preciso considerar: enquanto em San Pedro a porcentagem de quem sente total ou muita confiança entre eles e sua comunidade foi de 76%, em Santa Cruz do Sul, essa categoria é constituída por 58% da população entrevistada. Isso implica 18% de distância entre ambas as comunidades, porcentagem não desprezível. Enquanto 40% das pessoas que responderam em Santa Cruz do Sul sentem pouca ou nenhuma confiança em relação aos

seus vizinhos, em San Pedro apenas 19% se situaram nessas categorias. Uma primeira leitura sugere que em termos gerais o nível de confiança entre os vizinhos nessas comunidades é bom. No caso de San Pedro, é possível afirmar que é uma comunidade com muito bom nível de confiança entre seus integrantes. Aqueles que, em sentido oposto, sentem que esse elemento não está presente ou está pouco presente em Santa Cruz do Sul, não chegam à metade dos entrevistados e, então, não se pode afirmar que esse seja um problema muito importante, embora seja uma porcentagem elevada o suficiente para ser analisada depois.

**TABELA 2 - GRAU DE CONFIANÇA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMENS	%	MULHERES	%
<b>Total</b>	15	17%	10	23%	5	11%
<b>Muita</b>	43	50%	24	55%	19	44%
<b>Pouca</b>	24	28%	9	20%	15	35%
<b>Nenhuma</b>	2	2%	0	0	2	5%
<b>Ns/Nc</b>	3	3%	1	2%	2	5%
<b>TOTAL</b>	87	100%	44	100%	43	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Se as respostas forem analisadas discriminadas por sexo aparece uma singularidade, pois a categoria de pouca confiança aumenta nas mulheres, bem como aquela de nenhuma confiança (ainda que baixa), sem registro entre os homens. Em contrapartida, 78% dos homens dizem ter total e muita confiança, linhas que registram 55% entre as mulheres. Isso chama a atenção quando se considera que a participação e os graus de associatividade das mulheres são similares aos dos homens. Uma possível explicação poderia indicar que, por motivos culturais e valorativos, as mulheres talvez sintam que não existe reciprocidade em relação a elas por parte da comunidade no mesmo grau de confiança que elas depositam ao participar.

Uma forma de reconhecer e analisar melhor os componentes de confiança das comunidades é identificar os atores e sujeitos com os quais os vizinhos sentem maior confiança. Para isso, foi entregue uma lista de opções para que marcassem até quatro em ordem de maior a menor confiança.

**TABELA 3 - PESSOAS NAS QUAIS CONFIA MAIS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Amigos</b>	72	28%	41	24%	31	32%
<b>Vizinhos da comunidade</b>	66	25%	37	22%	29	30%
<b>Pastor ou Sacerdote</b>	39	15%	28	17%	11	11%
<b>Pessoas do departamento</b>	32	12%	18	11%	14	14%
<b>Jornalistas</b>	25	10%	20	12%	5	5%
<b>Políticos</b>	16	6%	12	7%	4	4%
<b>Pessoas de fora do departamento</b>	9	4%	6	3%	3	3%
<b>Não confia em ninguém</b>	6	3%	1	4%	5	5%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Em ambas as comunidades foram marcadas em uma porcentagem muito importante e quase duplicam as linhas posteriores as opções que indicavam amigos e vizinhos da comunidade, com 28% e 25% de preferência, respectivamente. A essas categorias seguem, com uma porcentagem bastante similar, os registros correspondentes a pessoas do departamento ao que pertencem e a um religioso pastor ou sacerdote. Aqui começa a se esboçar uma diferença entre as comunidades que será confirmada mais adiante, sendo consistente: o peso da religião. Enquanto em Santa Cruz do Sul a confiança em relação a um pastor ou sacerdote registra 17% das opções, em San Pedro,



a mesma resposta recolheu 11% das adesões. Mais abaixo na escala aparecem os jornalistas e políticos e, finalmente, as pessoas que são de fora do departamento. Não podemos deixar de mencionar que a resposta “não confia em ninguém” obteve 3% das opções. Em comunidades pequenas o conhecimento pessoal e a proximidade com as pessoas é essencial para gerar confiança, daí que as pessoas de fora do departamento não gerem – em princípio – esse sentimento. Por outro lado, agentes que geralmente têm muito peso por sua incidência na comunidade através do seu papel, como os jornalistas e políticos, também não contam com demasiada confiança, ainda que em Santa Cruz do Sul apareçam com melhores porcentagens do que em San Pedro.

A fim de analisar os aspectos que têm a ver com o grau de solidariedade presente na comunidade, perguntou-se aos entrevistados se, no caso de terem algum problema de saúde ou econômico – e sem contar com familiares próximos –, eles teriam alguém a quem solicitar apoio ou auxílio.

**TABELA 4 - POSSIBILIDADE DE RECORRER OU PEDIR AUXÍLIO A PESSOAS ALHEIAS AO DOMICÍLIO**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>DEFINITIVAMENTE SIM</b>	47	54%	14	31%	33	79%
<b>PROVAVELMENTE SIM</b>	28	32%	22	49%	6	14%
<b>NÃO TEM CERTEZA</b>	6	7%	6	13%	0	0
<b>PROVAVELMENTE NÃO</b>	4	5%	2	5%	2	5%
<b>DEFINITIVAMENTE NÃO</b>	2	2%	1	2%	1	2%
<b>TOTAL PESSOAS</b>	87	100	45	100	42	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Do total da amostra, mais da metade das pessoas sentem com certeza que têm alguém a quem solicitar auxílio, representando 54% dos entrevistados, o que demonstra uma percepção muito positiva e auspiciosa. Essa afirmação é ainda mais confirmada se somarmos a ela as respostas daqueles que consideraram que provavelmente teriam a quem recorrer em caso de necessidade; nesse caso, estaríamos falando de 86% das

peças. Apenas 7% responderam que definitivamente ou provavelmente não contaria com ninguém. Novamente, encontramos em San Pedro um registro mais alto de respostas positivas, sendo que 79% garantiu ter alguém a quem solicitar ajuda, enquanto em Santa Cruz do Sul, essa categoria se situa em 31%. Em uma primeira análise, encontramos bons componentes de solidariedade, embora apareçam algumas nuances em ambas as comunidades. Das duas comunidades surge que 7% provavelmente ou definitivamente não teria a quem recorrer, o que representa uma porcentagem consideravelmente baixa. No entanto, chama mais a atenção o fato de 13% das pessoas em Santa Cruz do Sul manifestar não ter certeza de contar com alguém, número que duplica a de San Pedro. A incerteza é um traço mais característico das comunidades menos tradicionais e mais urbanas, característica com a qual agora os vizinhos precisam aprender a conviver.

Outra das perguntas que visaram medir o quanto as comunidades se consideram solidárias foi a consulta sobre as possibilidades de que a localidade ajude um vizinho com problemas.

**TABELA 5 - POSSIBILIDADES DE A COMUNIDADE AUXILIAR UM VIZINHO COM PROBLEMAS**

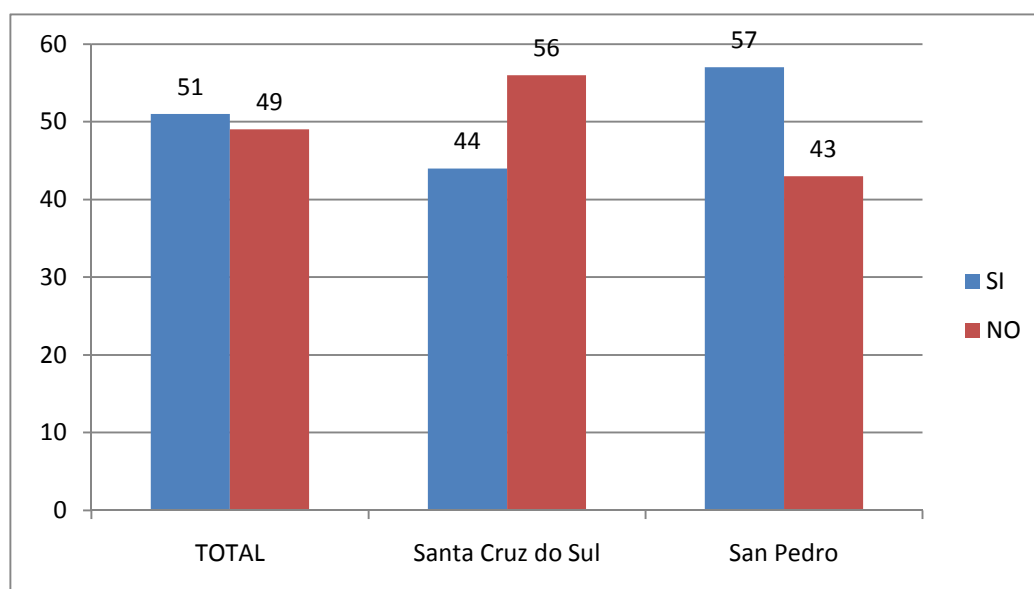
	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>CERTAMENTE AUXILIARÁ</b>	32	37%	16	36%	16	38%
<b>MUITO PROVAVELMEN TE AUXILIARÁ</b>	41	47%	19	42%	22	52%
<b>DIFICILMENTE AUXILIE</b>	13	15%	9	20%	4	10%
<b>Ns/Nc</b>	1	1%	1	2%	0	0
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

A percepção dos vizinhos é bastante otimista, sendo que entre os que opinam que certamente a comunidade auxiliará e os que afirmam que existem bastantes possibilidades de que isso aconteça somam 84% dos entrevistados, enquanto 15% expressam que há poucas possibilidades do auxílio ser prestado. Em San Pedro, a porcentagem das duas primeiras faixas se localiza em 90% enquanto que apenas 10% opinam em forma mais negativa. Esses dados sugerem uma situação bastante boa em relação a como os vizinhos sentem sua comunidade. Novamente encontramos em San Pedro uma postura mais positiva refletida em alguns pontos a mais para as respostas que demonstram maior solidariedade, mas também uma distância considerável com respeito à resposta mais negativa, que, em Santa Cruz do Sul, tem a sua porcentagem duplicada.

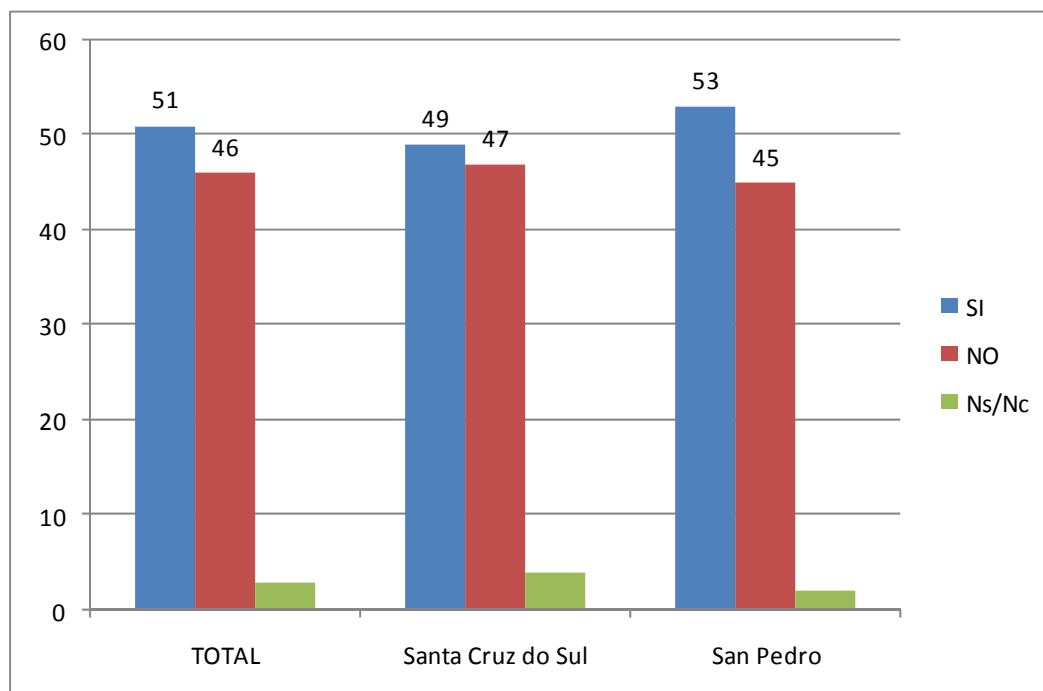
Para analisar se essa opinião bastante abstrata se materializava de alguma forma, foram realizadas duas perguntas para registrar se nos últimos seis meses o entrevistado tinha recorrido a alguém para solicitar informações ou auxílio, ou se ele tinha recebido alguma solicitação nesse sentido.

### GRÁFICO 1 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA A OUTRA PESSOA NOS ÚLTIMOS 6 MESES



Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

**GRÁFICO 2 - COOPERAÇÃO COM OUTRA PESSOA COM INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA NOS ÚLTIMOS 6 MESES**

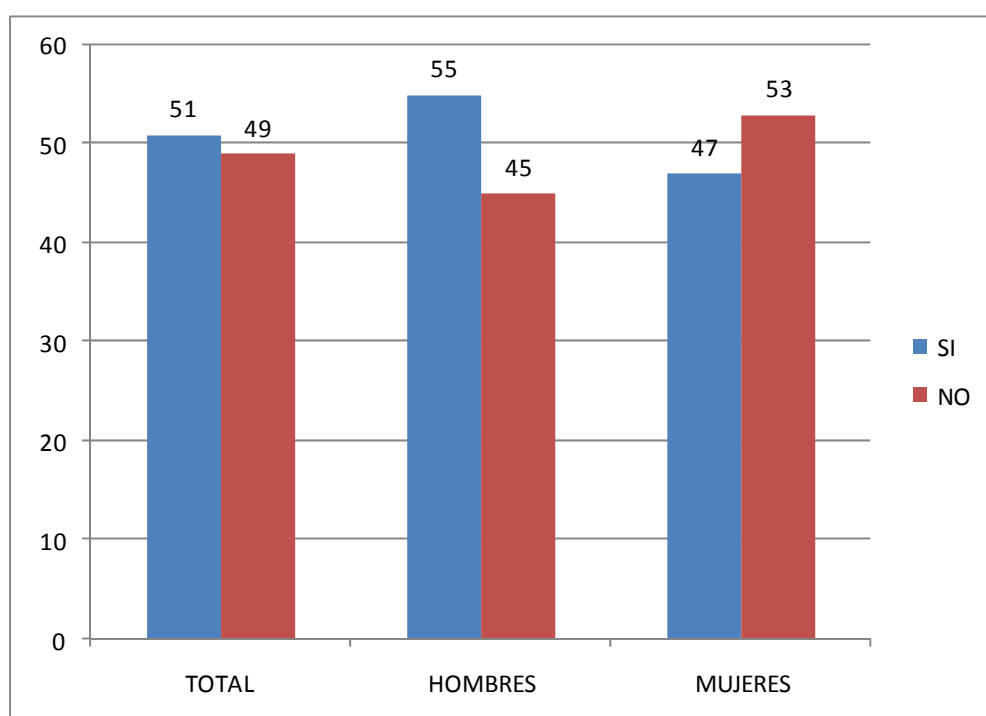


**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

A distribuição dos números em ambas as gráficas é bastante similar, o que pode fazer supor que existe certo traço de reciprocidade e que quem realiza pedidos de ajuda ou informações é também quem está disposto a oferecê-las. Atingindo uma porcentagem situada apenas sobre a metade dos entrevistados, 51% são tanto aqueles que recorreram a alguém quanto aqueles que receberam pedidos de auxílio. Lembrando que a pergunta fazia referência a um período de seis meses, chama a atenção que a metade dos entrevistados não tenha solicitado nem dado informações ou ajuda. Em San Pedro, a porcentagem é um pouco maior, situando-se em 57% para os que deveram recorrer a alguém. Uma primeira aproximação sugere que, embora a percepção sobre a solidariedade seja mais alta, quando é preciso colocá-la em prática, essa característica cai um pouco. Ainda que esse resultado possa ser analisado de um viés positivo – a metade das pessoas forneceu ajuda ou solicitou auxílio ou informações – também poderia ser feita a leitura no sentido contrário: a metade das pessoas não teve interação

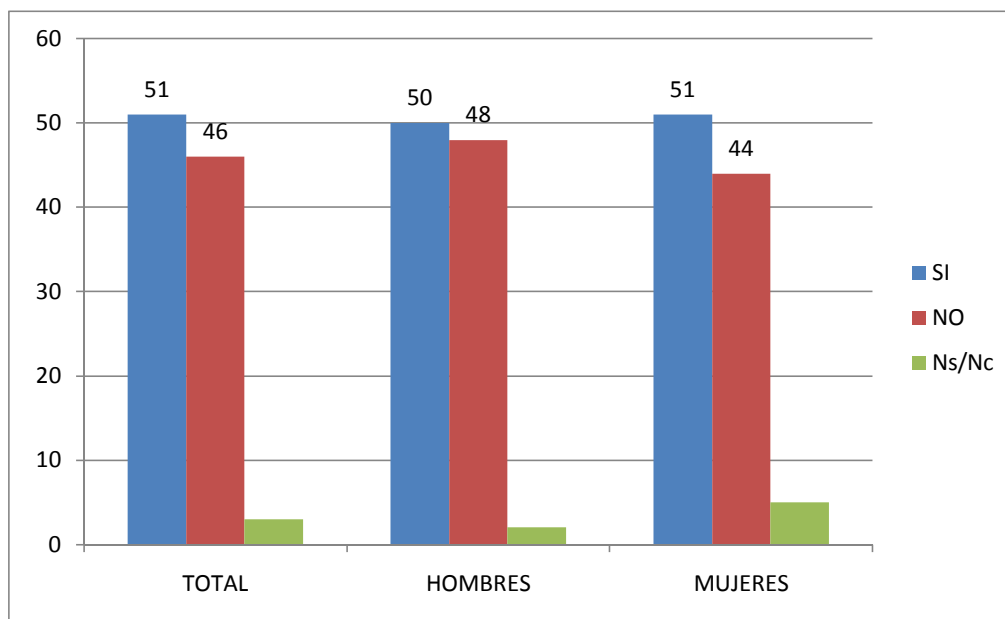
desse tipo. É importante considerar que em um período de seis meses não necessariamente os indivíduos possam precisar recorrer a alguém, mas trocar informações é algo que, atualmente, é de se esperar que ocorra frequentemente. De qualquer maneira, podemos considerar esses algarismos positivos ou “razoáveis” dentro do contexto geral.

### GRÁFICO 3 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA A OUTRA PESSOAS NOS ÚLTIMOS 6 MESES SEGUNDO SEXO



Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

#### GRÁFICO 4 - COOPERAÇÃO COM OUTRA PESSOA COM INFORMAÇÕES OU ASSISTÊNCIA NOS ÚLTIMOS 6 MESES SEGUNDO SEXO



Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Uma vez examinadas ambas as perguntas conforme o sexo do entrevistado, surge que é superior o número de homens que recorreu a alguém em comparação com as mulheres na mesma situação, sendo 55% no primeiro caso e 47% no segundo. No entanto, as porcentagens se emparelham quando se pergunta se receberam alguma solicitação de auxílio. Este dado é sugestivo, pois poderia indicar que, culturalmente, além dos papéis tradicionais atribuídos a elas, as mulheres são mais requeridas para dar informações e apoio, enquanto que, ao mesmo tempo, devem ser mais autossuficientes. Isso pode ser interpretado como que elas oferecem mais auxílio do que o que requerem.

Um aspecto relevante relacionado com a solidariedade e a confiança é o que diz respeito aos graus de abertura da comunidade em relação a pessoas provenientes de outros lugares. Nesse sentido, aludimos aos possíveis graus de “xenofobia” existentes a fim de examinar se eventualmente nessas localidades é possível perceber certo temor a perder seus costumes e tradições, ou se, pelo contrário, trata-se de duas comunidades abertas e permeáveis.

Esse ponto adquire maior importância se considerarmos que – por sua história e origem – são duas comunidades muito homogêneas conformadas por imigrantes que tinham muitos motivos para quererem preservar seus traços de identidade. Definitivamente, a confiança e a solidariedade têm a ver com o grau de conhecimento e interação mantido com as outras pessoas e, por isso, é interessante estudar a atitude dos membros dessas comunidades em relação aos desconhecidos e a tudo o “novo” que esses estrangeiros podem trazer. A consulta, neste caso, foi formulada em uma pergunta sobre como seria o impacto diante da chegada de novos vizinhos provenientes de outras regiões, no intuito de avaliar a opinião sobre se essa chegada poderia acarretar efeitos negativos, ou se, pelo contrário, poderia existir adaptação.

**TABELA 6 - IMPACTO QUE NOVOS VIZINHOS PODERIAM PRODUZIR NA COMUNIDADE**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>PRODUZIRIAM ALGUMAS MUDANÇAS, MAS EXISTIRIA ADAPTAÇÃO MÚTUA</b>	57	66%	30	67%	27	64%
<b>NÃO SE PRODUZIRIAM MUDANÇAS SUBSTANCIAIS</b>	29	33%	15	33%	14	33%
<b>PODERIAM PRODUZIR MUDANÇAS NEGATIVAS</b>	1	1%	0	0%	1	3%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Do total dos consultados, 66% opinam que esta situação poderia produzir mudanças, mas manifestam confiança em que existiria um processo de adaptação mútua

entre os cidadãos “locais” e os “novos”; já uma terceira parte dos entrevistados considera que não se produziriam mudanças substanciais. Nas respostas coletadas não se percebem diferenças entre ambas as comunidades. Esse resultado é – em princípio – muito positivo, na medida em que mostra uma atitude de abertura muito importante. No entanto, seria importante aprofundar no relativo à seguinte questão: esse 33% que opinam que não se produziriam mudanças, poderia eventualmente reagir em forma negativa se efetivamente se produzissem certas transformações que ao momento da pesquisa não visualizam? Algumas nuances interessantes surgem a partir das entrevistas.

Existe uma forma de alimentar, aumentar e reafirmar os graus de confiança e solidariedade que consiste em manter um grau mais ou menos contínuo ou periódico de sociabilidade com amigos e conhecidos. Essas atividades, como a de visitar-se nas casas, sair juntos, organizar jogos, etc. – para além do entretenimento – exercem a função de fortalecer laços e redes. Nesse sentido, interrogamos sobre a frequência na qual o entrevistado e sua família se dedicam às referidas atividades.

**TABELA 7 - FREQUÊNCIA COM A QUAL COSTUMA SAIR OU FREQUENTAR AMIGOS COM SUA FAMÍLIA**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Saem ou frequentam amigos poucas vezes por ano</b>	48	55%	23	51%	25	60%
<b>Saem ou frequentam amigos muitas vezes por ano</b>	29	33%	16	36%	13	31%
<b>Não saem nem frequentam amigos</b>	10	12%	6	13%	4	10%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009



É interessante assinalar que a terceira parte dos entrevistados tem uma atividade social importante, pois afirmar sair e encontrar amigos muitas vezes por ano. Uma maioria que atinge 55% das pessoas também faz isso, mas com menor frequência. Essas respostas indicam uns índices positivos quanto ao relacionamento social se considerarmos que apenas 12% das pessoas são um pouco “solitárias” e não socializam muito com os outros. Não se registram distâncias muito importantes entre comunidades, ainda que em Santa Cruz seja um pouco superior do que em San Pedro a porcentagem de pessoas que frequentam ou saem mais com seus amigos várias vezes por ano.

Existem algumas questões que muito provavelmente favoreçam a união dos vizinhos da comunidade, enquanto, provavelmente, outras ajam em sentido inverso, provocando tensão e problemas. Nas seguintes duas questões, foi solicitado aos entrevistados que marcassem até duas opções de uma lista apresentando vários temas que poderiam conformar tanto fatores de união quanto de divisão entre os vizinhos.

**TABELA 8 - FATORES QUE UNEM OS VIZINHOS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Temas de vizinhança ou de comunidade</b>	43	29%	19	24%	24	36%
<b>Atitudes pessoais</b>	40	27%	21	26%	19	28%
<b>Temas produtivos e econômicos</b>	27	18%	14	17%	13	19%
<b>Religião</b>	27	18%	20	25%	7	10%
<b>Política</b>	3	2%	3	4%	0	0
<b>Nenhum</b>	7	5%	4	5%	3	5%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

**TABELA 9 - FATORES QUE DIVIDEM OS VIZINHOS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ DO SUL	%	SAN PEDRO	%
<b>Atitudes pessoais</b>	51	34%	24	30%	27	38%
<b>Temas de vizinhança ou de comunidade</b>	37	24%	20	25%	17	24%
<b>Política</b>	23	15%	17	21%	6	8%
<b>Temas produtivos e econômicos</b>	17	11%	6	8%	11	15%
<b>Religião</b>	8	5%	4	5%	4	5%
<b>Nenhum</b>	13	9%	7	9%	6	8%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Curiosamente, os mesmos elementos que podem criar união entre os vizinhos da comunidade são também os que eventualmente poderiam gerar conflito. As atitudes pessoais e os temas ligados à vizinhança ou à comunidade figuram nas primeiras posições em ambos os casos, concentrando mais da metade das razões escolhidas. Com bastante distância seguem, como elementos de união, os aspectos econômicos e produtivos e a religião, sendo de destacar que a política aparece em último lugar e que 5% das repostas indicam que nenhum fator une os vizinhos.

Cabe destacar que, em San Pedro, os temas da comunidade aparecem como fator de união com uma porcentagem bastante maior que a da segunda categoria colocada, a das atitudes pessoais. No entanto, em Santa Cruz do Sul aparecem essas duas opções com porcentagens semelhantes, mas com graus bastante diluídos em relação à outra comunidade, pois aparece no mesmo nível o fator religioso. Novamente aparece a religião como fator diferencial entre as comunidades: em Santa Cruz do Sul, 25% das respostas indicam que a religião liga a comunidade enquanto esse fator registra 10% das

opiniões de San Pedro. Chama a atenção o fato de que nessa última comunidade, com um componente histórico importante da Igreja Valdense e cujos membros são afins a ela, não seja vinculado o aspecto religioso aos outros temas comunitários. Uma possível explicação para esse fenômeno reside em que o devir histórico e o forte componente laico do Uruguai foram diluindo o peso e a articulação da prática valdense com as outras áreas da vida comunitária.

A política é um componente que figura como de divisão, com 15% de opções, sendo que em Santa Cruz do Sul atinge 21%, o que pode ser considerado bastante significativo. Os aspectos produtivos e econômicos não seriam elementos demasiado conflitantes dado o lugar no qual ficou situada essa opção, enquanto que na última posição ficou a religião. Por último, 9% do total dos entrevistados consideraram que nenhum fator incidia para dividir a comunidade.

**TABELA 10 - FATORES QUE UNEM OS VIZINHOS SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMBRES	%	MUJERES	%
<b>Temas de vizinhança ou de comunidade</b>	43	29%	20	27%	23	32%
<b>Atitudes pessoais</b>	40	27%	24	32%	16	22%
<b>Temas produtivos e econômicos</b>	27	18%	17	23%	10	14%
<b>Religião</b>	27	18%	9	12%	18	25%
<b>Política</b>	3	2%	0	0	3	4%
<b>Nenhum</b>	7	5%	4	5%	3	4%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

**TABELA 11 - FATORES QUE DIVIDEM OS VIZINHOS SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMBRES	%	MUJERES	%
<b>Atitudes pessoais</b>	51	34%	26	34%	25	33%
<b>Temas de vizinhança ou de comunidade</b>	37	24%	19	25%	18	24%
<b>Política</b>	23	15%	11	14%	12	16%
<b>Temas produtivos e econômicos</b>	17	11%	9	12%	8	11%
<b>Religião</b>	8	5%	4	5%	4	5%
<b>Nenhum</b>	13	9%	6	8%	7	9%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Ao examinarmos estas respostas por sexo, não aparecem diferenças significativas nas opiniões sobre os fatores que podem chegar a dividir os vizinhos, mas é possível notar algumas nuances quanto aos elementos de união. Enquanto para as mulheres o tema de união mais importante é o que se refere à vizinhança e à comunidade, os homens invertem a ordem e situam em primeiro lugar as atitudes pessoais. Em terceiro lugar, para os homens, estão os fatores produtivos e econômicos, com uma diferença importante com respeito à porcentagem que essa opção obteve na população feminina. Também existe uma distância significativa no relativo à religião como elemento de união, fator que para as mulheres se localiza em segundo lugar, com um 25%, sendo que essa opção só obteve a porcentagem de 12% entre os homens.

De acordo com esses registros, parece que as mulheres resgatam um pouco mais que os homens aspectos do cotidiano e da proximidade (como a vizinhança) e, com bastante mais força, aspectos de valores religiosos. Os homens – para os quais os

aspectos da comunidade não são alheios – registraram como elementos de união, em maior medida que as mulheres, as atitudes pessoais e os aspectos econômicos e produtivos. A possível lógica dessas diferenças entre sexos é bastante entendível se considerarmos que os homens estão muito mais mergulhados do que as mulheres no mundo da produção enquanto que, no universo feminino, um forte peso é outorgado ao comunitário e às crenças de ordem religiosa.

### **3.2.2 DISPONIBILIDADE E ACESSO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO**

Um elemento relevante para a conformação de capital social é a fluidez e os graus de acessibilidade à informação e às comunicações. O fato de existir uma diversificação de meios e fontes de informação, bem como o de ter fácil acesso a eles, possibilita e amplia as possibilidades das pessoas e lhes dá mais alternativas para agir e tomar decisões. Desde que os processos de globalização “aproximam” as pessoas das regiões rurais ao resto do mundo, eles ampliam seus horizontes, proporcionam a elas mais elementos de valoração, multiplicando várias vezes, em definitivo, as opções e alternativas em vários aspectos das suas vidas. Por conseguinte, essas formas de acessibilidade também permitem gerar mais conhecimento sobre os direitos e realizar uma prática mais demandante deles, constituindo-se, então, uma cidadania mais ampliada.

Para monitorar esse aspecto, foram formuladas duas perguntas que visavam dar conta das fontes de informação priorizadas pelas pessoas e, ao mesmo tempo, indagar a quem os entrevistados recorrem a fim de aceder às informações.

No primeiro caso, foi solicitado aos entrevistados que marcassem as três fontes de informação que eles consideravam mais importantes em um total de 12 opções presentes no quadro.

**TABLA 12 - PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Rádio ou televisão nacional</b>	76	33%	43	36%	33	30%
<b>Jornal local ou da comunidade</b>	40	17%	30	25%	10	9%
<b>Parentes, amigos e vizinhos</b>	29	12%	18	15%	11	10%
<b>Internet</b>	26	10%	16	13%	10	9%
<b>Noticiário local ou da comunidade</b>	17	7%	8	6%	9	8%
<b>Rádio ou televisão de outros países</b>	14	6%	1	1%	13	12%
<b>Sócios de trabalho ou negócios</b>	9	4%	3	3%	6	5%
<b>Jornal nacional</b>	8	3%	1	1%	7	6%
<b>Grupos ou associações</b>	8	3%	0	0%	8	7%
<b>Líderes da comunidade</b>	2	1%	0	0%	2	2%
<b>Algum funcionário do governo ou repartição pública</b>	2	1%	1	1%	1	1%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

As respostas se concentraram fortemente na rádio ou televisão nacionais, que ficou registrada como a principal fonte de informação, com uma distância importante em relação às outras opções. Depois, verifica-se uma gradual queda na ordem das respostas, que poderíamos dividir em dois segmentos: um com 10% de menções, que inclui como fonte os jornais locais, amigos, parentes e vizinhos; e outro relativo à Internet. Com muito menos menções situam-se as outras alternativas, que incluíam

televisão de outros países, jornais nacionais, sócios, associações, funcionários públicos ou líderes da comunidade. No entanto, cabe notar que quando examinamos esses dados de acordo com a região encontramos algumas variações importantes em relação à ordem estabelecida anteriormente pelos dados acrescentados. Em San Pedro, que na primeira linha registra similar algarismo que Santa Cruz do Sul, apresenta depois uma dispersão mais importante nas respostas; ou seja, considera fontes mais diversificadas de informação. Assim, aparece nesta última comunidade a televisão de outros países com um registro um pouco maior que o de parentes e amigos; e aparecem os grupos ou as associações como fonte de informação, que em Santa Cruz do Sul não obtiveram nenhum registro.

Aparentemente, certa exposição de San Pedro ao turismo e sua proximidade da Argentina teriam aberto sua comunidade a meios como televisão e rádios de outros países, começando a se integrar também ao mundo global da Internet, enquanto em Santa Cruz do Sul os meios nacionais e locais têm um peso importante, sendo a Internet o meio utilizado para obter informação fora da comunidade. Em ambos os casos, os amigos, parentes e conhecidos são um recurso de informação valorizado, destacando-se como elemento distintivo importante que San Pedro recorre e reconhece suas organizações e grupos como fonte de informação.

Isso sugere que, efetivamente, pessoas, grupos e associações desempenham também um papel importante no momento de proporcionar um recurso tão valioso atualmente como é a informação. É preciso apontar aqui que, hoje em dia, ter exposição aos acontecimentos que se sucedem em um ritmo acelerado faz muitas vezes a diferença no que diz respeito às possibilidades e alternativas de vida.

Na segunda pergunta sobre o assunto, indagou-se em forma concreta a quem recorriam os entrevistados para obter contatos e informações. Solicitou-se que fossem marcadas até duas opções de uma lista fornecida.

**TABELA 13 - MEIO QUE UTILIZA PARA OBTER INFORMAÇÃO E CONTATOS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Família</b>	65	38%	32	36%	33	41%
<b>Amigos</b>	44	26%	22	24%	22	27%
<b>Grupo ou organização</b>	18	11%	5	6%	13	16%
<b>Internet</b>	15	9%	10	11%	5	6%
<b>Comunidade</b>	12	7%	7	8%	5	6%
<b>Imprensa</b>	10	6%	10	11%	0	0
<b>Político</b>	3	2%	0	0	3	4%
<b>Pastor ou Sacerdote</b>	3	2%	3	3%	0	0

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Em forma bastante consistente com a pergunta anterior, as pessoas manifestam que recorrem em boa medida à família, concentrando essa opção a maior parte de respostas, seguida pela relativa aos amigos. Em terceiro lugar, com 11% do total de respostas, os entrevistados manifestaram que recorrem a um grupo ou organização. Internet e “a comunidade” (entidade que abrange os vizinhos em geral) obtiveram uma percentagem bastante similar. Nas últimas linhas, situaram-se algum político, um pastor ou um padre.

Uma vez examinados os resultados por comunidade, coincidem nas primeiras posições a família e os amigos como recurso utilizado. Cabe destacar que novamente encontramos que em San Pedro um grupo ou organização se torna muito importante na hora de fornecer informações e contatos, com 16% das respostas, afastando esta comunidade da de Santa Cruz do Sul, onde essa opção obteve apenas 6%. Em Santa Cruz do Sul pesam com maior força Internet e a imprensa. A outra diferença que pode ser apontada é a de que em San Pedro, embora com poucas respostas, aparecem os políticos como possível recurso, opção que não tem registro em Santa Cruz do Sul, enquanto nesta comunidade, ao contrário do que acontecia em San Pedro, aparece o pastor ou o padre, marcando, mais uma vez, o perfil religioso da localidade brasileira.

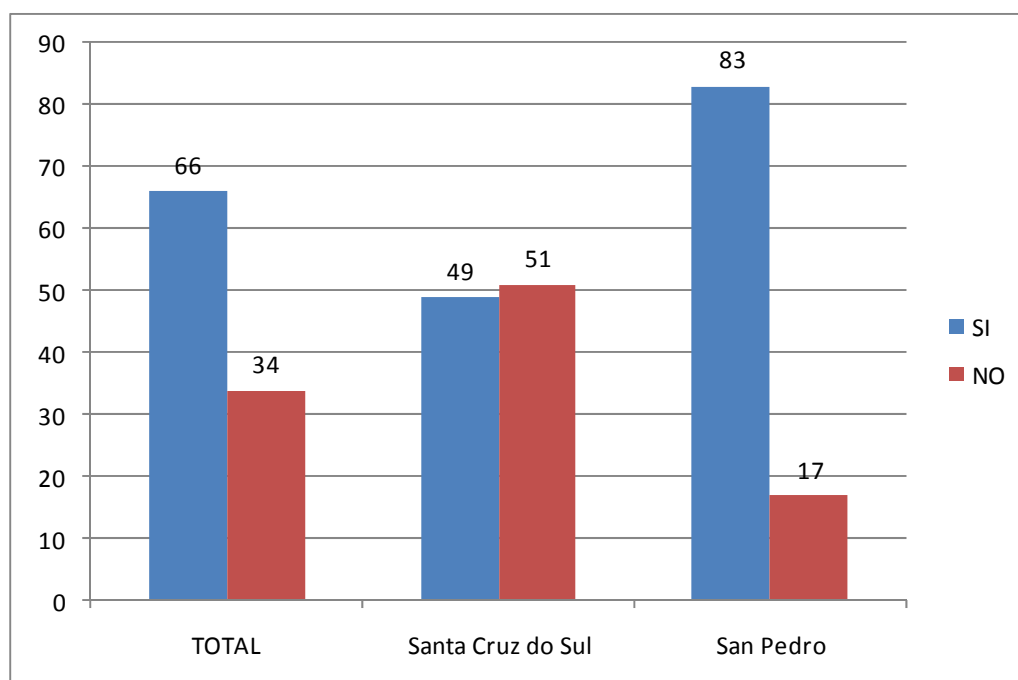


### 3.2.3 A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS VIZINHOS

A participação ativa dos vizinhos em ações e organizações que trabalham para a comunidade não é relevante como prática que se esgota em si mesma, mas é interessante analisá-la em um contexto mais amplo que inclua suas motivações, os objetivos que ela se coloca, os impactos e mobilizações que produz e, finalmente, as transformações que promove tanto no âmbito coletivo quanto no próprio indivíduo. Nesse sentido, o termo “participação” foi considerado em sua concepção mais ampla, isto é, toda aquela atividade que relacione e aproxime os vizinhos na medida em que possa desempenhar várias funções, tanto individuais quanto coletivas. Em um segundo momento, será analisado se essas formas de agrupamento são potencialmente ou têm eventualmente a possibilidade de gerar cidadania.

Foram realizadas uma série de perguntas a fim de indagar os diferentes tipos e graus de participação dos vizinhos na comunidade. Interessou-nos particularmente desse assunto tanto a própria prática de participação do entrevistado quanto suas percepções sobre o resto da comunidade. A primeira questão só perguntava se o entrevistado participava ou fazia parte de alguma organização ou grupo.

**GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO EM ALGUM GRUPO OU ORGANIZAÇÃO**

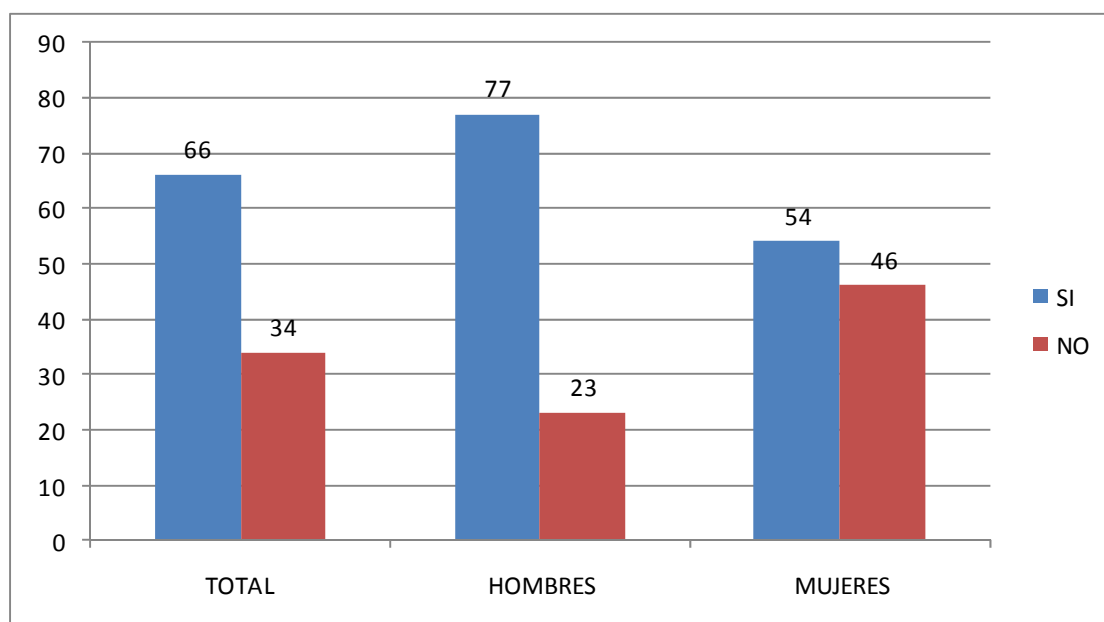


**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

A porcentagem de pessoas que fazem parte de algum coletivo, ora com maior ou menor grau de formalidade, é, sem dúvida, francamente elevada, representando 66% dos entrevistados. É verdade que nesta primeira pergunta se registra em forma muito genérica quaisquer tipos de grupo ou organizações, o que – como será visto depois – implica uma heterogeneidade muito grande. Esse é, porém, o primeiro indicador que mostra os graus em que os vizinhos têm grupos de referência e/ou pertença, o que por si só já é relevante. Mais adiante, em uma análise posterior, serão examinados com profundidade os diferentes tipos de grupos que intervêm.

Ao examinarmos as respostas por comunidade, existe uma diferença significativa a favor de San Pedro, onde os que participam em algum grupo são 83%. Esta informação fornece elementos muito fortes para diagnosticar essa comunidade. Essa altíssima taxa indica que os laços e a rede de vínculos entre os vizinhos são muito fortes. Da mesma forma, em Santa Cruz do Sul, é quase a metade das pessoas entrevistadas as que possuem um grupo ou organização de pertença. Em definitivo, pode-se concluir que ambas as comunidades se caracterizam por um alto grau de “associatividade”, sendo que em San Pedro essa característica é um traço quase identitário.

## GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPO OU ORGANIZAÇÃO SEGUNDO SEXO



**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Uma vez analisada esta pergunta segundo sexo, aparece uma distância que indica uma maior participação masculina. Nessa categoria, situam-se 77% dos homens, enquanto ela representa 54% das mulheres entrevistadas. Esse dado preliminar é consistente com dados amplamente estudados, podendo ter duas leituras ou formas de interpretação: em primeiro lugar, pode-se afirmar que ainda existe um mundo “exterior” e público majoritariamente ocupado por homens, deixando relegadas as mulheres ao espaço doméstico e privado. Mas, por outro lado, também se pode alegar que mais da metade das mulheres entrevistadas efetivamente intervém de alguma forma, participando em um grupo ou organização, além de realizar as tarefas domésticas. É possível afirmar que isso significa um peso importante de incidência da população feminina na comunidade.

Para aprofundar nesta questão, indagou-se sobre o tipo de organizações ao que pertencem os entrevistados. Foi solicitado que indicassem, em uma lista fornecida, todas aquelas instituições das que faziam parte.

**TABELA 14 - TIPO DE ORGANIZAÇÃO NA QUE PARTICIPA POR COMUNIDADE E POR SEXO**

	TOTAL %	SANTA CRUZ %	SAN PEDRO%	HOMBRES %	MUJERES %
<b>Paróquia ou Igreja</b>	32%	31%	13%	38%	65%
<b>De vizinhos</b>	26%	18%	15%	44%	35%
<b>Escola</b>	22%	10%	15%	26%	44%
<b>Clube Esportivo</b>	18%	6%	14%	32%	22%
<b>Folclórico</b>	17%	15%	8%	20%	35%
<b>Cooperativa</b>	8%	4%	5%	15%	9%
<b>Solidariedade ou apoio a uma causa</b>	7%	0	7%	12%	9%
<b>Associação de Pais</b>	6%	2%	4%	9%	9%
<b>Sindicato</b>	5%	8%	0%	9%	4%
<b>Social, beneficência, ou filantrópico</b>	4%	0	4%	9%	4%
<b>Organização Política</b>	3%	0	3%	3%	9%
<b>Agremiação</b>	2%	0	2%	3%	4%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Para facilitar a análise da Tabela 14, poderíamos realizar uma primeira subdivisão na lista de entidades marcadas correspondente a uma quebra ou degrau no número de aderentes. Este primeiro grupo de organizações concentra as maiores porcentagens de integrantes e é conformado pela Igreja, os grupos de vizinhos, a escola, o clube esportivo e os grupos folclóricos. A igreja ou a paróquia aparece como a instituição que atinge maior grau de participação dos vizinhos; é preciso levar em conta que nesse item foram incluídas quaisquer formas de participação e prática religiosas. Se

examinarmos por comunidade, Santa Cruz do Sul tem um registro muito maior que San Pedro de pessoas que fazem parte de uma igreja, o que, sem dúvida, significa um peso importante da religião para explicar outros aspectos da comunidade. Salienta-se que a participação na igreja é marcadamente feminina, com uma distância importante em relação aos homens. As outras três organizações que congregam basicamente a participação dos entrevistados são os grupos de vizinhos – aqueles conformados por questões específicas de vizinhança ou proximidade –, seguidos pela escola – instituição com muita significação nas comunidades rurais em função de toda a atividade desenvolvida nela – e, finalmente, pelos clubes esportivos e os grupos folclóricos. Neste caso, as mulheres participam mais do que os homens na escola e nos grupos de folclore, enquanto os homens estão mais ligados aos grupos de vizinhos e aos clubes esportivos.

Em um segundo grupo, reunindo um número bastante menor de integrantes, situam-se as organizações que poderíamos qualificar como de “ideias” ou objetivos claramente “militantes”. Aqui estão as agremiações, sindicatos, grupos de solidariedade, diferentes agrupações pertencentes à Igreja e organizações político-gremiais. Uma primeira leitura indica que existe uma participação superior dos homens neste tipo de organizações em relação às mulheres, exceto no caso particular de “organização política”, no qual a presença feminina é maior. Neste núcleo de organizações aparece uma nuance entre comunidades: enquanto em Santa Cruz do Sul foram registrados integrantes de sindicatos, não aparecem respostas nessa linha em San Pedro, onde há, no entanto, participantes de agremiações. Isso parece consistente com as características de ambas as localidades, dado que na última mencionada a produção agropecuária e os negócios de turismo rural são tipicamente familiares, o que induz mais a uma participação em agremiações do que em sindicatos.

As pessoas que assumem algum tipo de responsabilidade que implique representação ou direção dentro dos seus grupos ou associações estão, ao mesmo tempo, assumindo um grau maior de compromisso com respeito a uma causa, objetivo ou finalidade. Por isso, é possível afirmar que ser delegado ou membro da diretoria de algum coletivo implica envolver-se de forma mais engajada com a comunidade. Nesse sentido, os entrevistados que responderam ter participação em alguma das organizações arroladas foram consultados sobre se também ocupavam nelas algum cargo como delegado ou representante.

**TABELA 15 - PARTICIPAÇÃO COMO DELEGADO, REPRESENTANTE OU DIRIGENTE DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO**

	TOTAL	%	Sta. CRUZ	%	SAN PEDRO	%	H	%	M	%
<b>SIM</b>	21	37%	5	23%	16	46%	16	47%	5	22%
<b>NÃO</b>	36	63%	17	77%	19	54%	18	53%	18	78%
	57	100%	22	100%	35	100%	34	100%	23	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Dos entrevistados que têm alguma forma de participação, 37% são também representantes, delegados ou dirigentes. Essa é uma porcentagem bastante importante, sendo mais significativa ainda no caso de San Pedro dado que representa nessa comunidade um número próximo da metade dos consultados. Se levarmos em consideração que estamos falando de uma porcentagem importante de um grupo de vizinhos que declarou participar (que já era em si um grupo grande), pode-se concluir, em termos gerais, que o nível de compromisso com a comunidade é bastante forte, sendo essa característica especialmente significativa no caso de San Pedro.

Uma vez observados esses resultados segundo sexo, destaca-se claramente algo que é consistente com os dados fornecidos pela maioria dos estudos sobre o assunto: na sua ampla maioria, são homens os que ocupam postos de representação e direção das organizações, marcando uma brecha de gênero, visto que essa representação não se corresponde com a participação na base. Como é constatado frequentemente, ainda que as mulheres integrem os grupos, elas são ora relegadas, ora autoexcluídas por elas mesmas da representação e direção desses grupos, ponto que será analisado mais adiante.

Após terem sido estudadas as organizações que congregam os vizinhos das comunidades, indagou-se o grau dessa participação para poder interpretar melhor as localidades de estudo. O grau foi definido como diversificação ou quantidade de grupos em nos quais as pessoas participam. Para isso, foi levantado o número de organizações ou grupos integrados pelos entrevistados. No seguinte quadro, são registrados os que

não participam, os que participam e até duas agrupações e os que integram três ou mais delas.

**TABELA 16 - NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES OU GRUPOS NOS QUE PARTICIPA**

	TOTAL	%	Sta. CRUZ	%	SAN PEDRO	%	H	M
<b>Até duas organizações</b>	36	42%	15	33%	21	50%	48%	35%
<b>Três ou mais organizações</b>	21	24%	7	16%	14	33%	29%	19%
<b>Não participa</b>	30	34%	23	51%	7	17%	23%	46%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

De acordo com o critério apresentado, o grau de participação é bastante elevado, considerando que 24% das pessoas expressaram participar em três ou mais organizações, o que pode ser interpretado como um franco nível de interesse em participar na comunidade. Outra porcentagem importante (42%) dos entrevistados participa em até duas agrupações. No caso de San Pedro, esse grau de atividade é excepcionalmente alto, registrando 33% dos consultados participando em três ou mais grupos, o dobro do registrado em Santa Cruz do Sul nessa linha. Enquanto isso, nesta última localidade 33% e, em San Pedro, 50% dos entrevistados estão ligados a até duas agrupações.

Uma vez examinados esses resultados segundo o sexo do entrevistado, observa-se que os que participam em três ou mais organizações são, na sua maioria, homens (29%) e que 19% das mulheres também participam. Por outro lado, 48% da população masculina e 35% da feminina mantêm essa atividade até em dois coletivos. A diversificação nas agrupações nas que participam homens e mulheres tem um correlato e é consistente com o tipo de funções e o caráter das organizações. Visto que as mulheres se concentram mais em alguns tipos mais específicos de grupos, a

possibilidade de diversificar ou ampliar é menor. Nisso incide o quanto as comunidades possibilitam ou dificultam o acesso das mulheres aos diferentes grupos. Neste caso, verifica-se que, embora seja menor que a masculina, uma proporção importante de mulheres conquista sua integração a diferentes grupos.

A intensidade da participação nas comunidades foi medida a partir da carga horária semanal destinada pelos entrevistados a seus grupos ou organizações. Para isso, foi solicitado a quem declarou ser integrante de algum grupo ou organização que indicasse a quantidade de horas que destinavam a essa atividade.

**TABELA 17 - INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS E ORGANIZAÇÕES POR COMUNIDADE E SEXO**

	TOTAL	%	Sta. CRUZ	%	SAN PEDRO	%	H %	M%
<b>Até 4 horas por semana</b>	39	68%	16	73%	23	66%	68%	69%
<b>Entre 5 e 10 horas por semana</b>	12	21%	5	23%	7	20%	20%	22%
<b>Mais de 10 horas por semana</b>	6	11%	1	4%	5	14%	12%	9%
<b>TOTAL</b>	57	100%	22	100%	35	100%	100%	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Do quadro deriva que a maioria dos entrevistados que têm uma atividade desse tipo dedicam a ela uma carga horária de até 4 horas semanais, quantidade de tempo que pode ser considerada “moderada”, representando 68% dos que declararam integrar grupos. Por outro lado, não é desprezível o fato de 21% dos entrevistados declararem destinar entre 5 e 10 horas semanais – uma carga considerada “média” –, bem como que 11% dedicar mais de 10 horas por semana, isto é, uma carga “alta”. Se observarmos as comunidades, notamos que em Santa Cruz do Sul se registram mais pessoas com o que chamamos de uma taxa moderada de participação, enquanto em San Pedro a



porcentagem dos que dedicam mais de 10 horas semanais a essa atividade representa mais do triplo que os da primeira comunidade.

Uma vez verificada a intensidade da participação de acordo com o sexo, observa-se que nos dois primeiros segmentos, ela é muito similar entre homens e mulheres. Sé se percebe uma distância não muito importante no segmento da participação alta, que registra mais integrantes masculinos.

As motivações e razões pelas quais os sujeitos se voltam a intervir junto com seus vizinhos, associando-se para conseguir objetivos, podem ser de ordem muito diversa. Neste ponto, importam tanto as razões objetivas quanto as que coletivamente a comunidade constrói como motivos “válidos”. Para realizar essa consulta, foi solicitada a opinião dos entrevistados sobre os motivos que mobilizam as pessoas a fazer coisas pela comunidade. Em uma lista fornecida com várias opções, foi requerido que eles marcassem até duas.

**TABELA 18 - MOTIVOS PELOS QUAIS AS PESSOAS FAZEM COISAS PELA COMUNIDADE**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Porque é benéfico para todos</b>	55	33%	28	32%	27	34%
<b>Porque aprendem fazendo coisas pela comunidade</b>	27	16%	10	11%	17	21%
<b>Porque esperam receber algum benefício futuro</b>	26	15%	17	19%	9	11%
<b>Porque assim foi ensinado a eles pelos pais e a escola</b>	26	15%	12	13%	14	17%
<b>Porque esperam que quando eles precisarem, alguém os ajude</b>	15	8%	9	10%	6	7%
<b>Por motivos religiosos, ideológicos ou políticos</b>	14	7%	10	11%	4	5%
<b>Porque não têm outra coisa a fazer e dispõem de tempo</b>	6	4%	3	3%	3	4%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

A opção que ficou em primeiro lugar, com 33% das selecionadas, é a que faz referência ao benefício coletivo obtido através dessas ações na comunidade. Em segundo lugar se situa um grupo de respostas que reúnem motivos mais individuais ou interesseiros com outros de tipo mais social. Com um resultado similar no número de respostas – com uma porcentagem que representa a metade da obtida pela opção que ficou em primeiro lugar –, verifica-se que as pessoas fazem coisas por sua comunidade, porque aprendem enquanto fazem isso, porque assim foram ensinadas por sua família e a escola e que realizam essa atividade porque esperam receber algum benefício futuro. Com uma porcentagem bastante menor, situaram-se as opções que indicam que os motivos para colaborar com a comunidade são o poder contar com que alguém os ajude quando eles mesmos precisarem disso e os motivos religiosos, ideológicos ou políticos. Finalmente, em último lugar, com 4% das respostas, ficou uma opção que expressava que o motivo dessa ação era a disponibilidade de tempo e não ter outra coisa a fazer.

Pode-se deduzir dessas respostas que a ideia presente no imaginário é a de que quando as pessoas investem trabalho e horas em agrupar-se e trabalhar pela comunidade, estão sendo movidas por fins generosos e coletivos, em primeiro lugar, sem descartar um número importante de nuances que os próprios entrevistados reconhecem. Por exemplo, as respostas que se situaram no segundo lugar indicam alguns motivos pessoais – embora positivos e socialmente justificados – como aprender, aplicar um acervo de ensinamentos familiares, ou gerar alguma expectativa de ser beneficiado no futuro. Na opinião desses entrevistados, não parecem ser muito fortes os motivos de origem ideológica ou religiosa, que ficaram situados no mesmo patamar que a opção que expressa expectativa de reciprocidade. Finalmente, pode-se assinalar que, na última linha, restariam os céticos ou descrentes.

As diferenças entre comunidades não são demasiado marcadas, mas é possível indicar algumas nuances interessantes. A opção que ficou em primeiro lugar figura nas duas comunidades com porcentagem similar e, portanto, não apresentam distância entre elas. No entanto, a postura mais “idealista”, que assinala uma aprendizagem como produto da colaboração, obteve o dobro de respostas de San Pedro que de Santa Cruz do Sul, e, no sentido inverso, esta última comunidade obteve o dobro de marcas que em San Pedro em respostas que indicavam que as pessoas fazem coisas por algum benefício

futuro. Também se verifica uma nuance nos motivos ideológicos e religiosos, que obtiveram o dobro de respostas em Santa Cruz do Sul.

Tão importante quanto os motivos para agrupar-se e participar é a percepção que os vizinhos têm sobre o benefício de ter muitas vinculações, amigos, redes e pessoas que possam servir a eles como “recurso”. O fato de contar com um maior número de contatos e redes é um veículo que possibilita o acesso a maior informação e possibilidades. Para indagar esse tema, foi solicitado aos entrevistados que marcassem seu nível de acordo em relação a algumas afirmações.

**TABELA 19 - VALORAÇÕES SOBRE LIGAÇÕES E REDES**

<b>Ter ligações, redes de conhecidos ou grupos, novas relações e pessoas “recurso”...</b>									
	<b>T O T A L</b>			<b>STA. CRUZ</b>			<b>S. PEDRO</b>		
	Muito	Algo	Nada	Muito	Algo	Nada	Muito	Algo	Nada
<b>São bons e úteis para melhorar a comunidade</b>	70%	24%	2%	64%	29%	7%	76%	19%	4%
<b>Têm alguma importância e podem ser necessários às vezes</b>	67%	29%	3%	58%	36%	4%	76%	21%	2%
<b>Servem e são bons para mudar sua situação pessoal e a da sua família</b>	46%	38%	15%	27%	49%	22%	67%	26%	7%
<b>São desnecessários e significam trabalho e uma perda de tempo</b>	3%	5%	87%	4%	2%	84%	2%	7%	90%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Do quadro se deriva que uma maioria muito importante das pessoas concorda plenamente com que é positivo estar ligado a grupos e redes, bem como que estabelecer novas relações é importante tanto no âmbito coletivo da comunidade quanto no individual. Enquanto 70% concordaram com que isso gera benefícios para a

comunidade, 67% o considera uma “reserva” de contatos aos quais poder recorrer e 46% coincide em que esse acúmulo de ligações pode ser benéfico em termos pessoais ou familiares. Uma porcentagem muito pouco significativa o descarta e situa como desnecessário. Existem algumas nuances entre as comunidades, sendo que em San Pedro sobe um pouco o nível de acordo tanto no relativo aos benefícios coletivos quanto no que se refere a uma possível fonte de recursos, mas se nota uma diferença muito pronunciada na percepção que essa localidade tem em relação às possibilidades de melhorar sua situação pessoal e da sua família. Essa afirmação teve uma adesão de 67% enquanto em Santa Cruz do Sul apenas representou 27% das respostas. Isso poderia indicar que San Pedro tem uma característica bastante especial, conforme a qual os vizinhos podem articular muito bem uma prática social que contempla tanto a dimensão coletiva quanto a individual.

Para aprofundar um pouco esse aspecto, perguntou-se aos entrevistados se opinavam que pertencer a grupos ou associações conferia mais oportunidades de progredir, ter novas possibilidades ou encontrar emprego.

**TABELA 20 - OPINIÃO SOBRE AS PESSOAS COM MAIS VÍNCULOS E QUE PERTENCEM A GRUPOS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Têm mais oportunidades de progredir, ter novas possibilidades ou encontrar emprego</b>	68	78%	30	67%	38	91%
<b>Têm as mesmas oportunidades e possibilidades que as que não têm participação</b>	19	22%	15	33%	4	9%
<b>Têm menos oportunidades e possibilidades que as que não têm participação</b>						
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Novamente – em forma consistente com o quadro anterior – deparamo-nos com a percepção absolutamente majoritária de que associar-se em grupos e ter vínculos amplia as possibilidades de progredir e confere novas alternativas como a de poder encontrar um trabalho. Nesta questão a distância entre as comunidades aumenta, sendo que em San Pedro 91% dos entrevistados opinam nesse sentido enquanto em Santa Cruz do Sul foi registrada uma porcentagem de 67%. Essas respostas reforçam as razões de ordem individual para integrar agrupações, pois são só benefícios pessoais os que estão sendo declarados dessa forma.

### 3.2.4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES DA COMUNIDADE

Um ponto importante para poder examinar sob uma perspectiva de gênero alguns aspectos de participação na comunidade supõe indagar a opinião predominante dos vizinhos sobre as diferentes formas de atuação de homens e mulheres. A percepção da comunidade sobre o funcionamento das relações entre ambos os sexos revela as concepções e valores que são reproduzidos mediante as organizações. Na pergunta seguinte, foi realizada uma consulta sobre o grau de participação das mulheres, no sentido de se ela é igual, maior ou menor que a dos homens.

**TABELA 21 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ DO SUL	%	SAN PEDRO	%
<b>Participam no mesmo grau</b>	40	46%	12	27%	28	66%
<b>Os homens</b>	32	37%	25	55%	7	17%
<b>Participam menos</b>						
<b>As mulheres participam menos</b>	15	17%	8	18%	7	17%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Dos entrevistados, 46% afirmam que homens e mulheres trabalham e participam de igual forma em organizações da comunidade. Já 37% opinam que os homens participam menos, e apenas 17%, que são as mulheres as que menos se dedicam a esse tipo de atividade. Nesta pergunta, observa-se uma diferença importante entre comunidades, já que em Santa Cruz do Sul, 55% consideram que os homens têm menor participação enquanto em San Pedro essa categoria obteve 17% das respostas. Assim, no imaginário desta última comunidade aparece uma posição mais “igualitarista”, com 66% dos entrevistados afirmando uma paridade na participação. Esta postura, que indica como é percebido o fenômeno para além da realidade, mostra que o tema não é um problema nem é questionado, visto que não se reconhecem as diferenças. A discrepância entre as comunidades sugere não tanto que as mulheres participam mais em Santa Cruz do Sul, mas, antes, que existe uma maior visualização do tema.

**TABELA 22 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMENS	%	MULHERES	%
<b>Participam no mesmo grau</b>	40	46%	26	59%	14	33%
<b>Os homens participam menos</b>	32	37%	10	23%	22	51%
<b>As mulheres participam menos</b>	15	17%	8	18%	7	16%
<b>TOTAL</b>	87	100%	44	100%	43	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Existe uma diferença importante na percepção que homens e mulheres têm sobre o papel que ocupam em grupos ou organizações. Enquanto um pouco mais da metade das mulheres opina que os homens participam menos que elas, 59% dos homens manifestam que participam no mesmo grau. O não reconhecimento de uma eventual maior participação feminina reflete a invisibilidade que muitas vezes impera nas

comunidades das tarefas que efetivamente realizam as mulheres, como, por exemplo, a registrada no âmbito das escolas e organizações de assistência religiosa. Sem dúvida, um dos mecanismos que produz essa pouca visualização das tarefas femininas na comunidade é a pouca valoração social que é conferida a algumas das organizações que são, precisamente, as “pilotadas” por mulheres. Já os grupos ou organizações com maior presença masculina parecem ter maior apreciação entre os vizinhos.

Para continuar aprofundando este tema, foi perguntado às 15 pessoas que opinam que as mulheres participam menos sobre qual é a razão, para elas, desse fenômeno.

**TABELA 23 - RAZÕES ALEGADAS PELAS PESSOAS QUE OPINAM QUE AS MULHERES PARTICIPAM MENOS EM ORGANIZAÇÕES**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
Elas têm menos tempo disponível, porque devem atender a casa e os filhos	10	67%	5	63%	5	72%
Elas têm outros interesses	4	27%	3	37%	1	14%
Elas têm menos disposição e consciência em relação a essas questões	1	6%	0	0	1	14%
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Sessenta e sete por cento dos entrevistados que afirmam que as mulheres participam menos opinam que o motivo é que os filhos e as tarefas domésticas não lhes deixam tempo. Em San Pedro, essa porcentagem é um pouco maior que em Santa Cruz do Sul. Por outro lado, 27% do total acreditam que a razão reside em que elas têm outros interesses, sendo que em Santa Cruz do Sul essa porcentagem é bastante maior do que em San Pedro. Como justificativa reconhecida e aceita pela comunidade aparece

a crença de que a função normalizada das mulheres é dedicar-se ao cuidado da casa e das crianças. Provavelmente, as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos sejam uma dificuldade que reste possibilidades às mulheres para dedicar muitas horas às tarefas comunitárias; todavia, isso não se deduz dos quadros nos quais a participação feminina figura por sexo.

Nesse mesmo sentido, perguntou-se às 32 pessoas que responderam que as mulheres participam mais quais seriam, segundo elas, as razões desse fenômeno.

**TABELA 24 - RAZÕES ALEGADAS PELAS PESSOAS QUE OPINAM QUE AS MULHERES PARTICIPAM MAIS EM ORGANIZAÇÕES**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
Elas têm maior interesse que os homens pela comunidade	15	48%	13	52%	2	30%
Elas têm maior vontade e compromisso	10	32%	8	32%	2	30%
Elas têm mais tempo para dedicar-se a isso	6	19%	4	16%	2	30%
Não responde	1	1%	0	0	1	10%
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Em Santa Cruz do Sul um pouco mais da metade dos entrevistados opina que as mulheres participam mais e manifestam que fazem isso porque elas têm maior interesse que os homens em assuntos da comunidade, enquanto quase uma terceira parte opina que elas têm maior vontade e compromisso. Já em San Pedro as respostas estão mais repartidas em terços entre os que expressam as duas alternativas anteriores e os que opinam que as mulheres participam mais por terem tempo disponível. Surge, então, novamente, uma nuance interessante entre comunidades que indica visões diferentes.



Em San Pedro as razões alegadas pelas quais as mulheres interviriam em organizações estão mais dispersas entre motivos de tipo e sentido diferentes, enquanto em Santa Cruz do Sul mais da metade das respostas indica que existe maior preocupação feminina pela localidade.

A seguir, perguntou-se aos entrevistados se a responsabilidade em cargos de direção nas associações e organizações é majoritariamente ocupada por homens ou mulheres. As respostas se distribuíram da forma apresentada no seguinte quadro.

**TABELA 25 - CARGOS DE DIREÇÃO E CONDUÇÃO OCUPADOS POR HOMENS E MULHERES**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ DO SUL	%	SAN PEDRO	%
<b>Homens ocupam mais cargos</b>	49	56%	31	69%	18	43%
<b>Homens e mulheres ocupam cargos na mesma proporção</b>	30	35%	8	18%	22	52%
<b>Mulheres ocupam mais cargos</b>	8	9%	6	13%	2	5%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Predomina no conjunto de entrevistados os que opinam que são os homens os que ocupam os cargos de condução, sendo esse grupo de 56%. No entanto, essa opinião é muito mais forte em Santa Cruz do Sul, onde foi registrada uma porcentagem de 69% nesse item, enquanto em San Pedro, 52% manifestam que essa distribuição é igual para ambos os sexos. Novamente encontramos nesta última comunidade a concepção “paritária” referida anteriormente. Uma análise mais profunda das entrevistas, que será realizada mais adiante, deverá indagar sobre essa visão peculiar de relações entre os sexos como mais horizontais em San Pedro em comparação com a visão de Santa Cruz do Sul, onde se reconhece uma distância nesse sentido.

**TABELA 26 - CARGOS DE DIREÇÃO E CONDUÇÃO OCUPADOS POR HOMENS E MULHERES SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMBRES	%	MUJERES	%
<b>Homens ocupam mais cargos</b>	49	56%	25	57%	24	56%
<b>Homens e mulheres ocupam cargos na mesma proporção</b>	30	35%	16	36%	14	33%
<b>Mulheres ocupam mais cargos</b>	8	9%	3	7%	5	11%
<b>TOTAL</b>	87	100%	44	100%	43	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Se observarmos as respostas segundo sexo, elas aparecem distribuídas em forma similar entre homens e mulheres, as que opinam que os primeiros ocupam mais cargos, ou que os cargos se distribuem de forma equitativa. No entanto, existe uma porcentagem levemente superior de mulheres que expressam que elas ocupam mais cargos de direção, nuança que chama a atenção e requererá maior argumentação das entrevistas.

Na pergunta seguinte, procurou-se registrar os conceitos mais difundidos entre os entrevistados sobre o comportamento das mulheres quando elas participam em reuniões e em grupos. Frequentemente, alguns julgamentos e valorações se reproduzem rapidamente entre os vizinhos sobre a atuação feminina e que, podendo ser mais próximos ou não da realidade, ficam consolidados nos grupos.

Na lista ofertada aos entrevistados foram intercalados pareceres variados, alguns mais positivos e outros nem tanto, no intuito de rastrear alguns estereótipos sobre o referido assunto. Foi solicitado que os entrevistados marcassem até três opções de acordo com as afirmações fornecidas. As respostas se situaram na ordem apresentada a seguir.

**TABELA 27 - COMPORTAMENTO DAS MULHERES NOS GRUPOS E ORGANIZAÇÕES**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Elas dão mais participação aos outros e são mais abertas e dispostas ao diálogo</b>	57	26%	29	24%	28	28%
<b>Falam menos que os homens, mas contribuem com experiências valiosas</b>	38	17%	21	17%	17	17%
<b>Trabalham tanto quanto os homens</b>	38	17%	11	9%	27	27%
<b>São menos autoritárias que os homens e mais democráticas</b>	35	16%	26	21%	9	9%
<b>Trabalham mais que os homens</b>	30	14%	19	16%	11	11%
<b>Monopolizam a palavra nas reuniões e não dizem coisas importantes</b>	10	5%	8	7%	2	2%
<b>São mais conversadoras e distraídas e, por isso, resultam menos organizadas e eficientes</b>	6	3%	4	3%	2	2%
<b>São mais inseguras e, às vezes, dificultam a tarefa</b>	6	3%	3	2%	3	3%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Em primeiro lugar, 26% dos entrevistados opinam que as mulheres dão maior participação e são mais dispostas e abertas ao diálogo. Em um nível inferior, agruparam-se com similar porcentagem julgamentos igualmente positivos, nos quais é referido que as mulheres, embora falem menos, contribuem com experiências valiosas, que elas trabalham tanto quanto os homens e que são menos autoritárias. Com um registro um pouco menor, situa-se a informação de que trabalham mais que os homens. Finalmente, e com porcentagens muito menores, aparecem localizadas as opções menos

favoráveis, como as que afirmam que as mulheres monopolizam a palavra, são mais distraídas e desorganizadas ou mais inseguras. Sem dúvida, as apreciações dos entrevistados refletem que eles têm uma valoração muito alta em relação à participação feminina. Ao examinarmos ambas as comunidades, observamos que em Santa Cruz do Sul aparecem algumas das afirmações positivas sobre o comportamento das mulheres com maior registro que em San Pedro, como a afirmação de que as mulheres são menos autoritárias e também a que expressa que elas trabalham mais que os homens. Contudo, também nesta comunidade aparece com um registro (7%) que triplica o registrado em San Pedro a opinião de que monopolizam a palavra, não dizendo coisas importantes.

Em princípio, as duas comunidades têm uma boa opinião sobre o comportamento das mulheres nos grupos, mas, somadas as respostas mais negativas das últimas três linhas, elas representam 12% das opções em Santa Cruz do Sul e 7% em San Pedro, o que não deixa de representar certo impacto no conjunto.

Para identificar melhor a autopercepção das mulheres quanto a seu comportamento grupal, bem como elas são valorizadas pelos homens, foram examinadas as respostas de acordo com o sexo, localizando-se em ordem as primeiras quatro opções a fim de poder compará-las.

Embora as opções escolhidas nos primeiros lugares sejam bastante coincidentes entre homens e mulheres, elas não estão situadas na mesma ordem. As apreciações que ambos os sexos têm sobre o comportamento feminino nos grupos são favoráveis, e os homens destacam, em primeiro lugar, que elas trabalham tanto quanto eles. Essa ênfase não é desprezível, pois, de fato, o reconhecimento maior conferido pelos homens é o de elas chegarem a trabalhar no mesmo nível que eles, ficando em segundo lugar a afirmação de que elas são mais abertas e dão maior participação. Esta última opção é a que se localiza no primeiro lugar das respostas femininas; também, no caso das respostas das mulheres, aparece a opinião de que elas trabalham mais que os homens, que nas respostas masculinas não aparece.

Novamente na percepção dos envolvidos é compartilhada uma visão positiva da intervenção feminina, mas conforme a autoavaliação realizada pelas mulheres, elas trabalham mais que os homens, enquanto eles as situam no mesmo patamar.

### **3.2.5 A PARTICIPAÇÃO COMO FATOR GERADOR DE CIDADANIA**

A participação é importante para nossa análise na medida em que possa se transformar eventualmente em um mecanismo que habilite e permita às pessoas gerar espaços onde aprender e exercer seus direitos e construir em forma qualificada suas demandas, ou seja, construir espaços ampliados de cidadania substancial.

Para isso é importante estudar como os sujeitos percebem as possibilidades de que reunir-se em grupos e formar coletivos possa constituir efetivamente um mecanismo idôneo para encaminhar suas reivindicações. Essas percepções são as que, de alguma forma, determinarão suas práticas.

Nas diferentes comunidades, pode existir uma tradição cultural e de valores que oriente as condutas para práticas mais individuais ou mais coletivas. Perguntou-se aos entrevistados se acreditavam que em face de um protesto ou demanda a ser realizada por algum assunto da comunidade, era mais efetivo realizar uma ação individual, ou se era melhor organizar-se em conjunto com os vizinhos.

Uma visão inerente às diferentes concepções de cidadania e democracia tem a ver com posições mais delegatórias ou participativas de ambos os conceitos. Por conseguinte, é importante reconhecer a presença desses componentes ideológicos nas comunidades para analisar as diferentes formas de participação. Foi formulada uma pergunta em forma dicotômica a fim de que fosse indicado se existia interesse em trabalhar em forma ativa baseado em uma convicção de poder mudar a realidade e melhorar a comunidade, ou se, pelo contrário, existia a preferência por delegar a outros algumas dessas responsabilidades e atividades mediante o voto.

**TABELA 28 - PREFERÊNCIA ENTRE PARTICIPAR OU DELEGAR EM OUTROS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Interessa-me participar ativamente, porque sinto que posso fazer coisas e mudar e melhorar a realidade</b>	62	71%	27	60%	35	83%
<b>Prefiro que outros se encarreguem disso por mim, por isso voto e elejo representantes</b>	25	29%	18	40%	7	17%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Uma porcentagem muito majoritária (71%) se manifestou pela primeira das opções, expressando que preferem intervir em forma ativa baseados na ideia de que dessa forma é possível produzir mudanças. Essas concepções mais participativas parecem estar bastante mais assimiladas em San Pedro, onde 83% dos entrevistados expressaram essa opção, enquanto em Santa Cruz do Sul, essa porcentagem foi de 60%. Como se pode observar, uma importante tendência para o associacionismo e para a formação de organizações que atuem em San Pedro é consistente com o quadro anterior, que representa a presença de um componente de “ativismo militante” entre os vizinhos dessa comunidade.

Isso nos aproxima das posturas que analisaremos em um capítulo posterior e que dizem respeito a uma participação ativa antes que passiva e mais ligada a assuntos de cidadania.

**TABELA 29 - PREFERÊNCIA ENTRE PARTICIPAR OU DELEGAR EM OUTROS SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	H	%	M	%
<b>Interessa-me participar ativamente, porque sinto que posso fazer coisas e mudar e melhorar a realidade</b>	62	71%	35	80%	27	63%
<b>Prefiro que outros se encarreguem disso por mim, por isso voto e elejo representantes</b>	25	29%	9	20%	16	37%
<b>TOTAL</b>	87	100%	44	100%	43	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Uma vez analisadas as respostas segundo sexo, registra-se uma maioria de homens com uma vontade mais participativa que as mulheres. De qualquer maneira, a porcentagem de mulheres registradas nesta opção representa 63% do total da opinião feminina, o que não é desprezível, pois significa um peso importante dessa concepção no conjunto.

**TABELA 30 – PREFERÊNCIA POR AGIR EM FORMA COLETIVA OU INDIVIDUAL**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
É melhor falar com outros vizinhos e se organizar para agir em forma coletiva	68	78%	34	76%	34	81%
É mais efetivo e mais rápido realizar uma ação em forma individual	18	21%	11	24%	7	17%
Ns/Nc	1	1%	0	0%	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>100%</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Dos entrevistados, 78% manifestam uma vontade coletiva, ao expressarem que é melhor se organizar e agir em grupo. Essa porcentagem aumenta para 81% em San Pedro, enquanto em Santa Cruz do Sul ela se situa em 76%. Essa maioria está indicando que ambas as comunidades têm muito assimilada uma concepção associativista, que pode ser considerada o primeiro fator necessário para desenvolver espaços de cidadania. A convicção presente nas comunidades analisadas de que as ações em grupo têm um melhor resultado para a obtenção de conquistas marca uma cultura cívica importante, germe necessário para a construção e exercício dos direitos. Além disso, ela representa uma preponderância firme contra posturas que ressaltam as formas individualistas da conquista e o sucesso.



**TABELA 31 - PREFERÊNCIA POR AGIR EM FORMA COLETIVA OU INDIVIDUAL SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMENS	%	MULHERES	%
É melhor falar com outros vizinhos e se organizar para agir em forma coletiva	68	78	38	86%	30	70%
É mais efetivo e mais rápido realizar uma ação em forma individual	18	21	6	14%	12	28%
Ns/Nc	1	1	0	0	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>100%</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

É maior a porcentagem de homens que de mulheres que opinam que é melhor organizar-se e agir em forma coletiva. Isso não permite deduzir um perfil mais individualista das mulheres, pois 70% das entrevistadas concordaram com a primeira afirmação. É possível que as mulheres tenham algo menos de formação quanto a seus direitos e que isso não lhes permita visualizar uma necessidade de organizar-se nesse sentido. No entanto, essa porcentagem de mulheres, pelo que resulta do quadro, não é tão significativa.

Em relação à realização de reivindicações e demandas e a sua efetividade, as opiniões podem ser bastante diversas. Pode existir uma atitude muito passiva por parte dos vizinhos, tanto por desconhecimento quanto por impossibilidade de se organizar, ou mesmo por descrença com respeito a essas ações. Para efetivar as demandas deve existir uma convicção quanto a sua legitimidade e alcançar um acordo com os outros no que diz respeito ao seu direcionamento. A fim de aprofundar na opinião atual dos entrevistados sobre esse tema, foi fornecida uma lista de afirmações de teor muito diferente em forma alternada, solicitando-se que fossem marcadas até duas opções com as quais concordassem.

**TABELA 32 - OPINIÃO SOBRE FAZER REIVINDICAÇÕES E DEMANDAR EM FORMA COLETIVA**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
É um direito, e é preciso exercê-lo	55	35%	30	39%	25	31%
Se for uma reivindicação justa, é preciso fazê-la	42	26%	15	19%	27	33%
É a melhor forma de obter conquistas	33	20%	14	18%	19	24%
Algumas vezes funciona, e outras, não	21	13%	14	18%	7	9%
É uma perda de tempo, pois as autoridades não ligam para isso	6	4%	4	5%	2	3%
É coisa de pessoas um pouco inquietas e revoltosas	2	1%	1	1%	1	1%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

As respostas se concentraram nas afirmações mais favoráveis ao exercício da demanda coletiva. Trinta e cinco por cento das pessoas indicaram seu acordo com que é um direito que é preciso exercer, 26% concordaram com que se a reivindicação for justa, deve ser realizada, e 20% manifestaram que é a melhor forma de obter conquistas. Em um patamar intermédio se situaram 13% dos entrevistados, que opinaram que a reivindicação é algo que pode funcionar às vezes. As posturas mais céticas ou contrárias às demandas coletivas obtiveram muito pouca adesão.

Ainda que não se verifiquem diferenças muito significativas nas comunidades, existem nuanças interessantes. Em Santa Cruz do Sul é mais alta a porcentagem que concorda com que demandar é um direito que é preciso exercer, enquanto em San Pedro a opinião mais marcada é a que afirma que se a reivindicação for justa, é preciso fazê-la. Embora ambas as opiniões sejam afirmativas quanto à demanda, a que ficou situada em primeiro lugar em San Pedro salienta a condição da “justiça” do pedido. A outra nuança

encontrada entre as comunidades está no item que indica que reivindicar poderia ou não funcionar, que, em Santa Cruz do Sul, chegou a 18%.

Em termos gerais, pode-se afirmar que nas duas localidades encontramos uma postura muito aberta e favorável no que diz respeito a reivindicar direitos em forma coletiva, sendo muito clara a predisposição nesse sentido por parte dos vizinhos. Foi detectado mais ceticismo em Santa Cruz do Sul, mas apenas 5% dos entrevistados mostraram uma postura contrária a esse tipo de prática.

**TABELA 33 - OPINIÃO SOBRE FAZER REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS EM FORMA COLETIVA SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	H	%	M	%
<b>É um direito, e é preciso exercê-lo</b>	55	35%	25	30%	30	40%
<b>Se for uma reivindicação justa, é preciso fazê-la</b>	42	26%	26	31%	16	21%
<b>É a melhor forma de obter conquistas</b>	33	20%	19	23%	14	18%
<b>Algumas vezes funciona, e outras, não</b>	21	13%	12	14%	9	12%
<b>É uma perda de tempo, pois as autoridades não ligam para isso</b>	6	4%	1	1%	5	7%
<b>É coisa de pessoas um pouco inquietas e revoltosas</b>	2	1%	0	0	2	2%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009

Quando as respostas são examinadas de acordo com o sexo não se encontram diferenças importantes, sendo que homens e mulheres estão equiparados nas respostas reunidas no segmento favorável à demanda. As mulheres marcam em maior porcentagem que os homens que reclamar é um direito e que é preciso exercê-lo, mas também são mulheres as que escolheram as respostas que qualificamos como “céticas” e contrárias à demanda. Esses foram poucos casos e, por conseguinte, não se pode

concluir que as mulheres estejam menos dispostas que os homens a realizar reivindicações em forma coletiva.

Tão importante quanto a própria opinião sobre reunir-se para demandar é a visão predominante na comunidade sobre o tema e sobre a possibilidade de os vizinhos se organizarem para realizar reivindicações. Se essa possibilidade não é percebida como real, dificilmente se deem esforços nesse sentido. Na seguinte questão é registrada a opinião sobre as possibilidades de os vizinhos se organizarem.

**TABELA 34 - POSSIBILIDADES DE OS VIZINHOS SE ORGANIZAREM PARA REALIZAR UMA DEMANDA**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ DO SUL	%	SAN PEDRO	%
<b>Muitas</b>	35	40%	14	31%	21	50%
<b>Algumas</b>	34	39%	19	42%	15	36%
<b>Poucas</b>	15	17%	10	22%	5	12%
<b>Nenhuma</b>	3	4%	2	5%	1	2%
<b>TOTAL</b>	87	100%	45	100%	42	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Com porcentagens similares se agrupam os que opinam que são muitas e os que manifestam que são algumas as possibilidades de os vizinhos se organizarem para realizar demandas. No total, essas duas respostas representam quase 80% das opções escolhidas, enquanto os que opinam que são poucas ou nenhuma possibilidade somam 21%. Em San Pedro, 50% opinam que as possibilidades são muitas, enquanto em Santa Cruz do Sul as respostas registradas para essa opção chegam a 31%. Nesta última comunidade, os mais céticos – junto com os que manifestam que as possibilidades são poucas ou nenhuma – representam 27% do total.

Novamente em San Pedro se manifesta um perfil mais orientado para o coletivo do que na outra comunidade estudada. Certamente é coerente que em uma localidade

onde uma porcentagem tão importante de habitantes percebe que existem muitas chances de organização, como acontece em San Pedro, em face de certas demandas ou necessidades da sua população, os vizinhos resolvam mobilizar-se em forma coletiva.

**TABELA 35 - POSSIBILIDADES DE OS VIZINHOS SE ORGANIZAREM PARA REALIZAR UMA REIVINDICAÇÃO SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	HOMENS	%	MULHERES	%
<b>Muitas</b>	35	40%	20	45%	15	35%
<b>Algumas</b>	34	39%	18	41%	16	37%
<b>Poucas</b>	15	17%	4	9%	11	26%
<b>Nenhuma</b>	3	4%	2	5%	1	2%
<b>TOTAL</b>	87	100%	44	100%	43	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

A visão masculina sobre a possibilidade de os vizinhos se organizarem aparece como majoritária diante da feminina. O registro de homens que opinam que são muitas as possibilidades de que a comunidade se organize supera em 10% a das mulheres, sendo superior, então, à porcentagem feminina – comparada com a dos pares masculinos –, que manifesta que as chances de isso acontecer são poucas. Esta tendência feminina algo mais cética tem uma forte correspondência com as respostas anteriores, nas quais a propensão para a dimensão coletiva por parte das mulheres foi um pouco menor que a masculina. Esta afirmação deve sempre ser considerada dentro de um contexto no qual, embora as porcentagens dos homens sejam superiores nas respostas de perfil grupal, no interior do universo feminino é uma maioria muito importante a daquelas que compartilham essa visão coletiva. Neste caso, 72% das mulheres se situam nas duas primeiras linhas de respostas.

O sentimento de pertença a uma comunidade determinada pode ter maior ou menor intensidade e tem relação com múltiplos e complexos fatores. Um deles é determinado pelos graus de inclusão/exclusão que os indivíduos sentem que o conjunto da sociedade lhes confere através de mecanismos idôneos pelos quais poder desenvolver e exercer seus direitos. Uma comunidade onde os indivíduos percebam que podem se

desenvolver e melhorar sua vida exercendo seus direitos como vizinhos é uma comunidade que pode ser considerada mais integradora e que permite aos cidadãos terem mais poder sobre sua própria realidade. Perguntou-se aos entrevistados em que grau sentiam que integrar sua comunidade lhes permitia exercer seus direitos e lhes dava poder para melhorar e mudar sua vida.

**TABELA 36 – POSSIBILIDADES DE, COMO INTEGRANTE DA COMUNIDADE, EXERCER DIREITOS E TER PODER PARA MUDAR E MELHORAR SUA VIDA**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ	%	SAN PEDRO	%
<b>Todos os direitos, muito poder</b>	7	10%	1	3%	6	14%
<b>Muitos direitos, bastante poder</b>	21	29%	12	40%	9	21%
<b>Alguns direitos, algo de poder</b>	35	48%	13	43%	22	53%
<b>Muito poucos direitos, escasso poder</b>	2	3%	2	7%	0	0
<b>Nenhum direito e, portanto, nenhum poder</b>	5	7%	2	7%	3	7%
<b>Ns/Nc</b>	2	3%	0	0	2	5%
<b>TOTAL</b>	72	100%	30	100%	42	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Somados os entrevistados que opinam que pertencer à comunidade lhes dá todos os direitos e aqueles que afirmam que isso lhes confere muitos direitos para mudar sua realidade e produzir mudanças, eles representam 39% do total. Por outro lado, 48% manifestam que pertencer à comunidade lhes dá alguns direitos e algo de poder. É possível afirmar que, no conjunto dos entrevistados, a impressão e o sentimento em relação a como podem exercer efetivamente seus direitos em virtude de pertencer a uma coletividade específica são muito positivos. Os que expressam que têm muito poucos ou

nenhum direito como integrantes do lugar registram 10% das respostas, sendo esse um número pouco significativo. Comparando as localidades, Santa Cruz do Sul tem um registro superior ao de San Pedro, somadas as duas primeiras linhas, pelo que pareceria ter uma consciência forte sobre esse assunto. Nesta última comunidade, as respostas se concentram na linha correspondente a “alguns direitos”. A visão geral manifestada pela população consultada reflete uma postura bastante otimista em relação ao tema, principalmente quando são considerados os mínimos registros nas duas opções mais negativas.

**TABELA 37 – POSSIBILIDADES DE, COMO INTEGRANTE DA COMUNIDADE, EXERCER DIREITOS E TER PODER PARA MUDAR E MELHORAR SUA VIDA SEGUNDO SEXO**

	TOTAL	%	H	%	M	%
<b>Todos os direitos, muito poder</b>	7	10%	4	11%	3	8%
<b>Muitos direitos, bastante poder</b>	21	29%	12	32%	9	26%
<b>Alguns direitos, algo de poder</b>	35	48%	20	54%	15	43%
<b>Muito poucos direitos, escasso poder</b>	2	3%	1	3%	1	3%
<b>Nenhum direito e, portanto, nenhum poder</b>	5	7%	0	0	5	14%
<b>Ns/Nc</b>	2	3%	0	0	2	6%
<b>TOTAL</b>	72	100%	37	100%	35	100%

**Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009**

Quando as respostas são estudadas conforme sexo aparecem algumas nuances nesta questão. Das mulheres entrevistadas, 17% opinam que têm muito pouco ou nenhum poder para mudar sua realidade e entorno pelo exercício dos direitos outorgados por pertencer à comunidade, enquanto essas linhas somam 3% das respostas

dos homens. Em outras opções que indicam posturas mais positivas, as mulheres registram menor porcentagem que os homens. Mesmo assim, 43% das mulheres manifestam sentir que contam com alguns direitos. Observa-se certo índice maior de ceticismo no setor feminino – consistente com outras respostas –, item que será analisado com maior profundidade mais adiante.

Os sujeitos podem ter visões mais otimistas ou pessimistas sobre seu futuro e o das suas famílias. Este aspecto torna-se relevante quando se considera que as pessoas costumam orientar suas ações de acordo com essas expectativas. Aqueles que se envolvem em projetos coletivos no intuito de alcançar objetivos de superação, tanto para si mesmos quanto para a comunidade, devem contar com uma mínima expressão de visão encorajadora em relação ao futuro e poder visualizar-se nessa situação. Então, perguntar sobre como eles se percebem a eles mesmos no futuro também é uma forma de medir o “germe” de ações coletivas e de empreendimentos dirigidos à comunidade.

**TABELA 38 - VISÃO DA SITUAÇÃO PESSOAL E FAMILAR DAQUI A 5 ANOS**

	TOTAL	%	SANTA CRUZ DO SUL	%	SAN PEDRO	%
<b>Vão estar melhor que agora</b>	66	76%	38	85%	28	67%
<b>Vão estar na mesma situação que agora</b>	15	17%	6	13%	9	21%
<b>Vão estar pior que agora</b>	5	6%	1	2%	4	10%
<b>Ns/Nc</b>	1	1%	0	0	1	2%
	87	100%	45	100%	42	100%

Fonte: Pesquisa Participação e cidadania em comunidades rurais 2009



Setenta e seis por cento dos entrevistados expressam que no futuro estarão melhor, 17% afirmam que estarão na mesma situação, e uma porcentagem minoritária de 6% tem uma visão negativa em relação à questão. Em princípio, esses números são significativamente alentadores, demonstrando uma atitude e uma visão altamente positiva do futuro. Neste caso, em Santa Cruz do Sul se observa uma porcentagem bastante maior de pessoas com essa atitude esperançosa, sendo que em San Pedro são mais os que acreditam que vão estar pior, ainda que continue sendo muito importante o registro na primeira linha. Esses elementos presentes nas comunidades são os que permitem induzir que existem maiores possibilidades de reunir-se, realizar ações ou planificar projetos em conjunto com os vizinhos. O leve “tom” de pessimismo presente em San Pedro será analisado em conjunto com outros fatores mais adiante.

Nesta pergunta, as opiniões observadas segundo o sexo não mostram diferenças substanciais, sendo que nas três opções se encontram distribuídas as respostas em forma similar, tanto para homens quanto para mulheres<sup>7</sup>.

### **3.2.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMPONENTES ENCONTRADOS NOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS**

Os dados registrados pela pesquisa realizada em Santa Cruz do Sul, Brasil, e San Pedro, Uruguai, permitem realizar algumas reflexões e considerações preliminares em relação a alguns dos componentes do capital social estudados. Procurou-se indagar sobre os elementos básicos e constitutivos do capital social, como a solidariedade, a confiança, a participação em organizações e grupos da comunidade, ingredientes que permitem – através de certas ações e mecanismos sociais – sua transformação em formas de cidadania ampliada e em um exercício prático dos direitos.

Em geral, encontramos que na maioria das situações esses mecanismos funcionam em forma similar nas duas comunidades, o que possibilita certo nível de extrapolação e generalização nas nossas afirmações. No entanto, também foram identificadas, em alguns pontos específicos, certas nuances interessantes que determinarão um exame mais detalhado dessas diferenças.

---

<sup>7</sup> O quadro consta nos anexos.

Tanto em Santa Cruz do Sul quanto em San Pedro as pessoas sentem – na sua imensa maioria – que estão mergulhadas em umas comunidades solidárias e que podem confiar nos seus vizinhos. Além de sua família próxima, as pessoas confiam, em primeiro lugar, em seus amigos e vizinhos. Isso fica reafirmado na convicção que prevalece de que, no caso eventual de precisar ajuda por problemas de saúde ou econômicos, certamente as pessoas da comunidade se farão presentes. Como acontece geralmente nas comunidades pequenas, existe uma maior confiança em relação aos vizinhos próximos e da localidade que com respeito às pessoas provenientes de outras regiões.

As pessoas dessas localidades têm um nível bastante importante de sociabilidade, sendo que frequentam e visitam suas amizades com muita assiduidade. Da mesma forma, recorrem aos outros por informações ou auxílio e, ao mesmo tempo, fornecem ajuda. Esse é um bom indicador de como são nutridas as relações e a confiança entre eles.

No que se refere ao grau de aceitação ou de abertura em relação à chegada de novos vizinhos, a maioria das pessoas sentem que se adaptariam às eventuais mudanças que a referida chegada poderia produzir, enquanto uma terceira parte acha que não ocorreriam mudanças. Em princípios, ambas as comunidades demonstram uma atitude bastante aberta, porém existe uma relação direta entre maior nível de conhecimento dos vizinhos e confiança, porque sempre a relação com “o novo” e com as mudanças gera temor. Nesse sentido, existe uma tensão permanente entre os esforços para manter as tradições – o que significa ser “conservador” –, ou ser permeável às influências forâneas e aos novos costumes de pessoas de outros lugares (o que implica mudanças e “modernização”). Geralmente, um difícil equilíbrio entre ambas as posições resulta a posição mais salutar, embora os vizinhos e as autoridades nem sempre consigam lidar bem com ele. Estas comunidades têm um acúmulo histórico importante de traços culturais e valores que lhes permitiu, em parte, atingir um desenvolvimento importante. Mas, por outro lado, as contribuições e inovações também souberam enriquecê-las. É muito provável que pensar que não vão ocorrer mudanças – crença que se reflete na terceira parte dos entrevistados – seja uma forma de negação passiva às transformações e uma resistência às pessoas “de fora”.

Alguns assuntos constituem tanto elementos de união quanto de atrito entre os povoadores e eles são, principalmente, os que têm a ver com atitudes pessoais e questões de vizinhança e comunitárias. Também as questões econômico-produtivas e a religião podem ser elementos que congregam os vizinhos, enquanto a política poderia eventualmente gerar tensão entre eles.

Em San Pedro se observa de forma mais acentuada que em Santa Cruz do Sul a presença de traços de confiança e solidariedade em relação aos vizinhos, embora essas não existam distâncias marcantes neste grupo de perguntas. Essas respostas também tiveram certa ênfase na população masculina com respeito à feminina, mas, novamente, essa diferença não é significativa.

Os vizinhos de ambas as comunidades têm um nível importante de acesso à informação e, para isso, utilizam fundamentalmente a televisão e a imprensa escrita nacional e local. Mas também se verifica que as pessoas recorrem a seus parentes e amigos para obter informações, pelo que eles se transformam em um recurso importante. Em San Pedro, as organizações e os grupos funcionam, outrossim, como fonte de informação. Dado o alto número desse tipo de agrupações que tradicionalmente funcionam nesta localidade, elas também desempenham esse papel.

Examinando agora o conjunto de perguntas que visava analisar a integração a grupos e a participação, podemos resgatar alguns elementos muito importantes que surgiram. O primeiro deles é, sem dúvida, uma taxa muito alta de participação em coletivos de todo tipo. Lembremos que 49% dos consultados em Santa Cruz do Sul e 83% dos entrevistados em San Pedro fazem parte de algum grupo ou organização. Isso define as duas comunidades de uma forma muito clara, já que uma presença tão alta de pessoas associadas é, por si mesma, um indicador de bons graus do fermento necessário para construir cidadania. Embora a porcentagem de homens que são integrantes ou participam de alguma agrupação seja superior à das mulheres, mais da metade da população feminina entrevistada tem essa atividade.

Quanto ao tipo de organização ou agrupação ao que estão ligados os vizinhos, começam a se destacar alguns elementos sugestivos a serem assinalados sobre o perfil da participação nas comunidades. É possível observar algumas diferenças de interesse analítico tanto entre regiões quanto entre sexos.

No âmbito do universo geral, observa-se claramente que as pessoas se agrupam em um tipo de organizações, enquanto um segundo grupo marcou muito poucas respostas. Denominaremos esse primeiro grupo “organizações tradicionais” ou clássicas. Ele é integrado pela Igreja, a escola, os grupos de vizinhos, os clubes esportivos e os grupos folclóricos e se caracteriza por gerar muita identidade de pertença ao lugar, como no caso dos clubes esportivos ou folclóricos, ou por ter entre seus objetivos finalidades mais assistencialistas, religiosas e educativas, como no caso da igreja ou da escola; é neste grupo de organizações onde as pessoas têm maior participação. O segundo grupo de organizações – que definimos essencialmente como de “ideias” ou de militantes – é o integrado pelas agremiações, sindicatos, cooperativas, organizações políticas ou de apoio a alguma causa; este grupo registrou um grau de participação bastante menor. Mesmo assim, somadas essas organizações, elas obtêm aproximadamente um terço dos vizinhos membros. A caracterização básica destas agrupações é que sua adesão implica maior compromisso ideológico, comunhão de idéias ou um tipo de ação mais “militante”.

Em Santa Cruz do Sul, no que diz respeito às organizações tradicionais, observa-se um peso muito importante da presença da Igreja, com seus grupos de base, situando-se no primeiro lugar com grande vantagem, seguida pelas associações de vizinhos e os clubes esportivos. Já dentro do segundo grupo de agrupações, nota-se maior presença dos sindicatos. Enquanto isso, em San Pedro, a ligação com a Igreja é bastante menor, embora seja bastante equitativa com a participação nos grupos de vizinhos, na escola e nos clubes esportivos. Entre as organizações do segundo grupo, encontramos similar participação que em Santa Cruz do Sul em cooperativas, mas não se registra participação em sindicatos; constata-se, sim, a participação em agremiações, organizações de beneficência, de solidariedade ou apoio a alguma causa e grupos políticos. É preciso destacar que em comunidades rurais com pouca população – como San Pedro – tanto a escola como o clube esportivo transcendem largamente suas funções originais para desempenhar uma diversidade de papéis de destacada importância. Seus prédios são sede de inúmeras atividades sociais e se tornam, além disso, lugares de encontro, interação e base de operações para diversas tarefas. Por outro lado, a nula participação em sindicatos é explicada pelo caráter produtivo da região, que conta com muito poucos assalariados ao ser quase na sua totalidade constituída por unidades de produção familiares.

As mulheres têm uma maior presença nas organizações da Igreja, na escola e em grupos folclóricos, enquanto os homens superam a participação feminina nos grupos de vizinhos, nos clubes esportivos e nas cooperativas. Curiosamente, nas organizações que definimos como de ideias, os registros são muito irregulares quanto ao sexo. As agremiações têm presença similar de homens e mulheres; em organizações políticas, encontramos maioria feminina; e nos sindicatos foram os homens os que marcaram maior porcentagem. Sem dúvida, esses dados mostram uma dispersão que não permite emitir juízos muito concludentes. Aparece certa “especialização” da participação feminina nos grupos mais tradicionais, constatando-se uma menor valoração e reconhecimento social sobre os bens produzidos por esse tipo de instituições. De qualquer maneira, as mulheres não estão ausentes das outras organizações.

No que se refere ao grau e à intensidade da participação nas comunidades estudadas, encontramos que eles são bastante importantes. Em San Pedro, uma terceira parte dos entrevistados participa em três ou mais organizações, e 20% deles dedica entre 5 e 10 horas semanais a essa atividade. Em Santa Cruz do Sul, a terceira parte das pessoas consultadas integra até duas organizações, e 23% dedicam a sua participação o tempo já referido. Ainda que a diversidade de grupos na qual participam os homens é maior do que no caso das mulheres, a intensidade e horas destinadas é similar para ambos os sexos.

Procurando reconstruir a série de motivações que podem induzir os indivíduos a integrar-se a coletivos e organizações é possível observar alguns pontos relevantes. Os motivos assinalados pelos sujeitos respondem não apenas aos que realmente são identificados como verdadeiros, mas também aos que nas comunidades têm sido construídos como motivos válidos e justificados. Neste plano, podemos identificar as razões de tipo mais coletivo e que correspondem a uma escala de valores compartilhada, identificadas como positivas, e, por outro lado, razões de ordem mais individual ou pessoal, mas igualmente justificadas. Pode-se apontar que, em primeiro lugar, as pessoas identificam que existe um motivo que é o “bem comum” para a comunidade pela participação dos vizinhos. Mas também existe um grau de expectativa de retribuição pessoal futura e de reciprocidade nessa atividade e que parece ser bem aceita por uma ampla maioria. Também existe um componente importante de valores e cultura quando se expressa que a família e a educação incidem no fato de os vizinhos fazerem

coisas por sua comunidade. Com menor peso aparecem motivos de tipo ideológico-políticos ou religiosos, ainda que em Santa Cruz do Sul apareçam em maior grau que em San Pedro. Neste item, cabe destacar que – para além das motivações originais – muitas vezes a concordância de esforços em uma direção produz benefícios e efeitos que superam o procurado. Assim, independentemente de os benefícios originalmente visados serem individuais ou interesseiros, muitas vezes a ação dos indivíduos que se articularam com outros produz um “transbordamento” que produz uma conquista para o coletivo.

Em ambas as comunidades as pessoas reconhecem que integrar grupos e ter novos amigos e redes de conhecidos implica uma fonte importante de recursos que pode resultar em melhoras tanto para o coletivo comunitário quanto na sua situação pessoal e familiar. Isso supõe identificar que “investir” em conservar e estabelecer novas relações e participar em grupos pode trazer benefícios como progredir ou conseguir um emprego. Em alguns casos, funciona como uma “reserva” ou caderneta de poupança à qual recorrer em caso de necessidade futura.

Um recurso relevante para realizar uma análise da participação sob uma perspectiva de gênero é reconstruir o imaginário das comunidades sobre a conduta de homens e mulheres. Tal imaginário reflete parte do que acontece na realidade, parte do dever ser e alguns estereótipos sobre as figuras e os papéis de homens e mulheres.

Em San Pedro prevalece a ideia de que a participação de homens e mulheres se dá de forma similar, enquanto em Santa Cruz do Sul a opinião é a de que as mulheres trabalham e participam mais. Esta é também a forma em que se autopercebem as mulheres, enquanto os homens sentem que elas participam na mesma proporção que eles. Essas diferenças nas visões existentes podem ter várias interpretações. Em primeiro lugar, a comunidade de San Pedro preserva um conjunto de visões mais tradicionais que dificulta o reconhecimento, por parte dos seus membros, tanto homens quanto mulheres, das contribuições específicas e diferenciais destas últimas. É assim no caso do projeto GRUTUR, que, antes de incluir toda a família, foi uma iniciativa das mulheres. É possível também que em Santa Cruz do Sul, por haver uma maior porcentagem de mulheres assalariadas e sindicalizadas, exista maior consciência do papel feminino nas organizações. Por outro lado, os homens opinarem que participam na mesma proporção que as mulheres é positivo, considerando que isso indica uma

passagem do desconhecimento total da contribuição feminina – ao situá-la apenas no âmbito doméstico – para a localização da mulher em uma situação de paridade. Outra leitura pode sugerir que se as mulheres se percebem participando mais, existe um acréscimo que não é reconhecido pela população masculina.

Entre os que opinam que as mulheres participam menos, a razão mais alegada é que os filhos e a casa não deixam tempo livre para essa tarefa. Os que manifestam que as mulheres participam mais, por sua vez, sugerem que elas fazem isso por terem maior interesse nas questões da comunidade. Nas duas comunidades, tanto homens quanto mulheres afirmam que a maioria dos cargos de direção e condução nas organizações é ocupada pelo setor masculino, o que abona que as responsabilidades que conferem maior visibilidade e poder costumam ser reservadas aos homens.

A opinião das duas comunidades sobre o comportamento feminino nos grupos e nas organizações é bastante positiva, sendo valorizada a contribuição realizada por elas. Existe a percepção de que as mulheres são mais abertas e dispostas ao diálogo, sendo também mais democráticas e menos autoritárias. Esses traços, que certamente não são genéticos nem biológicos, devem estar relacionados com o aprendizado, com o papel de contemporizadora e mediadora que a mulher desempenha no lar.

Ora, o fato de ter alta participação nas organizações e reconhecer as motivações para que esse fenômeno produza efeitos reais de transformação na comunidade não é suficiente: para que essa ação gere consciência de cidadania ampliada, isto é, para que promova os direitos cidadãos e acrescente um componente de demanda, é preciso avançar um degrau a mais. É preciso que na comunidade esteja presente uma convicção que chamaremos de “propensão para a ação coletiva” e que simplesmente uma atitude aberta e uma disposição a atuar com outros. Essa propensão é só um elemento da cultura e dos valores que aparece em certos momentos, podendo ter maior ou menor raiz histórica, mas não determina comportamentos de longo prazo.

Parte dessa convicção é a opinião que os sujeitos têm sobre a efetividade de ações individuais ou coletivas, bem o seu pendor para fazer reivindicações. Também é relevante nesse processo se eles têm uma concepção mais delegatória em relação aos seus representantes, ou mais participativa. Da mesma forma, é importante considerar se

percebem que a comunidade que integram os habilita a produzir e exercer seus próprios direitos.

Foi detectada nas duas comunidades, tanto em homens quanto em mulheres, uma tendência importante para posições mais coletivas que individuais e mais participativas que delegatórias. Pode-se afirmar que em Santa Cruz do Sul como em San Pedro uma maioria muito importante dos vizinhos prefere participar ativamente, opinando que é mais efetivo se organizar e colocar demandas em forma conjunta. Também existe a convicção de que realizar demandas é um direito e de que se as reivindicações forem justas, é preciso realizá-las.

Os vizinhos das duas localidades têm a percepção de que as possibilidades de organização são altas, o que inclui essa ação dentro do repertório de outras possíveis soluções. Também sentem que a pertença à sua comunidade lhes outorga, em boa medida, poder e direitos para se desenvolver e melhorarem sua vida.

Outro elemento encontrado em ambas as comunidades é uma visão otimista do futuro, fato relevante que determina a motivação das ações. A grande maioria dos vizinhos se enxerga em uma melhor situação daqui a cinco anos, o que, sem dúvida, colabora para que eles empreendam práticas nesse sentido.

Em suma, pode-se afirmar que tanto em Santa Cruz do Sul quanto em San Pedro se encontra um alto grau de associatividade, com uma tendência e propensão a realizar ações coletivas. Em San Pedro essa tendência está um pouco mais marcada, certamente pela forte tradição de cooperação que existiu entre seus primeiros imigrantes valdenses. Já em Santa Cruz do Sul, o período de forte nacionalização marcado pelo governo que instaurou o “Estado Novo” depois de 1937 parece ter enfraquecido os fortes laços que os alemães tinham construído entre eles.

A religião é um fator que pesa bastante mais em Santa Cruz do Sul, e isso possivelmente se deva à forte tradição de laicidade presente no Uruguai. Essa tradição determina em parte que, embora em San Pedro a prática da religião valdense tenha deixado sua marca, ela não seja um fator aglutinante por excelência.

A presença e a disposição das mulheres para participar e trabalhar em forma coletiva na comunidade estão presentes nas duas regiões, embora em forma um pouco



mais leve que no caso dos homens. Existe em Santa Cruz do Sul um maior reconhecimento da contribuição feminina às organizações e grupos, enquanto em San Pedro a percepção é a de que ambos trabalham na mesma proporção.

Parece claro que tanto os homens quanto as mulheres destas comunidades contribuem para a construção de um capital social, que é um recurso e bem coletivo. Existe um perfil ou especialização na participação feminina em algumas instituições e organizações que representam um substrato vital na vida comunitária e que permitem uma apropriação mais equilibrada dos recursos coletivos. Elas são, por exemplo, a escola, organizações religiosas de assistência e organizações culturais. No entanto, as funções que desempenham essas organizações estão muito normalizadas e dificilmente contem com o reconhecimento social, não se compreendendo cabalmente a diversidade de papéis que elas desempenham. Por outro lado, os homens parecem ter mais atividade em organizações ligadas ao âmbito econômico e produtivo e em aquelas que têm maior visibilidade e prestígio, como as agremiações, cooperativas e sindicatos.

## **IV O TRABALHO COTIDIANO DE CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL POR PARTE DOS SUJEITOS**

### **4.1 OS COMPONENTES DE ASSOCIATIVISMO, SOLIDARIEDADE E CONFIANÇA NA CONFORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.**

Neste capítulo, tentaremos analisar os mecanismos mediante os quais os sujeitos constroem, diariamente, os fios tênues que acabam criando redes e grupos que, por sua vez, geram as bases de apoio e solidariedade necessárias para que a comunidade funcione com um mínimo de equilíbrio e harmonia. Com esse objetivo são estudadas as reflexões e sentimentos dos vizinhos envolvidos de forma de reconstruir –partindo dessas análises – as percepções e subjetividades subjacentes. Para isso, foram selecionadas pessoas que estivessem trabalhando ativamente em grupos e organizações.

Partindo de todas as abordagens desenvolvidas anteriormente, a nossa hipótese é a de que um alto grau de associatividade, assim como a formação de grupos e redes nas quais existam confiança e solidariedade, são fatores essenciais na hora de gerar capital social. Embora sua percepção seja um pouco difusa e variada, os atores que participam ativamente de grupos e organizações expressam os benefícios de associar-se, tanto para a comunidade quanto para eles mesmos.

Em San Pedro existe a opinião quase unânime de que a região é basicamente solidária e de que existe uma forte tendência a reunir-se em grupos e criar associações e organizações. Uma das integrantes da comunidade, que participou ativamente do grupo de Mulheres da Cooperativa Agrária (CASSPE), sendo membro de sua diretoria e fundadora do GRUTUR, explica:

A gente deveria tirar a conclusão de que há um monte de comissões, e que tem gente que trabalha, e isso quer dizer que eles são solidários, porque você viu que na igreja, as comissões da igreja, as comissões do esportivo, os times de futebol mirim ... eu acho que eles trabalham juntos...(ent. 11)

Parte dessa tradição de reunião, bem como a tendência a se associar e criar comissões, têm sua origem na história dos primeiros povoadores da região. Esses imigrantes, que chegavam com outra língua, outra cultura, perseguidos nos seus

próprios países, tiveram que aproveitar tal ferramenta como forma de proteção e para poderem progredir. Esta realidade da história está bem presente na vida dos vizinhos que conseguem reconhecer essa raiz na sua cultura atual.

[...] a experiência que trouxeram os imigrantes quando vieram da Europa e se juntaram... eu lembro muito bem a colonização valdense... no trabalho também se juntaram, partindo do zero, porque vinham sem nada, não tinham nada, nada, nada ... (ent. 3/4)

Como foi explicado anteriormente, um grupo relativamente pequeno de uma coletividade que tinha sido perseguida na Europa e que se estabelece em Colônia, sem compreender o idioma e os costumes do lugar, precisa refugiar-se na sua religião e no seu pastor e desenvolver estratégias de cooperação intensas a fim de se defender em um ambiente estranho e hostil.

Dentro do conjunto de normas e valores que a comunidade de valdenses foi transmitindo às gerações posteriores, foram muito importantes a solidariedade e o apoio aos integrantes mais necessitados. Há 20 anos funciona uma comissão integrada por mulheres das duas Igrejas existentes em San Pedro, uma Valdense e a outra, Católica. Tal comissão realiza atividades com o objetivo de arrecadar fundos para famílias com crianças deficientes ou com necessidades diferentes. Existe um fator que não pode ser ignorado: comunidades pequenas e fortemente endogâmicas – como era o caso de San Pedro nos seus inícios – possuem um grande número de pessoas que nascem com problemas genéticos.

W – Essa comissão existe há vários anos; há vários anos fazia uma festa, uma festa para juntar dinheiro para essa comissão, fundos para pessoas deficientes.

N – Deficientes ou pessoas necessitadas... (ent. 5/7)

R – A comissão pagava por exemplo os remédios mais caros que eles não podiam pagar, sei lá... eles davam uns \$500 por mês naquela época... \$500; em outros casos compravam fraldas... (ent. 3/4)

Atualmente, essa tradição de solidariedade e tendência a agrupar-se e associar-se com o objetivo de gerar benefícios ainda é forte. O espírito de cooperação está presente, em forma latente, e, de acordo com alguns dos vizinhos, esse espírito se manifesta de maneira mais visível e clara em momentos de crise. Após a grande crise que iniciou em

2001 no Uruguai e afetou duramente a região, uma das respostas encontradas foi a criação de um grupo de famílias de produtores rurais. Depois de trabalharem durante meses em um projeto, essas famílias começaram um grande empreendimento que significou uma abertura ao turismo sem abandonar suas atividades produtivas. Foi assim que nasceu o GRUTUR (Grupo de Turismo Rural de San Pedro), criado no início pelas mulheres da cooperativa da região e que posteriormente incorporou suas famílias.

[...] o que eu quero dizer é que – o que a gente queria quando formou o Grutur – era fazer com que as pessoas fossem conhecidas, fazer conhecer a região de San Pedro, divulgar, para que as pessoas saibam que San Pedro existe, oferecer trabalho às pessoas da região (ent. 3/4).

aqui as pessoas são solidárias e ... como diz o ditado “se precisar de mim avise”, e você pede ajuda e as pessoas de San Pedro acudem ... porque eles estão dispostos (ent.1).

Nesse mesmo período, época de grande crise no Uruguai, os vizinhos de San Pedro realizaram “a festa do campo” durante três anos consecutivos. Participaram da festa várias organizações locais com o objetivo de arrecadar fundos para obras benéficas e também para fazer conhecer a região, suas atividades e sua gente. Esse fato é importante, porque implica promover todas as forças positivas que existem entre as pessoas e suas instituições, em um contexto difícil, e resgatar a solidariedade e a cooperação.

A ideia era que as pessoas da cidade conhecessem o trabalho do campo (ent.5/7).

[...] beneficiava-se a escola, a igreja... eram várias instituições da região que se juntavam e faziam tudo... era uma festa muito linda que foi feita em San Pedro durante três anos consecutivos; a ideia era essa... mostrar o que a gente faz no campo: ordenhar, fazer o queijo, tosquiar ovelhas (ent.3/4).

As escolas rurais de San Pedro parecem um elemento chave na reprodução e transmissão desses valores de cooperação e solidariedade, já que, nelas, as crianças da região não somente são educadas de acordo com os programas convencionais, mas também aprendem a organizar-se, a formar cooperativas e a distribuir tarefas. Na Escola 73 funciona uma horta da qual participam os alunos ativamente assumindo diferentes responsabilidades. A professora diretora tem uma visão muito positiva desta experiência.

A produção da cooperativa é muito elemental porque lá trabalham as crianças. Nós o denominamos “de produção” neste caso porque trabalham num hibernáculo, a horta... a verdura que sobrava era vendida entre a família... entre as crianças há um presidente da cooperativa...., um secretário, um tesoureiro (...)

E depois criam um terneiro... eles lhe dão o leite e o alimento. Também se encarregam da água, aos finais de semana sempre vem alguma criança para atendê-lo. Também tivemos um cordeirinho mas morreu... mas o terneiro está uma beleza... (Ent. 8)

Neste processo de organização e de ir assumindo responsabilidades, as crianças vão aprendendo como é que funcionam os grupos, como e por que são obtidos os benefícios, e depois têm que discutir o que fazer com esses benefícios. Isso supõe, portanto, aprender a tomar decisões grupais. O resultado de tais experiências também se reflete em outra forma de organização: a edição mensal de um boletim chamado *Jacarandá*.

Depois eles têm que decidir o que fazer com esse dinheiro. O regulamento indica que por fazerem parte da cooperativa eles têm que deixar 30% para o ano seguinte, 20% tem que ser destinado para benefício da escola, e 50% pode ser investido em excursões, passeios, no que eles quiserem” (ent. 8).

Para os atores envolvidos ativamente nas organizações da região, nem sempre é fácil determinar quais as conquistas ou benefícios que vão ser aproveitados pela comunidade toda, e quais aqueles que eles ou suas famílias podem aproveitar. Isso é assim, em parte, porque em alguns casos tais benefícios são realmente compartilhados e podem ser considerados tanto individuais quanto coletivos. Na maioria dos casos existe essa conjunção, sendo essa uma das características básicas dos recursos de capital social: o fato de serem apropriados tanto individual quanto coletivamente. Isso pode ser visto na valoração que faz uma família sobre uma mesma situação na qual precisaram de apoio. Valdo, quem passou por momentos muito difíceis com sua família em decorrência de uma doença crônica de um dos seus filhos, resgata a dimensão pessoal na qual sentiu a cooperação e a solidariedade: “Foi o grupo o que nos ajudou a começar, o grupo nos deu forças e coragem e entre todos fomos adquirindo experiência. Juntar-nos nos permitiu conhecer e relacionar-nos com outras instituições” (ent. 3/4).

Já Rosita – sua mulher –, falando da mesma experiência grupal (GRUTUR), reflete sobre os benefícios coletivos e não individuais que esse projeto gerou na comunidade. “San Pedro não existia, e agora chegam e perguntam... outros já sabem o que é San Pedro, viu? Acho que é uma coisa boa mas é difícil, não é fácil ficar conhecido muito rápido...” (3/4).

Quanto ao assunto da cooperação, destaca-se um fato importante que manifestam os vizinhos. Eles sentem que – mesmo sendo um pouco difícil pedir coisas para eles mesmos – é uma prática absolutamente aceitável pedir ajuda aos outros; para o grupo, para a comunidade. Não sentem que isso seja um problema. Também reconhecem que as possibilidades de fazerem conquistas aumentam de forma exponencial quando se associam para atingir esse objetivo.

W – Pedir para a gente fica feio e é difícil, ou seja, para mim... mas pedir para outro tudo bem, não tenho nenhum problema (ent. 5/7).

R – Mas em grupo você consegue muito mais, sempre. Sozinho você pode conseguir coisas, mas acho que não o bastante (ent. 3/4).

Geralmente, existem diferentes visões por parte dos sujeitos sobre aspectos da realidade, especialmente em se tratando de dimensões subjetivas, nas quais as avaliações são imbuídas das experiências pessoais. É por esse motivo que devemos recolher impressões que de alguma forma modificam as afirmações anteriores, e que nos levam a sugerir que existem elementos contrários à direção que vínhamos desenvolvendo e apontam para aspectos de individualismo que surgem em certas ocasiões. Leonardo, gerente da CASSPE, consegue identificar algumas dessas características que – mesmo que não sejam as primordiais – também operam em alguns momentos. “San Pedro tem gente muito boa, mas infelizmente, no dia-a-dia, as pessoas acabam se ocupando dos seus problemas, dos seus assuntos...” (ent. 2).

Dessa perspectiva, Leonardo, como gerente, afirma que o tratamento e administração dados à cooperativa devem focar-se nos aspectos econômicos e financeiros, para que a cooperativa seja viável e sustentável; enquanto que os aspectos mais sociais e comunitários não deveriam ser prioritários. Tal visão significou uma mudança importante com relação às gerências e diretorias anteriores, para as quais o

relacionamento entre a cooperativa e a região devia transcender os aspectos meramente comerciais para atender aos aspectos mais comunitários. Contudo, no período mais difícil da crise a cooperativa também foi afetada, houve dificuldades financeiras e até problemas para encontrar pessoas dispostas a fazer parte da diretoria. “As pessoas não querem, não querem assumir riscos. O que acontece é que esta cooperativa foi assumida há 5 anos em uma situação decadente. Com dívidas, com muitas dívidas e com um horizonte pouco visível” (ent. 2).

O perfil técnico de Leonardo, administrador de empresas, deve sem dúvidas influenciar sua visão e a orientação que tem dado à CASSPE. No entanto, como veremos depois, sua postura não é totalmente compartilhada por outros atores consultados. Os vizinhos sentiram a ausência da cooperativa na comunidade no relativo a temas sociais ou oferecendo apoio a diversas atividades. Contudo, a visão da nova gerência era bem diferente da visão da diretoria anterior, e foi assim que a primeira não hesitou em abordar o trabalho de outra forma a fim de superar a crise econômica do período e fazer com que a cooperativa sobrevivesse.

No caso de um clube de futebol, uma escola, uma igreja... são instituições que não têm muitos gastos. Podem funcionar com um orçamento fixo muito baixo e é muito fácil fazer com que funcionem. Basta vender frango, churrasco... com isso eles arrecadam dinheiro suficiente para funcionar... O assunto é que nós temos que manter uma estrutura para podermos funcionar (ent. 2).

A cooperativa contava com um galpão grande acondicionado que podia abrigar reuniões de muitas comissões e vizinhos por assuntos diversos. Também eram realizadas atividades sociais e cursos de capacitação, já que a cooperativa facilitava seu uso. Quando a atividade econômica e produtiva se dinamizou – já com a nova diretoria –, o galpão começou a ser utilizado como depósito para a produção dos sócios. Isso foi vivenciado como uma perda, e várias das pessoas entrevistadas mencionaram esse fato como algo que produziu um impacto negativo. A organização da festa do campo, e grande quantidade de comissões e atividades sociais de San Pedro que contavam com a infraestrutura e o apoio da CASSPE foram afetadas.

[...] já não podíamos fazer a festa do campo na cooperativa porque o salão de atividades tinha se tornado depósito... a gente perdeu o espaço, totalmente. Antigamente havia cursos, ioga, a gente fazia de tudo lá, festinhas, e agora perdemos o espaço... (ent. 9/10)

Não há dúvidas de que contar com um espaço de encontro, de reunião, é essencial para fomentar e apoiar as atividades da comunidade, especialmente em uma região onde as distâncias são grandes e não há muitos lugares em condições de abrigar grande quantidade de pessoas.

No entanto, de outro ponto de vista, o desempenho eficiente da CASSPE é fator fundamental para poder oferecer um serviço bom aos seus sócios. Para Leonardo, esses são, em definitiva, seus donos. “Os custos fixos da cooperativa são muito altos. Por isso eu dizia que mesmo sendo uma cooperativa, devemos ver as coisas de um ponto de vista empresarial. Fazer parte da diretoria significa encarregar-se de uma empresa alheia...” (ent. 2).

De acordo com outro dos entrevistados, houve fatores externos que contribuíram para a deterioração dessa tradição de confiança entre os vizinhos. Em uma região de população espalhada onde praticamente todos os povoadores eram produtores ligados às tarefas do campo e onde todos se conheciam, instala-se um bairro com pessoas provenientes de outras regiões que não compartilham nem o estilo de vida nem os valores dos habitantes de San Pedro. A construção de um novo “bairro” com moradias do MEVIR, começa a ocasionar mudanças que, no início, geraram um certo impacto.

[...] o MEVIR mudou muito as coisas, especialmente em San Pedro “acima” (na “região alta” de San Pedro) <sup>8</sup> (...). Nunca houve um “povoado” em San Pedro, uma cidade. A população do MEVIR mudou um pouco esse estilo, mas acontece que mais de 90% das pessoas do MEVIR também não são da região, e isso gerou problemas sociais (...).

O outro clube esportivo também sofreu vaivéns, e foi difícil retomar sua vida social. Por muitos motivos, por causa das situações que se produzem quando se forma um povoado novo, com muita população nova nesse lugar... (ent. 9/10)

A construção das moradias do MEVIR foi vivenciada como uma invasão de estranhos. Devido a seus costumes e hábitos diferentes dos novos habitantes e pelo fato de eles não compartilharem a história e a tradição das famílias da região, surgiram

---

<sup>8</sup> San Pedro “acima” (“a região alta” de San Pedro) é o bairro novo onde o MEVIR foi construído. Podemos dizer que é aí onde termina a localidade.



perturbações e desconfianças que dividiram a região em duas: San Pedro “acima” (“região alta” de San Pedro) em contraposição à outra San Pedro. Neste tipo de situações é preciso um tempo de adaptação mútua entre os vizinhos novos e os antigos que reconstrua o ambiente de confiança entre eles. Contudo, essa “divisão” não tem produzido impactos negativos importantes que possam ser observados claramente.

Uma pergunta teórica que surge é se os mecanismos que criam laços, redes, fontes de solidariedade são ativos locais, ou seja, se devem ser considerados propriedade do indivíduo ou do coletivo. Tentamos procurar alguns elementos sobre esse assunto, comparando o encontrado em San Pedro com as entrevistas realizadas em Santa Cruz do Sul.

As pessoas entrevistadas em Santa Cruz do Sul – também envolvidas em órgãos de sua comunidade – têm opiniões muito diversas quanto aos aspectos de associatividade e cooperação que existem na região. O professor Vogt, da UNISC, afirma que “em alguns aspectos, ela tem aspectos de solidariedade que em determinados momentos afloram” (ent. 23).

Miriam é agente comunitária de saúde e não é originária desta região. É interessante sua opinião, já que, dado que vem de outro lugar, ela pode observar o comportamento de Santa Cruz do Sul com certa distância. Ela diz que a confiança, a cooperação e o bom convívio dos habitantes desta região são elementos positivos que facilitaram sua integração no lugar. “Eu que vim pra cá sem fa... só eu, meu marido e minha filha, foi bem difícil. Se eu não tivesse os vizinhos que eu tenho, eu já tinha ido embora faz tempo. Então, é um povo bem tranquilo” (ent. 20).

Devido a sua tarefa de agente comunitária de saúde, Miriam tem que percorrer muito a região e seus bairros. Ela reflete e reconhece que ser solidário é um valor que é construído graças às dificuldades que enfrentam os povos, e que nem sempre quem mais tem é quem mais ajuda.

O povo que tem mais dificuldade é mais solidário. Porque ele já passou por aquela situação, ele passa muitas vezes por aquela situação. Então, eu acho que é mais fácil um bem pobrezinho dividir o quilo de feijão, do que às vezes um rico abrir mão de um quilo inteiro, né? (ent.20).

A construção da confiança, as redes e a confiança entre os vizinhos são baseadas em práticas simples de troca e conhecimento mútuo. Nesse sentido, os povoadores desta comunidade têm tendência a sociabilizar, visitar-se e conversar: em Santa Cruz do Sul o chimarrão também reúne as pessoas, como Miriam conta que acontece nas suas visitas “Ah, vou tomar um chimarrão, vou conversar um pouquinho. Então, se tu vai fazer uma visita lá, tu encontra duas, três famílias, três amigas juntas cada uma de uma família, conversando, tomando chimarrão (ent. 20).

De algumas destas expressões surge a convicção de que componentes como a confiança e a solidariedade podem ser propriedade de uma coletividade, que ao longo de sua história, constroem aqueles valores em alguma medida. Podem existir características pessoais com condutas contrárias, mas, como aponta outra pessoa entrevistada, essas condutas podem ser modificadas eventualmente. Para Iara – militante de ampla trajetória em assuntos de violência doméstica e defesa dos direitos da mulher – existem alguns elementos de individualismo inerentes às pessoas, os quais podem ser superados mediante processos de conscientização e na medida em que os indivíduos se organizam e participam.

Eu acho que é muito individualismo. A pessoa não se envolve, não consegue ver que o mundo não é só o seu mundinho (...).

Porque a partir da organização da gente é que a gente consegue os benefícios. Quando nós começamos essa luta pelo movimento de mulheres em Santa Cruz do Sul, em 89, não tinha nada em Santa Cruz do Sul, não tinha um conselho da mulher, não tinha delegacia da mulher, não tinha escritório, não tinha nada. Nada, nada, nada. E eu acho que foi através dessas organizações que a gente conseguiu fazer isso (ent. 12).

Outra das entrevistadas – trabalhadora social que participa dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura – coincide com essa linha de pensamento. Ela reconhece que o envolvimento e a participação das pessoas implicam processos complexos e longos. A tendência a manter atitudes relativamente passivas, na espera de soluções fornecidas por instituições externas como o Estado – em vez de adotar atitudes mais proativas e de participação coletiva – aparenta ser uma característica universal dos sujeitos. Nesse ponto, existe o consenso de que é justamente nos momentos difíceis e de crise quando as pessoas procuram associar-se e acabam sendo mais solidárias.

A cultura da comunidade santacruzense ainda é uma cultura assistencialista. Do receber, do receber, do receber... através de muito trabalho, muita mobilização, muita conscientização e trabalho conjunto é possível trabalhar com algumas pessoas dessa comunidade (ent. 13).

[...] a solidariedade e a questão de organização realmente floresce bem mais durante o período de crise, sim. Quando a pessoa está mais calma, está mais tranquila, “Eu estou bem, o restante não me interessa” (ent. 13).

Venute, que integra a cooperativa de costureiras UNIFORTE e também trabalha na safra da indústria tabageira, é consciente de que a luta pelas conquistas implica um esforço importante e de que essas conquistas não se obtêm da noite para o dia. Um interesse muito “utilitário” do mecanismo de associação não rende frutos porque o trabalho e tempo investidos não compensam. As conquistas chegam quando existe uma compreensão “no longo prazo” que, além do lucro imediato, considere outros benefícios de formar uma cooperativa. Ela pertence a esse empreendimento, no qual fabricam roupas esportivas e uniformes, desde seus inícios. Mas sabe que ainda não vão ter lucro porque só agora estão encontrando lugares onde colocar os produtos.

[...] a gente está começando esse ano a apresentar o nosso trabalho. Para ver depois onde podemos colocá-lo. Esse é o nosso sonho, de chegar daqui a dois, três, quatro anos nos expandir, né? (...)

Pra conseguir... se eu acho que isso ali só tu tem que ter a noção que não é tu se associar e tu parar, porque tu não veio. Tu tem que ir longe, batalhando, pra ver se consegue. E é isso que as pessoas hoje não querem (ent. 14).

Parece que quanto maior o grau de militância e comprometimento das pessoas, sua percepção sobre o grau de solidariedade e cooperação existente na comunidade não é tão positiva. Os mais militantes têm a convicção de que as formas de expressar apoio e cooperação devem ser uma construção do grupo, uma tarefa coletiva, segundo expressa uma integrante de Pastoral da Terra que há muitos anos trabalha em organizações sociais.

T – “Tem uma coisa bastante individualista. A associação, geralmente ela só fortalece onde realmente se faz uma formação, onde as pessoas possam perceber que elas podem ter melhores condições de vida se eles fazem juntos. Então, o individualismo, ele é bastante forte. É bastante forte o individualismo” (ent. 18/19).

Esta posição é compartilhada por outro integrante da Pastoral da Terra que é mais jovem e menos experiente. Surge uma visão crítica sobre toda conduta ou comportamento que não alimente o coletivo e encoraje o individual.

M – Assim, a maioria das pessoas estão trabalhando hoje no individual, né? Cada um cuida das suas coisas numa época muito individualista. Nós gostaríamos que os agricultores se unissem para a produção coletiva de alimentos ecológicos (ent. 18/19).

Paulo, presidente da Associação de Feirantes, quem deve tentar que estes se organizem de forma a melhorar suas condições de trabalho através da ASSAFE, não tem uma visão muito positiva sobre a solidariedade dos santacruzenses. Para ele, os motivos que fazem com que as pessoas se agrupem não seriam baseados em valores solidários ou coletivos, mas em interesses pessoais. “Individualismo tem bastante, tem individualismo bastante grande, só quando a pessoa é praticamente forçada a participar, aí ingressa na... interesses, né?” (ent. 17)

Mesmo assim, ele reconhece que associar-se traz muitos benefícios e que formar grupos pode servir à comunidade toda. Segundo ele, é uma forma melhor de reivindicar soluções. “Buscar o melhor possível para os nossos produtores... A formação de grupo em associação, eu acho que beneficia, porque tem como melhor reivindicar alguma coisa.” (ent. 17).

Walter, Presidente do Movimento de Pequenos Agricultores é da mesma opinião. Esta organização trabalha para melhorar as condições de vida dos produtores para que estes não abandonem a terra. Para atingir seus objetivos, o MPA procura criar laços, articular e alcançar um relacionamento, tanto no estado do Rio Grande do Sul quanto no restante do país. Isto é a base para ir além do local e grupal e atingir um “associacionismo” em maior escala, ou seja, o capital social que “constrói pontes”.

O movimento, ele intermedia muitos órgãos, principalmente federais, em busca de condições para que o agricultor permaneça na sua propriedade. Entre elas, financiamento com subsídio, tanto no nível de custeio, investimento, moradia rural (ent. 22).

Como é que se manifestam os impactos gerados pela atividade e a presença de grupos e associações na comunidade? Para Márcia, isso tem a ver com os processos de desenvolvimento. Os grupos e associações contribuiriam para um trabalho focado nos objetivos comuns de interesse coletivo de forma a prevalecerem sobre os meramente individuais.

Isso fortalece a comunidade, fortalece a visão do desenvolvimento. Porque, quando uma comunidade possui vários focos de objetivos que não são comuns, um puxa para um lado, outro puxa para o outro, pensando no seu próprio desenvolvimento (ent. 13).

Nesta dimensão dos aspectos de solidariedade e confiança presentes na comunidade, procuramos saber como é que diferenciam os vizinhos esses componentes quando são expressados por homens e por mulheres. Em uma primeira aproximação da análise realizada por gênero, observa-se que existe na cultura uma tradição de educar os homens para se desempenharem como fornecedores de recursos financeiros, pelo que muita energia deve ser destinada a realizar ações nessa direção. Enquanto isso, no âmbito familiar, a mulher é geralmente educada para compartilhar tarefas socialmente, o que desenvolveria em maior profundidade os componentes mencionados anteriormente. Segundo Márcia, seria uma coisa quase própria da identidade feminina.

[...] pelo fato da mulher ter mais a questão do envolvimento social, do estar junto... de estar trabalhando juntos... do querer estar com... do que o homem que tem aquela responsabilidade, aquele compromisso do financeiro, do recurso, de ter que trabalhar (ent. 13).

Portanto, existem componentes individuais e coletivos que se articulam para favorecer as ações associativas. As inclinações e valores coletivos de algumas pessoas se traduzem na formação de organizações que, por sua vez, tornam-se promotoras e divulgadoras dessas qualidades na comunidade. Podemos dizer que, como propriedade individual e coletiva, a confiança, a solidariedade e a tendência à associação podem diminuir ou aumentar em diversos períodos devido a fatores que impactem num sentido ou outro. Devido a sua educação e formação cultural, as mulheres teriam uma tendência própria a compartilhar e sociabilizar.

## **4.2 A DIMENSÃO CULTURAL DO CAPITAL SOCIAL: O DISPOSITIVO NORMATIVO DE VALORES, TRADIÇÃO, RELIGIÃO E IDEOLOGIA**

Os componentes vistos anteriormente – solidariedade, associativismo e cooperação – são construídos sobre um pilar que não é neutro, mas constitui um conjunto normativo que os suporta. Nesse “dispositivo” normativo se misturam e articulam elementos normativos valorativos pessoais; alguns componentes que fazem parte da tradição da comunidade; e os dispositivos religiosos ou ideológicos. Muitas vezes, resulta difícil discriminar totalmente esses elementos, componentes e dispositivos. Até que ponto incidem a história, a religião e a cultura das duas comunidades estudadas, assim como as ideologias predominantes, na conformação do capital social gerado? Tentamos reconstruir essa dimensão a partir dos relatos das pessoas entrevistadas.

Em San Pedro, as tradições e os valores dos primeiros povoadores imigrantes parecem ter influenciado muito a essência desse povoado até hoje. Como já fora mencionado, o fato de tais povoadores terem sido um grupo que se sentiu perseguido pela profissão da religião valdense, eles criaram fortes laços internos que dificultaram sua total integração na nova região. Até hoje, essa comunidade costuma receber o adjetivo de “fechada”, atitude que alguns vizinhos justificam e outros tentam explicar. “A gente não é muito aberta; San Pedro não é muito aberto, mas na hora de ter confiança... e quando já estamos trabalhando, as coisas estão sendo bem feitas, as pessoas se abrem” (ent. 5/7).

Também há uma igreja católica em San Pedro, e as pessoas que professam essa religião também têm sua visão sobre o assunto. A coexistência e cooperação entre as duas igrejas é uma realidade tangível, mas, segundo os vizinhos, as práticas que geram essas igrejas produzem formas de ser e atuar diferentes. Destaca-se o fato de que, ao ser minoritária a presença de pessoas que professam a religião católica, predominam e prevalecem os valores e práticas dos valdenses.

Para mim, eles não são fechados, são muito inteligentes. O que acontece é que os católicos somos mais parados... não temos onde ficar... como eles são mais formam um coral e participam do coral, e assim por diante... nós somos mais frios, não fazemos muita coisa... (ent. 3/4)

Uma das pessoas entrevistadas, que não nasceu na região, mas vive em San Pedro há muitos anos, entende claramente a situação e destaca a preocupação dos valdenes com a educação.

N – “Eu vim para esta região e achei difícil me adaptar. O estilo de vida das pessoas é muito diferente... a criação... depois você se adapta, né? É que eles querem continuar estudando, não somente fazer a escola... e minha vida foi muito diferente...” (ent. 5/7).

A relevância dada à educação em San Pedro é um fato importante. O maior nível educativo é um dos elementos geralmente destacados para explicar os processos de diferenciação no desenvolvimento do departamento de Colonia em relação ao restante do país. A tradição do lugar incorporou como uma preocupação da comunidade o fato de seus integrantes continuarem estudando a maior quantidade de anos possível. Esse fator deve ter influenciado a forma como os vizinhos se organizam, interpretam sua realidade e resolvem seus problemas. Como afirma um dos entrevistados, esse é um assunto que preocupou os primeiros imigrantes desde sua chegada.

W – o que traziam os valdenses da Itália era principalmente a educação, dar educação aos filhos e dar-lhes muita educação... se tinha filhos de vizinhos ou parentes que moravam longe da escola e você morava perto, você os trazia para sua casa para eles morarem com você... (ent. 5/7)

O fato de ter filhos alheios na casa implicava que estes ajudavam nas tarefas do campo e nas tarefas domésticas. Mas isso nunca era percebido como um “pagamento” ou troca pelo favor, já que a colaboração das crianças no trabalho da casa era considerado parte natural das tarefas familiares.

W – Meu avô teve vários. Ele os mandou pra escola e depois iam trabalhar e ele tava trabalhando lá no campo. Meus pais, minhas tias, minha família... todo mundo tinha. Isso ainda não se perdeu totalmente (ent. 5/7).

Nesse sentido, a escola cumpre um papel fundamental. É através da escola, da cultura e da tradição da religião valdense que são reproduzidos os saberes, práticas e valores do trabalho em equipe e cooperativo. Isso – de acordo com o que manifesta a

professora diretora – é uma característica dessa comunidade que a diferencia de outras localidades do interior rural.

A tradição valdense, por exemplo, de como trabalhar em grupo; o que faz um presidente, um secretário, um tesoureiro... tudo isso eu aprendi na igreja valdense. Aqui sempre trabalhamos em grupos, por exemplo... a gente sempre trabalhou aqui, e agora eu faço com que as crianças trabalhem numa cooperativa. Então aí eles também aprendem... qual a função de cada cargo e que atividades podem realizar... isso é muito útil para eles (ent. 8).

Outra evidência curiosa que mostra quão endogâmica e pouco permeável ao intercâmbio foi no início esta comunidade valdense de San Pedro é o fato de os sobrenomes das famílias serem repetidos e “cruzados”. Cesar é um jovem que há algum tempo se dedica a pesquisar sobre a história da região e a reconstruir a árvore genealógica da sua família.

C – as migrações vêm para a América do Sul e continuam sendo comunidades fechadas, porque estavam acostumadas a viver dessa forma... porque estavam acostumados a casar com seus primos, isso era o normal, e isso é um problema para a árvore genealógica (...). Todos têm o mesmo sobrenome. Os pais dele<sup>9</sup>, por exemplo, eram primos. Daí começaram a usar os mesmos sobrenomes invertidos, cruzados, meu Deus! (ent. 5/7).

Conhecido esse fato, é possível compreender como o processo de “repovoamento” que vem sendo gerado há uns 15 ou 18 anos – tanto por parte de argentinos que compraram moradias e se instalaram, quanto pela construção das moradias do MEVIR – tem sido vivenciado como uma verdadeira invasão e ameaça aos costumes e valores deste lugar tão tranquilo. Isso pode ser claramente percebido em algumas das reflexões que manifestam a preocupação com a chegada dos “novos” vizinhos.

O pai tem 70 anos, seu estado de saúde é ótimo. Mas depois, quem fica com essa empresa? Como continua isso?... vai acabar vendendo esses campos e a gente vai ser invadida pelos estrangeiros... esta é uma região invadida por argentinos (ent. 2).

---

<sup>9</sup> Aponta para seu pai, pelo que está se referindo aos seus próprios avós.



Além da preocupação legítima com preservar os valores da vizinhança e as tradições de San Pedro, percebemos alguns preconceitos e até um pouco de xenofobia. Essa tensão, que aparenta estar presente em maior ou menor medida nas comunidades, parece aumentar quando se trata de uma região com pouca população e muito homogênea. Existe – nesses casos – o desafio de alcançar o equilíbrio que permita, de um lado, conservar a confiança e a solidariedade criadas, e do outro, permitir a renovação saudável e a mudança que produz a chegada de pessoas desconhecidas, já que, de acordo como o que manifestam, muitas vezes trazem boas ideias e vontade de trabalhar.

Muitos argentinos vêm comprar propriedades... muitos... muitos. Imagine que talvez 50% da região esteja estrangeirizada... Alguns vêm explorar e outros somente compram para morar. Felizmente os que têm grandes extensões de campo trabalham com produtores uruguaios (ent. 2).

M – A gente vê pessoas que sabemos que moram aqui mas nós não conhecemos. Isso nunca acontecia... eu acho que aqui por perto ficamos três famílias, todo o mundo foi embora... venderam ou foram embora. Já em Colonia, tudo, todas as casas, já não há uruguaios, você não encontra... (ent. 9/10).

A percepção dos vizinhos sobre o grau ou número de estrangeiros não é muito precisa, mas quando observam seu entorno mais próximo sentem isso como um perigo. O mesmo acontece com a chegada de trabalhadores de outros departamentos. A imagem que eles têm sobre os visitantes é que são diferentes, instalam-se provisoriamente por pouco tempo e não são confiáveis. “Isso deforma a comunidade. Infelizmente vem gente que às vezes fica dois meses, trabalha mal ou tem um estilo de vida muito baixo, então você não pode...”(ent. 9/10).

Quanto ao impacto gerado por MEVIR e pelos novos vizinhos, as impressões são bem negativas. Existe a necessidade de classificar, qualificar e estigmatizar os habitantes do bairro. Também é uma forma de explicar que quem gera “distorções” e quem provoca os “males” e os problemas são os visitantes. Assim, quando alguma coisa dá errado ou alguém da comunidade originária gera um conflito, será devido a um contágio, e tanto sua integridade quando sua comunidade de valores não serão afetadas.

W – Foram muitas moradias, e no início foram pessoas da região, mas depois essas pessoas não ficaram, por diversos motivos, e agora a

maior parte da população vem de fora... muita gente. Os funcionários militares, por exemplo, os que estão na fazenda Anchorena, eles acabaram pedindo sua moradia ali. Ou seja, esse núcleo acabou sendo desvirtuado (ent. 9/10).

É significativo o fato de que problemas sociais fortemente associados à crise econômica de 2001 e às políticas implementadas na década de 90 – as quais causaram grande impacto nas zonas rurais do país – em San Pedro foram visualizadas como fenômenos externos fortemente associados a um bairro em particular.

W – Em San Pedro foi difícil lidar com problemas sociais que nunca tinham sido enfrentados; o álcool nos jovens, os roubos, esse tipo de coisas que não eram frequentes na região (...) havia prostituição; aos poucos foi se gerando um ambiente cada vez mais complicado... (ent. 9/10).

M – As drogas também... (ent. 9/10).

No entanto, e apesar do que foi mencionado anteriormente, eles coincidem quanto a que agora a situação “está melhor”. Isso lhes permite resgatar com orgulho um forte sentimento de pertença a uma comunidade na qual, apesar das ameaças, ainda sobrevivem os valores e práticas tradicionais que fazem parte da história da localidade.

Eu acho que as pessoas se sentem orgulhosas de San Pedro porque San Pedro é uma região muito produtiva, tem muito produtor vanguardista; e as pessoas moram nos estabelecimentos... Trabalham muito, é claro, têm muito trabalho familiar. Acho que isso é uma característica bem marcante (ent. 11).

Em Santa Cruz do Sul também tentamos reconstruir quais os elementos históricos, culturais e étnicos que influenciaram a conformação de um sistema de valores próprio que nutre a geração do capital social da região.

De acordo com o professor Vogt, a metade dos imigrantes alemães que se instalaram nesta região eram praticantes católicos e a outra metade, luteranos. A primeira impressão que temos é que esta comunidade é mais “aberta” que San Pedro e que foi mais “permeável”. Uma explicação possível reside justamente no fato de que o grupo dos primeiros imigrantes não formava um conglomerado tão homogêneo se

comparado com a outra comunidade analisada. “Talvez, a hipótese que a gente poderia levantar seria a seguinte: se não houvesse imigrantes alemães católicos, talvez os luteranos fossem mais fechados” (ent. 23).

Nesse período, o convívio entre as duas igrejas não foi muito harmonioso, e os conflitos existentes entre elas na Europa se refletiram nesta região. Portanto, não somente havia conflitos entre os imigrantes e os crioulos, mas também entre os católicos e os luteranos recém-chegados ao Brasil. Esse fato, refletido na presença de duas igrejas e dois cemitérios em cada localidade, também determinaria que o grupo de imigrantes não fosse um círculo fechado e que precisasse de maior integração com as pessoas da região.

[...] houve uma divisão, que não é só a divisão entre alemães e os brasileiros de outra origem, mas também há uma divisão entre alemães católicos e alemães luteranos (...) se você observar inclusive aqui os cemitérios das nossas regiões aqui, você tem assim, cemitérios só de católicos e cemitérios só de luteranos (ent. 23).

Em San Pedro foram os valdenses e em Santa Cruz do Sul foi a Igreja Católica; ambos tiveram um papel fundamental no desenvolvimento do cooperativismo e das associações benéficas e de cooperação. Na Alemanha, os padres da Companhia de Jesus tentam frear o impulso desenvolvido pelo pensamento socialista e anarquista mediante ideias alternativas concretizadas graças a um grande trabalho social. Esse tipo de trabalho que incentiva a criação de grupos e cooperativas é posteriormente deslocado para o Rio Grande do Sul com a chegada e instalação dos padres na região.

Fazem todo um trabalho comunitário lá, com a criação de escolas, incentivam o surgimento de cooperativas, e esse modelo que se desenvolve lá,...eles trazem esse modelo pra cá. Aqui no Rio Grande do Sul, o grande disseminador do cooperativismo são esses padres da Companhia de Jesus. (...) esse cooperativismo social que a gente tem aqui no estado, ele é todo organizado pelos católicos aqui (ent. 23).

A importância da Igreja Católica e da religião nas práticas e valores desta região é muito forte, e seu trabalho é muito evidente. Alaídes, integrante da Pastoral Social que realiza trabalho social e voluntário há 30 anos, expõe com clareza que todo o seu trabalho é baseado nos seus princípios religiosos. Ela sente que de alguma forma Deus a

compensa, motivo suficiente para trabalhar com o único objetivo de fazer o bem para os outros.

[...] eu penso que todos nós devemos fazer alguma coisa de bom pro outro, né? Eu acredito, assim, que Deus sempre compensa também a gente (...). Quem faz o trabalho social, tem que ser com amor. Porque, se não é com amor, a gente não vai conseguir fazer ele direito, entende? (ent. 15)

O trabalho social realizado pela Pastoral da Igreja Católica nas pequenas comunidades brasileiras é muito importante e exerce grande influência. Existe uma série de instituições, dependentes da Igreja, que se especializam nas áreas problemáticas ou na população alvo. Este trabalho é muito eficiente na hora de chegar aos beneficiários. Existe a Pastoral da Terra, a Pastoral do Negro, a Pastoral da Saúde e a Pastoral Juvenil.

Tiririca também trabalha na igreja há vinte anos. Ela e Maurício – quem é mais novo e participa há menos tempo – contam sobre seu trabalho em tarefas sociais. Muitos dos grupos mais ativos, conformados pelas pessoas mais desfavorecidas que lutam por melhorar seus direitos no meio rural, têm uma estreita ligação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica. Esta Comissão trabalha com as mulheres camponesas, os trabalhadores sem terra e os pequenos agricultores.

T – da Pastoral da terra, nesta região aqui e no Rio Grande do Sul, nós ajudamos a criar um movimento de pequenos agricultores. E também fomos os pioneiros de ajudar a organizar os Sem Terra para o primeiro assentamento que foi feito aqui no Rio Grande do Sul (ent. 18/19).

M – Mas aqui é importante colocar que o movimento dos pequenos agricultores, o movimento dos trabalhadores sem terra, o movimento das mulheres camponesas, todos tem uma relação com a CPT (ent. 18/19).

As motivações que dão sentido às práticas dos sujeitos têm, neste caso, um conteúdo valorativo integral e compacto que nutre e impregna suas ações com os outros. Não é possível compreender uma forma de agir “asséptica” destes militantes, sem um forte componente de transmissão e reprodução de valores dirigido aos beneficiários. Alaídes trabalha muito com crianças carentes do bairro, e conta que, quando uma dessas crianças disse que ninguém tinha dado um presente para ele, a resposta foi um

ensinamento: “E as tuas mãos, o que é que é, não é presente de Deus? Pra quê? Que é que tu tem que fazer com elas? Ele deu esse presente só pra fazer o bem” (ent. 15).

Houve o caso de uma mãe furiosa com seu filho pequeno, porque a professora o tinha expulsado da escola por má conduta. A mãe dizia que o menino era uma “maldição” e que ia deixá-lo no COPAM<sup>10</sup>. Alaídes reflete com ela: “como é que tu diz isso se esse filho veio de dentro de ti? Ele é coisa boa, ele é bom. Está faltando alguma coisa, por isso é que ele faz isso” (ent. 15).

O projeto da Pastoral da Terra vai além do trabalho assistencial. Eles também pretendem conscientizar e mudar a forma de pensar, os valores e as práticas dos agricultores. Dentre essas mudanças, está a de estimular novos setores produtivos, já que existe uma visão muito negativa por parte da organização sobre os prejuízos que ocasiona o cultivo do tabaco e a forte presença dessa indústria na região. A dificuldade e o desafio que identificam para essa mudança têm a ver com o período prolongado e o conhecimento instalado que existe entre os produtores sobre tal cultivo, o que denominam “a cultura do tabaco”.

[...] o agricultor que planta fumo hoje, mesmo ele estando mal, ele desaprendeu a fazer as outras coisas. Ele só sabe mais plantar fumo. (...) A gente fala da reeducação no campo. Resgatar alguns valores. Não voltar pra atrás no tempo, mas buscar valores dos nossos antepassados, que os nossos antepassados tudo trabalharam em cooperativas (ent. 18/19).

Fica bem claro e assim é explicitado que, além da preocupação legítima com as condições de trabalho e de saúde ligadas ao tabaco, existem também considerações ideológicas contra as empresas transnacionais tabageiras, sua influência e o controle que exercem na região, sem dúvida muito forte. É uma realidade que as condições de trabalho desses trabalhadores – expostos a químicos muito prejudiciais – geram problemas de saúde a eles e a seus filhos, assim como problemas psiquiátricos. Neste caso, encontramos posturas filosóficas relativas ao enfrentamento ao poder do capital das empresas e a situações de vida muito inumanas.

T – Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Herveiras são os lugares que mais pessoas, mulheres e homens, se suicidam por causa dos venenos.

---

<sup>10</sup> Instituição que abriga crianças desamparadas.

Eles trabalham muito no veneno. E muitas famílias dormem, o fumo é a cama, moram no mesmo galpão (...) as crianças não aprendem mais direito, tem os neurônios fracos, isquemados (sic.) e não conseguem passar da quinta série. Muitos e muitos jovens, no interior, não passam da quinta série (ent. 18/19).

T – Os complexos mundiais do fumo estão aqui em Santa Cruz do Sul, as fumageiras. Eles estão aqui dentro. A fumageira, ela investe muito dinheiro na questão da produção do fumo, em assessoria técnica, eles têm um, dá pra dizer que é um exército de agrônomos e técnicos que vão lá vender o produto, né? ...pacotes de sementes, adubo e os venenos, tudo, até madeira. Aqui as fumageiras são donas de grandes extensões de terra de eucalipto (ent. 18/19).

Walter, presidente do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), também é da opinião que a produção de tabaco na região tem tido uma influência negativa. O trabalho deste movimento – segundo seus líderes – tem como objetivo gerar uma mudança nos valores e na cultura dos trabalhadores da região. Com uma visão de longo prazo, eles tentam orientar um processo de conscientização dos agricultores sobre os benefícios da organização e do trabalho em equipe. Sabem que isso implica uma mudança cultural que faça com que as atitudes individualistas promovidas pela indústria tabageira se transformem.

Aqui na região, a indústria do fumo fez, nos últimos 50 anos, o trabalho de fazer as pessoas se tornarem individualistas. Cada um por si e Deus por todos. Nós estamos trabalhando para que isso mude, mas não se muda uma cultura de um dia para a noite (ent. 21).

A cultura do fumo fez um estrago muito grande aqui na nossa região. Fez com que os agricultores não se dessem conta que todos estão no mesmo barco, todos estão afundando, só que não se deram conta. Se eles todos se unirem, podem reverter a situação (ent. 21).

O conceito do camponês “sem terra” do MPA é diferente do conceito geral que se tem desse termo. Walter explica que a ideia que a população tem dos “sem terra” e do seu movimento, o MST, é aquela transmitida pelos meios de comunicação. Estes mostram a imagem de um grupo marginalizado, sem classe social nem possessões, cujos integrantes são criminosos. Mas para esta organização é importante trabalhar também com os pequenos agricultores, aqueles que possuem até “um módulo” de terreno produtivo (20 hectares) e que também são considerados “sem terra”.

Eles acham que sem terra é aquele povo que a RBS e a Globo mostra, que é um povo baderneiro, isto e aquilo. Só que eles, na verdade, são sem terra também. E a maioria dos com terra que tem, tem menos de um módulo rural, que seriam 20 hectares aqui na nossa região, também, para a lei, são sem terra. Então, a maioria dos nossos pequenos agricultores são sem terra (ent. 21).

Também neste caso – assim como acontece com a CPT - podemos observar um conteúdo importante de elementos ideológicos que impregnam as ações da organização. O objetivo do trabalho é influenciar e transformar a realidade, partindo de um conjunto de postulados que se pretende reproduzir nas outras pessoas mediante a organização e a participação. Existe um “nós” (os pequenos agricultores) e um “os outros” (as elites) onde claramente são percebidos interesses antagônicos.

Nós temos como lema no MPA: organizar, produzir, alimentar. Em primeiro lugar, nós temos que organizar o nosso povo. Que é o que menos as elites querem, o povo oprimido organizado. Eles querem um povo desorganizado. Então, nós organizamos agricultores, principalmente os pequenos da nossa região, que, desses pequenos, nós temos, dá pra dizer a metade deles, sem terra (ent. 21).

É relevante perguntar-se quanto é que ainda persiste dos valores e da cultura dos primeiros alemães que povoaram esta região, e se esse legado influencia a forma como a comunidade se organiza e se manifesta. Ainda se mantêm algumas características salientes e notáveis que fazem com que muitas pessoas queiram visitar Santa Cruz do Sul: festas, gastronomia, a estrutura de alguns prédios. Um dos eventos mais importantes da comunidade é prova da herança cultural germana: a “Oktoberfest”, grande tradição de Santa Cruz. Este evento reúne grande quantidade de turistas provenientes de muitos lugares e tem se tornado um símbolo da comunidade.

Tem muito a questão cultural, sabe? O povo alemão... eu que sou de fora, vim para cá faz seis anos..., eles não são um povo fácil de te conquistar. Mas no momento que eles te conhecem, por ser um povo muito familiar, a solidariedade dele se abre assim maravilhosamente bem (ent. 20).

No entanto, houve um fato histórico que mudou completamente o que teria sido outra evolução natural da sociedade de Santa Cruz do Sul. Fatos que fizeram com que a comunidade não se mantivesse tão fechada nos costumes, religião e idioma dos

primeiros imigrantes, como aconteceu em San Pedro. Em 1937, um governo autoritário decretou a nacionalização das áreas de colonização e a proibição do uso do idioma alemão. A língua obrigatória era o português, para todos os fins. Isso sem dúvida mudou as práticas e de alguma forma “forçou” uma integração da colônia alemã nas práticas luso-brasileiras.

A cultura foi perdida muito. Em função do Estado Novo, que proíbe o alemão uma série de medidas são tomadas: as crianças não podem mais ser educadas em língua que não seja a língua nacional. Os cultos e as missas necessariamente têm de ser feitos na língua portuguesa. Porque antes os católicos tinham a língua no latim, mas o sermão era em alemão, o sermão do padre. Os luteranos tinham toda a sua liturgia, os cânticos, tudo, tudo, tudo em alemão (ent. 23).

O mencionado anteriormente sugere que existiu um processo de integração mais importante que em San Pedro, produzindo uma abertura maior da comunidade e, portanto, uma maior heterogeneidade e unificação deste povo à cultura brasileira. Esse dado é importante para – em qualquer caso – tomar com precaução o componente da cultura “alemã” nos mecanismos de conformação do capital social em Santa Cruz do Sul.

Um fator que parece relevante estudar é o relativo à forma em que estão presentes os elementos culturais e valorativos em relação à participação das mulheres na comunidade. O fato de a comunidade reconhecer e valorizar a participação feminina nas organizações e grupos tem a ver – dentre outros fatores – com o peso que têm as tradições e normas de cada comunidade quanto à visualização dos papéis que devem cumprir homens e mulheres. Nesse ponto podemos observar diferenças entre as duas comunidades.

Em San Pedro existe uma visão bastante generalizada de que tanto homens quanto mulheres compartilham as tarefas e responsabilidades equitativamente. Existe uma naturalização importante dos papéis que desempenha cada um, os quais não são questionados e são percebidos de forma positiva. Rosa e Valdo, casal de produtores rurais integrantes do GRUTUR que recebem turistas, manifestam essa posição claramente.

R – Dividimos as tarefas...



V – Eu saio com os cavalos e com as pessoas e os levo a cavalo pelo campo, pelo arroio, pela ponte e quando volto o churrasco já está pronto<sup>11</sup>... sem querer a gente divide as tarefas e tudo dá certo...

R – Eu fazia a comida... frango recheado, e depois ensinei a ele e agora eu já não toco mais as carnes, é ele quem faz... A gente aprende, a gente aprende trabalhando assim juntos, a gente aprende muito (ent. 3/4).

Para algumas pessoas, os vizinhos do lugar não discriminam por gênero quanto à integração e participação das mulheres em todas as atividades da comunidade.

Nesse sentido a região é muito aberta e todos participamos, ou seja, homens e mulheres. Sempre dependendo da capacidade de cada um, para algumas coisas e para outras. A mesma coisa acontece com as mulheres... no trabalho... de comercializar... ou o que for (ent. 9/10).

Contudo, ao aprofundarmos nas reflexões dos entrevistados, encontramos algumas formas um pouco mais ocultas que revelam um pensamento mais tradicional em relação ao papel de cada um. Isso se reflete no fato de os homens tomarem as decisões. Em alguns casos isso é associado à cultura valdense, segundo manifesta uma entrevistada originária de outra região: “O homem valdense é machista e duro... ele é o “papoman”. Quando eu casei, no início, o papo dizia e se o papo dizia... era isso o que acontecia” (ent. 5/7).

Como acontece com frequência, na escola são as mulheres as que mais participam. Embora o argumento seja que isso se deve aos horários – visto que as mulheres têm mais tempo –, existe evidência que mostra que essa realidade é produto de uma divisão sexual dos papéis. As mulheres também trabalham nos estabelecimentos rurais. Algumas delas, aliás, também trabalham fora dos estabelecimentos, além de realizarem as tarefas domésticas. No entanto, a responsabilidade pela educação das crianças é assumida principalmente pela mãe. Devemos lembrar que a escola e a educação são uma das principais instituições reprodutoras de normas e valores, bem como dos esteriótipos femininos e masculinos.

Na comissão de fomento são seis integrantes... sete com a professora. Há dois homens e o restante são mulheres (ent. 8).

---

<sup>11</sup> Refere-se ao fato de que o churrasco é preparado por Rosita.

Quando as reuniões são sobre educação são as mães as que participam. Muitas reuniões são feitas no horário de aula e vêm as mães. Os pais estão trabalhando geralmente... então não participam (ent. 8).

Este conceito tradicional sobre os lugares que ocupa cada um – o homem e a mulher – faz com que se considere que o “produtor” é o homem, embora a evidência demonstre que são os dois os que “produzem”. O espaço onde os produtores discutem e tomam decisões é masculino, e o espaço de ação da mulher continua sendo, na maioria dos casos, o doméstico. “Inclusive os produtores que estão no grupo CREA<sup>12</sup> lá sim... lá somente participam os produtores<sup>13</sup>, mas em casa a mulher participa” (ent. 3/4).

Surge uma realidade muito clara, constatada por uma das entrevistadas, quando nos conta que as mulheres jovens não participam muito dos grupos. A explicação desse fato geralmente é naturalizada pelos vizinhos, e resulta difícil examinar quais as dificuldades e os motivos principais que fazem com que as mulheres jovens não possam assumir responsabilidades e participar.

... as pessoas jovens estão em outra coisa, né? as crianças... a escola... a casa... Na verdade, começamos com estas atividades quando nossos filhos já são grandes ou pelo menos mais independentes, e bom, na verdade, é muito difícil conseguir pessoas jovens... (ent. 11)

Esta situação se torna evidente quando verificamos a média etária das integrantes de qualquer grupo de mulheres rurais do país. A maioria das mulheres declara que só pode dedicar-se a estas atividades quando seus filhos são grandes, ou quando, por alguma circunstância excepcional, não têm que se preocupar com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. É muito mais difícil que exista um aprofundamento destas reflexões quanto à divisão sexual das funções de cuidar dos filhos e realizar as tarefas domésticas.

Encontramos também uma concepção tradicional baseada em valores religiosos que assumem algumas mulheres para a realização de atividades benéficas. É o caso da Liga de Mujeres de la Iglesia Valdense (União de Mulheres da Igreja Valdense). Seu

---

<sup>12</sup> Grupos de produtores que se associam por assuntos de capacitação e tecnologia.

<sup>13</sup> Refere-se aos homens.

objetivo principal não as reúne por sua condição de “mulher” mas por sua condição de mulheres que praticam a religião.

A gente lê a Bíblia, e depois sempre estamos ajudando pessoas... compramos coisas das que eles precisam com um dinheirinho... sempre tentamos ajudar. Tem gente pobre aqui que não tem roupa... então nós procuramos roupa para ajudá-los... Eu estive aqui toda minha vida... Cheguei aqui graças a minha sogra... (ent. 3/4)

Em San Pedro observamos algumas concepções tradicionais quanto ao papel de homens e mulheres – papel que em alguns casos é conservado e reproduzido devido à origem imigrante e religiosa da comunidade –, e em Santa Cruz do Sul acontece uma coisa similar. No entanto, observa-se nesta comunidade uma reflexão mais profunda e uma prática mais militante no que diz respeito ao relacionamento entre homens e mulheres.

O alemão é muito mais conservador. Em todos os sentidos. O cara de origem bem alemã, ele não admite que a mulher assuma cargos importantes... o machismo ainda existe. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Existe ainda, mas a gente avançou muito... (ent. 16)

A experiência de trabalho em um grupo de mulheres parece demonstrar que elas podem ser mais horizontais e solidárias que os homens. Exemplo disso é o espaço gerado na cooperativa de costura UNIFORTE, na qual as integrantes se ajudam. Uma de suas representantes reflete sobre a união que existe no processo de trabalho. Quando uma das integrantes deve ausentar-se, suas colegas contam para ela tudo o que aconteceu durante sua ausência assim que ela volta. Também resgatam o fato de ter gerado um processo de discussão grupal sobre todos os assuntos e para a tomada das decisões principais. “E se caso uma não pode vir, depois, quando ela vem é passada pra atrás (...) Todas juntas, todas aquelas que participam.(...) Então, todas se unem, ‘vamos fazer assim? Que é que vocês acham? Está bom assim?’” (ent. 14)

Os valores presentes na comunidade sobre a divisão sexual do trabalho não afetam somente as mulheres, mas também podem prejudicar os homens. Do ponto de vista social, é construído um imaginário que indica quais as tarefas e trabalhos que correspondem a uns e outros, afetando assim algumas das possibilidades de desenvolvimento pessoais possíveis.

Eu conheço um homem que costura. Ele senta na máquina e costura, ele contou pra mim: “Eu comecei porque não tinha trabalho e aí a minha irmã é costureira (...) mas não foi muito fácil, porque muitas pessoas disseram: ‘hmmm, esse aí não é homem’” (ent. 15).

Resumindo esta seção, podemos afirmar que alguns dos elementos encontrados mostram a existência de componentes importantes do que denominamos “dispositivo” normativo, os quais, em ambas as comunidades, constituem os nutrientes do capital social gerado. Elementos da tradição cultural e da religião, assim como também ideológicos, têm presença marcante e conformam a base e os pilares dos mecanismos sobre os quais os vizinhos formam suas organizações e guiam suas ações e sua prática. São estes os componentes que dão motivação, argumentos, forma e direção à participação de seus habitantes.

Partindo de uma visão de gênero, encontramos na tradição cultural de ambas as comunidades, práticas e visões que mostram uma valoração maior dos papéis e do desempenho dos homens. Embora em San Pedro esta situação não seja reconhecida em profundidade, em Santa Cruz do Sul parece existir uma consciência maior quanto às formas de relacionamento entre os sexos.

#### **4.3 AS COMUNICAÇÕES, REDES E OPORTUNIDADES**

Como já foi desenvolvido no capítulo teórico, as diferentes abordagens de capital social indicam que este é gerado pela pertença a grupos e redes. Um acúmulo importante de redes e conhecidos, assim como uma fluência importante e o acesso às informações e às comunicações, gera e aumenta as possibilidades das pessoas de melhorarem sua situação. Ou seja, as oportunidades aumentam e se potencializam.

Essas oportunidades geradas são usufruídas tanto por indivíduos quanto por grupos devido à propriedade dupla já mencionada.

O impacto produzido em uma família de produtores rurais ao ingressarem a um mundo novo tal como o do turismo – mediante sua integração a um grupo associativo como o GRUTUR – tem sido muito importante. Receber visitantes de muitos países e integrar o *cluster* de turismo do departamento de Colonia parece ter mudado a vida e o rumo das famílias de San Pedro

V – Claro que a gente cresceu! Antigamente ninguém nos conhecia, porque a gente somente ordenhava vacas. Somente os vizinhos podiam nos conhecer (...). Agora saímos à rua, aparecemos na TV, e todo o mundo nos cumprimenta, porque nos conhece... (ent. 3/4)

R – Você sai na rua e as pessoas o cumprimentam. Nunca pensamos que íamos conhecer tantas pessoas, é impressionante mesmo... (ent. 3/4)

Uma das coisas que os vizinhos destacam é o ótimo nível de troca existente, resultado do projeto, e o conhecimento de novas culturas e amizades. Um casal que vivia de sua fazenda de gado leiteiro, para os quais o “mundo” era seu estabelecimento, consegue ter acesso ao “mundo” através de um empreendimento coletivo.

R – A gente passeou pelo mundo sem conhecê-lo, né? Porque você passeia pelo mundo com as pessoas. Eles lhe contam e você conta e bom... depois você assiste à TV e aí você vê o lugar e diz “Olha! Eu já experimentei isso”... (ent. 3/4)

V – É verdade; uma troca cultural eu acho. Eu pergunto muitas coisas para eles. Mesmo que não entenda a língua, eu pergunto muito... (ent. 3/4)

Outra família integrante do GRUTUR reflete sobre isto. Eles, que não são produtores agropecuários, abriram uma “oficina-museu” onde expõem todo tipo de objetos antigos em plena zona rural. Reconhecem que embora não tenha representado uma melhoria financeira importante, receber turistas implicou uma mudança muito positiva quanto ao conhecimento de pessoas e novos amigos. Destacam a dimensão humana e as possibilidades de novos relacionamentos que lhes oferece a associação de turismo: N – “Tem muita gente que quer fazer amigos, pessoas com as quais continuamos em contato, a gente se escreve, continuamos falando. Talvez não tenhamos feito muito dinheiro, mas ganhamos outras coisas...” (ent. 5/7); W – “Tem muita gente que liga para nós: ‘eu estive lá e ligo para te cumprimentar...’” (ent. 5/7).

A experiência de participar do GRUTUR acarretou outras consequências para o filho da família, jovem que também integrou o grupo desde o início. O fato de trabalhar para abrir o museu o motivou a rastrear sua história familiar, resgatá-la e fazer uma árvore genealógica. Acontece que o museu começa com artigos trazidos por seu bisavô

da Europa, o que o motivou a recuperar sua própria história. Isso despertou seu interesse no assunto e o levou a realizar uma verdadeira pesquisa sobre a origem de sua família.

N – Eu acho que 90 % do que há no museu é da casa dos pais, dos avós...

C – Esse baú, o baú de viagem era do meu bisavô, ele veio com meu avô nas viagens... E agora, graças a uma mulher argentina que me ajudou a fazê-la – ela também é valdense – temos uma árvore genealógica que remonta a 1655. Está no computador (ent. 5/7).

Também expressam que a tarefa realizada no GRUTUR significa um aumento muito importante na quantidade de pessoas conhecidas; que têm se tornado “pessoas recurso”; que isso representou uma melhoria no trabalho e nas oportunidades.

C – A gente pôde usar o contato dos conhecidos. Por exemplo, quando a gente fez aquela revista para vender, para conseguir patrocinadores, a gente não vendeu patrocinadores porque era uma revista boa e conhecida, a gente vendia os patrocinadores porque usava os contatos com os quais tinha confiança... (ent. 5/7)

Wilder, quem é produtor e também integrante dessa associação, reflete sobre o que ele considera ter sido um elemento que potencializou muito as organizações da região. Relata, assim, todas as instâncias nas quais puderam coordenar no departamento com atores muito diversos do setor turístico. Neste caso observa-se claramente um exemplo de articulação de organizações civis com o setor privado e com o Estado, tanto na Prefeitura quanto no Ministério do Turismo.

Fizemos parte do grupo de turismo rural e adegas do departamento. São os catorze estabelecimentos departamentais que trabalhamos com a proposta de fazer turismo no campo. Também integramos a associação turística departamental: a câmara hoteleira, a câmara imobiliária, o grupo gastronômico, o setor de compras, o setor transporte, a construção de vias, o transporte fluvial e as locadoras de carros. Esse setor privado, a prefeitura e o ministério do turismo conformamos uma associação voltada para o turismo (ent. 9/10).

Outros produtores integrantes da associação contam como puderam participar de eventos fora do país por fazerem parte do GRUTUR. Neste caso, expressam que a troca e a aprendizagem produto dessa experiência de compartilhar com pessoas da região foram muito positivas.

Muito linda a última experiência que a gente teve no ano passado no curso de formação de líderes. Fomos convidados pelo INTA do Paraná, na Argentina, porque eles estavam fazendo um trabalho parecido com o nosso, em várias províncias... nas províncias mais pobres. A gente foi convidada com o grupo do Grutur para apresentarmos nossas experiências. Havia brasileiros, argentinos, e estávamos nós... (ent. 3/4)

Conhecer outras realidades lhes permitiu ter uma perspectiva nova, avaliar melhor sua situação e reconhecer suas conquistas. Nessa oportunidade, no seu encontro no Paraná (Argentina), eles puderam comparar realidades e refletir sobre seu próprio potencial. Na verdade, quando a gente se apresentou lá, eu estava com vergonha de falar sobre nossas conquistas, as quais eram importantes, porque os outros... estavam muito longe disso (...) Havia gente do Chaco, e lá não há água, eles fazem um poço e depois sai água com arsênico líquido (ent. 5/7).

Quanto às comunicações, eles percebem que a mudança tecnológica e a diminuição dos preços de alguns insumos – tanto para as comunicações quanto para o transporte – produziram algumas mudanças importantes nas informações ou na possibilidade de ter acesso a elas. Segundo os entrevistados, isto é visto como potencialmente positivo de alguma forma, mas também como um desafio e uma ameaça. De um lado, eles sentem que a influência direta da televisão argentina tem diminuído e que a TV a cabo tem possibilitado o acesso a mais informações nacionais e de outros países do mundo; mas, do outro lado, perderam-se muitas informações locais.

Em muito poucos anos, passamos de ter um noticiário local muito curto e muito limitado a ter a TV a cabo e os canais que repetem os programas. Os canais locais se tornaram mais importantes, repetindo os noticiários uruguaios. Aí a gente começou a receber muitas informações (...). Sabemos o que acontece no mundo das bolsas de valores... sabemos de tudo, mas do que acontece aqui... não sabemos nada (ent. 9/10).

Assim como existe a percepção de que a “globalidade” atentou contra a “localidade” em termos de informações e comunicações, os habitantes de San Pedro também reconhecem que a diminuição do custo das motos e a universalização dos celulares permite uma comunicação mais fluente. Isso facilitou os deslocamentos – especialmente no caso dos vizinhos jovens – em San Pedro e rumo a Colonia del Sacramento. Nesse caso, esse fato, somado às comunicações por celular, gerou um

impacto muito grande nos processos de conformação de redes de maior abrangência territorial e intensidade de conteúdo.

O que mais mudou nossa vida foi o celular e a moto, a Jumbo. O celular atualmente, talvez você não esteja muito informado, mas você está em contato, e acho que isso foi uma revolução, mesmo que nós não percebamos, porque todos usamos o celular. Para mim foi isso o que mais revolucionou, o celular e a Jumbo, a moto... nessas distâncias curtas (ent. 1).

Em Santa Cruz do Sul também observamos uma valoração positiva do que representa a conformação de redes e conexões com o “mundo exterior” como elemento que favorece o crescimento. Na UNIFORTE, a cooperativa de mulheres costureiras, o vínculo com lojas de roupa e acessórios pode ampliar seus mercados para a colocação dos seus produtos e pode diversificar o tipo de roupa que confeccionam.

Mas como agora já veio mais uma empresa do ramo, que trouxe roupas, tecidos, retalhos, muitos retalhos pra nós fazer. E querem evoluir, elas querem botar mais os acessórios. Querem ser loja da moda. E o sonho deles era ter alguém que fizesse brincos, colares, acessórios. Então, nós pretendemos fazer... (ent. 14)

Iraci, em sua qualidade de integrante de uma organização que reúne os pequenos agricultores, também teve a possibilidade de viajar e viver outras experiências. Assim como aconteceu em San Pedro, essa troca permitiu que esta representante de um grupo pudesse não somente conhecer realidades diferentes, mas também revalorizar sua própria realidade. Para a entrevistada, tal viagem foi uma experiência de grande aprendizagem e um exercício de autorreconhecimento.

A gente fez um intercâmbio pela FETAGRS e fomos para Paraguai, Uruguai e Argentina. Essa foi uma das maiores experiências que tive na minha vida. Então, isso me ensinou muito. E aí muitas vezes até me perguntam: “Pah, quantos anos de estudo tens? Faculdade?” “Não.” O que eu tenho é a faculdade da vida. Eu, em banco de colégio, estudei quatro anos (ent. 16).

Em outro caso, trabalhar na Pastoral da Terra deu a Tiririca a oportunidade de conhecer e articular atividades com organizações estrangeiras. Ela reflete que isso lhe permitiu compreender o mundo de outra forma, uma compreensão que não separa de seus princípios ideológicos. De acordo com sua concepção do mundo, as fronteiras



entre os países desaparecem tanto para as empresas multinacionais quanto para a militância. Os motivos e a motivação para ser integrante de sua organização ultrapassam os limites de sua região e do seu país.

Em Assunção, nós tínhamos um encontro da Via Campesina Latino-americana (...). E fizemos uma caminhada lá no Paraguai. Fomos na frente da Embaixada dos Estados Unidos (...) Tá uma visão, tu cria uma visão como planeta, a grande casa, né? Que a gente mora tudo numa grande casa, que é o planeta. E essa grande casa está muito desorganizada. É uma meia dúzia de grandes complexos de produção, que querem tomar o mundo e que prometeram para alguns que iam terminar com a fome no mundo e não era verdade... (ent. 18/19).

Os vizinhos valorizam o intercâmbio, a transmissão de informações e a possibilidade de dar e receber conhecimento através das associações e dos grupos. Também refletem sobre a importância de trabalhar com outras pessoas; existe um reconhecimento explícito de que esses fatores possibilitam o crescimento grupal.

“É importante trabalhar junto, conhecer outras pessoas. A gente sempre tem a ganhar, a gente sempre aprende mais. Uns aprendem com os outros” (ent. 15); “Aqui a gente recebe todo dia um público enorme que vem, pede informações, vem buscar informações, e a gente está aí pra isso. A gente quer crescer aqui dentro muito” (ent. 16).

Como presidente da ASSAFE, Paulo também integra a comissão de feiras rurais. Isso lhe deu a oportunidade de ser convidado e de participar de assembleias de outras organizações e coordenar com outros órgãos. Isto lhe permite ter mais informações e levá-las a sua associação. “Mas a gente sempre é convidado pra representar nossa Associação em casos de assembleias de outras entidades e, como a gente também faz parte dessa Comissão, a gente sempre é solicitado pra participar” (ent. 17).

Miriam diz que trocar experiências com colegas do Posto de Saúde Margarida Aurora e visitar diversos bairros de Santa Cruz do Sul em grupos tem sido uma forma de conhecer melhor e em profundidade realidades diferentes. Essa experiência de trabalhar e compartilhar em grupo é uma aprendizagem para os que ainda estão se formando. “E aí tu tem as trocas, né? Às vezes tu vai lá com outro colega conhecer, ver como é que está, como é que funciona, vai fazer uma visita com um colega... Pra ter essa troca de experiência, né? E tu acaba conhecendo todas as realidades” (ent. 20).

Participar de grupos e organizações representa oportunidades e possibilidades de crescimento para as mulheres, mas também desafios e dificuldades a serem superados. Muitas delas só começam o processo de sair de seus lugares de origem quando se integram em uma organização, conhecem outras realidades e começam a compreender melhor sua própria realidade ao compartilharem e compararem com outras culturas. É o caso de Ana: coordenar o grupo de mulheres da cooperativa e ser delegada perante a CAF, permitiu-lhe vincular-se com outras associações de mulheres rurais e participar de eventos fora do país. “Não tem nada a ver... porque, aliás, as índias da Bolívia ou do Peru não têm nada a ver com as outras. Na primeira vez que eu fui, tinha muitas expectativas...” (ent. 11).

No entanto, começar a trilhar esse caminho ou participar de empreendimentos que oferecem independência ou autonomia muitas vezes implica problemas familiares que as mulheres devem resolver. Foi o caso da Venute, quando decidiu integrar-se à cooperativa UNIFORTE. “São três filhos que eu tenho e meu marido, eles não queriam que eu viesse para a cooperativa... Eles não queriam. Aí eu disse: “Mas deixa eu ir lá, eu vou lá, é tão bom estar lá...” (ent. 14).

#### **4.4 MOTIVAÇÕES PARA PARTICIPAR, CONQUISTAS INDIVIDUAIS E CONQUISTAS PARA A COMUNIDADE**

Um aspecto relevante para nossa análise refere-se às motivações que podem ter os sujeitos para integrar organizações, grupos, comissões, embora muitas vezes esta tarefa – que exige tempo e esforço – não seja remunerada. Uma primeira leitura pode sugerir que algumas pessoas que não recebem nenhum tipo de retribuição por esse tipo de atividades de promoção, decidem fazê-lo somente em prol do benefício coletivo da comunidade. No entanto, é interessante analisar mais em profundidade diversas formas de compensação relacionadas a essas atividades; formas de retribuição que muitas vezes são indiretas ou imateriais.

Em muitos casos, os sujeitos reconhecem suas próprias necessidades pessoais como o primeiro estímulo que os leva a participar de organizações e grupos. É mais

fácil para eles verem suas próprias mudanças e conquistas individuais – porque são mais próximas e conscientes – que identificar os processos gerais de conquistas e mudanças que podem estar gerando um impacto na comunidade.

É o que aconteceu com uma família de produtores de San Pedro. Eles reconhecem que o motivo que os levou a participar de um empreendimento coletivo foi a necessidade de sair do ostracismo em que se encontravam, consequência da doença de um dos seus filhos.

Eu sempre digo que a gente começou muito mal, com os problemas do David, e a gente começou com problemas (...). Daí eu comecei a fazer plantinhas e plantinhas... fazia poços e plantava... eu sozinha, porque todo o mundo saía e eu ficava. E um dia um agrônomo falou para mim “por que você não faz turismo rural?” (ent. 3/4)

Isto aconteceu antes da crise de 2001; e foi o primeiro estímulo para que Rosita encorajasse seu marido e sua família a participarem da iniciativa. O GRUTUR lhes ofereceu a possibilidade de reorganizarem sua empresa e subsistirem na época da crise econômica, mas no momento em que eles decidiram unir-se ao grupo – preocupados com a doença do seu filho –, sua produção de laticínios funcionava bem. Portanto, o que motivou sua integração ao projeto foi uma necessidade social mais do que uma necessidade econômica. “O grupo nos ajudou a começar e nos deu força e coragem. Entre todos fomos adquirindo experiência; nossa união nos permitiu conhecer outras instituições e criar novos laços” (ent. 3/4).

Para uma região tão rica do ponto de vista histórico como San Pedro, é muito importante – como reconhece um dos entrevistados – perceber com clareza que a experiência associativa de turismo rural não respondia somente a necessidades financeiras. Destacam o fato de existirem elementos de identidade cultural e histórica que foram resgatados, o que é muito significativo para eles: “Do ponto de vista pessoal foi muito importante... começamos a pesquisar sobre a região, conhecemos a nossa história e o nosso passado. Talvez não seja muito lucrativo... mas pessoalmente me senti muito identificado...” (ent. 5/7).

Os contatos que se estabelecem e os laços que se criam por representar um grupo ou uma organização conferem visibilidade e dão possibilidades e oportunidades. Isso é o que manifesta Ana, quem, graças a esse caminho e por ser a única mulher, teve acesso

ao Conselho Diretivo da CASSPE e representou essa cooperativa e o grupo de mulheres na CAF em Montevideú.

Eu pude ver e conhecer muitas realidades, entrar em contato com pessoas, gerentes e, através do grupo de mulheres, fazer parte de uma diretoria como a da CASSPE..., muitas coisas, ver realidades, ver coisas que decepcionam, ou não, mas bom, são as coisas da vida... (ent. 11)

Existe o consenso de que é geralmente nas situações de crise que as pessoas se agrupam e se organizam na busca de mecanismos de solidariedade muito mais do que em épocas boas: “As crises são as que geralmente motivam as pessoas a agirem...” (6/7).

No entanto, também parece que motivos pessoais e subjetivos, ideias, força, valores religiosos e ideologias são uma motivação muito importante na hora de as pessoas decidirem participar de grupos e organizações comunitárias.

Eu penso que, em primeiro lugar, tem que ser uma causa na qual a gente acredite. A gente tem que lutar por uma coisa na qual a gente realmente acredite (...). Porque, normalmente, as pessoas que não participam de nada são pessoas que leem pouco, que não gostam de ouvir notícias, ou coisa assim. Acabam se alienando (ent. 12).

Nesse “dispositivo” subjetivo, também podemos incluir a trajetória de vida, a maturidade e fortes convicções. Essa é uma perspectiva que sente Venute, quando manifesta que quer trabalhar para melhorar seu bairro, considerado um dos mais carentes de Santa Cruz do Sul. Após muitos anos morando lá, sente que sua preocupação e atividade no bairro é uma das coisas que ninguém vai conseguir mudar nela.

eu já tenho cinquenta e sete anos, não é a idade que vai me fazer eu parar. Porque eu comecei com nove anos de idade a me sustentar (...) o meu interesse foi mais o problema do nosso bairro, que eu moro há trinta anos aqui. E esse bairro é considerado, na mídia, o pior bairro de Santa Cruz do Sul (ent. 14).

Essa interação com o grupo da cooperativa, além de uma energia muito grande focada em seus valores, fez com que Venute pudesse retroalimentar-se e adotar uma

atitude positiva com ela mesma. Isso lhe permitiu – por exemplo – ter a força necessária e a consciência de sua necessidade de continuar com seus estudos, mesmo enfrentando problemas de saúde. De alguma forma, a energia que ela investe no grupo, volta para ela.

Mas a vida me ensinou muita coisa, que eu não tinha. Eu terminei o segundo grau em 2005, finalizei o segundo grau e ainda fiz um ano de ciência da religião na UNISC. Só que depois eu fiquei muito ruim, muito doente, era coluna, era tudo... (ent. 14)

Alaídes, outra mulher madura que há 30 anos realiza trabalho voluntário para seu bairro através da Pastoral Social, acha que seus motivos e conhecimentos lhe foram dados por Deus, e que sua força reside na religião. “A primeira motivação foi que eu acho que eu posso fazer algo. Aquilo eu acho que está em Deus. Deus colocou na gente. Porque a gente não é capaz de fazer isso sozinha, não (ent. 15).

Outra mulher madura e militante – mas neste caso uma agricultora vinculada à Pastoral da Terra – também encontrou sua força nos valores religiosos e no apoio de sua família. Mas aqui também aparece outro aspecto importante: características de sua personalidade. Seu apelido – Tiririca – lhe foi dado por sua semelhança com uma planta, reconhecida por sua força, daquelas que não quebram facilmente. “Meu apelido é Tiririca, porque é uma permanência assim muito forte e eu sempre digo assim: ‘É graça de Deus a força.’ Porque a gente consegue fazer junto trabalho com a família da gente” (ent. 18/19).

Também fazem parte desse “dispositivo” subjetivo de motivações o reconhecimento das mudanças sociais em nível global e a consciência política da pessoa, os que fazem parte de seu mundo ideológico.

Um povo organizado, é difícil tu pisar. Então assim, quanto mais informação você tiver, mais difícil tu ser enganada por aí. E se tu olha hoje como o mundo anda numa velocidade tremenda, e se tu não leva essa informação lá para as mulheres estarem organizadas, elas vão ficar para atrás (ent. 16).

Maurício, um jovem agricultor, reconhece que para ele foi importante aprender de sua família de produtores e do seu pai alguns valores essenciais de respeito e luta pelos direitos dos mais desfavorecidos. Neste caso, alguns dos valores familiares

aprendidos levam o indivíduo a interessar-se em um assunto e em uma problemática ao ponto de militar por uma causa. Sua experiência em assentamentos dos trabalhadores sem terra o motivou a tentar “mudar o mundo”

Eu fui criado numa família que valoriza muito o simples, o agricultor. E respeitar a pessoa do agricultor, mesmo que não saiba nada de ler e escrever, mas eu aprendi muito isso com meu pai, o meu avô, minha família (...) tu sempre tem um acampamento que tu tem que ajudar, que tem gente que precisa de ti, que tem gente que não tem comida, que tem gente que está na beira da estrada (...) E a gente foi entrando... a gente fica apaixonado pela causa (...) ainda sonho em transformar o mundo... (ent. 18/19)

Em outros casos também se observa que a vocação pessoal influencia o fato de um trabalho social tornar-se um trabalho profissional. São exemplos onde podem ser combinadas aspirações pessoais de carreiras profissionais com a preocupação com o social. Esta é a situação de Miriam, a garota que é agente comunitária de saúde: “eu adoro a área da saúde, né? O meu sonho, os meus planejamentos é fazer um curso técnico na enfermagem ou algo no ano que vem. Tu já tá dentro da saúde, tu tá aprendendo, tá tendo noções...” (ent. 20).

É muito interessante notar como dentre as valorações que são feitas na comunidade sobre os motivos que levam as mulheres a se organizarem e formarem grupos, as mesmas razões que para algumas instituições são objetivos procurados e legítimos como forma de desenvolvimento, para outros se tornam motivações negativas. O gerente da CASSPE, em San Pedro, realiza essa valoração negativa.

Em algum momento funcionou na cooperativa um grupo de mulheres e jovens... sempre utilizaram a cooperativa como um transporte na busca da independência, com fins lucrativos... de algum empreendimento... depois, o que eles fazem? Começam a trabalhar na cooperativa e quando percebem que podem conseguir alguma coisa vão embora e trabalham por sua conta... (ent. 2)

Caso esse tipo de valorações prevaleçam na comunidade, esse tipo de empreendimentos perde força e desaparece. Mas tal enfoque não foi o majoritário, embora seja sustentado, em parte, pelo enfoque mais tradicional de San Pedro. Sem dúvida, essa expressão pode ser compreendida como parte da educação e do processo de socialização, que fazem com que seja tolerado que as mulheres se dediquem a tarefas de

promoção assistencialistas, mas não admitem que elas ingressem no terreno produtivo e econômico.

No entanto, em Santa Cruz do Sul encontramos que também podem existir motivações práticas que fazem com que as mulheres queiram participar de grupos ou organizações. Trata-se de situações nas quais a família precisa aumentar sua renda, ou quando a mulher precisa de mais autonomia e independência econômica. É o caso de empreendimentos destinados à capacitação para o trabalho, ou de empreendimentos produtivos, ““pelo fato de que essas atividades estão trazendo algo que possa estar desenvolvendo nelas a capacidade que elas já têm e que está adormecida de desenvolver alguma atividade que possa estar trazendo captação de renda para a família” (ent. 13).

#### **4.5 PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E A RELAÇÃO COM O ESTADO**

Como foi desenvolvido no capítulo teórico, existe uma dimensão de análise importante que é o espaço onde se superpõem e articulam as ações que, além de gerar capital social, promovem o exercício da cidadania através da participação ativa dos sujeitos. Este é o tipo de ações que possibilitam a aprendizagem, o ensino e a demanda efetiva dos direitos. Neste ponto, portanto, assume total relevância tudo o que diz respeito ao relacionamento entre os sujeitos e os órgãos do Estado, seja de forma direta ou através de organizações civis.

Uma primeira interrogação que nos formulamos e apresentamos aos entrevistados é a referida às motivações que fazem com que algumas pessoas sejam mais propensas a participar ativamente e a realizar demandas na comunidade. Segundo Valdo, que geralmente participa com sua esposa de diferentes eventos e assume responsabilidades em comissões e grupos organizados, essa motivação para participar depende da forma de ser de cada um. Neste caso, destaca as características subjetivas e de personalidade de cada pessoa. “Não podemos ser todos iguais... Sempre tem que ter de tudo... tem gente que trabalha mais, outras pessoas trabalham menos, tem gente que gosta de participar e gente que não gosta...” (ent. 3/4).

É interessante notar que os vizinhos de San Pedro que entrevistamos, integrantes ativos de grupos, não julgam negativamente aqueles que não têm essa “vocação para a participação”. Também reconhecem que existem outras formas de contribuir e colaborar que podem percorrer outros caminhos.

Tem pessoas que não vão às reuniões... mas em outro momento vão participar (...) porque muita gente você nunca vê numa comissão, nem na escola, nem na igreja, nem na cooperativa, em nada... Mas às vezes eles ajudam em outras coisas que você nem percebe... (ent. 3/4)

Existem episódios de crises agudas que marcam um antes e um depois na história das comunidades e sua gente. O surgimento de febre aftosa no gado, ocorrido em 2001 no departamento de Colonia, ocasionou uma mobilização muito importante entre os produtores de San Pedro, os quais se organizaram com o objetivo de proteger-se e evitar que o governo sacrificasse seus animais. Esta mobilização incluiu um corte de rodovia nacional com estado de alerta e um protesto na mídia, envolvendo várias instituições locais. Esta luta significou níveis muito altos de comprometimento, exposição, redes de comunicação permanente entre os vizinhos e cooperação entre eles; mas também um confronto grande e aberto com o Estado, tanto no âmbito departamental quanto no nacional.

O Estado tinha decidido que mataria até 400.000 animais, era o que podiam pagar. Aqui na região o raio era de 5 km. Em cada um dos lugares onde aparecia a aftosa deviam matar os animais que se encontravam num raio de 5 quilômetros. Aqui apareceu em dois estabelecimentos... imagine um raio de 5 km!... se a gente não tivesse estado na rodovia, teria sido o fim... (ent. 9/10)

Os vizinhos têm uma definição muito clara sobre quem são os que estão verdadeiramente “comprometidos” e quem são os “conservadores”. Uma pessoa que tem um discurso mas não age em consequência não é muito valorizada, nem quem seja muito ativo em momentos de normalidade. Em contrapartida, são valorizadas as pessoas que se expuseram e se comprometeram nos momentos mais difíceis de uma crise que colocou em risco o gado dos produtores. Podemos comprovar, neste caso, como nos momentos mais difíceis, um confronto com o governo ativou os mecanismos de reclamação coletiva que fazem com que os vizinhos devam definir sua posição no conflito.



Algumas pessoas sempre foram consideradas conservadoras e nunca participaram de nenhuma atividade, mas, depois disso, muitas dessas pessoas continuaram participando das atividades nas agremiações e continuaram fazendo outros trabalhos. Com outras pessoas aconteceu o contrário, elas sempre participavam ativamente de muitas atividades sociais, mas na hora de reclamar, não estão... (ent. 9/10)

Em decorrência desse episódio da aftosa, foi conformado um grupo que continua trabalhando até hoje – embora seja menor e tenha menos atividades. Ainda que no início tenha sido local e autônomo, posteriormente começou a coordenar no âmbito nacional junto com a Federação Rural.

Chama-se movimento produtor de Colonia. No início, participamos independentemente da Federação Rural até que uma diretoria da Federação foi totalmente renovada. Trabalhamos muito tempo lá... na verdade fazíamos assembleias das que participavam sempre mais de cem produtores, em diferentes lugares do departamento... (ent. 9/10)

Entre os vizinhos de San Pedro não existe uma percepção muito clara sobre em que pontos se encontram ou articulam os eixos de “reivindicação ou demanda” com “participação” e “exercício da cidadania”. Também não existe uma noção precisa sobre quais os direitos que podem exercer como cidadãos, e sobre seu ensinamento ou aprendizagem. O que se manifesta com mais frequência e sempre está presente é a concepção de “pedir” o que se precisa: “Não... eu acho que você reclama para conseguir as coisas que precisa. Quer dizer não temos... eu não sei muito bem quais são meus direitos e obrigações” (ent.1); “Temos que saber com mais clareza onde terminam meus direitos e começam os direitos da outra pessoa, ou, melhor, onde começa o direito dos outros e acaba o meu...” (ent.5/7).

A escola é um dos pilares onde a cidadania é construída. A reflexão da professora diretora é muito interessante, porque expressa sua opinião sobre a existência de um desequilíbrio entre direitos e obrigações.

Na escola só se falava no direito das crianças, e no direito das crianças... e eu dizia: e quando começam as obrigações das crianças? Talvez estejamos muito focados nos direitos sem levarmos em conta que também devemos falar das obrigações. Talvez seja que no meu caso nunca quis me concentrar somente nos direitos, já que sou uma professora experiente. Embora nós falemos dos direitos, eles também têm muitas obrigações e responsabilidades (ent. 8).

Seu enfoque chama a atenção se considerarmos que o sistema educativo – através da escola – é em si mesmo um instrumento de aplicação de responsabilidades e obrigações para a criança mediante a aprendizagem. A lição de casa, o cumprimento dos horários, a disciplina são na verdade mecanismos através dos quais o sujeito vai incorporando os conceitos de “obrigação” e “responsabilidade”. A reflexão poderia ser, portanto, se não será que o desequilíbrio é produzido quando não se insiste ou aprofunda no ensinamento dos direitos que conformam a cidadania.

Neste ponto, o relacionamento entre as organizações intermediárias e o Estado é um elemento chave. É a chave que permite ou não permite canalizar as demandas ou coordenar um trabalho conjunto quando é possível. É um exercício de prática cidadã e participação. Isso depende da vontade política do Estado, da burocracia administrativa e dos níveis de descentralização atingidos; mas também da vontade política e do grau de organização e maturidade das organizações.

No caso de San Pedro, as percepções sobre como funciona o relacionamento com o Estado são bem diversas. Os produtores que fazem parte do GRUTUR, dada a atividade turística que realizam, têm tido muitas oportunidades de exercitar a coordenação em nível departamental com a Prefeitura. Aliás, eles fazem parte do *cluster* de Turismo, do qual participam os hoteleiros, as empresas de ônibus, restaurantes e outros atores ligados a essa área. “Na prefeitura temos uma diretora excelente, muito trabalhadora, muito empreendedora... ela convidou todos os que trabalham em turismo, tanto os hoteleiros quanto os que trabalham com ônibus... todos trabalhamos juntos...” (ent. 3/4)

Mas esse relacionamento nem sempre é fácil, e nem todas as opiniões sobre “a política” e os governantes são tão positivas. Em termos da própria organização das atividades do GRUTUR, alguns de seus integrantes dizem que existem dificuldades na coordenação com as autoridades. Isso aparenta ser um problema frequente quando se trata da distribuição de verbas para a comunidade para realizar atividades. Existe a visão de que quem agora ocupa algum cargo público parece ter esquecido por que é que está nesse cargo.

C – A última vez que eles nos deram alguma coisa boa e com boa vontade foi nas últimas eleições. Isso é normal, né? A terceira festa do

campo foi realizada e nós não pedimos nada à prefeitura, a ninguém... quando você pede alguma coisa eles dão com má vontade (ent. 5/7).

N – Você tem que mendigar (5/7).

C – A metade dos políticos voltam às raízes, a outra metade se esquece da gente (5/7).

Em Santa Cruz do Sul, as opiniões sobre a participação são diversas. Para Iara, militante ativa há vários anos, as pessoas que realmente se envolvem em uma causa são poucas e sempre as mesmas, e a gente as encontra trabalhando em diferentes causas e organizações. O que ela manifesta se traduz como a ideia de que na maioria dos casos prevalece um pouco o individualismo.

São poucas as pessoas que se envolvem, se envolvem assim, como um todo. A maioria pensa: “bom, se eu estou recebendo o meu salário, para mim está bom”... nós somos poucos, a gente se repete muito nos movimentos sociais e no movimento sindical. Nós acabamos sendo... nos repetindo (ent. 12).

Isso não impede que pessoas como Iraci – que também milita há anos pelos direitos dos trabalhadores rurais – continuem apostando na organização e na estimulação da participação na comunidade. Existe uma forte convicção de que através da organização é possível transmitir informações, educação e ferramentas para as pessoas serem mais conscientes de seus direitos. “As organizações elas metem a informação...e um povo informado...um povo organizado, é difícil tu pisar, É difícil a gente manipular. Então, pra mim isso tem uma grande, grande importância” (ent. 16).

É um exemplo bem claro de como a participação e a cidadania podem ser articuladas na prática, e como isso se relaciona ao enfoque de trabalho de cada organização. O presidente do MPA garante que, no caso dos agricultores, sua participação ativa no Movimento lhes permite possuir mecanismos de acesso à cidadania. Isso tem a ver com as concepções existentes nas organizações sobre como se integram e participam todos os seus membros, quem toma as decisões e como tais decisões são tomadas.

A própria participação dos agricultores é um aprendizado para eles. Tanto que nós trabalhamos sempre junto com os agricultores. Nós não fizemos as coisas de cima pra baixo. É de baixo pra cima. A prova

disso, você pode ver, o nosso escritório está cheio de agricultores (ent.22).

Identifica-se muito claramente que foi a participação ativa nos movimentos e organizações o que lhes permitiu conquistar alguns direitos básicos de cidadania, assim como melhorar as condições de vida e de trabalho. É o caso do reconhecimento da mulher rural como “trabalhadora” e do direito à aposentadoria para o trabalhador rural. É interessante destacar como é enfatizado o fato de o trabalho adquirir seu verdadeiro “*status*” de “profissão” no caso das mulheres, as quais, até a Constituição de 1988, eram necessariamente consideradas donas de casa em todos os documentos.

Quando nós começamos no movimento sindical, a mulher do meio rural era considerada uma doméstica, uma “do lar”. Nos documentos constava isso. Uma moça ia casar, eles nem perguntavam “qual é a tua profissão?”. Se vinha do interior era doméstica ou do lar. Com a organização das mulheres, na Constituição de 88, nós conseguimos colocar que a mulher trabalhadora rural tinha profissão. Que ela era mulher trabalhadora rural (ent. 16).

O trabalho gera identidade e articula a vida das pessoas e suas famílias. Portanto, é importante o fato de que nas carteiras de identidade, onde fica registrado quem o sujeito é, este possa realmente reconhecer-se e identificar-se. O fato de que agora exista um reconhecimento legal para as mulheres rurais como trabalhadoras é um direito importante conquistado mediante a organização coletiva. É o que conta Iraci, quem lutou durante muitos anos com esse objetivo, e quem se negou a assinar um documento onde figurava como empregada doméstica.

Em 89 e eu fui tirar a carteira de identidade. Só que o moço que me atendeu falou “doméstica” e eu disse que eu não assinaria. Aí ele disse: “É, mas agricultora não tem. Trabalhadora rural não tem.” “Bom, se tu achar, deixa assim, que eu não assino isso aqui. Que a minha profissão na realidade é agricultora” (ent. 16).

Ganhar o direito a uma aposentadoria para o trabalhador rural também significou uma mobilização ativa das organizações e uma luta organizada. Foi somente mediante a participação organizada dos interessados que foi possível conseguir que os trabalhadores rurais homens – que até esse momento recebiam meio salário-mínimo como aposentadoria – passassem a receber um salário-mínimo. Fazer com que esse

direito se estendesse às mulheres rurais significou outra luta. Inclusive, depois de esse direito ter sido reconhecido na Constituição, foi necessário mais trabalho para sua efetivação e para a aprovação as verbas necessárias. Eis um exemplo de que a extensão dos direitos cidadãos nunca foi uma concessão fácil, mas que sempre foi necessária uma demanda organizada, conscientização e luta.

Em 88, foi votado na lei do nosso país. E aí demorou seis anos. Seis anos já estava em lei e não tinha recurso pra pagar as pessoas que tinha idade. Padres e comunidades e algumas cooperativas, essas cooperativas e alguns sindicatos que tinham, sabe, claro, que precisavam lutar pelo direito da aposentadoria (ent. 18/19).

Isso foi uma das maiores conquistas, porque isso trouxe cidadania para as mulheres. Naqueles anos 90, 92, as mulheres que já tinham 55 anos de idade, ou 60 na época, quando foram encaminhar a aposentadoria, elas não tinham documento de prova que eram agricultoras (...) houve muita briga e aí, mais uma vez, as trabalhadoras rurais, no estado, chamaram um grande movimento, reunimos 35.000 pessoas no Gigantinho. Nem couberam lá dentro (ent. 16).

Nem sempre as organizações que se sentem representantes dos mesmos sujeitos e que teoricamente trabalham na mesma direção e com objetivos similares conseguem coordenar seus esforços. Para a Pastoral da Terra, o sindicalismo deve ser repensado e discutido, porque está mostrando sinais de fraqueza. Para essa organização, existe uma certa responsabilidade dos sindicatos – os quais seriam pouco combativos – no fato de as empresas tabageiras terem tanto poder. Percebe-se nestas reflexões uma visão muito forte do que a referida organização pensa que deveria ser um “sindicato autêntico”. “Por que essas fumageiras têm tanta força? Porque o sindicato está fraco. Então, eu penso que, as associações... os sindicatos é um desafio que tem que ser discutido como a questão do sindicalismo autêntico...” (ent. 18/19).

Diferenças ideológicas, diversas concepções do mundo e metodologias de trabalho diferentes acabam separando e atomizando a participação das pessoas. A diversidade de organizações não deveria ser negativa em si mesma se considerarmos o fato de que os militantes podem encontrar lugares mais afins e confortáveis nos quais trabalhar. No entanto, o que pode acontecer é que muitas vezes isso resulta em um desperdício de esforços, diminuindo também a potencialidade e a força das reclamações

ou demandas. A opinião do representante do CPT sobre os sindicatos de trabalhadores rurais é bastante negativa.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, hoje, a maioria deveria defender os agricultores e, na grande maioria, virou quase um negócio: o presidente recebe, tem sócios, mas não é aquele sindicato que ajuda os trabalhadores a se organizar para a conquista de direitos. Esse é o problema. Por isso é que surgiu o movimento de pequenos agricultores... (ent. 18/19)

Quanto ao assunto dos direitos e seu exercício, tanto em San Pedro quanto em Santa Cruz do Sul os atores opinam que nem sempre as pessoas os conhecem bem. Algumas das organizações visitadas se dedicam justamente a divulgar esses direitos. “Esse é um grande problema que eu acho assim também. A maioria das pessoas não conhece seus direitos. Na verdade, nós temos muitas leis, mas a maioria do pessoal não conhece; nem sabe que tem esse direito” (ent. 12).

Para alguns dos militantes ativos, foi necessário e muito importante ter alguma formação específica para informar-se e começar a reconhecer que os direitos de grande parte da população são negados e que as pessoas não demandam por desconhecimento: “Eu fiz esses cursos de direito, quais são os direitos que uma pessoa tem no seu município, no seu estado, os direitos no nível nacional. E esses direitos era tudo quase negado, a maioria das pessoas não sabe seus direitos, não sabe” (ent. 18/19).

Uma das tarefas que realiza a Secretaria da Mulher, a qual funciona na Prefeitura, é a de divulgação e ensino dos direitos da mulher. Também trabalham para promover o exercício das novas conquistas, como as da Lei Maria da Penha, as quais oferecem proteção contra qualquer forma de discriminação e violência.

Por isso é que a gente tem essa preocupação de ir nos bairros, ir nas comunidades e colocar para as pessoas: “Olha, tu tem direito a ter uma vida livre. Tu tem o direito de ir e vir. Direitos fundamentais (...) A grande maioria não sabe que a mulher pode... se hoje ela estiver se sentindo ameaçada, que ela pode sair da casa e não vai perder os pertences (ent. 12).

Também é claro que – em alguns casos – conhecer os direitos não é suficiente. O trabalho das organizações deve ir além do conhecimento e deve oferecer mecanismos que garantam o exercício desses direitos. Isso é o que considera o MPA, onde as

peessoas trabalham para criar as condições necessárias para que os agricultores possam usufruir esses direitos. “Os agricultores conhecem alguns direitos. Nós estamos fazendo eles conhecerem todos. E buscar os direitos. Que, muitas vezes, só conhecer os direitos não adianta, se tu não tem meios de ir de encontro a esses direitos” (ent.22).

Outro dos entrevistados da CPT compartilha esse enfoque e opina que mesmo que as conquistas sejam muitas, ainda resta muito a fazer. Reflete-se em suas considerações uma concepção de “cidadania ampliada” ou do exercício amplo dos direitos, os quais podem continuar crescendo. “Mas ainda tem muitos direitos que os agricultores não têm. O próprio direito à terra, o próprio direito a uma saúde de qualidade, educação, muita coisa não chega ainda para os agricultores” (ent. 18/19).

Quanto ao relacionamento das organizações civis com o Estado, as apreciações são ambíguas. Embora os entrevistados reconheçam que em algumas áreas a contribuição do Estado é importante, existe a suspeita e o medo de que uma intromissão inoportuna possa distorcer os objetivos do seu trabalho. Também existe a ideia de que a ajuda possa ser somente uma forma de promoção. Daí que exista a opinião de que o Estado é obrigado a ajudar, mas eles devem tomar cuidado para não serem utilizados com outros fins.

Eu acho, assim, a prefeitura tem obrigação de ajudar. Mas acontece que eles nem sempre... porque daí vem a política, né? Aí eles usam isso pra se promover (...) Na prefeitura, quando entra política, eu me preocupo. Eu mesma nem gosto de pedir. Não gosto. Agora, eles têm obrigação (ent. 15).

De outro ponto de vista – mas no mesmo sentido – também se argumenta que as organizações sociais devem ser independentes e autônomas. Concordam com o governo em que uma dependência excessiva pode prejudicar seus movimentos. Este é um assunto interessante, porque coloca as organizações na “tensão” de ter que escolher entre trabalhar com menos recursos e ampliar seu raio de ação aceitando o apoio estatal. Considera-se que o Estado é muito forte e que isso significa um risco para a independência da organização.

Eu penso assim que as organizações sociais, elas têm as suas pernas próprias, né? As organizações têm a sua autonomia e que eu acho que, da parte do Estado, acho que deve ser respeitada. Eu penso assim. Com uma interferência mínima do Estado nesse sentido (ent. 18/19).

Hoje nossos movimentos muitos correm esse risco de caminharem porque têm uma ajuda financeira do governo. E isso é ruim. Porque o dia que não tiver um apoio, morre tudo (ent. 18/19).

Ainda que este seja um limite pouco claro e difícil de manter, algumas pessoas acham que se as funções e os objetivos das partes estiverem claros, não existirá esse problema. Essa é a fórmula de relacionamento que propõe o MPA: “Nós defendemos que o Estado tem que fazer a sua função. Nós buscamos junto aos poderes, tanto municipais, estadual e federal, participação efetiva” (ent. 22).

No caso da Associação de Feirantes de Santa Cruz do Sul, a parceria com a prefeitura se considera positiva. O governo local participa na “Comissão de feiras rurais” e facilita os terrenos para estas serem instaladas, assim como maquinária nos casos em que é necessário. É por esse motivo que, neste caso, o governo é visto como mais um parceiro. “Em termos de maquinária, quando é solicitado, ou quando há possibilidade da gente conseguir, se consegue através da Prefeitura. E aí é um parceiro, a Prefeitura é um parceiro principal do funcionamento das feiras” (ent. 17).

Programas denominados de Responsabilidade Social foram desenvolvidos, em grande medida, em Santa Cruz do Sul. Esses programas permitiram que diversos atores públicos e privados pudessem articular projetos e executá-los em conjunto; alguns deles foram muito efetivos. Destacam-se alguns projetos dos quais participa a UNISC, a Prefeitura e empresas tais como a Pioneer e o Banco do Brasil. Para uma trabalhadora social da Prefeitura, esse tipo de associação foi importante para o desenvolvimento comunitário. Embora as empresas tenham o benefício de poderem descontar impostos por seu investimento neste tipo de projetos – motivo pelo qual nem sempre os objetivos são desinteressados –, é verdade que tanto as organizações quanto a comunidade obtêm benefícios desse tipo de empreendimentos em parceria com empresas.

através desses encaminhamentos de atividades sociais, as pessoas carentes e em vulnerabilidade social, as empresas recebem algum desconto de imposto ou alguma coisa assim. Então, na verdade, tem muitas empresas que encaminham pensando nesse favorecimento que a empresa dá. E outras não. Outras são bastante comprometidas e acompanham (ent. 13).



De certa forma, podemos considerar que essas ações são uma forma indireta de promoção social do Estado, já que este deixa de receber os recursos que geraria através dos impostos, mas tais recursos são dirigidos a projetos de desenvolvimento através dos projetos. Esse mecanismo pode ser compreendido como uma nova forma de associação entre organizações civis, empresas e Estado que tem demonstrado fazer sucesso nesta região.

Nós tínhamos bastante dificuldade em fazer parceria com o setor privado. Era feito mais com organizações não governamentais. Mas a partir do momento em que surgiu esse programa, abriu um espaço. Porque ao mesmo tempo em que eles vão estar encaminhando algo para o desenvolvimento de toda a comunidade local ou regional, eles estão recebendo também alguma coisa para a empresa (ent. 13).

Em suma, foram encontradas em ambas as comunidades experiências interessantes que refletem tanto a potencialidade certa, quanto o grande potencial de gerar intermediações sujeito-Estado, e que essas intermediações se institucionalizem como organizações e grupos, para, através destes, realizar tanto o exercício de aprender e ensinar os direitos, quanto de articular, canalizar e organizar sua demanda e reclamação.

### *A participação ativa e decidida das mulheres*

Após ter visto quanto e de que tipo de organizações participam as mulheres, queremos aprofundar nos relatos dos entrevistados a fim de podermos compreender a visão dos vizinhos sobre esse tipo de atividade. Assim, poderemos analisar, tanto nos espaços de “ausência” quanto de “presença” feminina, quais os significados atribuídos a essa realidade.

Em San Pedro, tínhamos apontado a presença de elementos de valoração tradicionais no que diz respeito aos papéis femininos. Por outro lado, tínhamos detectado uma maior participação das mulheres em organizações e grupos que tradicionalmente as recrutam – a escola, a igreja – e uma menor participação em organizações mais ligadas ao mundo econômico-produtivo, ou de maior visibilidade. Geralmente se argumenta que as próprias mulheres se autoexcluem, porque não querem

assumir esse tipo de responsabilidades. Contudo, examinado os discursos, encontramos em alguns relatos de homens julgamentos bastante negativos sobre o papel feminino. É o exemplo da cooperativa CASSPE, a qual conta com 100 sócios, dos quais somente cinco são mulheres. Este fato chama a atenção, especialmente levando em conta que diretorias anteriores tinham apoiado muito a formação e o trabalho do grupo de mulheres rurais da região, o qual já não está trabalhando. Consultado sobre este assunto, o gerente tem uma opinião negativa sobre a experiência da cooperativa produtiva de mulheres.

Houve empreendimentos, alguma pequena fábrica de doces e essas coisas, e como a cooperativa é sócia da CAF elas receberam ajuda, de repente foi por isso que elas começaram sós... é... então acho que para o conselho isso não foi muito bom, e não está aberto para recomeçar essas atividades (ent. 2).

A CAF promove há muito tempo a conformação de grupos de mulheres em suas cooperativas afiliadas através de um programa específico nacional. Esse programa oferece capacitação e apoio para a conformação de empreendimentos autônomos. Foi nesse contexto que trabalhou o grupo de mulheres que coordenava com outros grupos do país e também participava de encontros e intercâmbios na região. No entanto, a visão da diretoria atual da CASSPE em San Pedro – composta por homens – é a de que a atividade realizada pelas mulheres só perseguia fins lucrativos e egoístas.

Sempre utilizaram a cooperativa como um transporte na busca da independência, com fins lucrativos... de algum empreendimento... depois, o que eles fazem? Começam a trabalhar na cooperativa e quando percebem que podem conseguir alguma coisa vão embora e trabalham por sua conta (...) então vejo que essa parte foi um pouco egoísta (ent. 2).

O grupo de mulheres da cooperativa fez um trabalho importante. Uma das maiores conquistas do grupo foi a convocação para produtores da região com o objetivo de identificar um projeto de desenvolvimento, o qual foi finalmente concretizado no GRUTUR. Mas depois da crise, e como consequência das mudanças na CASSPE, o grupo acabou se desintegrando. Esse episódio é vivenciado com frustração por suas protagonistas. “Depois a cooperativa estava em crise. Tudo, tudo isso fez com que as mulheres começassem a ficar na sua casa, e ‘para quê se a gente não faz nada’ e as que

ficamos sempre em contato no final fomos as sanpedrinas,<sup>14</sup> viu?, Ana, Lilian e eu ...” (ent. 9/19).

Uma das integrantes foi, aliás, membro da diretoria da CASSPE e delegada da cooperativa junto à CAF. Representou o grupo de mulheres e a cooperativa em várias oportunidades e em vários eventos nacionais e regionais. Ela tenta analisar e avaliar a experiência e entender os motivos da mudança na situação atual, embora ainda não tenha transcorrido o tempo suficiente para ela realizar uma avaliação mais objetiva e menos afetiva. “Eu tinha outras expectativas, pensei que a gente ia continuar trabalhando, que ia ter pessoas novas... mais mulheres, mas evidentemente não pudemos ou não soubemos trabalhar. Ou talvez seja que as mulheres não têm muito interesse...” (ent. 11).

Em Santa Cruz do Sul a situação parece ser um pouco diferente. Como acontece geralmente em outros casos, não é frequente encontrar muitas mulheres em cargos políticos de representação ou em cargos de chefia no mundo privado.

Aqui em Santa Cruz do Sul nós não temos atualmente nenhuma vereadora mulher. E durante toda a história de Santa Cruz do Sul, nós tivemos pouquíssimas vereadoras mulheres (...) Então, na política, nós ainda estamos muito atrás. E na própria questão dos cargos de chefia, ainda a gente não vê muitas mulheres com cargos de chefia (ent. 12).

Sempre está presente no debate a discussão sobre se o problema de assumir responsabilidades e cargos de representação é ligado à própria autoexclusão das mulheres que não aceitam ou não propõem, ou se os motivos são mais estruturais e têm a ver com a divisão sexual dos papéis de cada um. Esta divisão é totalmente associada ao tempo disponível, o tempo livre e as obrigações familiares e domésticas. Muitas vezes as mulheres não assumem mais responsabilidades porque sentem que não vão poder dividir suas outras tarefas com seu casal ou seus filhos.

No movimento sindical, a mulher muitas vezes abre mão de ser a presidente porque ela acha que o homem tem mais tempo. Então, as mulheres acabam abrindo mão porque não se sentem ainda suficientemente capazes. (...) Porque se o homem tem tempo, nós também temos. Porque se nós temos filhos, eles também têm (ent. 12).

---

<sup>14</sup> Cooperativa dentro do grupo de mulheres que se dedicava à elaboração de doces artesanais.

Na opinião de uma das trabalhadoras sociais que participa de projetos de desenvolvimento com a prefeitura, observa-se uma prática que parece repetir-se de forma generalizada. Embora a maioria das mulheres não cheguem a ocupar cargos de responsabilidade, elas são as que mais participam do trabalho cotidiano das organizações. Neste caso é muito menor a integração dos homens na tarefa.

Aqui no nosso município, a grande maioria de participantes nessas organizações são mulheres. Dificilmente nós podemos encontrar homens nessas cooperativas. Mesmo na Postal, que é uma cooperativa de serviços de trabalhadores autônomos, a grande maioria, em torno de 90% são mulheres (ent. 13).

Uma das dificuldades que faz com que as mulheres não assumam mais cargos de direção e responsabilidade é ligada ao desequilíbrio existente na distribuição das outras tarefas pelas quais ela é responsável – tarefas domésticas em geral. Apesar disso, as mulheres utilizam parte de seu tempo para terem uma participação maior no trabalho de base das organizações. Uma das entrevistadas reflete sobre como é que funciona isso e sobre como as pessoas que têm um nível de conscientização maior conseguem organizar-se melhor que as que ficam “presas” na sua casa, o que acaba sugando cada vez mais a energia das pessoas que decidem ficar.

As pessoas mais ocupadas são as que mais participam. Normalmente, tem sido assim. Normalmente, consegue se organizar. Se não consegue vir durante a semana, consegue vir quando a gente faz atividades de final de semana. E normalmente a pessoa que tem mais tempo acaba se envolvendo muito com a casa (...) quando a mulher é só dona de casa, eu tenho percebido que ela acha mais dificuldade para sair... (ent. 12)

Miriam se expressa de forma similar. Em sua qualidade de agente comunitária de saúde, ela percorre os bairros conhecendo diferentes realidades e tipos de família.

Miriam analisa em profundidade como o comprometimento das mulheres é diferente dependendo de sua condição social. É evidente que, no caso de famílias e regiões nas quais não existem problemas importantes na área da saúde, educação nem moradia, a organização dos vizinhos não é tão necessária. Nos casos em que o trabalho comunitário é necessário, são majoritariamente as mulheres as que trabalham mais. Isto

supõe analisar como não é possível considerar o universo feminino como um todo homogêneo, e que a condição de vida das mulheres em bairros e comunidades mais necessitadas as obriga a assumirem ainda mais obrigações e tarefas que as mulheres cujas necessidades básicas são cobertas e cujo entorno não precisa tanto delas. Isto simplesmente precisa de uma análise de classe que se articule com a de gênero.

Acho que as mulheres se envolvem mais em organizações, em ações sociais. As mulheres são mais engajadas. Os homens realmente vêm mais sendo puxados (...). Isso aqui também depende muito das condições sociais. Eu percebo que mulheres de menos condições sociais se engajam mais nessa função do que mulheres empresárias o de melhores condições financeiras (ent. 20).

As iniquidades de gênero se produzem no mesmo espaço social no qual acontecem as iniquidades de classe. Este debate sempre está presente, já que nem sempre é fácil perceber como é que as duas dimensões se articulam. Frequentemente, as organizações que não se definem estritamente como “feministas” mantêm uma perspectiva de gênero intimamente ligada a outro tipo de lutas sociais. Não podem ser separadas de uma concepção filosófica, política e ideológica mais ampla. Neste caso, é frequente existirem visões muito diferentes e até enfrentamentos com os grupos de mulheres por causa dos enfoques e metodologias de trabalho. É o que expressa Tiririca, para quem o trabalho pela emancipação da mulher é o mesmo trabalho que emancipa do sistema capitalista e deve ser realizado junto ao homem.

Pra nós, está muito claro que temos que ter as mulheres e os homens juntos. Os homens e mulheres juntos pra discutir isso. Essa polêmica da produção. Da comercialização (...). Porque o machismo também segura o sistema, o sistema neoliberal. Porque onde a mulher consegue ajudar a fazer, ela está num rumo mais social. Eu acho que pelo próprio instinto da mulher (ent. 18/19).

Com uma visão similar, o presidente do MPA considera que as mulheres devem participar da luta pelas reivindicações próprias dos pequenos agricultores junto aos homens. Reconhece que o machismo dos produtores da região é uma limitação que dificulta essa integração das mulheres na luta reivindicativa.

Nós tratamos de trazer as mulheres junto nas mobilizações, tentar fazer elas participar. Quando elas começam a participar, elas têm uma participação bem mais efetiva (...) Lógico, tem toda essa cultura, machista. Os agricultores gaúchos, principalmente, são muito

machistas, então muitas vezes as mulheres acabam não participando por causa desses motivos (ent. 22).

No caso das mulheres rurais, o objetivo do MPA é que estas se organizem e façam suas demandas. Aponta-se como um problema o fato de as mulheres estarem isoladas e o fato de muitas delas não saberem dirigir e dependerem do homem para seu transporte <sup>15</sup>. Esta situação faz com que elas fiquem nas suas casas. A problemática da mulher, presente nesta organização, tem um componente mais ideológico e de concepção mais “libertadora” que a que defendida por outras organizações mais tradicionais. Isso já os enfrentou com outras abordagens das problemáticas femininas, como no caso da EMATER <sup>16</sup>, por considerar que instituições como esta última realizam práticas que reforçam estereótipos e não procuram nem conscientizar nem mobilizar as mulheres em prol de seus direitos.

Organizações, principalmente a EMATER, entidades que se dizem defensoras das mulheres, fazem as mulheres, em vez de participar de atividades como mobilizações, busca de direitos, muitas vezes, ensinaram as mulheres a participar de curso de crochê, tricô, fazer encontros de culinária, e acaba deixando a mulher naquele plano. A mulher serve pra fazer crochê, tricô, fazeres de casa (ent. 22).

As organizações de produtores da região têm uma preocupação especial no caso das mulheres rurais: sua participação no cultivo e no tratamento posterior do tabaco. Segundo estas organizações, a saúde das mulheres é mais afetada por causa de suas condições biológicas. Esta situação sanitária já foi discutida e é reconhecida pelo Tratado Mundial do Tabaco. Segundo ficou demonstrado, os tóxicos presentes nos produtos com os quais o tabaco é tratado são muito prejudiciais aos ciclos biológicos e à gravidez, pelo que se recomenda que elas não trabalhem nesse cultivo.

São 190 países que assinaram a Convenção-Quadro pra discutir justamente essa polêmica do fumo. A mulher, pelo certo, não podia trabalhar no fumo. Por quê? Por causa da... ela é mais frágil. Por causa da menstruação, por causa da gravidez, vários problemas que a mulher se envenena mais fácil do que o homem (ent. 18/19).

---

<sup>15</sup> Referência na entrevista 22.

<sup>16</sup> Órgão público que se dedica à transferência de tecnologia.

Novamente encontramos o tema do tabaco como um assunto muito presente na realidade de Santa Cruz do Sul, esta vez ligado à problemática das mulheres. Iraci aposta em que elas vão poder produzir mudanças positivas em relação ao principal setor produtivo da região. Na Secretaria da Agricultura, onde trabalha com mulheres rurais, ela destaca que mesmo que a produção de tabaco seja muito importante do ponto de vista econômico para o município, é necessária uma transformação gradativa na “cultura do tabaco” transformando-a e explorando outros setores, e confia que sejam as mulheres as que possam introduzir essas mudanças.

Nós não queremos tirar a agricultura do fumo que é uma fonte de renda indiscutível hoje e ainda das melhores. (...) Mas nós não queremos que eles fiquem somente naquele fumo, que eles tenham também a alimentação do dia-a-dia na sua propriedade. Produzidas pelas mãos delas (ent. 16).

As pessoas reconhecem que é necessária a produção de uma “nova cultura” que represente uma mudança das práticas, e é nessa direção que é encaminhado o trabalho realizado na Secretaria. Para a entrevistada, esta transformação deve ser progressiva e deve ser realizada pelas próprias mulheres que incorporarem esses valores mediante a produção de seus próprios alimentos. É um trabalho lento de educação que Iraci garante que é possível se as mulheres forem incluídas: “Em vez de plantar 100.000 pés de fumo, eu reduzo e planto a minha horta, as minhas verduras, a minha mandioca, minha patata, eu produzo meu leite, meus ovos. Então aí é que nós queremos chegar com o nosso trabalho” (ent. 16).

Começamos esta seção tentando determinar quais as especificidades e características da participação feminina nas organizações. Poderíamos finalizá-lo com uma reflexão da assistente social. “Elas participam. E quando a mulher se responsabiliza se compromete... São mais comprometidas, na verdade, elas vão mesmo. Se comprometem e vão até o final” (ent. 13).

## **V PARTICIPAÇÃO E GERAÇÃO DE CIDADANIA NO MEIO RURAL DE SANTA CRUZ DO SUL E SAN PEDRO: UMA ANÁLISE DE GÊNERO**

### **5.1 A ORIGEM, A PRESENÇA E A REPRODUÇÃO DOS COMPONENTES DE CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE NOS TERRITÓRIOS DE ESTUDO**

A partir da primeira hipótese apresentada nesta tese podemos começar a refletir sobre a participação feminina nas comunidades rurais. Nossa hipótese fazia referência ao fato de que a participação das mulheres em organizações e instituições de sua comunidade é uma contribuição necessária para a divulgação e reprodução de certos componentes de confiança, solidariedade e associativismo. Tais elementos, como já foi apontado, constituem o capital social.

Uma primeira questão que surge para análise neste ponto é a possibilidade de que características pessoais e subjetivas possam ser transferidas e caracterizar também uma comunidade. Um segundo ponto a ser discutido é o fato de esses componentes estarem mais ou menos presentes nas mulheres e de que elas possam divulgá-los e reproduzi-los. Ainda resta um terceiro problema a ser analisado: como explicar a presença ou ausência de solidariedade e confiança nos grupos e se eles podem criar, armazenar, reproduzir, aumentar ou eliminar esses componentes.

Quanto a este último ponto, revisaremos o que já foi desenvolvido pelos autores sobre o assunto e analisaremos as informações obtidas nas duas comunidades de estudo. Cabe ressaltar que, nesta primeira etapa, iremos nos concentrar nos componentes de confiança, cooperação e solidariedade, elementos básicos que permitem certo grau de associatividade e geração de capital social.

É evidente que, ainda que seus pontos de vista sejam diferentes, todos os autores destacam o fato de esses componentes pertencerem tanto aos sujeitos quanto aos grupos. Nas visões mais clássicas de Coleman e Putnam, assim como nas reformulações posteriores de Durston, expressa-se a possibilidade de interpretar que a solidariedade e a confiança – além de serem atributos pessoais – fazem parte das estruturas das relações sociais. Em decorrência disso, os indivíduos contribuem para sua formação e as utilizam quando necessário.



O próprio Durston (2002) diz que essas características das pessoas adquirem as formas de cooperação e gestão quando se trata de grupos.

Continuando nessa linha de análise, portanto, examinemos uma primeira classificação dos grupos e organizações encontrados nas comunidades partindo do pressuposto de que é através dessas comunidades que os elementos de solidariedade e confiança dos sujeitos se nutrem e relacionam, expressando-se em mecanismos de cooperação e gestão.

## QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DE GRUPOS E ORGANIZAÇÕES NAS COMUNIDADES ESTUDADAS

ORGANIZAÇÕES E GRUPOS DE BASE OU SOCIALIZAÇÃO	ORGANIZAÇÕES DE IDEIAS OU MILITANTES	ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS PRODUTIVAS	ORGANIZAÇÕES DO ESTADO
ORG. TIPO I	ORG. TIPO II	ORG. TIPO III	ORG. TIPO IV
*Clube esportivo San Pedro *Escola Nº 73 *Grupos Folclóricos *MEVIR *Centro de capacitação “de La Estanzuela”	*Comissão Pastoral da Terra *Movimento de Pequenos Agricultores *Pastoral Social da Igreja Católica *Grupo de Mulheres da CASSPE *Movimento Produtor de Colonia *Comissões da Igreja Valdense	*GRUTUR *UNIFORTE *CASSPE *ASSAFE *Produtoras de alimentos “San Pedrinas” *Grupos CREA *CALCAR *Instituto Plano Agropecuário	*Posto de Saúde Margarida Aurora *Conseho da Mulher. (pertencente à Prefeitura) *Área de Desenvolvimento Social da Prefeitura *Mesa Departamental do MGAP (Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca)

Nas duas localidades foi registrado um alto grau de confiança, cooperação e solidariedade entre os vizinhos. Embora existam diferenças de opinião, a pesquisa e as entrevistas mostram claramente que os povoadores sentem que podem recorrer a seus vizinhos e organizações se for necessário, tanto para obterem informações quanto para solicitarem ajuda. Segundo a evidência recolhida, esses componentes fazem parte da tradição histórica das duas comunidades, já que foram elementos necessários para sua constituição. Em ambas as comunidades, a maioria das pessoas opina que geralmente os

vizinhos ajudam aqueles que precisam e que eles costumam solicitar e dar apoio e informações.

Geralmente, os integrantes dessas comunidades confiam mais nas pessoas mais próximas: amigos e vizinhos. Também em Santa Cruz do Sul, onde a Igreja tem grande peso, os padres são depositários da confiança. Os povoadores confiam menos naquelas pessoas que – além de estarem mais distantes – cumprem funções de intermediação – como no caso de jornalistas e políticos –, motivo pelo qual muitas vezes geram certas suspeitas.

Verifica-se, portanto, que muitos dos elementos mencionados se manifestam através da grande quantidade de grupos e organizações presentes em ambas as comunidades; e através do alto grau de participação dos sujeitos nessas organizações. Mediante as atividades e práticas das organizações, a cooperação volta para a comunidade.

Vale a pena salientar que não somente a imprensa e a Internet são fontes de informações, mas também as pessoas e os grupos. Isto se torna mais evidente em San Pedro, onde as organizações têm se transformado nesse tipo de instrumento de divulgação. Esse é, portanto, um recurso fundamental para a transmissão e divulgação de informações valiosas entre os vizinhos.

Alguns elementos do dia-a-dia – tais como assuntos da vizinhança e problemas comunitários – têm a capacidade de unir os vizinhos, mas também criam tensão entre eles. Aspectos mais profundos que dizem respeito às convicções pessoais – tais como a religião ou a política – podem ser um componente aglutinador no caso da religião, ou motivo de conflito no caso da política. No entanto, a partir dos relatos registrados, comprovamos que associar-se e agrupar-se sempre foi visto como uma coisa positiva. É o que reconhece Valdo quando diz: “É claro que a gente cresceu...!”, referindo-se à sua participação na GRUTUR.

Finalmente, analisemos como tratar o problema visto nas comunidades estudadas da presença e geração de atributos que contribuem para a construção de capital social. Tanto em Santa Cruz do Sul quanto em San Pedro, a origem e as condições em que imigraram seus primeiros habitantes geraram uma necessidade de união e cooperação entre eles. Podemos afirmar que certas condições de “necessidade”

provocadas pelo entorno os obrigaram a construir um primeiro volume importante de solidariedade e confiança, ou, na linguagem de Putman, “um estoque” importante de elementos necessários para a geração de capital social. No entanto, devemos fazer algumas considerações sobre esse assunto. Esse estoque inicial não é permanente nem imutável e pode ser afetado e até destruído. Algumas condições que permitem sua geração devem ser reconstruídas para poder mantê-lo.

Se analisarmos o caso de San Pedro, veremos que alguns fatores externos começaram a afetar a tranquilidade, confiança e solidariedade dessa comunidade. Tanto a construção de moradias do MEVIR – onde se hospedaram povoadores de outras regiões – quanto a chegada de grande quantidade de argentinos geraram sentimentos negativos em relação aos recém-chegados. Foram elementos que, em um certo período, colocaram em risco a força das suas redes e laços, construídos por uma comunidade bastante fechada, diminuindo, sem dúvida, o grau de confiança existente. Contudo, existiu a possibilidade de reverter essa situação, e por esse motivo citamos Lechner a fim de confirmarmos que, na verdade, esses componentes de capital social podem ser analisados com maior precisão em termos de “fluxos”. Durante a crise de 2001 – ou seja, quando enfrentados a uma nova situação de necessidade –, os grupos e as organizações recriaram os aspectos básicos da cooperação e da solidariedade.

Também houve flutuações em Santa Cruz do Sul. A comunidade alemã, que no início sentiu grande necessidade de manter seus costumes e tradições – criando muitas associações de assistência –, posteriormente se viu forçada a uma integração e abertura rápida à cultura do país de acolhida. No entanto, os valores e as tradições de cooperação se mantêm e são reconstruídos pelos valores religiosos presentes na localidade.

De acordo com o observado, algumas formas de grupos e organizações parecem ser mais especializadas que outras em gerar, reproduzir e fazer circular os componentes de confiança e solidariedade. São aquelas que cumprem a função de socializar, formar e divulgar os referidos valores e que nós classificamos como organizações e grupos de base ou socialização.

**FIGURA 1 - FONTE E CIRCULAÇÃO DE COMPONENTES BÁSICOS DE CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE**



Partindo de uma perspectiva de gênero, a presença ou ausência de confiança e solidariedade como atributo pessoal não é relevante, mas é significativo analisar os mecanismos pelos quais tanto homens quanto mulheres operam como produtores, canalizadores e reprodutores desses componentes na estrutura social. Isso pode ser observado através das organizações e instituições intermediárias entre os sujeitos e o grupo no qual eles interagem.

A participação das mulheres torna-se uma contribuição essencial na função de transmitir esses valores devido às funções que desempenham e ao tipo de organizações nas quais têm maior representação. Os papéis domésticos tradicionalmente destinados às mulheres fizeram com que elas fossem somente preparadas para cuidar, educar e servir as pessoas. Se analisarmos, na pesquisa, o tipo de organizações nas quais elas se concentram, veremos que a maioria trabalha nas escolas, nas organizações da Igreja e nas tarefas assistenciais, o que aparentaria ser uma extensão perfeita dessas primeiras funções aprendidas. São as primeiras organizações e os primeiros grupos nos quais

podem ensinar e reproduzir os valores e práticas que prevalecem na comunidade. Como veremos depois, para integrar-se em outro tipo de organizações, a mulher deverá realizar uma adaptação ou uma nova aprendizagem de forma a poder funcionar em âmbitos e com códigos que não são uma reprodução dos códigos domésticos. Se observarmos novamente nossa primeira classificação de organizações e a Figura 1, veremos que são majoritariamente as mulheres as que trabalham nos grupos de base e socialização que reciclam e fazem circular os componentes básicos de confiança e solidariedade. Por um lado, existe um conjunto de organizações mais especializadas na divulgação e reprodução de um conjunto de valores religiosos e éticos, princípios e ideologias e no andamento de causas. Esse é o grupo que classificamos como grupos ou organizações de ideias, os quais incluem nas suas atividades o que denominamos um grande “dispositivo normativo”.

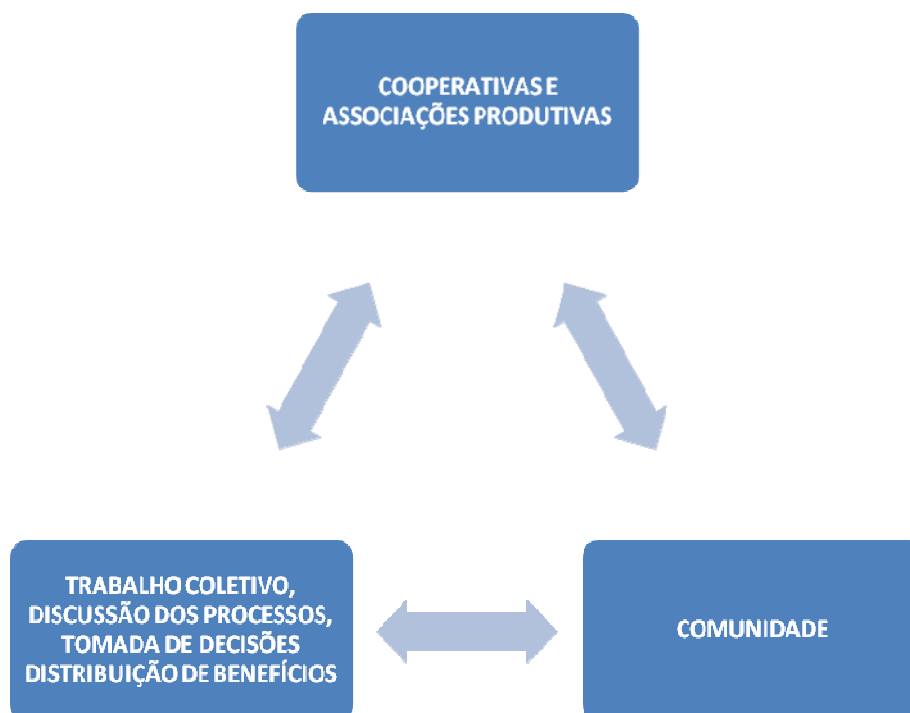
**FIGURA 2 - DIFUSÃO DO DISPOSITIVO NORMATIVO**



Por outro lado, encontramos um conjunto de associações e cooperativas produtivas que classificamos como tipo III. Neste caso, não existe uma especialização

nos aspectos básicos mencionados no tipo I, nem em aspectos fortemente normativos como os referidos no tipo II. Seus objetivos e suas atividades podem ser muito benéficos para seus membros, sócios ou beneficiários, tratando-se geralmente de formas de associação que permitem um melhor desempenho produtivo, ou a geração de renda e autoemprego. Contudo, os impactos ou efeitos que produzem vão muito além, já que geralmente geram dinamismo e contribuem para o desenvolvimento da comunidade. Aliás, essas experiências implicam necessariamente um exercício de discussão e de tomada de decisões, formas de cooperação no trabalho e aprendizagem de trabalho em equipe. Portanto, as referidas práticas não somente provocam efeitos econômicos e de desenvolvimento na comunidade, mas também constituem um ensinamento e um exemplo de trabalho coletivo.

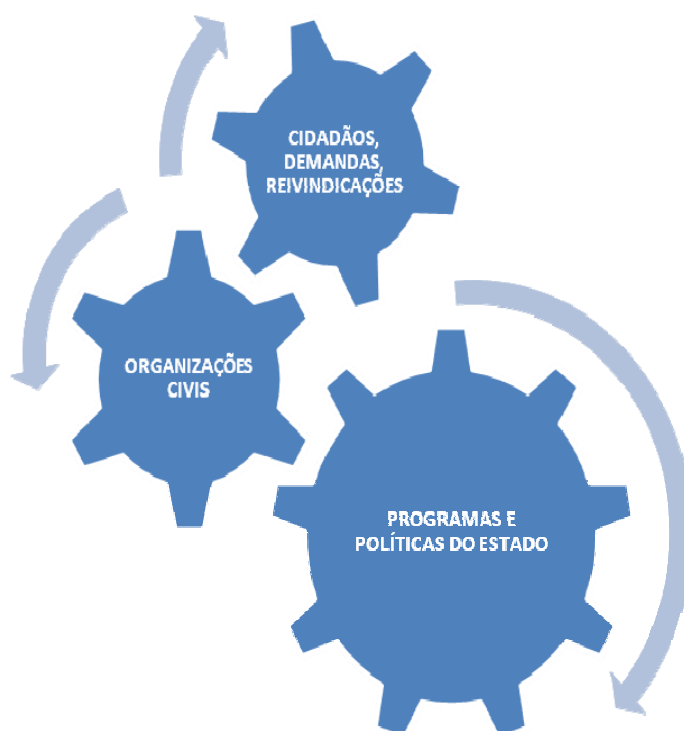
**FIGURA 3 - EXERCÍCIO E CIRCULAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO**



Finalmente, encontramos os programas e políticas executados pelo Estado através de suas diversas vias, grupo que classificamos como Tipo IV. Segundo seu grau de descentralização, esses programas terão um espaço mais ou menos visível, estarão fisicamente localizados na comunidade, ou estarão associados a outro tipo de instituições ou grupos. De certa forma, suas atividades não podem ser comparadas com

as realizadas pelos tipos de organização mencionados anteriormente. Constituem a forma “localizada” da execução das políticas estatais. Nesse sentido, não têm uma especialização como no caso das anteriores. Um dos seus principais objetivos deveria ser o de recolher as demandas para atender a elas, assim como garantir e tornar efetivo o cumprimento dos direitos. Portanto, neste grupo, adquirem grande importância o nível e as formas de relacionamento que a comunidade consiga estabelecer mediante suas organizações com este âmbito local do Estado, já que dessas formas de relacionamento depende que sejam priorizados os espaços de negociação e trabalho conjunto ou de conflito e reivindicação.

#### FIGURA 4 - RELACIONAMENTO COM O ESTADO



Em suma, podemos dizer que a partir da construção originária de um volume importante de componentes de confiança e solidariedade na estrutura das comunidades estes são recriados e reproduzidos através de suas organizações e grupos. Para essa primeira construção, parece ser um fator importante a existência de uma situação de crise ou necessidade, ou a obrigação de ser realizado um empreendimento muito importante para a subsistência. Essas necessidades estimulam a organização dos

vizinhos e favorecem a geração de cooperação e confiança mútua. Além disso, elementos tais como a religião ou uma situação extrema e ameaçante contribuem para a organização e agrupação dos vizinhos. Com o decorrer do tempo, existem contextos e situações que produzem flutuações desse “estoque” originário de confiança e solidariedade, produzindo-se modificações que podem acarretar tanto sua diminuição quanto seu aumento. Nesse sentido, aparecem “fluxos”. Isso significa que eventualmente o volume de elementos de cooperação e confiança pode ficar “congelado” ou diminuir em certos períodos e que, em outras situações, as comunidades podem sofrer impactos variados. Tanto o grau de organização quanto o volume de seus elementos constitutivos de base podem ser recriados.

Nesse contexto, as mulheres são frequentemente associadas a funções de reprodução e educação desses valores em instituições que podem se assemelhar ao âmbito doméstico, tanto nas suas atividades quanto nas suas práticas. Isso produz certo estado de “naturalização” de tais práticas das mulheres nas comunidades, o que faz com que sua contribuição em termos de reprodução dos componentes de cooperação e solidariedade seja pouco reconhecida e visível.

## **5.2 A PARTICIPAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

Segundo foi definida a participação, o nosso interesse é ver suas manifestações ativas; ou seja, a participação que resulta em uma vontade necessária dos indivíduos de agrupar-se em associações e organizações de diversos tipos e com objetivos diferentes. Em ambas as comunidades registrou-se um nível muito alto de integração dos vizinhos nos grupos e associações. Na maioria dos casos, as organizações que reúnem mais pessoas são tipicamente comunitárias: escola, grupos de vizinhos e organizações pertencentes à Igreja. É preciso assinalar que, nas comunidades rurais, a escola não somente educa as crianças, mas também cumpre diversas funções sociais e reúne comissões que realizam muitas tarefas. Nos casos mencionados anteriormente, além de serem cumpridos os objetivos mais ou menos explícitos das organizações, estão sendo promovidos recursos e ativos coletivos que, sem dúvida, podem ser considerados parte do capital social que Durston definia como grupal e comunitário.



Um caso particular de associação é o da GRUTUR, o qual serve como exemplo de formas articuladas de geração de capital social individual e coletivo. Esta experiência possibilitou que seus membros gerassem vínculos, conhecimentos, redes e ativos diversos. Por sua vez, gerou impactos e recursos benéficos para a comunidade, melhorando sua infraestrutura, tornando a região conhecida e possibilitando que os outros vizinhos pudessem também beneficiar-se com a chegada de visitantes. Também neste caso, e de acordo com a tipologia de Durston, encontramos que foram geradas formas de capital social em forma de ponte, graças a sua participação em eventos regionais e sua coordenação no âmbito nacional.

Existe também grande quantidade de pessoas que se integram a instituições que, no início, parecem produzir menor quantidade de bens sociais, como no caso dos clubes esportivos ou grupos folclóricos. No entanto, devemos destacar que os clubes cumprem funções de sociabilidade importantes. Não somente se dedicam à promoção da atividade física, mas também dispõem de lugares de encontro e reunião e organizam diversas atividades. Nas comunidades rurais pequenas, onde existem poucas opções de atividade social, estas funções adquirem um valor muito importante, gerando assim formas de capital social individual e grupal. Os grupos folclóricos cumprem um papel importante na preservação e reprodução das tradições locais e o acervo cultural e criam uma forte identidade. Não há dúvidas que este é um patrimônio coletivo e portanto capital social comunitário.

Em menor número, encontramos vizinhos participando de organizações que denominamos “de ideias” ou do grupo II. Estas agrupações requerem um comprometimento maior e geralmente suas ações são baseadas num alto conteúdo ideológico, refletido tanto nos seus objetivos quanto em suas práticas. Neste caso podemos mencionar agremiações, sindicatos e alguns movimentos que combinam sua filosofia de vida e religiosa com uma atividade de promoção mais ligada ao que poderia ser considerado uma proposta “libertadora”. Os vizinhos que se integram a este tipo de organizações geralmente demonstram possuir componentes éticos-normativos muito importantes.

Nestes casos, o trabalho implica não somente a assistência e a cooperação, mas também uma “conscientização” e transmissão de valores e ideias aos destinatários. Nestes casos, foram encontradas práticas que geram várias formas de capital social, já

que não são descartadas as formas individuais e grupais porque também produzem formas importantes de produção em forma de “ponte” e “escada”. Os relatos dos sujeitos mostraram a existência de laços e nexos fortes entre suas organizações e o mundo exterior. Aliás, sua participação ativa também possibilitou que adquirissem certa visibilidade pública, ganhando acesso e vinculando-se a instituições e pessoas com mais poder. Em muitos casos, nesta participação se articulam os objetivos coletivos que perseguem as organizações, com aspirações ou necessidades individuais de seus integrantes, o qual lhes permite adquirir cotas importantes de poder.

Durante a pesquisa encontramos grande quantidade de mulheres trabalhando no primeiro tipo de organização, e menos no segundo. Apesar disso, as entrevistas evidenciam a importância dessa participação em termos qualitativos em todos os casos. Os depoimentos refletem uma forma de trabalho mais democrática e horizontal no caso das mulheres e um grande comprometimento, segundo conta Márcia ao afirmar que, quando as mulheres participam, elas “se comprometem e vão até o final”. Tais características femininas, presentes na hora de trabalhar em organizações, também foram destacadas na pesquisa.

Existem, porém, porcentagens importantes de mulheres militando em organizações de ideias. Segundo foi registrado nos depoimentos e na pesquisa, o fato de não haver uma maior presença feminina nessas organizações deve-se, sem dúvida, não a uma falta de interesse, mas à multiplicidade de tarefas que as mulheres devem realizar. Devemos reconhecer que destinar tempo ao trabalho social e comunitário é uma decisão importante para as mulheres, que geralmente implica custos a serem pagos no âmbito familiar e pessoal.

Para analisar como essas formas de participação se traduzem na geração de recursos e bens que podem ser considerados capital social, podemos utilizar uma imagem que represente essas práticas em forma de círculos concêntricos. No centro do círculo, teríamos um “núcleo duro” integrado pelas pessoas e vizinhos que, com base nas suas fortes convicções – religiosas, filosóficas, de princípios e ideológicas – mantêm um ativismo importante que constrói recursos e bens de capital social tanto individuais quanto grupais e coletivos. Estes, por sua vez, muitas vezes funcionam como ponte – construindo redes mais extensas – e como escada para criar laços de empoderamento. Descobrimos que o núcleo é suportado por uma porcentagem que não

é majoritária, mas é importante, constituindo aproximadamente 20% dos vizinhos. Na maioria dos casos – mas nem sempre –, o grau e a intensidade da participação dos vizinhos é alta tanto em termos de tempo dedicado quanto de diversidade dos grupos.

O segundo círculo circundante estaria formado por aqueles que participam de grupos de ação motivados por assuntos mais práticos e com menor grau de comprometimento. Esse tipo de participação gera bens e recursos individuais e coletivos e produz benefícios para a comunidade, que precisa dos referidos empreendimentos para seu desenvolvimento e para a conservação de suas tradições e sua cultura. Neste grupo podemos incluir vizinhos que se integram em agrupações diversas por motivos bem diferentes: motivações instrumentais e normativas; motivos pessoais e procura de reciprocidade; ou motivos ligados à coletividade. Este é, portanto, um círculo que integra uma porcentagem bem maior que o primeiro, sendo também mais heterogêneo. De acordo com o que foi registrado na pesquisa, a soma das pessoas com um grau e intensidade de participação médios e baixos seria aproximadamente de 50% dos vizinhos.

Ainda restaria um terceiro círculo formado pelas pessoas que participam de forma muito ocasional e parcial. Neste caso incluímos aquelas pessoas que, por diversos motivos, não têm uma participação ativa contínua. Neste grupo estariam aquelas pessoas que – de acordo com o que foi desenvolvido anteriormente – teriam um tipo de participação “passiva”. Não seria correto considerar que elas “não participam”, já que essas pessoas participam de eventos concretos tais como as eleições de governantes ou representantes e também como usuários e beneficiários de serviços e políticas públicas. Às vezes, também participam de algum evento para se informarem. Este círculo estaria formado por aproximadamente uma terceira parte dos vizinhos em ambas as comunidades. Uma apreciação muito boa sobre a contribuição destes vizinhos é a realizada por Valdito, quando reflete sobre essa colaboração ocasional sem menosprezá-la. Ele menciona que mesmo que os vizinhos não participem das reuniões “em outro momento vão participar (...) às vezes eles ajudam em outras coisas e a gente nem percebe”.

Os vizinhos têm várias motivações legítimas e justificadas para participarem dos grupos e organizações. Geralmente, visualizamos tanto motivações pessoais quanto motivações em benefício da comunidade. Em alguns casos, os motivos são claros e

muito explícitos: necessidade de empreender um projeto econômico, conseguir emprego, buscar ajuda; argumentos que não é necessário ocultar da sociedade. Da pesquisa surge que a maioria das pessoas considera que aumentar suas redes de referência e pertença pode ser benéfico para elas, mas as redes também são boas para a comunidade. Isso também se reflete nos relatos, como afirma Iraci quando diz que trabalhar juntos é bom porque “uns aprendem com os outros”.

Geralmente, os motivos que fazem com que as pessoas se organizem em grupos para trabalharem na busca de benefícios para a comunidade são muito valorizados. Muitas dessas intervenções são baseadas em uma série de valores que podem ser filosóficos ou ideológicos, e essas ações também costumam ser bem reconhecidas e justificadas. É o caso que menciona Iara quando diz que “a gente tem que lutar por uma coisa que a gente realmente acredite”.

Algumas formas de participação respondem a motivos menos explícitos e mais ocultos nas reflexões dos sujeitos, por estes acharem que são motivos menos valorizados: ganhar espaços de poder, formas de reciprocidade, benefícios, ou alguma forma de recompensa indireta. Esses motivos surgem na pesquisa, mas não se refletem tanto nos relatos. Vinte e três por cento das pessoas consultadas opinam que as pessoas participam de organizações comunitárias porque esperam algum benefício no futuro ou porque acham que podem precisar de ajuda. Estas motivações geralmente são “maquiadas” sob outras formas mencionadas anteriormente por não serem muito bem aceitas e por serem consideradas mais egoístas.

No entanto, vale a pena salientar que, independentemente da valoração sobre os motivos iniciais, existem produtos concretos que podem ir além desses motivos. De acordo com o que afirma Cristobal García (2001), embora as relações estabelecidas para gerar capital social possam ser no início instrumentais, estas geram um “excedente” que supera os interesses individuais e que traz benefícios para as outras pessoas.

### 5.3 A ESPECIALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

Quanto à nossa segunda hipótese, dizíamos que, embora homens e mulheres participem de grupos e organizações da comunidade, existe uma especialização dessa participação que faz com que a população feminina esteja presente majoritariamente em algumas organizações de acordo com a tradição e valorações de gênero presentes.

Como já foi mencionado, surge da pesquisa que as mulheres possuem certa especialização em sua forma de participar, voltando-se principalmente para organizações pertencentes à Igreja e à escola e para agrupamentos de vizinhos. Também participam de outro tipo de organizações, mas com menor intensidade. Quanto à pergunta sobre quem participa mais, se homens ou mulheres, devemos assinalar que existem valorações muito diferentes de acordo com o sexo. Enquanto as mulheres acham que são elas as que participam mais, os homens acham que participam com a mesma intensidade. O mais importante neste caso é que essas valorações são utilizadas pelos sujeitos para dar sentido a suas ações. Portanto, esse conjunto de valorações subjetivas materializa-se em práticas concretas. Esse foi o caso da cooperativa CASSPE quando um conjunto de opiniões negativas determinou que o grupo de mulheres não fosse mais apoiado e deixasse de funcionar.

A participação das mulheres em cargos de direção ou representação é menor. Isso nos faz pensar que, embora participem da mesma forma ou com mais intensidade que os homens em nível de base, existem alguns mecanismos que fazem com que elas não ocupem funções de direção. Geralmente, tanto homens quanto mulheres consideram que os filhos e as tarefas domésticas não permitem que as mulheres tenham tempo disponível para essas atividades. Outro argumento utilizado é que são as mulheres as que se autoexcluem desse tipo de responsabilidades. A isso se referia Iara quando contava que no movimento sindical muitas mulheres não aceitam ser presidente porque acham que o homem tem mais tempo: “Então, as mulheres acabam abrindo mão porque não se sentem ainda suficientemente capazes”; e continua refletindo sobre a raiz do problema: “Porque se o homem tem tempo, nós também temos. Porque se nós temos filhos, eles também têm”. Esse fenômeno é reflexo do que a teoria de gênero denomina

a divisão sexual do trabalho, a qual tem determinado a disposição social sobre quais as tarefas que devem ser realizadas pelas mulheres.

A referida divisão funciona como uma máquina na qual todos os dispositivos recebem óleo para um funcionamento determinado; e, conforme ela, as principais instituições sociais – a família, a escola, a religião, a imprensa e o Estado – reproduzem o “*corpus*” de valores, normas e práticas que indicam os papéis que homens e mulheres devem cumprir. Um exemplo disso é – como já foi mencionado – o que aconteceu em San Pedro. Baseada em avaliações negativas sobre o grupo de mulheres, a CASSPE decidiu não apoiar mais sua organização. Esta lógica é assumida pelas próprias mulheres prejudicadas e pelo restante da comunidade. Como conta Ana, elas começaram a ficar em casa porque “para quê vou ir se a gente não faz nada”. Na verdade, as críticas realizadas pela gerência da CASSPE estão baseadas em esquemas tradicionais que refletem uma visão androcêntrica e muito discriminatória de gênero, porque a linha de trabalho realizada pelo grupo de mulheres da CASSPE não era diferente do trabalho realizado pelos grupos que integram as outras cooperativas do país. Este é um exemplo claro no qual uma linha de trabalho realizada pela CAF no âmbito nacional – a promoção de grupos produtivos de mulheres rurais – é fortemente resistida em uma comunidade que conserva características tradicionais muito fortes quanto ao tratamento dos aspectos de gênero e ao papel das mulheres.

Atividades tais como o cuidado dos doentes, crianças e idosos e as tarefas domésticas continuam sendo realizadas pelas mulheres, e a pesquisa evidencia que esta situação não tem mudado<sup>17</sup>. Nesse sentido, é muito difícil fugir do círculo que se forma entre as responsabilidades que socialmente são atribuídas às mulheres e ser capaz de assumir aquelas que a mulher queira ocupar individualmente. Estas situações geralmente criam tensões importantes no âmbito da família que nem sempre são fáceis de resolver. É o caso de Venute, quem, em face da resistência do marido e dos filhos para que ela participasse da cooperativa de costureiras, teve que insistir: “Mas deixa eu ir lá, eu vou lá, é tão bom estar lá”.

Os padrões de relacionamento de gênero tradicionais continuam presentes nas localidades, e isso torna-se mais evidente em San Pedro, onde as próprias mulheres

---

<sup>17</sup> Ver Batthyany, 2009.

incorporam essas normas e as reproduzem. Isso as coloca necessariamente em certas organizações com certas responsabilidades e não permite que participem de outras, ocupando outros papéis. Um exemplo desse fenômeno é a escola rural. Sua diretora conta que, embora a comissão de fomento seja composta por sete pessoas, ela é formada por dois homens e cinco mulheres, sendo que às reuniões “vêm as mães... os pais estão trabalhando geralment”. Outro exemplo de como a cultura mais tradicional opera nos assuntos de gênero e é reproduzida é o do relato da Rosita. Ela conta que na Liga de Mujeres de la Iglesia Valdense (União de Mulheres da Igreja Valdense), as mulheres leem a Bíblia e ajudam as pessoas. Ela faz isso como forma de continuar com a tradição: “cheguei aquí graças a minha sogra”.

Tanto a pesquisa quanto os relatos mostram que a participação e colaboração das mulheres nos grupos e organizações é muito valorizada. Considera-se que elas incentivam mais a participação e são mais abertas ao diálogo; que são menos autoritárias e mais democráticas.

Essas características não deveriam surpreender, já que não respondem em absoluto a condições biológicas. São atributos ensinados às meninas desde pequenas, tanto pela família quanto pela escola, com o objetivo de prepará-las para as tarefas que irão desempenhar no futuro. As mulheres costumam ser as mediadoras, contemporizadoras e artesãs na construção das malhas de relacionamentos no âmbito da família – tanto nuclear quanto estendida – e, para isso, deverão desenvolver as aptidões de saber ouvir, ser pacientes e dar opiniões sem se impor, sendo-lhes todas ensinadas desde a infância. Isso é o que pode ser interpretado do que disse Márcia, a trabalhadora social da Prefeitura, quando afirmava que pelo fato de ser mulher existe uma predisposição maior a se envolver em assuntos sociais, “de estar junto... de estar trabalhando juntos... do querer estar com”.

Em síntese, e em relação a esta seção sobre participação, finalizamos citando Banuett. Este autor afirma que os componentes de capacidade de diálogo, valores compartilhados e redes de solidariedade com os quais contribuem as mulheres são considerados elementos essenciais não somente para a manutenção da paz social, mas também do crescimento e desenvolvimento (Banuett, 1999)

#### **5.4 A RELAÇÃO COM O ESTADO E AS DEMANDAS NOS TERRITÓRIOS DE ESTUDO**

Nesta seção, analisaremos tudo o que se refere à relação das organizações com o Estado e à organização das demandas. Interessa-nos especialmente refletir e examinar a participação feminina. Após examinarmos as diversas formas de participação, analisaremos o que é, por antonomásia, um dos mecanismos que torna efetivo o exercício dos direitos: o vínculo e as reivindicações junto ao Estado.

Para isso, vamos retomar o enfoque de Coutinho já mencionado, quando o autor afirma que os direitos são fenômenos sociais e conquistas sempre obtidas como resultado de demandas. De acordo com isso, podemos afirmar que, exista ou não vontade do Estado de responder às demandas, e mesmo que ele aja com sensibilidade social, devemos levar em conta que o Estado não é um órgão homogêneo que funciona sempre da mesma forma em cada área e em cada comunidade. Por isso, afirmamos que, dada a existência de tantos grupos e áreas diferentes a serem atendidos, a organização e a mobilização na hora de realizar as demandas são elementos importantes para que estas sejam atendidas.

Para a cultura do trabalho, legado dos primeiros imigrantes valdenses em San Pedro, o importante era progredir graças ao próprio esforço. De acordo com essa tradição, parece lógico que a relação com o Estado fosse mais distante e que pedir coisas não se considerasse correto. Isso resume a reflexão de Wilder quando afirma que “sempre se pensou que só os preguiçosos pediam coisas: eu não faço isso... é como a gente viver às custas do Estado”. No entanto, ficou demonstrado que, no caso de situações especiais e extremas externas à comunidade, essa atitude pode mudar. Isso abre uma brecha que permite compreender o vínculo com o Estado que os representa de uma maneira diferente, surgindo, então, outra interpretação dos direitos. Isso aconteceu na época da crise gerada pelo surgimento de aftosa. Tal experiência significou uma grande aprendizagem, já que, como foi relatado, “quando as pessoas tiveram que reclamar essas coisas, muita gente saiu e estava desesperada, porque eles não sabiam o que fazer...” (ent. 9/10). Esse foi um enfrentamento claro com o Estado mediante a reivindicação e a organização, que, aliás, deixou o ensinamento de que é possível obter o que se quer. Nesse caso os vizinhos puderam conservar seu gado e conseguiram fazer



com que as vacinas fossem distribuídas entre os produtores. “Fazíamos assembleias com mais de cem produtores, sempre em diferentes lugares do departamento (...) se a gente não tivesse estado na rodovia... não... não..., o Estado tinha decidido que mataria até 400.000 animais” (ent. 9/10).

Também é possível encontrar espaços nos quais o trabalho realizado pela sociedade civil se articula com o trabalho do Estado; nos quais alguns dos benefícios obtidos são negociados, discutidos e administrados. Esses são alguns casos de descentralização importantes nos quais o Estado, através de escritórios locais, aproxima o “poder” dos beneficiários e os inclui em alguns dos processos de tomada de decisões. Um exemplo disso foi o *cluster* de turismo de San Pedro. O governo municipal, através de uma das suas diretorias, gera um espaço coletivo que inclui os atores do lugar; no caso que nos ocupa, produtores da GRUTUR que faziam parte desta associação.

Em Santa Cruz do Sul encontramos uma forma indireta de relacionamento com o Estado através dos Programas de Responsabilidade Empresarial. Neste caso, a participação não é claramente visível, mas é importante. Mediante sua renúncia ao recolhimento de certos impostos, nestes casos, o Estado – que poderia decidir em que investir esses fundos provenientes de empresas – resolve que os recursos sejam redirecionados a projetos e programas coordenados por organizações civis. É uma modalidade que permite descentralizar recursos e benefícios coletivos em prol da comunidade, na qual o Estado intervém menos.

O vínculo entre as organizações e o Estado é complexo. Existe uma tensão permanente por parte das agrupações entre reivindicar e solicitar apoio, por um lado, e a suspeita de que a colaboração obtida represente uma interferência que lhes faça perder independência – ou que seja uma ação realizada por alguma pessoa com o único objetivo de promover-se publicamente. Assim, Alaídes menciona, por exemplo, que o Estado tem a obrigação de apoiar alguns dos projetos organizados na Pastoral, mas que ela não gosta de pedir porque “aí eles usam isso pra se promover”. Isso também se reflete na observação de Maurício, da CPT, quando ele afirma que nas organizações a interferência do Estado deve ser mínima, porque essas organizações “têm a sua autonomia e que, da parte do Estado, acho que deve ser respeitada”.

Como parte desta reflexão, é importante para nós o papel que desempenham as mulheres nas mobilizações e demandas ao Estado. Um primeiro ponto que poderíamos analisar é qual a motivação das mulheres para se organizarem e reclamarem. Posteriormente, podemos estudar sobre que assuntos e quais direitos reivindicam.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que 40% das mulheres consultadas afirmam que realizar demandas é um direito que é necessário exercer. Vinte e um por cento dizem que se as reivindicações forem justas, elas devem ser feitas. Poderíamos considerar, então, que as mulheres estão dispostas a efetivar demandas junto ao Estado.

Dos relatos também surge que as mulheres têm muita capacidade de mobilizar-se e reclamar por seus direitos. São exemplos disso os que encontramos em Santa Cruz quando as produtoras rurais tiveram que lutar para serem reconhecidas como trabalhadoras e terem direito a sua aposentadoria e quando, nos anos 90, tiveram que se mobilizar novamente para que esse direito se concretizasse (a falta de instrumentação impedia que recebessem esse benefício). Como contou Iraci, “mais uma vez, as trabalhadoras rurais no estado chamaram um grande movimiento... reunimos 35.000 pessoas no Gigantinho”.

No entanto, é importante assinalar que as mulheres não se organizam somente para defender seus próprios direitos. Suas ações e demandas funcionam não somente para os assuntos de gênero, mas também para problemas e direitos gerais da cidadania. Esse é o caso de pessoas como Tiririca, quem, participando da CPT, trabalha para os pequenos produtores e os trabalhadores sem terra. Para ela, tanto os direitos quanto a militância são compartilhados, e “está muito claro que temos que ter as mulheres e os homens juntos”. Também é o caso de Alaídes, quem, com a Pastoral Social, trabalha em um bairro muito carente para que as crianças e os vizinhos tenham um espaço onde aprenderem e exercerem seus direitos. O mesmo acontece no caso de Miriam em San Pedro e no caso de outras produtoras, as quais, no momento da mobilização pela febre aftosa trabalharam em prol da obtenção de vacinas do Governo. Também é o caso das integrantes da GRUTUR, as quais têm um espaço de negociação com o governo local e nacional graças à sua integração ao *cluster* de Turismo.

Podemos afirmar, portanto, que em ambas as localidades as mulheres participam ativamente da geração de espaços para se organizarem, tomarem consciência dos seus direitos e realizarem as demandas correspondentes ao Estado.

### **5.5 PARTICIPAÇÃO E GERAÇÃO DE CIDADANIA: A AMBIGUIDADE DE UMA RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE CONCEITOS**

A última das hipóteses fazia referência ao fato de a participação das mulheres em grupos e organizações favorecer os mecanismos de geração de cidadania mediante a divulgação, a geração e o exercício efetivo dos direitos.

Para analisarmos este ponto, retomaremos o debate conceitual sobre cidadania, reconhecendo que esta não é uma discussão terminada. As concepções sobre cidadania continuam reconhecendo duas vertentes históricas do pensamento. Às vezes, essas vertentes parecem equilibrar-se e, em outras situações, concorrem entre si, prevalecendo uma delas. Como foi desenvolvido anteriormente, a origem da forma na qual a cidadania é interpretada refere-se à pertença à *polis* – filosofia aristotélica – ou é baseada no enfoque participativo de Rousseau. A construção do pensamento moderno é um tecido entre posições mais liberais ou mais comunitárias que se apoiam mais na primeira ou na segunda das concepções. Contudo, alguns fenômenos atuais, tais como a crise econômica global, reforçam fortemente as práticas e posições de “pertença” a um lugar de forma a atribuir direitos. Parece que a “escassez” de recursos no mundo representa um desafio na hora de distribuir os bens. Começa-se a repartir benefícios, postos de trabalho, serviços, etc., para as pessoas “do lugar”.

A partir deste ponto começamos a analisar as evidências nas duas comunidades, já que, de acordo com o achado, as crises também criam a necessidade dos vizinhos de se organizarem para defenderem seus direitos. Como foi mencionado por Márcia, da Prefeitura, a solidariedade e a confiança são coisas que florescem em época de crise. Em época normal, quando as pessoas não precisam umas das outras, cada um trabalha para si. “Eu estou bem, o restante não me interessa”, resume Márcia para aludir à atitude das pessoas em geral.

Para que exista um grupo importante de indivíduos que decida fazer parte de grupos, esses indivíduos devem também valorar subjetivamente seus próprios

benefícios; considerar que essa prática ou ação seja positiva ou válida socialmente. Isso quer dizer que deve existir uma certa “cultura associacionista”, presente na comunidade, que valorize e faça predominar os valores coletivos sobre o individualismo, em contraposição a valores basicamente individualistas, como acontece em algumas sociedades. Também deve existir a convicção de que, para além de ser “boa” do ponto de vista social, sua prática é efetiva na hora de produzir resultados. Isso foi constatado em ambas as comunidades, sendo evidenciado tanto na pesquisa quanto nos relatos; nas respostas dadas a perguntas sobre uma orientação mais delegatória ou participativa; e também nas opiniões sobre o fato de agrupar-se e realizar demandas. Em ambos os casos, as respostas mostraram que uma esmagadora maioria está disposta a participar e associar-se e está de acordo em organizar-se para reclamar por seus direitos. É muito claro, nas comunidades estudadas, que os vizinhos sentem como é positivo e também mais efetivo eles se organizarem em grupo para realizarem suas demandas. Também acham que nas suas localidades existem condições favoráveis para que isso aconteça.

O segundo ponto importante é que, além de existir essa cultura e valoração do associacionismo, os sujeitos devem ter uma motivação importante; ou seja, ter objetivos claros e a convicção de que esses objetivos podem ser atingidos. Como diz Iara, “tem que ser uma causa na qual a gente acredite”. Essas causas – as quais podem fazer parte de um grande conjunto de necessidades da localidade ou dos direitos das pessoas – integram, por sua vez, o repertório que conforma o denominado dispositivo normativo e que está sendo instalado na comunidade neste momento.

O problema que gerou este assunto é o relativo a poder definir em que direção vai o fluxo, ou seja, analisar se a participação gera consciência para produzir, divulgar e demandar direitos, ou se, pelo contrário, deve existir uma consciência prévia que faça as pessoas participarem. Aparentemente, a ambiguidade dos dois conceitos decorre do fato de se encontrarem evidências em ambos os sentidos. Se voltarmos à referência dos círculos concêntricos, a única forma de analisá-lo é perceber e reconhecer que suas bordas são porosas e elásticas. Portanto, a dinâmica histórica faz com que seus anéis possam diminuir ou crescer dependendo do deslocamento de sujeitos entre os círculos.

Voltemos ao exemplo dos círculos da Figura 1 para analisar a relação participação/cidadania e ver como os diferentes sujeitos e atores se comportam.

No anel exterior estariam os vizinhos cuja participação na construção da cidadania diz respeito ao cumprimento de seus deveres e ao usufruto de seus direitos básicos. Isso se refere basicamente ao pagamento de seus impostos, cumprimento das normas, etc. Em contrapartida são obtidas as prestações e direitos oferecidos pelo Estado e pelas políticas públicas, das mais estendidas, como o voto, até as mais focalizadas, que atingem grupos específicos. Geralmente, esses sujeitos têm menos acesso às informações, redes e grupos, e, por isso, tanto sua contribuição para a geração de capital social quanto sua apropriação não são significativas. Este é o grupo de base e está associado à participação passiva. Podemos considerar, portanto, que não “alarga” nem produz novas formas de exercício cidadão, mas ele é necessário para um mínimo e correto funcionamento democrático da comunidade. É um grupo cuja função é a de “garantia” e funciona se efetivamente seus integrantes cumprem com suas obrigações e exercitam seus direitos.

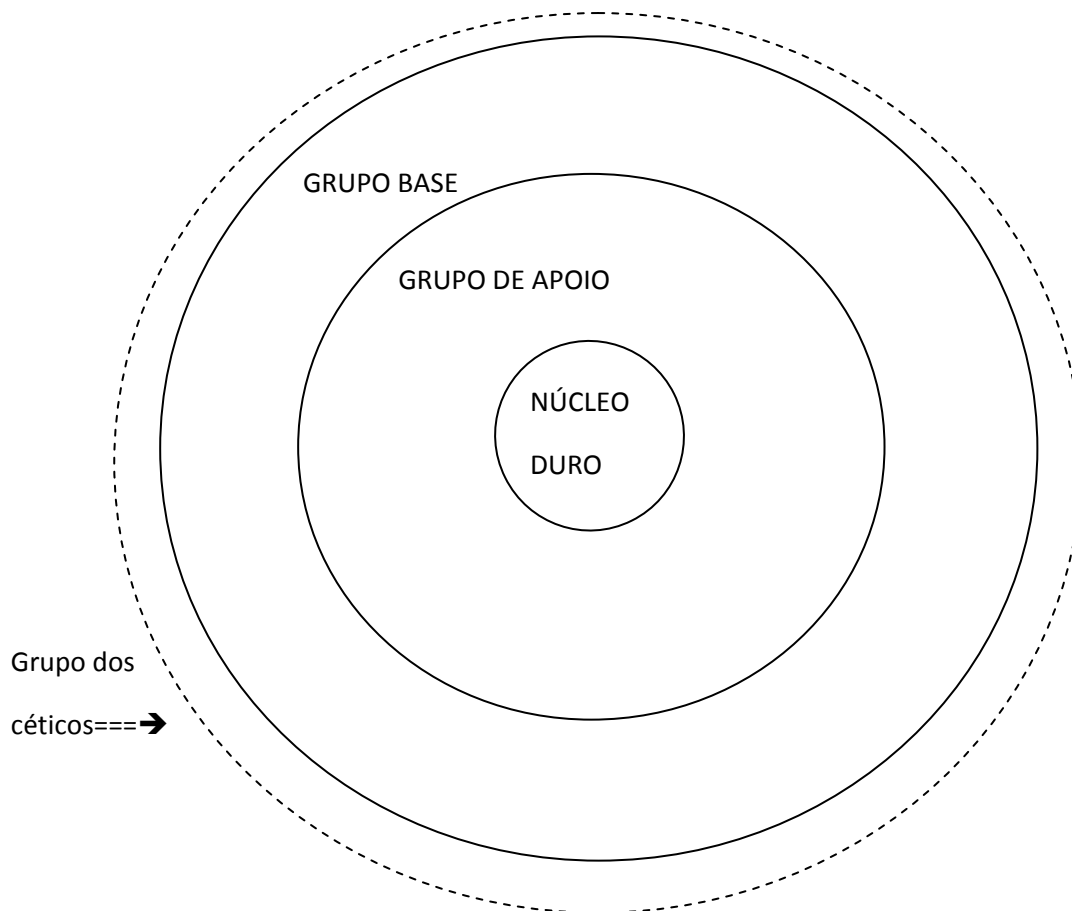
O anel do meio, o qual, como já foi definido, parece ser o mais largo no momento, é integrado pelo grupo de pessoas que têm acesso a fontes variadas de informações e integram de alguma forma as associações e grupos da sua comunidade – com maior ou menor participação. Eventualmente, adquirem uma reflexão maior sobre sua realidade e sobre as possibilidades de transformarem seu entorno. Os sujeitos pertencentes a este grupo podem – resultado de uma dinâmica constante – permanecer nele ou, dependendo do contexto histórico, passar para o círculo central ou para o exterior. Este é o grupo de “suporte” ou “apoio” do núcleo duro. Sua adesão – em situações críticas ou ocasionais – a mobilizações, coleta de assinaturas e outras atividades organizadas pelo grupo central é fundamental na hora de obter novos direitos ou exercitá-los plenamente. Este grupo tem, portanto, uma função fundamental: mobilizar o grupo do centro e tornar-se seu “combustível”.

O grupo de pessoas localizadas no círculo central – o qual chamamos de núcleo duro – é menor. Geralmente, seus integrantes têm convicções muito fortes que denominamos dispositivo normativo. Este dispositivo é integrado por elementos éticos, religiosos, ideológicos e valorativos que motivam os indivíduos a destinarem tempo, trabalho e energia a grupos e organizações de sua comunidade. No entanto, a diferença fundamental entre este grupo e o anterior é uma intenção explícita de mudança e de transmissão de valores. É o que geralmente é denominado “conscientização”, sendo que

uma de suas tarefas básicas é integrar pessoas do segundo anel a este círculo. A atividade e participação ativa neste nível permite a divulgação de informações aos outros setores, a mobilização em prol de algumas causas e a luta pela ampliação e exercício dos direitos. É esta atividade mais militante a que, apoiada eventualmente pelo anel central, permite um exercício mais pleno e ampliado da cidadania.

Também deveríamos incluir uma espécie de “anel periférico”, delineado com pontos, que funciona basicamente como um satélite. Embora no nosso caso esse anel seja muito fino – integrado por muito poucas pessoas; em alguns casos, em porcentagens próximas de 3% – não podemos deixar de mencioná-lo. Aqui estariam localizadas as pessoas que denominamos céticas e também as pessoas negativas. Em alguns casos, sua situação pode ser neutra, mas elas também podem adotar uma atitude de colaboração ou, pelo contrário, uma atitude destrutiva.

**FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DOS VIZINHOS DE ACORDO COM SEU NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**



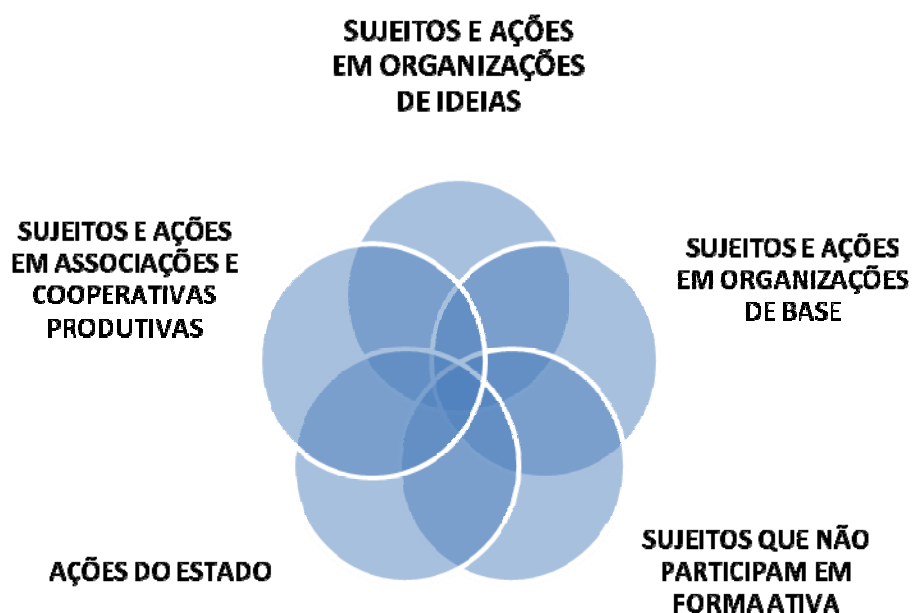
Em alguns enfoques existe um problema na interpretação sobre como se movimentam os sujeitos nestes espaços quando se supõe que existe somente uma direção na qual é possível mobilizar-se – de fora para o centro. Partindo dessa posição, poderíamos afirmar que qualquer tipo de participação trará como resultado consciência maior. As pessoas que integram o círculo central trabalham com o objetivo de introduzir mudanças na sociedade, convencendo o setor maior da população de que as ideias que eles – no círculo central – professam são boas. No entanto, podemos observar que, em muitos casos, os estados de crise ou necessidade incentivam a formação de grupos ou a aproximação das pessoas das organizações – eventual ou ocasionalmente – sem que isso gere processos de conscientização. Nesses casos, pessoas que já estiveram localizadas, por exemplo, no segundo anel, podem deslocar-se para o “exterior” e voltar ao terceiro anel. A mobilidade é, portanto, maior, e não unidirecional como supõe a referida interpretação.

Essa complexidade entre pessoas mais ou menos comprometidas foi muito bem descrita por Wilder, de San Pedro, quando ele falou sobre a situação gerada pela febre aftosa e as mobilizações organizadas que surgiram por ocasião dela. Segundo Wilder, algumas pessoas assumiram uma postura conservadora, mas “muitas dessas pessoas continuaram participando das atividades nas agremiações e continuaram fazendo outros trabalhos”; mas “com outras pessoas aconteceu o contrário, elas sempre participavam ativamente de muitas atividades sociais, mas na hora de reclamar, não estão”, acrescenta Wilder. Na verdade, essa comprovação não destrói o enfoque unidirecional anterior, mas o torna mais complexo. O fato de as pessoas participarem e trabalharem – seja no círculo central ou no anel que o circunda – é o que tem permitido fazer conquistas e melhorar o exercício dos direitos ao longo do tempo. Na base desta afirmação está a ideia de que as conquistas e os benefícios não são uma coisa que “chega naturalmente”, mas é necessário atividade e construção para atingi-los, o qual é mais fácil de realizar através de coletivos. Nesse sentido, podemos voltar a Portes, quando assinala que devem ser construídas redes trabalhando em estratégias orientadas para a institucionalização dos relacionamentos em grupo. (Portes, 1998). De alguma forma, os vizinhos percebem isso e reconhecem que trabalhar em grupo é melhor e que, dessa forma, conseguem mais coisas; como explica Rosita, de San Pedro: “trabalhando em grupo você consegue muito mais”.

Agora é momento de analisar como a participação – como foi definida em termos gerais – em grupos ou associações – em princípio, também incorporadas a esta tese – consegue eventualmente contribuir para a geração de cidadania.

O primeiro que devemos considerar é que essa participação dos vizinhos – como foi considerada de forma ampla e às vezes imprecisa – opera mediante ações concretas e específicas em grupos e organizações que convivem em um mesmo espaço físico – um território – segundo foram definidas nossas comunidades de estudo. Nesse mesmo espaço, portanto, interagem e confluem as ações dos grupos e organizações de base, as de militantes, as associações cooperativas e os programas do Estado. O efeito dessa multiplicidade de ações é, portanto, o resultado de sua potencialização mediante certas superposições e efeitos “contágio” de umas sobre outras, além dos primeiros objetivos perseguidos. Devemos levar em conta que, eventualmente, tanto os sujeitos como suas ações podem deslocar-se de um tipo de organização para outra, e que, finalmente, o que fica plasmado na comunidade é o resultado de uma espécie de mosaico fruto da confluência de organizações, objetivos e ações de diversos tipos.

**FIGURA 6 - INTERAÇÕES DE ORGANIZAÇÕES E SUJEITOS**





A isto devemos acrescentar o fato de que – como já foi assinalado –, para além das motivações originais de quem decide trabalhar em grupos – seja por motivos mais pessoais ou coletivos –, o efeito deste trabalho irá além do círculo central até os anéis exteriores, beneficiando, portanto, toda a comunidade. Quando as pessoas se organizam para reivindicarem, por exemplo, serviços básicos em um bairro; maior representação no âmbito local, melhorias edilícias; ou um reconhecimento maior por se sentirem um grupo em minoria discriminado, os resultados obtidos beneficiam todos os vizinhos, não somente aqueles que trabalham. Dessa forma, começam a ampliar-se os mecanismos que produzem e divulgam os direitos e que facilitam o exercício da cidadania, inclusive para aqueles que exercem seus direitos partindo do que denominamos participação passiva.

**FIGURA 7 - INTERAÇÃO DE ELEMENTOS QUE PRODUZEM CIDADANIA**



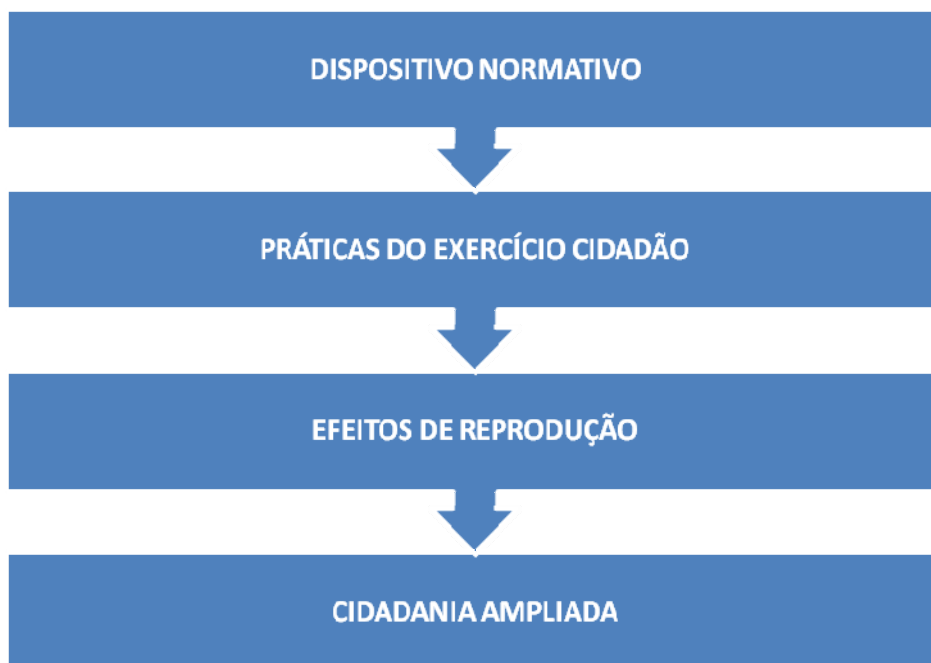
Analisaremos agora o espaço e o papel que ocupa a mulher nesses processos de reprodução dos mecanismos do exercício cidadão.

Em ambas as comunidades encontramos organizações e grupos que desempenham funções diversas e que visam objetivos diferentes: as escolas, as organizações da Igreja – tanto as assistenciais quanto as que denominamos “libertadoras” –, associações de empreendimentos coletivos, cooperativas de trabalhadoras, organizações de saúde, escritórios que trabalham para a mulher. Em todas estas organizações, sejam mistas ou só de mulheres, destaca-se o trabalho e a vontade feminina na divulgação e transferência não somente dos recursos ou benefícios, mas especialmente dos valores normativos implícitos. Esse é um requisito que, como já foi mencionado, é essencial para a promoção e obtenção dos direitos. Em alguns casos, trata-se dos seus próprios direitos como mulheres, mas também dos direitos da comunidade em geral. É o caso de Iara, quem se capacitou para dar palestras e divulgar informações sobre os principais direitos das pessoas em Santa Cruz do Sul, já que reconhece que esses direitos eram negados, e aliás, “a maioria das pessoas não sabe seus direitos, não sabe”.

Para que a participação tenha o efeito de ampliar a cidadania, deve incluir – como já foi mencionado – um dispositivo normativo que faça o papel de combustível, de forma que esse procedimento de “alargamento” aconteça. Isso inclui tanto elementos éticos quanto religiosos, morais e ideológicos.

Através da participação nas agrupações de suas comunidades, as mulheres se transformam nas principais reprodutoras do dispositivo normativo implícito nessas práticas participativas sem serem conscientes disso e sem que aqueles sejam objetivos claramente explicitados. Portanto, não somente divulgam informações e conteúdos dos direitos, mas também – ainda mais importante – reproduzem os mecanismos e exercícios de cidadania através de seus conteúdos normativos.

**FIGURA 8 - PROCESSOS DE REPRODUÇÃO CIDADÃ GERADOS PELAS MULHERES**



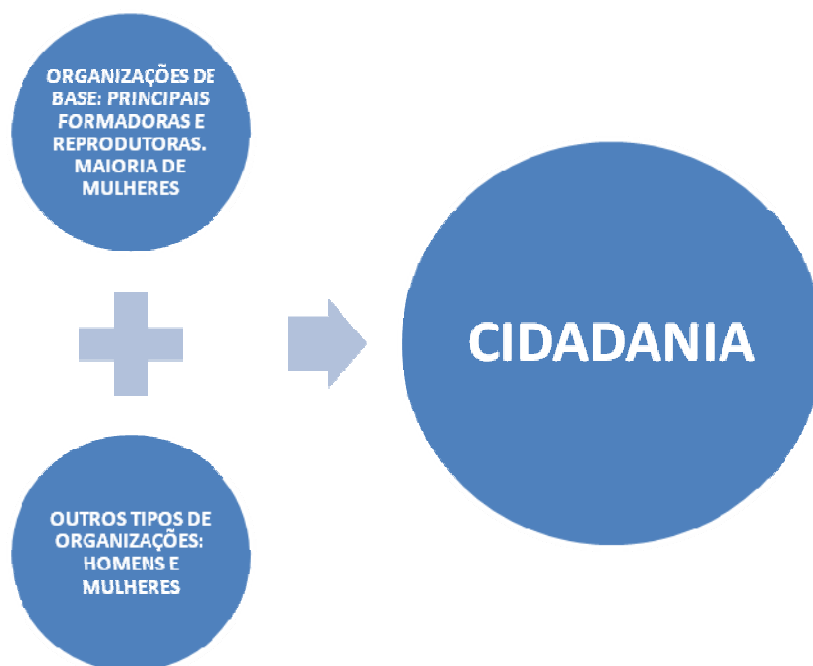
Na escola de San Pedro é a professora quem promove que as crianças formem uma cooperativa para trabalhar na horta e lhes ensina como trabalhar coletivamente: “entre as crianças, há um presidente da cooperativa..., un secretário, un tesoureiro”, explica ela. As crianças que administram a cooperativa têm que discutir e tomar decisões. Dentre elas, o que fazer com o dinheiro arrecadado.

Existe uma preocupação real por incorporar as mulheres aos processos acelerados que gera o modelo de desenvolvimento atual. É o que acontece em Santa Cruz do Sul, quando se reflete sobre a necessidade de transmitir informações às mulheres para evitar que elas fiquem para atrás e para que possam agir e organizar-se, agora que o mundo avança a tanta velocidade. Como conta Iraci, “se tu não leva essa informação lá para as mulheres estarem organizadas, elas vão ficar para atrás”. Essa preocupação com a transmissão de informações está presente no trabalho de mulheres que – como no caso da Iara – percorrem as organizações do bairro para transmitirem a outras mulheres quais são seus direitos básicos, e contar-lhes: “Olha, tu tem direito a ter uma vida libre (...) Direitos fundamentais”.

Um exemplo do importante papel que desempenham as mulheres nas mobilizações e na organização das demandas – assim como das dificuldades que elas devem enfrentar, produto dos valores e cultura tradicionais – foi o exposto anteriormente pelo presidente do MPA. Wilson fazia referência a este assunto quando explicou que a organização sempre faz questão de que as mulheres se organizem, porque sua participação é muito efetiva. No entanto, reconheceu que parte do problema é que “Os agricultores gaúchos são muito machistas, então muitas vezes as mulheres acabam não participando por causa desses motivos”.

Em síntese, podemos dizer que tanto homens quanto mulheres são geradores de espaços de prática de cidadania através de sua participação em grupos e organizações diversas. Contudo, destaca-se que os homens concentram mais essa prática em instituições nas quais são mais visíveis e obtêm mais reconhecimento. A atividade das mulheres é mais dispersa, e elas estão presentes em todas as instituições. No entanto, sua participação é menor neste último tipo de organizações, já que elas se dedicam principalmente a trabalhar em instituições que costumam ser menos valorizadas socialmente.

#### **FIGURA 9 - PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GERAÇÃO DE CIDADANIA**



Dentro dessa especialização, as mulheres ocupam um papel importante no ensino, na divulgação e na reprodução dos mecanismos através dos quais se torna viável o exercício da cidadania, além dos conteúdos principais do dispositivo normativo que a sustentam. Essa função pode ser cumprida em organizações mais básicas tais como a escola e a família – nas quais é recriada a cultura da comunidade, como no caso dos grupos folclóricos –, nas cooperativas de produção ou associações microempresariais e também nas organizações mais militantes e de ideias.

## **5.6 ALGUMAS REFLEXÕES E CONCLUSÕES FINAIS**

Para começar com estas reflexões, podemos afirmar que nesta tese foi possível verificar que tanto em San Pedro quanto em Santa Cruz do Sul existe uma grande quantidade de grupos e organizações e um alto nível de participação dos vizinhos. Essas agrupações são muito diversas e foram catalogadas como agrupações de base e socialização, por um lado, e associação de ideias ou de militantes por outro.

Posteriormente, foi possível analisar que efetivamente as mulheres desempenham um papel importante na transmissão e na manutenção de um conjunto de componentes, necessários para a criação do capital social: certo grau de confiança, solidariedade e cooperação presentes na comunidade através de sua participação mais especializada em algumas organizações. Grupos próximos das escolas, agrupações pertencentes às igrejas, grupos folclóricos, grupos de vizinhos, e clubes esportivos.

Através da análise teórica, também encontramos que o mesmo espaço de participação que gera capital social mediante ações concretas – onde são plasmados os elementos de solidariedade e cooperação assinalados anteriormente – é potencialmente um espaço gerador de cidadania.

Isso acontece porque na mesma comunidade onde existe esse primeiro tipo de organizações – as quais produzem práticas de socialização e nas quais é gerada cooperação e confiança – aparece outro conjunto de organizações e grupos que promovem por sua vez outras práticas – ligadas a processos de maior comprometimento com certas causas que promovem mudanças e a extensão dos direitos da cidadania. Tais

práticas são montadas sobre pilares compostos por fundamentos ideológicos, religiosos e normativos.

Como esses fenômenos acontecem em um mesmo território, é produzida uma articulação e retroalimentação das duas práticas, sendo que tanto os mecanismos de participação quanto os componentes valorativos que as nutrem podem ser trocados.

Foi possível observar que algumas formas e mecanismos de participação, além das próprias organizações, são as que permitem que um conjunto de valores, normas e práticas – parte de seu conteúdo e base do exercício da cidadania – possam ser reproduzidos. E essas práticas – independentemente do seu conteúdo – permitem sua reprodução em todo o espectro de agrupamentos e organizações. É nesse sentido que o papel das mulheres parece constituir uma contribuição fundamental, pois elas transmitem e reproduzem esse tipo de práticas.

Os integrantes da comunidade podem, eventualmente, participar de diversos tipos de organização, ou podem, em casos concretos e por diversos motivos, aproximar-se de um grupo em particular. Em alguns casos, essa aproximação poderá ser útil e eles poderão obter informações e auxílio, integrar redes e aumentar seu acervo de recursos disponíveis. Nesses casos, os vizinhos se comportam com o capital social como fariam com uma caderneta de poupança: mantendo-o como reserva para ser utilizado em caso de necessidade.

Em outros casos, esses mesmos vizinhos poderão – com as novas informações e grupos ou pessoas disponíveis – tomar novas opções de maior integração ou participação na comunidade. Eventualmente, poderão obter maiores informações e mais capacitação, incorporadas a sua forma de compreender a realidade e, dessa forma, adquirir graus de comprometimento maior que lhes permita transformá-la. É o mesmo comportamento de quem investe seu capital para receber frutos no médio e no longo prazo.

Existe uma forma específica de contribuição feminina para essa construção. Foi possível observar que, embora homens e mulheres estejam localizados nos três círculos assinalados dentro de suas comunidades, tanto a participação das mulheres quanto o reconhecimento social e a valorização que se obtém por esta participação apresenta características particulares. As mulheres se concentram principalmente em organizações

e em tarefas que implicam fundamentalmente a reprodução dos componentes normativos e dos mecanismos das práticas e o exercício da cidadania. Isso funciona dessa forma porque, dadas algumas formas de socialização feminina, as mulheres têm maior capacidade na função de transmitir e reproduzir. .

Para voltar neste ponto a nossas hipóteses iniciais, devemos destacar o fato de que – de acordo com o tipo de metodologia e modelo utilizado – o tratamento dado a essas hipóteses consistirá em certas observações e reflexões sem pretender traçar um formato tipo verificação-rejeição.

Nesse sentido, e para começar a análise de nossas hipóteses, retomaremos as concepções de Weber. Sua proposta metodológica indicava que quando as descobertas da pesquisa não se correspondiam totalmente com as hipóteses, era necessário buscar outro modelo explicativo. No caso da nossa tese, não parece necessário reorganizar o modelo, já que, por tratar-se de um projeto aberto e emergente, as conquistas e as hipóteses foram reorganizando-se e reformulando-se no contexto das descobertas. Por esse motivo, pensamos que o trabalho realizado permite afirmar que a evidência encontrada vai na direção formulada pelas três hipóteses.

A pesquisa foi realizada em duas localidades com semelhanças suficientes e algumas características diferentes de forma a poder estudar as informações de maneira agregada e desagregada e inferir que as afirmações sobre os resultados podem ser extrapoladas a comunidades com condições similares às estudadas.

De acordo com todas as informações encontradas e com os dados construídos mediante a pesquisa, as entrevistas e observações realizadas, encontramos que – com referência a nossa primeira hipótese – efetivamente a participação das mulheres de comunidades rurais em organizações e grupos é uma contribuição necessária que promove, divulga e reproduz elementos de confiança e solidariedade. Isso fica claramente demonstrado quando se observa que em alguns tipos de organizações de base que geralmente promovem esse tipo de ações, quem realiza tais tarefas são majoritariamente e quase exclusivamente as mulheres.

Quanto à segunda hipótese, foi possível verificar que tanto homens quanto mulheres participam de grupos e organizações da comunidade, mas existe uma especialização dada socialmente que coloca a população feminina em maior medida em

certo tipo de organizações, o que tem a ver com a tradição e as valorizações de gênero. Assim, no caso de comunidades nas quais as concepções de gênero são mais tradicionais e androcêntricas, a sociedade e as próprias mulheres se envolvem em responsabilidades e organizações menos visíveis e mais associadas aos papéis tradicionais. Isso foi o que aconteceu em San Pedro. Em localidades onde foram incorporadas novas valorizações e as mulheres foram ganhando espaços, encontramos maior inserção feminina em organizações que trabalham especificamente assuntos de gênero ou em grupos e organizações mais militantes ou de ideias. Nesses casos, elas podem assumir outras responsabilidades, maior projeção e visibilidade, como no caso do exemplo de Santa Cruz do Sul.

Com referência à terceira e última das hipóteses, foram encontradas descobertas importantes no sentido de que a participação das mulheres em qualquer um dos grupos e organizações verdadeiramente promove e fortalece os mecanismos de geração de cidadania ampliada. Ela se dá tanto nas práticas e na militância concreta das mulheres nesse sentido, quanto na transmissão e formas de reprodução dos mecanismos que geram exercício cidadão e do dispositivo normativo que o sustenta.

É preciso salientar que os homens também participam e geram cidadania, sendo possível que participem de sua divulgação e reprodução. No entanto, esta última característica não é função essencial dessa intervenção. O que foi evidenciado é que as formas de participação masculina geralmente criam formas mais verticais ou de escada na produção do capital social. Em decorrência disso, podemos afirmar que a especialização da participação masculina geralmente se dá em organizações que trabalham com assuntos ligados ao poder, e que por sua vez articulam em forma de ponte com instituições que têm poder e oferecem mais possibilidades de visibilidade e projeção. No caso da especialização feminina, sua participação costuma adotar formas mais horizontais e destinadas à transmissão e reprodução dos valores e prática cidadãs.

No processo de buscar respostas às hipóteses e perguntas que orientaram a pesquisa no início, foram sendo geradas grande quantidade de perguntas e espaços onde continuar trabalhando. Existem também outros aspectos que, por restrições de tempo e recursos, não foi possível abordar neste espaço, mas que podem ser retomados eventualmente.



Um dos principais assuntos que nos preocupa e deveria ser trabalhado no futuro é uma discussão teórica profunda sobre uma das conclusões que afirmamos nesta tese. Trata-se de uma espécie de “armadilha” sem resolução neste trabalho, a qual implica uma reflexão sobre qual seria o papel e a contribuição das mulheres rurais nas suas comunidades se mudassem os padrões culturais mais tradicionais que as socializam para cuidar, dar, ensinar e mediar.

A outra linha de pesquisa que achamos seria muito interessante pesquisar – já que não é de caráter teórico, mas mais empírico – tem a ver com as descobertas mais evidentes da pesquisa. Esta linha de pesquisa está relacionada ao estudo dos eventuais impactos benéficos que poderia ter a incorporação de homens ao tipo de organizações no qual geralmente encontramos quase exclusivamente mulheres, ou seja, nas instituições culturais, nos grupos que funcionam nas escolas e nas instituições pertencentes às Igrejas, que foram definidas como Tipo I.

Para finalizar estas reflexões, digamos que o interesse e principal objetivo desta tese foi atingido em boa medida e que, retomando Sonia Montaño, seu eixo foi centrado em poder demonstrar que, em grande parte, o fortalecimento e desenvolvimento da cidadania nas comunidades rurais têm como base a contribuição e a participação das mulheres na criação de redes e agrupações de diversos tipos.

## VI. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economía Aplicada**, vol. 4, n° 2, abril/junho 2000.

AGUIRRE, Rosario. **Relaciones de género y trabajo en América Latina: consideraciones teóricas y metodológicas**. Uruguay: CIEDUR, 1989.

\_\_\_\_\_. **Género, ciudadanía social y trabajo**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República/Doble Clic editoras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relaciones de género y trabajo en América Latina: consideraciones teóricas y metodológicas**. Serie Seminarios y Talleres N° 25. Montevideo: CIEDUR, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sociología y Género**. Las relaciones entre hombres y mujeres bajo sospecha. Montevideo: Universidad de la República, CSIC/Doble Clic editoras, 1998.

ARRIAGADA, Irma. “Capital social: potencialidades y limitaciones analíticas de un concepto”. In: **Estudios Sociológicos XXI**. México: El Colegio de México, 2003.

BANUETT, Marcelle. **Perspectiva de Género en la nueva ruralidad**. IICA/ASDI, 1999.

BATTHYANY, Karina. “Trabajo no remunerado y división sexual del trabajo. Cambios y permanencias en las familias.” **VIII Jornadas de Investigación**. Montevideo: Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. “El trabajo de cuidados y las responsabilidades familiares en Uruguay: proyección de demandas.” In: Aguirre, Rosario e Batthyány, Karina (Coord.). **Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur**. Montevideo: OIT/Cinterfor, 2001.

BAUER, Martin; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

\_\_\_\_\_ **A dominação masculina revisitada**. Lins, Daniel (Org). Ed. Papirus, s.d.

\_\_\_\_\_ **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, [1980] 1990.

\_\_\_\_\_ “Le capital social”. In : **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 31, no.1, 1980. Disponible em : [www.persee.fr](http://www.persee.fr) Acessado em: 8/8/07.

BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **Respuestas por una antropología reflexiva**. México: Ed. Grijalbo, 1995.

CAMPAÑA, Pilar. **El contenido de género en la investigación en sistemas de producción**. Santiago de Chile: Ed. Interamericana, 1992.

CAMPILLO, Fabiola e FAUNÉ, Ma. Angélica. **Género, mujer y desarrollo**. Marco para la acción del IICA en América Latina y el Caribe. Costa Rica: 1993.

CANABAL, Beatriz. “La mujer campesina como sujeto social. Formas de investigación y acción.” In: **Revista Mexicana de Sociología**. Año LVI/No.2. México: abril-junio 1994.

CHIAPPE, Marta. **Las mujeres rurales del Uruguay en el marco de la liberalización**. Disponible em: [www.generoycomercio.org/docs/publicaciones/investigaciones/rurales.pdf](http://www.generoycomercio.org/docs/publicaciones/investigaciones/rurales.pdf) 2002.

CHIAPPE, Marta e GARCÍA Y SANTOS, Rosario. **Participación, productividad y formación**: La trayectoria de la Asociación de Mujeres Rurales del Uruguay AMRU. Montevideo: Cinterfor/OIT, 2005.

CÔRTEZ VARGAS, Soraya. “Capital social, redução de desigualdades e sinergia das esferas pública e privada.” In: **XXV Encontro Anual da ANPOCS**. XXV Encontro Anual da ANPOCS v.1. CD. Caxambu: ANPOCS, 2001.

COUTINHO, Carlos. "Cidadanía e modernidade." In: **Perspectivas**. Revista de Ciências Sociais. V.22. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.

DE LEÓN, Kirai. **El Uruguay Rural y sus Mujeres**: producción, trabajo y organización. Montevideo: GRECMU, 1993.

\_\_\_\_\_. "Limitaciones y desafíos en el trabajo con mujeres rurales desde una perspectiva de género." Palestra presentada no Seminário "El desarrollo rural en América Latina hacia el Siglo XXI". Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1995.

DE LUQUE, Susana. La problemática valorativo-metodológica en las Ciencias Sociales. In: **Metodología de las Ciencias Sociales**. Esther Díaz (ed.). Argentina: Editorial Biblos, 1997.

DEERE, Carmen e LEÓN, Magdalena. "**La brecha de género en la propiedad de la tierra en América Latina.**" Documento presentado no Seminário "El Mundo Rural: transformaciones y perspectivas a la luz de la nueva ruralidad". Bogotá: Universidad Javeriana, oct. 2003.

\_\_\_\_\_. **Género, propiedad y empoderamiento**: tierra, Estado y mercado en América Latina. México: PUEG, Universidad Nacional Autónoma de México/FLACSO-Ecuador, 2002.

\_\_\_\_\_. "Planteamientos teóricos y metodológicos para el estudio de la mujer rural y el proceso de desarrollo del capitalismo." In: **Mujer y Capitalismo Agrario**. Magdalena León, Directora de Investigación. ACEP, Bogotá, 1980.

DEL ACEBO IBAÑEZ, Enrique e BRIE, Roberto. **Diccionario de Sociología**. Buenos Aires, Ed. Claridad, 2006.

DURSTON, John. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural**. Díadas, equipos, puentes y escaleras. CEPAL, Santiago, 2002.

ECHEVERRI, Rafael. "Lo nuevo del enfoque territorial para el desarrollo rural." In: **Desarrollo rural sostenible con enfoque territorial**: políticas y estrategias para Uruguay, Seminario Nacional. Álvaro Ramos (Comp.). Montevideo, IICA, 2003.

ECHEVERRÍA, Ruben. “El enfoque territorial: una condición necesaria para el desarrollo rural.” In: **Desarrollo rural sostenible con enfoque territorial: políticas y estrategias para Uruguay**, Seminario Nacional. Álvaro Ramos (Comp.). Montevideo, IICA, 2003.

FLORES, Lara Sara. **Nuevas Experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultora mexicana**. México: Juan Pablo Editor, 1998.

FOSSATTI, Mariana. “Promoción y participación de las mujeres rurales en Uruguay.” In: Riella, A; Vitelli, R. (Comp.). **Organizaciones rurales y acción Colectiva en Uruguay: estudios en tiempos de crisis (2002-2004)**. Facultad de Ciencias Sociales. 2009.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (org). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UNB, 2001.

FRASER, N e HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. Verso Ed.

GARCÍA, Cristóbal H. **Ciudadanía, Capital Social y Solidaridad**. Chile: Mimeo/ISUC, 2001.

GARCÍA, Ramon, DOLORS, María, et al. **Mujer y Agricultura en España. Género, trabajo y contexto regional**. Oikos, TAU Barcelona, 1995

GEYMONAT, Roger. **El Templo y la Escuela**. Los Valdenses en el Río de la Plata. Ed.Planeta, Montevideo, 2007

GEHLEN, Ivaldo e RIELLA, Alberto. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável**. Revista Sociologías No.11.UFRGS.Porto Alegre, 2004.

GIDDENS, Anthony. **La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas**. Ed. Cátedra. Madrid, 1995.

GRANOVETTER, Mark. **Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness**. American Journal of Sociology, Vol.91, noviembre 1985.

INFM, **Mujer y estadísticas**. Montevideo, Instituto Nacional de la Familia y la Mujer / UNICEF / Ministerio de Educación y Cultura. 1999

INFORME URUGUAY Año II - N° 62 - Uruguay, 23 de enero del 2004. <http://www.uruguayinforme.com>. Búsqueda realizada diciembre 2008.

KABEER, Naila; **Tácticas y compromisos: nexos entre género y pobreza**. Isis Internacional, 1998. Ediciones de las mujeres N°26.

LECHNER, Norbert. Desafíos de un desarrollo humano: individualización y capital social. In Bernardo Kliksberg y Luciano Tomassini (comps.) **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**, Buenos Aires, BID / Fund. Felipe Herrera / Univ. Maryland / FCE, 2000 (original mimeo, Paris, 1999)

MANDL, Betty. **Las mujeres productoras de alimentos en Uruguay**. Tecnología y comercialización, San José de Costa Rica, IICA - BID. 1996

MARRERO, Adriana. **La teoría del capital social**. Una crítica. Mimeo. s/f.

MARSHALL, T.H.; BOTTOMORE, Tom. **Ciudadanía y clase social**. Alianza Editorial, Madrid, 1998

MARTORELLI, Horacio. **La lucha por la supervivencia**. Vida y trabajo de las mujeres en el medio rural. Fundación de Cultura Uruguaya-CIEDUR. Montevideo, 1984

MEILLASSOUX, Claude. **Mujeres, graneros y capitales**. Siglo XXI editores, España, 1978

MONTAÑO, Susana. "Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estrategia de lucha contra la pobreza", en Atria, R. et al. (Comp.), Capital Social y reducción de la

pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma, Santiago de Chile, CEPAL / Michigan State University. 2003

MORROW, Virginia. **Conceptualising Social Capital in Relation to the Well-Being of Children and Young People: A Critical Review.** *The Sociological Review*, 47 (1999): 744 (online).

NIEDWOROK, Nelly. La mujer rural: familia y trabajo en el Uruguay. **In La mujer en el Uruguay: ayer y hoy.** Ediciones de la Banda Oriental - GRECMU. Montevideo 1986

OTERO, Manuel. El enfoque territorial como herramienta para el desarrollo rural: un acercamiento a la realidad de Uruguay. **In Desarrollo rural sostenible con enfoque territorial: políticas y estrategias para Uruguay.** Seminario Nacional. Compilador Alvaro Ramos. Montevideo, IICA, 2003

PINTO, Celi. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: **Uma Questão de Gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

PINTO, Celi. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: **Mulher Brasileira é Assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

PIÑEIRO, Diego. **Repensando la ruralidad: población y trabajadores rurales en el contexto de transformaciones agrarias.** Ponencia presentada al XXII Congreso de ALAS.Chile. 1999.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work.** Civic traditions in Modern Italy. Princeton University Press. United Kingdom, 1994.

REBOLLEDO, Loreto. Las **mujeres rurales en el contexto de la modernización agraria.** Anales de la Universidad de Chile. No.5 octubre 1997

RIELLA, Alberto. **“Territorio, globalización, integración regional y nuevas ruralidades”.** Curso virtual Alfa-Redetir, 2005

RIELLA, A, VITELLI, R. **Escuelas rurales y desarrollo territorial: una reflexión para el caso uruguayo**. Revista Pampa No.1 ReDeTir. Universidad Nacional del Litoral; Universidad de la República, Santa Fe, Argentina, 2005.

RIVERO, Silvia; SANZ, Verónica. **La situación de la Mujer Rural en el Uruguay**. Relevamiento y análisis de datos bibliográficos. CAF/CNFR, Montevideo, 1996.

SCHNEIDER, S., **Agricultura familiar e industrialização: pluriactividad e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Editora Universidade - UFRGS. Porto Alegre, 1999

SCOTT, Joan. Género: una categoría útil de análisis histórica., In **Educacao e Realidade**, mimeo. 1990

VALLES, Miguel. **Técnicas cualitativas de investigación social**. Reflexión metodológica y práctica profesional. Editorial Síntesis. Madrid, 1997.

VARELA, J; ÁLVAREZ-URÍA, F. **Sociología del Género**. Algunos modelos de análisis. In Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura. Nº.30 Ed. Trotta, Madrid, 1997.

VITELLI, Rossana **La situación de las mujeres rurales en Uruguay**. FAO, Oficina Regional para América Latina y el Caribe .Santiago de Chile, 2005.

\_\_\_\_\_ **Participación, ciudadanía y capital social: un estudio de las mujeres en el medio rural**. In “El Uruguay desde la Sociología VI” Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Montevideo, 2008.

VOGT, Olgário. **A colonização alemã no rio grande do sul e o capital social**. Tese de Doutorado. UNISC. Santa Cruz do Sul do Sul, 2006.

WILSON, Fiona. La mujer y las transformaciones agrarias en América Latina: revisión de algunos conceptos que fundamentan la investigación. In “**La mujer y la Política Agraria en América Latina**”. Magdalena León y Carmen Diana Deere, editoras. Siglo XXI Editores, Colombia, 1986



## VII APÊNDICES

### Questionário da Pesquisa

Nº Formulário	
---------------	--

*Bom dia/tarde. A seguir, será apresentada uma série de perguntas. Pedimos que as leia com atenção antes de responder, bem como suas respectivas instruções e possíveis respostas. Lembramos também que a informação registrada será tratada com absoluta confidencialidade. Desde já, muito obrigada.*

Seu primeiro *nome*:

---

1. Você participa em algum grupo ou organização? (Marque com um X a opção correspondente)

1. Sim

2. Não

**Se NA PERGUNTA ANTERIOR MARCOU "SIM", passe para a pergunta seguinte; se MARCOU "NÃO" passe diretamente para a pergunta 7.**

2. (No caso de ter respondido "*Sim*" na pergunta anterior) Pedimos que *numere* utilizando o quadro as organizações nas quais participa:

1. Paróquia ou Igreja	
2. Escola	
3. Agremiação	
4. Sindicato	
5. Política	
6. Cooperativa	
7. De vizinhos	
8. De pais ou mães	
9. De apoio ou solidariedade com alguma causa <i>Qual?</i> _____	
10. Clube Esportivo (Caso pertença a um Clube Esportivo, marque uma ou duas das opções seguintes)	

1. ¿Pratica esportes?	SIM	NÃO	
2. ¿Participa no clube com alguma responsabilidade?	SIM	NÃO	
<i>Qual?</i> _____			
_____			
11. Refeitório			
12. Clube Social			
13. Grupo folclórico (dança, canto, coral)			
<i>Qual?</i> _____			
14. De beneficência			
<i>Qual?</i> _____			
15. Outro que não esteja listado			
<i>Qual?</i> _____			

3. De acordo com a resposta anterior, quantas **horas semanais** dedica à totalidade das atividades que realiza na/s referida/as organização/ções? Pedimos que some todas as horas. (Marque com um X a opção correspondente)

1. Até 4 horas semanais	
2. Entre 5 e 10 horas semanais	
3. Mais de 10 horas semanais	

4. Ocupa algum cargo de representação ou é delegado de alguma organização? (Marque com um X a opção correspondente)

1. Sim

2. Não

5. É membro de alguma diretoria ou dirigente de alguma organização? (Marque com um X a opção correspondente)

1. Sim

2. Não

6. É funcionário contratado de alguma organização? (Marque com um X a opção correspondente)

1. Sim

2. Não

7. Para informar-se sobre temas nacionais em geral ou da região (por exemplo, assuntos políticos, ou do mercado de preços agrícolas, ou sobre colheitas, ou sobre trabalho e emprego), quais são as **três fontes de informação que considera mais importantes?** (A seguir, é apresentada uma lista com possíveis opções. Utilize o quadro e marque com um X qual é para você a primeira fonte mais importante, a segunda mais importante e a terceira mais importante.)

	1° Opção	2° Opção	3° Opção
1. Parentes, amigos e vizinhos			
2. Noticiário da comunidade			
3. Jornal local ou da comunidade			
4. Jornal nacional			
5. Rádio ou televisão nacional			
6. Rádio ou televisão estrangeira			
7. Grupos ou associações			
8. Sócios de trabalho ou parceiros de negócios			
9. Líderes da comunidade			
10. Algum funcionário do governo ou repartição pública			
11. As ONG			
12. Internet			
13. Outros. <b>Qual?</b> _____			

8. Em que grau concorda com as seguintes afirmações: ter ligações, redes de conhecidos ou grupos, novas relações e pessoas "recurso"...

	Muito	Algo	Nada
1. Servem e são bons para mudar sua situação pessoal e a da sua família			
2. Têm alguma importância e podem ser necessários às vezes			
3. São bons e úteis para melhorar a comunidade			
4. São desnecessários e significam trabalho e uma perda de tempo			

9. Na hora de obter conhecimento, informações e contatos importantes, aonde vai ou a quem recorre em primeiro lugar? E em segundo lugar? (Utilize o quadro para indicar com um X sua primeira e segunda opção)

	1º Opção	2º Opção
1. A família		
2. Os amigos		
3. A comunidade		
4. Grupo ou organização		
5. A imprensa		
6. Um político		
7. Um pastor ou sacerdote		
8. Internet		
9. Outro. <i>Qual?</i> _____		

10. Pensando agora nas pessoas que têm vínculos e pertencem a grupos ou associações, você acha que... (Marque com um X **uma única** opção)

1. Elas têm <b>mais</b> oportunidades de progredir, encontrar novas possibilidades ou emprego que as pessoas que não têm vínculos nem pertencem a grupos ou associações	
2. Têm <b>as mesmas</b> oportunidades que as que não têm vínculos nem pertencem a grupos ou associações	
3. Têm <b>menos</b> oportunidades que as que não têm vínculos, pois, ao pertencerem a grupos, devem compartilhar suas informações e contatos com os outros integrantes	

11. Em quem você confia mais? (Utilizando uma **escala de 1 a 4**, representando o 4 o grau máximo de confiança, ordene de maior a menor suas **quatro opções**)

1. Amigos	
2. Vizinhos da comunidade	
3. Políticos	
4. Pessoas do departamento/estado	
5. Pessoas de fora do departamento/estado	
6. Jornalistas	
7. Pastor ou Sacerdote	
8. Não confia em ninguém	

12. Que grau de confiança existe entre você e as outras pessoas de sua comunidade?

1. Total	
2. Muita	
3. Pouca	
4. Nenhuma	

13. Você acha que as pessoas que fazem coisas pela comunidade, fazem isso em primeiro lugar por... e em segundo lugar por... (Utilize o quadro para indicar com um X sua primeira e segunda opção)

	1º Opção	2º Opção
1. Porque é benéfico para todos		
2. Porque esperam receber algum benefício futuro		
3. Porque aprendem fazendo essas coisas		
4. Porque esperam que quando elas precisarem alguém as ajude		
5. Por motivos religiosos, ideológicos ou políticos		
6. Porque assim foi ensinado a elas pelos seus pais e pela escola		
7. Porque não têm outra coisa a fazer e dispõem de tempo		

14. Se repentinamente você tivesse um problema pessoal (por exemplo, de saúde ou dinheiro), você teria pessoas ***alheias a sua casa e família direta e/ou parentes próximos*** a quem pedir ajuda? (Utilizando a escala, marque com um X ***uma única*** opção)

1. Definitivamente sim	
2. Provavelmente sim	
3. Não tem certeza	
4. Provavelmente não	
5. Definitivamente não	

15. Ainda em relação à questão anterior, se você tivesse um problema pessoal, recorreria em primeiro lugar a... e em segundo lugar a... (Utilize o quadro para indicar com um X sua primeira e segunda opção)

	1º Opção	2º Opção
1. Algum amigo		
2. Algum vizinho ou membro da comunidade		
3. Alguém de um grupo ou organização		
4. Um pastor ou sacerdote		
5. Algum político ou representante político		
6. Outro. <i>Qual?</i> _____		

16. Nos últimos *seis meses*... (Marque com um X a opção correspondente)

**SIM NÃO**

1. Você recorreu <i>a alguém</i> por informações ou auxílio		
2. Alguém recorreu <i>a você</i> por informações ou auxílio		

17. Quando existem reivindicações, demandas e/ou protestos em relação a alguma ação que deve ser levada a cabo sobre algum aspecto da comunidade, você acha que... (Marque com um X a opção correspondente)

1. É mais efetivo e rápido levar a cabo essas ações a gente mesmo de forma particular	
2. É melhor falar com outros vizinhos e organizar-se para realizar essas ações em conjunto	

18. Quando é necessário fazer alguma gestão ou pedido em face de uma necessidade da comunidade, quantas são as possibilidades de os vizinhos se organizarem? (Marque só uma opção)

1. Muitas	
2. Algumas	
3. Poucas	
4. Nenhuma	

19. Quando algum vizinho tem problemas de saúde, em sua família ou com sua unidade de produção, quais você acha que são as chances de outros vizinhos da sua comunidade ajudarem ele? (Marque só uma opção)

1. <b>Certamente</b> os vizinhos o auxiliarão	
2. <b>Muito provavelmente</b> os vizinhos o auxiliarão	
3. <b>Difícilmente</b> os vizinhos o auxiliarão	
4. <b>Sem dúvida</b> , os vizinhos não o auxiliarão.	

20. Para você, quais são os fatores que dividem e causam problemas entre vizinhos? (Marque com um X até **duas** opções)

1. Atitudes pessoais	
2. Política	
3. Religião	
4. Assuntos produtivos e econômicos	
5. Assuntos de vizinhança ou da comunidade	
6. Nenhum	
7. Outro <b>Qual?</b> _____	

21. Para você, quais são os fatores que unem os vizinhos? (Marque com um X até **duas** opções)

1. Atitudes pessoais	
2. Política	
3. Religião	
4. Assuntos produtivos e econômicos	
5. Assuntos de vizinhança ou da comunidade	
6. Nenhum	
7. Outro <b>Qual?</b> _____	



22. Pensando agora na possibilidade de que novos vizinhos provenientes de outras regiões ou países venham morar aqui, você opina que... (Marque com um X **uma única opção**)

1. Eles poderiam produzir uma mudança negativa na comunidade, pois geram a perda dos costumes e tradições.	
2. Não se produziriam mudanças substanciais, e eles se integrariam à comunidade sem problemas	
3. Eles produziriam algumas mudanças, mas nos adaptariamos mutuamente entre novos e velhos vizinhos	

23. Você e sua família (marque só uma opção)

Não saem nem frequentam amigos	
Saem ou frequentam amigos poucas vezes por ano	
Saem ou frequentam amigos muitas vezes por ano	

24. Em relação aos homens e às mulheres, você acha que... (Marque com um X a opção correspondente)

1. <b>Participam na mesma proporção</b> em organizações e grupos da comunidade	
2. <b>As mulheres participam menos</b> em organizações e grupos da comunidade que os homens	
3. <b>Os homens participam menos</b> em organizações e grupos da comunidade que as mulheres	

**SE NA QUESTÃO ANTERIOR MARCOU A OPÇÃO 1 passe diretamente para a questão 27; SE MARCOU A OPÇÃO 2, passe para a pergunta 25 e, depois, para a 27; por último, SE MARCOU A OPÇÃO 3, passe para a pergunta 26.**

25. (Somente se na questão nº 23 sua resposta foi a 2)

Você considera que as mulheres participam menos que os homens nas organizações e grupos da comunidade, porque... (Marque com um X **uma única** opção)

1. Elas têm menos tempo disponível, pois devem atender a casa e os filhos	
2. Elas têm outros interesses	
3. Elas têm menos disposição e consciência em relação a essas questões	
4. Outro. <b>Qual?</b> _____	

26. (Somente se na pergunta nº 23 sua resposta foi a 3)

Você considera que os homens participam menos que as mulheres nas organizações e grupos da comunidade, porque elas... (Marque com um X **uma única** opção)

1. Têm mais tempo disponível para dedicar-se a isso	
2. Têm mais vontade e compromisso	
3. Têm um maior interesse que os homens pela comunidade	
4. Outro <b>Qual?</b> _____	

27. Nos grupos e organizações você acha que... (Marque com um X **uma única** opção)

1. Os homens ocupam mais cargos de direção e condução que as mulheres	
2. Homens e mulheres ocupam cargos de direção e condução na mesma proporção	
3. As mulheres têm mais cargos de direção e condução que os homens	

28. Comparando homens e mulheres, você acha que nos grupos e organizações as mulheres... (Marque com um X até **três** opções)

1. Dão mais participação aos outros e são mais abertas e dispostas ao diálogo	
2. São mais conversadoras e distraídas e, por isso, resultam menos organizadas e eficientes	
3. São menos autoritárias que os homens e mais democráticas	
4. São mais inseguras e às vezes dificultam a tarefa	
5. Monopolizam a palavra nas assembleias e não dizem coisas importantes	
6. Falam menos que os homens, mas contribuem com experiências valiosas	
7. Trabalham tanto quanto os homens	
8. Trabalham mais que os homens	

29. A seguir, apresentamos duas afirmações diferentes. Pedimos que indique com qual delas você concorda mais (Marque com um X a opção correspondente)

1. Interessa-me participar ativamente em grupos e associações, porque sinto que posso fazer coisas e posso mudar e melhorar a realidade	
2. Prefiro que outros se encarreguem de acertar as coisas e trabalhem nisso assumindo responsabilidades por mim; por isso, voto e elejo representantes e delegados	

30. Na hora de fazer reivindicações e demandas em forma coletiva você acha que... (Marque com um X até **duas** opções)

1. É uma perda de tempo, pois as autoridades não ligam para isso	
2. É um direito, e é preciso exercê-lo	
3. Às vezes funciona e às vezes, não	
4. Se for uma reivindicação justa, é preciso fazê-la	
5. É coisa de pessoas um pouco inquietas e revoltosas	
6. É a melhor forma de obter conquistas	

31. Você sente que como integrante desta comunidade tem direitos que lhe conferem poder para mudar e melhorar sua vida? (Utilizando a *escala de 1 a 5*, na qual 1 significa que você não tem direitos nem capacidade de melhorar sua vida e 5 significa que você tem muitos direitos e grande capacidade para melhorar sua vida, marque com um X a opção correspondente)

1. Nenhum direito e, portanto, nenhum poder	
2. Muito poucos direitos, escasso poder	
3. Alguns direitos, algo de poder	
4. Muitos direitos, bastante poder	
5. Todos os direitos, muito poder	

***Para finalizar, alguns dados pessoais:***

32. Idade:

33. Sexo: F  M

34. Na sua casa você mora com: (Marque com um X a opção correspondente)

SIM NÃO

1. Esposo/a (Companheiro/a)		
2. Filhos homens		Quantos?____
3. Filhas mulheres		Quantos?____
4. Outra/s pessoa/s <i>Quem?</i> _____		

35. Grau de escolaridade (marque com um X **somente** o nível mais alto atingido)

1. Ensino fundamental incompleto	
2. Ensino fundamental completo	
3. Ensino médio ou técnico incompleto	
4. Ensino médio ou técnico completo	
5. Ensino superior incompleto	
6. Ensino superior completo	
7. Magistério incompleto	
8. Magistério completo	

36. Tem diploma profissional ou docente? Qual? \_\_\_\_\_

37. Qual é sua principal ocupação \_\_\_\_\_

38. Recebe remuneração por essa ocupação?    SIM      NÃO

39. Em relação a seu lugar de residência, você... (Marque com um X a opção correspondente)

1. Mora em casa própria	
2. Aluga	
3. Mora na casa de outra pessoa	

40. Na sua casa, você... (Marque com um X a opção correspondente)

1. Não tem veículo particular	
2. Tem um carro	
3. Tem dois ou mais carros	

41. Na sua casa, você tem... (Marque com um X a opção correspondente)

SIM NÃO

1. TV de tela plana		
2. Máquina de lavar roupa automática		
3. Lava-louças automático		
4. <i>Freezer</i>		
4. Aparelho de DVD		
5. Ar condicionado		

42. A renda total mensal de todos os integrantes do domicílio:

Não ultrapassa os 500 reais	
É de entre 500 e 2.000 reais	
É de entre 2.000 e 20.000 reais	
Ultrapassa os 20.000 reais	

43. Você se considera... (Marque com um X a opção correspondente)

1. Ateu ou agnóstico	
2. Cristão (católico ou protestante)	
3. De outra religião. <i>Qual?</i> _____ _____	

44. Em relação a suas condições e qualidade de vida, você acha que daqui a cinco anos você e sua família...

Vão estar pior que agora	
Vão estar na mesma situação que agora	
Vão estar melhor que agora	

45. Tem algum sonho para o futuro? Qual?

.....

.....

## ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES

- Detalhes locativos das organizações e localização física
- Revisar temas que trabalham (produtivos, sociais, ambientais, econômicos, familiares)
- Detalhes do desenvolvimento da reunião (quem participa e fala)
- Observação do trabalho *in situ* (quem e como se relacionam trabalhando)
- Principais objetivos e população com a que trabalham
- Integrantes da organização de acordo com o sexo
- Formas de funcionamento
- Mecanismos de financiamento
- Diretrizes, tomada de decisões, hierarquias
- Relacionamento entre integrantes da organização em geral e por gênero em particular



## **ROTEIRO DE ENTREVISTA A PESSOAS QUE INTEGRAM ORGANIZAÇÕES OU GRUPOS**

- Forma de funcionamento do grupo (organização ou associação)
- Principais objetivos e tarefas do grupo ou organização
- Participação por gênero. Opiniões sobre participação por gênero
- Formas de representatividade em relação ao resto da comunidade
- Formas de ligação com outros grupos ou associações fora da comunidade
- Mecanismos para resolver desacordos ou problemas internos no grupo ou organização
- Mecanismos para tomar decisões no grupo ou organização
- Benefícios e conquistas que a organização consegue para a comunidade
- Benefícios e conquistas pessoais pela atividade realizada
- Relacionamento com entidades do Estado local e nacional
- Aprendizagens pela experiência realizada em grupo ou associação
- Valoração que confere a comunidade à participação e às organizações
- Valorações e opiniões sobre os direitos, as demandas e o âmbito coletivo
- Valorações sobre as contribuições femininas em relação às demandas e à cidadania

## ENTREVISTA 18 / 19

### Tiririca e Mauricio

Rossana – Você pertence à organização do movimento de pequenos agricultores ou à pastoral?

Tiririca- Eu sou da Pastoral da terra. A gente é ligada à Igreja católica, aqui, por isso é que a gente está na coordenação aqui, porque aqui tem um curso que todos os anos o bispo daqui, ele proporciona um curso pra todos os padres e para os leigos. E são cursos de aperfeiçoar por que é que nós somos Igreja ou por que é que nós somos católicos ou por que nós acreditamos em Jesus, então, um pouco a gente fez todo um, agora essa etapa foi muito interessante, mas eu, da Pastoral da terra, nesta região aqui e no Rio Grande do Sul, nós ajudamos a criar um movimento de pequenos agricultores. E também fomos os pioneiros de ajudar a organizar os Sem Terra para o primeiro assentamento que foi feito aqui no Rio Grande do Sul. Mas como Pastoral. Sempre apoiando junto no apoio, sempre nessa força e daí nós trabalhamos muito forte as sementes. Nós temos um banco de sementes resgatadas, sementes crioulas, com quatrocentos tipos de sementes e que está espalhada aí no nosso Rio Grande afora com os agricultores e as agricultoras. Muito forte, as mulheres cuidam muito bem das sementes. Principalmente as mulheres estão, assim, pioneiras.

Rossana – Parece que elas têm mais cuidado, mais sensibilidade.

Tiririca – A sensibilidade. E também os grupos, nós temos o grupo Doce Vida, que é um grupo já de vários anos, que é um grupo que é da CPT, mas esse grupo foi...

Rossana – O que é o CPT?

Tiririca – É Comissão Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra, eles eram, são da Pastoral, se dizem e trabalham, mas esses foram os primeiros que ajudaram a ir junto com os agricultores e dizer: “Nós temos que botar o pé na estrada para lutar por um crédito diferenciado no nosso país, porque o nosso país não tem crédito pra pequeno.” Aquela época, isso foi em 95, 96, a questão do crédito. Mas um pouquinho antes, em 88, pouco antes, nós aqui, na nossa região, nós organizamos muito forte as mulheres pela luta de botar elas como ter direito na aposentadoria. Isso em 88. Então, isso foi uma grande luta também, nós...

Mas um pouquinho antes, em 88, pouco antes, nós aqui, na nossa região, nós organizamos muito forte as mulheres pela luta de botar elas como ter direito na aposentadoria. Isso em 88. Então, isso foi uma grande luta também, nós...

Rossana – Não tinham o direito a se aposentar?

Tiririca – Não, não tinha. Em 88, foi votado na lei do nosso país. E aí demorou seis anos. Seis anos já estava em lei e não tinha recurso pra pagar as pessoas que tinha idade. Então, teve todo um trabalho muito forte. Nós, como pastoral, como movimento de mulheres, com a pastoral da juventude, se criou uma coisa muito forte. Padres e comunidades e algumas cooperativas, essas cooperativas e alguns sindicatos que tinham, sabe, claro, que precisavam lutar pelo direito da aposentadoria. Depois disso, dentro desse mesmo pacote, em 88, no nosso país então foi aprovado também o Sistema Único de Saúde que temos hoje, isso já foi em 88. Também naquele mesmo ano, naquela mesma luta, também a gente votou que a mulher tem direito, a mulher rural, de assistência maternidade, porque não tinha. Então, várias coisas. Então, foram conquistas muito importantes que se conseguiu. E se a gente não tinha conseguido isso naquela época, com certeza, hoje não sei quem sobraria ainda no interior. Porque a aposentadoria nos dá o quê, um salário mínimo para o homem e para a mulher. Tem que ter seu não entendi, tem que estar na roça. Trabalhando na roça, ele consegue se aposentar, com um salário. A mulher com 55 e o homem com 6. E isso fez que muita gente permaneceu na roça. Mas nós temos algumas coisas, assim, bastante graves aqui na nossa região centro do Rio Grande do Sul. E principalmente aqui que nós somos a monocultura do fumo. Aqui em Santa Cruz, Herveiras e todos esses...

Rossana – Muito fumo?

Tiririca – Muito, muito fumo. Os complexos mundiais do fumo estão aqui em Santa Cruz, as fumageiras. Eles estão aqui dentro. E temos uma coisa assim: a fumageira, ela investe muito dinheiro na questão da produção do fumo, em assessoria técnica, eles têm um, dá pra dizer que é um exército de agrônomos e técnicos que vão lá vender o produto, né? Falar pros problema na fita pacotes de sementes, adubo e os venenos, tudo, até madeira. Aqui as fumageiras são donas de grandes extensões de terra de eucalipto.

Rossana – São os mesmos capitais. Eucalipto e fumo.

Tiririca – Eles têm as fazendas, porque, na região de Santa Cruz do Sul, essa região toda aí, a maioria, temos 20, 40% dos nossos plantadores de fumo são meeiros, são sem terra. Porque assim, o que tem 20 hectares de terra, ele enche a terra toda com fumo e bota os meeiros pra ajudar. Então, tem muitas mulheres muito empobrecidas, muito mesmo, antes ainda o padre falou, esse ano na comunidade, as comunidades negras, as mulheres conseguiram vir na festa. Primeira vez que conseguiram vir na comunidade, de tão empobrecido que está esse pessoal.

Rossana – E no fumo, que coisa faz a mulher, que tarefa?

Tiririca – A mulher faz de tudo. Nós temos, nós aqui, como Pastoral, e esse trabalho social, nós somos pioneiros de fazer essa discussão do fumo, dessa alternativa do fumo. Porque teve uma pesquisa do Ministério de Saúde e o Instituto do Câncer do Brasil, que fica em Rio de Janeiro. Essa doutora Tânia, ela veio em todos os nossos eventos e trouxe os dados de quantas pessoas morrem de câncer no mundo do que fuma. E aqui na nossa região a gente tinha uma pesquisa que Venâncio Aires, Santa Cruz, Herveiras são os lugares que mais pessoas, mulheres e homens, se suicidam por causa dos venenos. Eles trabalham muito no veneno. E muitas famílias dormem, o fumo é a cama, moram no mesmo galpão.

Rossana – É o veneno que colocam na planta?

Tiririca – É. Muito perigoso. E também o fumo, ele foi geneticamente modificado, eles aumentaram a nicotina e daí deu a doença do fumo verde. E a doença do fumo verde, a pesquisa mostra, porque as pessoas vão colher, eles usam até manga comprida de manhã. Se vão de manhã, de tarde nem usa nada. Mas aí o fumo está molhado, eles colocam na roupa e carregam o fumo assim. Molha aqui, molha tudo. E esse problema da nicotina, da folha verde, está dando muito problema, dormência nos braços. E também essa questão do suicídio e também que as crianças não aprendem mais direito, tem os neurônios fracos, isquemados (sic.) e não conseguem passar da quinta série. Muitos e muitos jovens, no interior, não passam da quinta série.

Rossana – Deixa eu ver se eu entendi: as pessoas cometem suicídio ou morrem por causa do veneno?

Tiririca – Cometem. O veneno fica tão forte, ele fica tão depressivo e se mata. E daí também tem o endividamento, que as fumageiras não querem saber, eles querem que eles plantem, plantem, plantem. Depois quando é hora de comprar o preço, não é bom. E o pior é ainda a classificação que eles fazem. Tem vários problemas muito seríssimos no fumo. Então, o que acontece com nossos sindicatos? Por que essas fumageiras têm tanta força? Porque o sindicato está fraco. As nossas associações têm medo de fazer a discussão. Eu uso chapéu, né? E, nas últimas manifestações que houve aqui no Brasil, pela Convenção-Quadro, eu não sei se você está por dentro do tratado mundial do tabaco?

Rossana – Não.

Tiririca. Tem um Tratado Mundial do Tabaco, os países são 190 países, que assinaram a Convenção-Quadro pra discutir justamente essa polêmica do fumo. A mulher, pelo certo, não

podia trabalhar no fumo. Por quê? Por causa da... ela é mais frágil. Por causa da menstruação, por causa da gravidez, vários problemas que a mulher se envenena mais fácil do que o homem.

Rossana – Isso foi provado na Convenção?

Tiririca – Isso está comprovado. Na Convenção-Quadro, está comprovado. E também tem a questão dos abortos, criança nascendo com problema, sem cérebro. Aqui perto, um grupo que é da Pastoral da terra, que estão discutindo já essas alternativas, faz agora há cinco anos atrás, não quatro, eles ainda não tinham conseguido parar de plantar fumo. Então, plantavam batatinha, começaram a fazer as coisas, produtos, produzir sem veneno comida e tudo. E começando a cuidar. Mas ela teve um bebê pequeno, de três meses, e ela foi colher fumo, porque a mulher, não tem mão-de-obra, ela tem que estar junto, ela tem que colher fumo, ela tem que plantar o fumo, ela tem que lavar a roupa, ela tem que fazer comida, está em toda a cadeia, a mulher. Na produção do fumo. Em todo trabalho da roça, a mulher está em toda a cadeia produtiva. E ela foi colher fumo de manhã. Ela disse que chegou em casa, tomou banho e botou roupa limpa. Mas o veneno tinha já entrado e a criança já estava chorando de fome. E ela pegou o bebê, deu de mamar. Três horas depois, o bebê morreu. Do veneno que estava já no sangue. Então, são coisas muito complicadas que acontecem com as mulheres na roça. E daí tem também... os sindicatos, as associações, eles têm um certo medo pra fazer debate. Vamos supor, a Fulbra é uma associação que é associação dos fumicultores do Brasil, e ela é daqui de Santa Cruz. E ela é organizada em vários estados. Só que ela é casada com a fumageira. A fumageira, ela já desconta, eu vou lá e eu vou plantar fumo, ela vem, o técnico da fumageira vem, eu assino lá, tantos por cento eles descontam na minha folheta do fumo, que fica, 20% eu acho que é a Fulbra, pra, se dá algum problema, tipo seguro, 20%. Todo o dinheiro vai pro seguro. Imagina, são 180.000 fumicultores no Brasil, que são sócios da Fulbra. A Fulbra não tem mulher na direção. A Fulbra é uma associação que vende sementes transgênicas, ela vende eletrodomésticos, vende tudo, é um comércio junto, é uma coisa faraônica, é terrível.

Rossana – E por que não tem mulheres?

Tiririca – Porque ali, até hoje, sempre só tinha um homem que mandava. Agora ele faleceu, entrou, não sei como é que fizeram, mas entrou acho que o filho, então é uma cúpula e que é difícil alguém fazer essa discussão pra derrubar aquele sistema. O que é que nós como Pastorais e movimentos sociais pensamos? Se aqueles sindicatos, que são muito machistas, que é difícil ter uma mulher numa direção de um sindicato. E se entra uma mulher, ela fica que nem a nossa governadora, ela vai ter que, ela vai aceitar aquilo que o modelo dos grandes define. Ela executa isso. Ela não quer saber de trabalho social, dar valor ao professor, dessas coisas, não. Então, o que é que os movimentos sociais, então, discutiram? Vamos organizar os movimentos para que as associações dos movimentos, do MPA, do MST, das mulheres da Via Campesina do Brasil, ela é bastante forte e organizada aqui no sul, porque aqui no sul, o MST tem muitos assentamentos, muitas mulheres na coordenação, quase só mulheres nas coordenações; o MPA é mais homens que estão na coordenação, mas tem como fazer esse trabalho, porque a Via Campesina trabalha junto. A CPT faz parte, o MPA, Movimento de Mulheres, Movimento Sem Terra e a Pastoral da Juventude Rural. Fazem parte da Via Campesina. Então ali se discute, se define os rumos pro nosso país dentro da questão da reforma agrária. Porque o machismo também segura o sistema. O sistema neoliberal. Porque onde a mulher consegue ajudar a fazer, ela está num rumo mais social. Eu acho que pelo próprio instinto da mulher. Que ela consegue fazer mais esse, principalmente as mulheres...

Porque o machismo também segura o sistema. O sistema neoliberal. Porque onde a mulher consegue ajudar a fazer, ela está num rumo mais social. Eu acho que pelo próprio instinto da mulher. Que ela consegue fazer mais esse, principalmente as mulheres...

Rossana – Uma pergunta, agora que você está falando disso: Você acha que é mais fácil que as mulheres participem destas organizações ou os homens?

Tiririca – Pra nós, está muito claro que temos que ter as mulheres e os homens juntos. Os homens e mulheres juntos pra discutir isso. Essa polêmica da produção. Da comercialização. Porque é fazer junto. Um é um pouco mais forte, pega arado, faz isso, faz aquilo, mas a mulher na hora de fazer as conservas, fazer a geléia, porque nós já temos grupos da economia

solidária. E daí são muitos jovens que estão nesses nossos projetos. Então, eu penso que, as associações é preciso discutir, os sindicatos é um desafio que tem que ser discutido como a questão do sindicalismo autêntico, porque tem muitos sindicatos que estão dentro do movimento, mas é muito pouco. Nós aqui, essa região, que abrange essa diocese, são 40 municípios. Desses 40 municípios, eu acho que são cinco ou seis sindicatos que fazem parte do movimento. Os outros são de outras confederações. Tem a FETAGRS, que é uma confederação. Tem a Tetrafisul, que está tentando também fazer essa discussão. Mas a FETAGRS são sindicatos que têm que ser rediscutidos, porque, que nem em Santa Cruz aqui, o presidente do sindicato fica uns 30 anos, tu entende? É um homem só. Então, essa discussão tem que ser feita. Pra poder avançar na questão da comercialização também. E eu penso assim: a comercialização, é preciso dar mais valor aos produtos locais. Aqui, os produtos locais ficam para atrás. E é trazido produtos transgênicos de outras, de outros estados, de outros países.

Rossana – Os transgênicos são mais econômicos, então entram mais.

Tiririca – É, é. E o transgênico entra aqui clandestinamente. Em primeiro lugar, vem muita semente pra dentro. E essas empresas têm muita semente. Nós, eu tenho pela pesquisa aqui, o transgênico, ele precisa três vezes mais água, por isso que as secas no Rio Grande do Sul é muito disso. A região norte lá é só transgênico. Aqui também tem muito. Mas aqui a região sul é incrível que parece que as grandes empresas de eucalipto, Aracruz, Celulose e a Votorantim, todas essas grandes empresas de celulose têm uma proposta aqui no Rio Grande do Sul não entendi de produzir. Plantar um milhão de hectares de eucalipto, um pé do lado do outro? Toda aquela região sul, Encruzilhada, Pantano, Rio Pardo, daí depois vai naquela direção pra Bagé, nas fronteiras do Uruguai e do Paraguai.

Rossana – Nós temos muito eucalipto, é um problema.

Tiririca – Sim. E perpassa as fronteiras. Então, isso é um grande problema. Nos não entendi nós temos a questão da água. Isso é muito perigoso. Então, essa discussão nós estamos



conseguindo fazer dentro das universidades, ali no César. Você conhece já há mais tempo o professor César ou conheceu a Iara?

Rossana – Não, eu conheci a Iara e ao professor César no ano passado, que eu vim por primeira vez a Santa Cruz, eu conheci ele.

Tiririca – Ah, muito bom. E aí você já fez entrevistas também com eles?

Rossana – Claro.

Tiririca – Eles são muito interessantes, nós fizemos... Com a Iara, a gente fez com os jovens da UNISC.

Rossana – Ela trabalha com a violência, é muito interessante.

Tiririca – Sim, é muito bom. Essa questão da violência da mulher, ela coordena mais essa região de Santa Cruz. Lá na região do Vale de Taquari – eu moro em Cruzeiro do Sul, Vale do Taquari –, lá já faz alguns anos que nós tinha uma mulher delegada e essa mulher delegada era esposa de um agrônomo que era da Pastoral. E aí a gente fez muito essa discussão e lá a gente começou há muitos anos por causa dessas mulheres que apanham e que a mulher denuncia e o homem bate mais ainda na mulher.

Tiririca e Maurício

Tiririca - O MPA é um movimento muito jovem. Eu acho que o MPA deve ter o quê, uns doze anos. E esse senhor que hoje é prefeito lá, ele era um jovem. E ele foi um dos jovens que eu o disquete na mão e disse: “Olha, aqui está o projeto. É assim e assim que tu tem que preencher, tu tem que sentar lá com as mulheres e com os homens, chamar as famílias e fazer a discussão. E primeira coisa a pedir para as famílias: “Qual é o seu sonho?” O que ele sonha na roça. E bota isso no papel e tenta ajudá-los. E ele, ele é muito legal. Depende do que se tinha de município que ele está, mas ele nunca se esquece de mim.

Rossana – Quanto tempo faz que você está envolvida no movimento?

Tiririca – Nós da Pastoral da terra, a gente está, acho que há uns 20 anos. Quando eu tinha meus... vinte anos atrás, eu tinha 28 anos.

Rossana – E qual foi sua primeira motivação para participar do movimento, na organização?

Tiririca – Foi nesses trabalhos de estudos que a gente fez dentro da própria pastoral, na Igreja. Eu fiz uns cursos bíblicos e de teologia. E vem também esses cursos de direito, quais são os direitos que uma pessoa tem no seu município, no seu estado, os direitos no nível nacional. E esses direitos era tudo quase negado, a maioria das pessoas não sabe seus direitos, não sabe.

os direitos que uma pessoa tem no seu município, no seu estado, os direitos no nível nacional. E esses direitos era tudo quase negado, a maioria das pessoas não sabe seus direitos, não sabe.

Rossana – Você acha que participar em uma organização permite, ensina as pessoas a conhecer mais seus direitos e exercer os direitos da cidadania?

Tiririca – Sim. Com certeza. Porque se a pessoa, tanto faz se é mulher, homem, ou é jovem, se ela não sabe, ela não faz, porque ela não sabe o seu direito. E no momento que ela sabe, ela faz essa conversa com mais pessoas, ela consegue fazer um grupo na sua comunidade até fortalecer a sua comunidade. Por isso que a formação, a educação, no mundo, vai fazer que as pessoas possam ter mais dignidade. Porque se hoje temos um mundo de drogas, um mundo de desgraça, um mundo dos alimentos, que hoje os alimentos são, não é mais coisa saudável, é um alimento altamente contaminado, que está provado que muda a flora intestinal nossa. Afeta os nossos comportamentos, por causa dos alimentos transgênicos envenenados e cheios de hormônios. Então, essa é uma coisa bastante complicada.

Rossana – Então, Tiririca, você acha que nesta região de Santa Cruz, as pessoas têm mais tendência a se organizar em diferentes cooperativas, ou são mais individualistas? Você que acha?

Tiririca – Tem uma coisa bastante individualista. A associação, geralmente ela só fortalece onde realmente se faz uma formação, onde as pessoas possam perceber que elas podem ter melhores condições de vida se eles fazem juntos. Então, o individualismo, ele é bastante forte. É bastante forte o individualismo. Mas, nesse sentido que a gente, nessa discussão do fumo, nessa discussão com os pequenos agricultores, a gente está conseguindo fazer que as pessoas se juntem para discutir essa questão das cooperativas. Porque tem um trabalho, é bem perto ali, que o movimento dos pequenos agricultores começaram uma estação experimental. Com pinhão manso, tungue, as plantas que podem plantar, que podem plantar fumo. Porque o agricultor que planta fumo hoje, se você chega lá e fala pra ele da questão, mesmo ele estando mal, ele desaprendeu a fazer as outras coisas. Ele só sabe mais plantar fumo. Ele desaprendeu. Então, é preciso fazer toda uma reeducação na roça. A gente fala a reeducação no campo. Resgatar alguns valores. Não voltar pra atrás no tempo, mas buscar valores dos nossos antepassados, que os nossos antepassados tudo trabalharam em cooperativas.

A questão das cooperativas aqui foi que grandes cooperativas começaram a comprar as pequenas e iludiram os sócios e transformaram em grandes coisas. Então, não tem mais quase pequenas cooperativas. Pequenas dá para contar nos dedos. Eles deram um jeito que, como

dizer, a cooperativa Dália, era lá no início uma pequena cooperativa, que se chamava Cooperativa Mistal do Taquari. Hoje... Depois foi encampando aquelas pequenas e tornou tudo uma grande. E foram iludidos os agricultores. Então, eu penso que... Mas tem, eu estava no Paraguai, que ano foi? Em Assunção, nós tinha um encontro da Via Campesina Latino-americana. E também tinha as mulheres do Paraguai, eu acho que é uma das paraguaias que coordena o CLOC. A CLOC é uma organização mundial das mulheres. E aí então a gente ficamos lá numa vila, onde é que é? Eu acho que é dos freis, aquele salão lá, e que é quase só indígenas que estão ali. Crianças indígenas. Ali é que nós paramos. Levamos nossos colchão e coisa e nós acampamos lá e ficamos lá. E fizemos uma caminhada lá no Paraguai. Fomos na frente da Embaixada dos Estados Unidos. Fomos lá, não deixaram nós chegar perto, mas a gente foi manifestar essa questão, porque lá, os índios têm muitas sementes crioulas ainda. Aqueles que os agricultores queriam lá. E aí a gente viu que eles ainda têm, só que também, não sei como é que é a organização. Não ficou assim tão claro se já está assim firme o movimento no Paraguai, no total.

Rossana – Então, participar deste movimento permitiu a vocês conhecer outras realidades, outros grupos, outras pessoas? Da muitos recursos, sim?

Tiririca - Muito, muito. Tá uma visão, tu cria uma visão como planeta, a grande casa, né? Que a gente mora tudo numa grande casa, que é o planeta. E essa grande casa está muito desorganizada. É uma meia dúzia de grandes complexos de produção, que querem tomar o mundo e que prometeram para alguns que iam terminar com a fome no mundo e não era verdade. E as pessoas acreditaram.

Rossana – E você acha que tendem mais a formar organizações e cooperativas quando as coisas estão muito bem ou quando há crises e problemas?

Tiririca – A crise, geralmente ela traz um desafio pra que a pessoa se organize mais e junte para fazer a discussão. Acho que esse momento de crise, hoje, ele vai fazer que no mundo inteiro as pessoas comecem a discutir essa questão da produção dos alimentos. Porque, quem

é que não precisa de alimentos? Então, eu penso que, no nosso país atual, agora, nesse momento, a discussão é, até hoje, hoje é dia 20, ontem e hoje, tem uma negociação e uma manifestação em todos os estados do nosso país para um recurso em nível federal para produção de alimentos. E mais está aí organizado nessas cooperativas. Que a produção passa por uma formação e daí na produção e depois nas cooperativas. E isso está sendo feito muito forte no último tempo. E a gente está vendo que esse sindicalismo todo, eles estão meio em pânico. Eles também estão vindo para essa discussão. Eu acho que, de uma forma, é duro quando é a crise, mas, de outra forma, se esse atual modelo está em crise, é o momento de discutir para um outro modelo de produção. E para nós está muito claro: as mulheres têm que estar presentes.

Por isso é que a gente tenta organizar as mulheres, não tem que, que a mulher tem sempre que ficar em casa e o homem vai para a luta e vice-versa, também, na própria cidade. A criança, pai e mãe, essa questão do trabalho também tem que ser rediscutida. Porque senão, não adianta produzir se o trabalho não é rediscutido.

Rossana – Além de conseguir as reivindicações que as organizações estão pedindo, você acha que formar organizações é bom para a comunidade toda?

Tiririca – É. Assim. Tem algumas comunidades que tu consegue envolver toda a comunidade na discussão. Mas tem algumas comunidades. Tem as de resistência, que nós temos quilombolas, temos indígenas, temos as comunidades mais alemãs, outras mais italianas, outras mais açorianas, então tem comunidades que realmente o povo se junta. Tem outras que...

Rossana – Depende um pouco da cultura?

Tiririca – Também. A cultura é uma coisa bastante, às vezes até lugares são mais excluídos até porque a cultura é uma cultura que não é aquela cultura que tem que ter carro, tem que ter casa assim, tem que... São culturas mais simples, mas geralmente naquelas comunidades ainda tem todos os tipos de semente. Porque não entraram no modelo do adubo, do químico e dessas coisas. É interessante.

Rossana – Maurício, né? Você também é do movimento de pequenos agricultores ou é da Pastoral?

Maurício – Pastoral da terra.

Rossana – Eu às vezes confundo, porque as organizações não são totalmente equivalentes no Uruguai.

Maurício – Mas aqui é importante colocar que o movimento dos pequenos agricultores, o movimento dos trabalhadores sem terra, o movimento das mulheres camponesas, todos tem uma relação com a CPT. Ou têm uma liderança aqui na nossa não entendi, o MPA, que foi um dos principais que ajudou a articular que os agricultores se organizem em torno de um problema comum na época, que foi a seca. Chegou a reunir 30.000 agricultores na beira da estrada. A partir de um objetivo comum. Em 96. Foi a seca, e isso motivou muitos agricultores, foi uma crise também.

Rossana – Então pode ser que sejam as crises as que fazem as pessoas se organizar.

Maurício – Eu acho que sim. Tem muito a ver também com isso, porque os movimentos hoje estão bastante enfraquecidos e precisam... Na época, quando surgiu o MPA, surgiu com muita força, por causa disso e o que se debatia era que os pequenos agricultores do Brasil, que eram, ainda são em torno de 20%, 18 ou 20% da população, não tinham crédito, financiamentos adequados. Então, naquela época, a luta foi por um crédito, um crédito subsidiado para custear a lavoura. Um crédito que, na época, era coisa de R\$1500?

Tiririca – É, R\$1500 e R\$500.

Maurício – R\$500 e R\$1500.

Tiririca – Que se chama o custeio, que tu pega, tu pode pegar todo ano. Um pequeno recurso para sementes, comprar, plantio e o investimento era pra se tu queria comprar um tratorzinho, ou uma carroça ou uma vaca, um boi, uma junta de bois. Então tinha o debate, por causa disso, desse projeto, que aquela vez foi feita a greve de fome no nosso país, os nossos agricultores daqui do Rio Grande do Sul, porque não se tinha crédito para os pequenos. Então, toda essa polêmica da dificuldade da seca fez os agricultores se juntar pra pautar uma proposta para os pequenos poder permanecer na roça. Então, por isso é que surge esse... E daí nós não conseguia avançar na negociação. E aí se definiu. A gente caminhou por todas as cidades do Rio Grande do Sul, se manifestando e chamando a atenção pro governo, pro governo receber os agricultores pra discutir essa questão do crédito. Ele não recebia. Daí, se decidiu fazer greve de fome. Nós já estava há dezessete dias na greve de fome, já tinha companheiros passando mal, dezessete dias. Gente, o que foi aquilo? Parece mentira que a gente passou por isso. E daí chega o Papa no Brasil. E eu liguei para o nosso bispo e disse: “Dom Sinésio, pelo amor de Deus, faça alguma coisa, ligue para Brasília, tem alguém conhecido lá? Pra acionar. Que o governo escute a nossa proposta.”

Rossana – Quem era o presidente naquela época?

Tiririca – Fernando Henrique Cardoso. Daquela época, então, ele mandou um e-mail para Brasília, o bispo, e mandou para Roma, para o Papa, dizendo o que estava acontecendo aqui no Rio Grande do Sul com os agricultores e o governo de Fernando Henrique, que ele queria ir lá saudar o Papa e dizer que o Brasil era um brinco do mundo. Não tem problema no Brasil.

Maurício – A primeira-dama, a Ruth, mulher do presidente, hoje morta já, ela disse para Dom Sinésio que era mentira, que os agricultores não estavam...

Rossana – Ela falou que não estavam em greve?

Maurício – Não, ela falou que os agricultores brasileiros não tinham tantos problemas, que não era verdade. Depois ela teve que ligar para Dom Sinésio e pedir desculpas, porque o governo teve que aceitar um grupo de agricultores para fazer uma negociação, porque ia ficar muito feio o Papa saber que dentro do grupo dos agricultores tinha um frei, um religioso também, em greve de fome, por causa da situação dos agricultores. Foi uma época importante e organizou, então, os pequenos agricultores pra pensar uma política agrícola diferente. Que valorize o pequeno agricultor, que hoje ainda, no Brasil, 70% da produção de alimentos vem dos pequenos agricultores. Até 100 hectares, 80% da alimentação da população do Brasil é de 100 hectares pra baixo.

Rossana – É bem pequena, né?

Tiririca – Sim.

Maurício – Pra ter uma ideia da importância disso. Não se tinha um crédito adequado pros pequenos agricultores. Inclusive não tinha seguro agrícola também, era uma grande bandeira de luta. Porque tem seguro pra tudo. Na época se dizia, tem seguro para a perna de uma mulher famosa no Brasil tem seguro. Mas não tem seguro para a produção de alimentos. Então, se pediu e se conquistou o seguro agrícola. Se conseguiu. Tinha um deputado, que hoje já morreu...

Tiririca – Naquela época, a questão daquele debate, só vi agora, esses doze anos, não se conseguiu avançar muito na questão do debate e da continuidade das pessoas poder pegar o recurso. Essa proposta nova agora, do recurso, que eles estão negociando hoje em Brasília, é R\$100.000 por família, ou por grupo pode ser, mas tem que entrar na questão da produção dos alimentos saudáveis. Os alimentos sem veneno, os alimentos para recuperar aquelas sementes crioulas. Então, se eles conseguirem que realmente o governo invista nesse sentido,



aí sim, o nosso país pode avançar muito na produção dos alimentos limpos, dos alimentos saudáveis. E dizer pra você, Rossana, dizer pra você que nós, como igreja, a gente tem o nosso bispo aqui, Dom Sinésio, ele tem um trabalho com Alemanha, com algumas dioceses lá. Ele é muito amigo da diocese de Rottemburg, na Alemanha, e que cada ano vem um jovem conosco, com nosso trabalho em CPT, pois a gente trabalha com jovens da roça, meninos e meninas da roça e o trabalho que a gente tem com as famílias também da roça. Faziam seu trabalho social aqui no Brasil dentro do nosso trabalho. Então, a Francisca também está aqui, ela está lá em cima, na formação, e ela já está há nove meses aqui, já fala bem português. E ela disse assim, que ela lá na Alemanha nunca podia ter imaginado que podia ter no mundo ainda pessoas que agarram essa luta, essa permanência que nós assim como, por isso meu apelido é Tiririca, porque é uma permanência assim muito forte e eu sempre digo assim: “É graça de Deus a força.” Porque a gente consegue fazer junto trabalho com a família da gente. A gente tem apoio da família. Muitas vezes trabalhando sem ganhar nada, muitas vezes tu vai, faz e tu não tem essa recompensa pelo trabalho, mas tu tem a recompensa de ver o modelo mudar, porque, muitas vezes... Eu sou muito assim, será que vale a pena eu ter grandes valores e dinheiro, isso, muito aquilo? Se as futuras gerações estão em perigo. Então, meus netos, meus bisnetos, que será deles? Então, se a gente consegue que, realmente, na persistência, na permanência, na luta...

Rossana – É, é uma luta a longo prazo.

Tiririca – A longo prazo. São vinte anos. São vinte anos que nós estamos. Dezenove anos não entendi. Daí, esse dia, quando nós fomos nesse encontro da grande região sul, que veio os pesquisadores, que como não entendi, uns só estão discutindo a questão do fumo agora, nos últimos quatro ou cinco anos. Mas nós já estamos discutindo há vinte anos. Então... E a gente via os resultados. Por isso é que a gente não para. Tu vê o agricultor que sai do fumo e planta comida e daqui a pouco são esses que tem hoje. Se hoje nós temos visão ecológica, se hoje nós temos associações e cooperativas, aquelas que nós temos hoje, que é dos movimentos, que é da Via Campesina, são associações que mostram a mudança, então passa por ali. Então, tu já criou um canal e tu vai investindo nesse canal e vai trazer mudança. E que pode ser uma esperança pro mundo inteiro. Eu acho que é por ali.

Maurício – Acho que tem uma coisa que acho importante colocar pra Rossana que nós observamos aqui. Como os agricultores têm uma luta muito grande pela sobrevivência e por conquista de direitos, hoje os agricultores têm aposentadoria. Já falou? A mulher com 55 e o homem com 60. Mas ainda tem muitos direitos que os agricultores não tem. O próprio direito à terra, o próprio direito a uma saúde de qualidade, educação, muita coisa não chega ainda para os agricultores. Sei que em outros países da América Latina está pior. Mas o Brasil ainda precisa avançar muito nessa questão. E é estratégico trabalhar com os agricultores porque o que é o Brasil, ou qualquer país que seja, sem a alimentação? Acho que é a base. Uma das coisas mais importantes de um país é a soberania alimentar. E nós, no nosso país hoje, uma das grandes lutas dos movimentos sociais é para garantir isso. Que o agricultor tenha um pedaço de terra, tenha direitos garantidos e possa ter um pouco mais de autonomia. Porque hoje o agricultor não define preço e produto. Recebe um pacote tecnológico pronto, que não precisa pensar. E aí eu queria falar do pensar o seguinte. E a outra luta, a segunda luta, que é contra um pensamento, uma monocultura de pensamento, dá pra dizer, as pessoas não estão habituadas a sentar e pensar alternativas. Quando tu reúne um grupo de agricultores para pensar uma coisa diferente do que se faz, com um adubo diferente, ou sem agrotóxico, é difícil, bastante difícil, porque não se criou...

Rossana – Como eles reagem, no início, quando você trocam...

Maurício – É difícil, porque eles acham que não vai dar certo, que não funciona. E a gente vê que tem muito limite na capacidade. Ou seja, as pessoas estão habituadas a receber coisa pronta e a aplicar. É mais fácil trabalhar com fumo, mesmo que seja mais prejudicial para a minha saúde, porque já está pensado. A cadeia produtiva já está pensada. Então, pensar um grupo de produção que vai trabalhar junto, que vai saber que o feijão dele, ele não vai vender sozinho, ele tem que se articular com outro agricultor pra ter mais força, que exige pensar, exige se organizar, então eu acho que esse é o maior desafio que os movimentos de agricultores daqui, no nosso país, tem ainda pra trabalhar. Como criar uma cultura de resgatar a criatividade? Porque hoje, se tu vê, nós mesmos, se tu não cuida, tu recebe a coisa pronta e não se desafia a fazer.

Rossana – Maurício, uma pergunta. Eu já perguntei para Tiririca, mas, no seu caso, qual foi a primeira motivação para participar nesta organização? Qual foi a primeira?

Maurício – Na Pastoral e nessa luta toda? Eu, primeiro, sou filho de agricultores. E sou jovem ainda, um pouco de jovem ainda, que respeito muito, porque eu fui criado numa família que valoriza muito o simples, o agricultor. E respeitar a pessoa do agricultor, mesmo que não saiba nada de ler e escrever, mas eu aprendi muito isso com meu pai, o meu avô, minha família, que a gente tem que respeitar o agricultor, só pelo simples fato de que está produzindo alimento. E pelo dia-a-dia que eu vivi. Sempre trabalhei na roça. E morei um ano num assentamento também, perto de Porto Alegre. Também aprendi muita coisa de como o pessoal pode se organizar e ir pra luta também pra conquistar seus direitos e ali eu entrei também na Pastoral da terra. E a gente foi entrando, assim, é difícil de dizer, mas a gente fica, acho que apaixonado pela causa.

Rossana – Não, porque participar nessas organizações implica muito tempo voluntário, muito sacrifício. As pessoas deixam de fazer muitas coisas para eles mesmos quando trabalham. Por isso eu pergunto pela motivação. Porque sem motivação...

Maurício – Eu acho que a motivação minha mesmo, ainda sonho em transformar o mundo, acho que pode ser por aí, porque, se eu fosse olhar pelo lado econômico.

Rossana – Um outro mundo é possível, como dizia o Fórum.

Maurício – Se eu fosse pensar no lado econômico, talvez se eu fosse funcionário de uma empresa fumageira, certamente eu ia ganhar bem mais. Ia estar tranquilo. Porque depois que tu tá nessa, a gente diz que tu vai dormir de noite, não é que tu nunca está tranquilo, mas tu sempre tem uma preocupação, tu sempre tem um acampamento que tu tem que ajudar, que tem gente que precisa de ti, que tem gente que não tem comida, que tem gente que está na beira da estrada, ali perto de Lajeado, que tem sete famílias, que moram numa área de 2.000

m2, que não tem, que estão jogados na beira da estrada e que ninguém vai lá. Então, essas são as coisas que me motivam pra isso. Então, toda essa questão, eu acho que... Tem muitos lugares que ninguém chega. Por exemplo, onde tem pessoas que são muito pobres, mesmo na comunidade delas, as pessoas discriminaram por serem negras e por ter uma família que tem HIV. Uma família. E aí todo o mundo discrimina e aqui tem muito, a imigração alemã carrega muito esse racismo. E negaram a água na comunidade. Ligaram a água para a comunidade e... Primeiro, nós pensamos assim, porque eu estou muito ligado com a família da oito, porque eu vou muito lá e quando estou naquela região paro lá.

Tiririca – Nós trabalhamos juntos, eu e o Maurício, e essa jovem alemã. Essa jovem alemã fica junto.

Maurício – Daí, não dá pra admitir, por exemplo, que na casa dela lá, a 200 m, 300 m da casa dela, tenha um grupo de famílias muito pobres e que a comunidade nega água. Como é que eu vou ser cristão numa situação dessas? Então, tem que ir lá. É um desafio, porque tu, o meu pai sempre disse que tu vai ter muita decepção nesse sentido, porque tu espera que as pessoas vão te retribuir e muitas vezes não te retribuem, né? Mas eu acho que vale a pena esse trabalho. Hoje nós conseguimos, então, com eles a questão da água, mas ainda tem que articular uma horta, e resgatar a dignidade dessas pessoas, porque tu imagina, tu tem dois mundos aqui, na mesma comunidade. Esse não se aproxima desse. E um fica falando daqui e o outro de lá. E nunca se aproximam. Então, tu cria daqui a pouco um conflito na comunidade e tu nunca te aproxima para ouvir os dois lados e dizer “tem lugar pra todo o mundo aqui” e tentar achar uma alternativa.

Rossana – É como que não há comunicação entre esses dois mundos.

Maurício – Tem, mas tu imagina quem recebe sempre a ideia...

Tiririca – ... A Pastoral, nós, ali, a nossa família. E o grupo que trabalha junto. A gente vai lá e a gente foi, então, nós não entendi, ouvimos, fomos lá ver a fonte que eles pegavam água e a gente esperou na fonte, botamos no papel tudo o que precisava, fomos lá na Prefeitura, a exigir que a Prefeitura mandasse um pedreiro, então todo esse trabalho a gente ajuda a encaminhar. E a gente faz essa mística toda, que eles são importantes, que eles também têm direitos a todas essas coisas, e a gente não quer assim ficar sempre junto ali na comunidade, porque eles também têm que ser sujeitos para fazer a discussão local. Agora, a gente conseguiu, através daquele padre que foi lá. Foi lá, convidou, foram para a missa, agora as crianças estão indo na catequese. Mas ainda, aquela discriminação que tem, aquilo que eu falava antes das comunidades alemãs, as italianas, as quilombolas, as indígenas, é muito difícil fazer respeitar ou valorizar essas e aí, eu acho, é ali que o projeto consegue avançar cada vez mais forte pra dentro, nós estamos na visão do sistema neoliberal, a questão do indivíduo, do individualismo. Então, isso é muito forte. Aqui em Santa Cruz é muito alemão, quase todas as... Lajeado, Estrela, na região onde tem as comunidades alemãs, eles são muito loucos, trabalham, trabalham, trabalham, mas eles são muito assim: eles acham que negro, que índio e esse luso não trabalham. Acham que eles não sabem trabalhar. Não é que não sabem trabalhar, são de jeitos diferentes. É uma dificuldade.

Rossana – Isto é bastante novo para mim, porque eu estava falando pra você, lembra que no Uruguai a população é bastante homogênea, então isso que você me conta é importante, porque para mim é bastante novo.

Maurício – Tu imagina agora, que nem esse grupo de famílias lá muito discriminadas nessa comunidade, como é que vai reagir, como é que vai levantar de manhã cedo com coragem para encarar a vida se só recebe coisas negativas das pessoas que enxergam, que “tu é vagabundo, não quer trabalhar” e não sei o quê. Só ter isso. Como é que uma pessoa dessas...? Então, tem uma luta muito grande para resgatar a dignidade dessas pessoas e daí que eu acho que o movimento social, acho que o grande papel dele, principalmente no movimento dos agricultores, acho que a coisa mais importante para contribuir é resgatar a autoestima...

Troca de lado a fita.

... muito pequena, que todos os agricultores moram na cidade, mas a cidade não é uma cidade. Então, a pesquisa considera como sendo urbano. Mas tem muito agricultor que mora na área urbana, mas é agricultor. Isso é um problema.

Rossana – Isso agora mesmo, nós estamos discutindo no Uruguai. Se você tem que ver só as pessoas que moram, ou as pessoas que trabalham. Nós temos muito assalariado agora rural, muito.

Tiririca. Aqui, tem assim. O meeiro, que é do fumo. O meeiro, aquele, eles chamam de peão de fazenda. E que deve ter carteira assinada como trabalhador funcionário rural, sei lá como chamam, assalariado rural. E tem, que nem naquela região das fazendas, é um povoado que nem Pantano, grande. É uma cidade, que essa cidade é pequena, não entendi, e as pessoas, ou o marido é caminhoneiro. Não tem terra. Mas moram ali. E talvez, um ou outro ganha lá um dinheirinho, mas a maioria dos homens são caminhoneiros. Que puxa a madeira, que puxa frete dos fazendeiros. Então, é uma coisa assim bastante complicada essa questão inteira. Se no Brasil, você resolver a questão da terra, a distribuição adequada para as pessoas que querem terra, nós íamos dar um salto significativo, não só na produção, mas na questão social. Porque nós temos muita gente nas grandes vilas, cinturões de gente. Porto Alegre, aqui, Lajeado, olhando só aqui perto. Lajeado, aqui tem muita vila. O povo se amontoa na vila, aquilo é papelão, que faz as paredes, e o povo vem despencando para a cidade em busca de uma melhor vida. E não tem. Então, tem uma propaganda falsa que a televisão faz da cidade, mostra aquela em Santa Cruz, Lajeado, aquela cidade, mostra essas coisas bonitas. Porto Alegre, não entendi em Porto Alegre, quanto não entendi é Porto Alegre já. Tu imagina São Paulo, Rio de Janeiro.

Rossana – Ah, sim, eu tenho pra você. Acho que eu já fiz, mas se você quer acrescentar alguma coisa. Neste sentido: se para as comunidades, em geral, é bom as pessoas se juntarem, se associarem, se formarem grupos.

Maurício – Se em geral é bom? Acho que sim.

Rossana – Por quê? Que dá para a comunidade?

Maurício – Assim, a maioria das pessoas estão trabalhando hoje no individual, né? Cada um cuida das suas coisas numa época muito individualista, então, o fato de se unirem. Nós gostaríamos que os agricultores se unissem para a produção coletiva de alimentos ecológicos. Mas se eles se unirem só para comercializar os seus produtos, acho que já tem um grande avanço. Porque às vezes é difícil. Tem experiências em que eles produzem e dividem o lucro junto. Dividem as despesas e dividem o lucro. É mais difícil. É uma organização mais difícil, mas se eles produzirem cada um as suas coisas na sua propriedade e se unirem para vender juntos, eu acho que já tem uma grande alternativa. Para os pequenos sobreviverem na roça hoje, tem que ser através da união. Não dá pra pensar que eu sozinho, na minha propriedade, cuidando das minhas coisas, posso aprender, porque é dias contados. Principalmente os pequenos. Têm que se unir. Não adianta. Esse é o caminho. E enfrentar essas dificuldades, porque claro que eu vou ter que aprender a conviver contigo, as diferenças...

Rossana – Vocês falaram hoje que os sindicatos estão um pouco mais fracos? Por que você acha que acontece isso?

Maurício – Os sindicatos de trabalhadores rurais, hoje, a maioria deveria defender os agricultores e, na grande maioria, virou quase um negócio. Um negócio assim: o presidente recebe, tem sócios, mas não é aquele sindicato que ajuda os trabalhadores a se organizar para a conquista de direitos. Esse é o problema. Por isso é que surgiu também, por exemplo, o movimento de pequenos agricultores, surgiu exatamente por causa disso, dos sindicatos, se acreditava nos sindicatos de trabalhadores rurais, mas o que é que aconteceu? O sindicato dos trabalhadores rurais não dava mais a resposta, então os agricultores saíram. Um grupo saiu e se organiza como movimento independente. Diz assim: “Não precisamos mais o sindicato”. Se o sindicato não respondesse ao problema do sindicato, que é para ser uma ferramenta importante, mas perdeu-se no tempo. Infelizmente. Tem alguns que estão, mais hoje quase mantendo as estruturas. Mas como organização forte para defender preço dos agricultores, pra defender direitos como terra, saúde, todas essas coisas básicas, o sindicato hoje, o

sindicato está trabalhando com plano de saúde, com dentista, que, não que não seja importante, mas talvez não era a competência do sindicato. Poderia gastar energia com outras questões importantes. Porque a saúde é um direito do trabalhador que tem que exigir das instituições que têm que responder por isso. E o sindicato, fazendo um pouco disso, ficou muito acomodado. Parado no tempo.

Tiririca – Isso é um grande problema.

Maurício – Eu acho que assim, o agricultor que trabalha a economia familiar, no Brasil, tem uma diversidade grande. Tem, por exemplo, o agricultor quilombola, que é um remanescente de quilombo, que tem suas características, sua comunidade. Tem o agricultor nosso aqui de origem de imigração, né? Imigrantes. Que tem toda uma organização, que são mais parecidos entre si. Tem os índios, que não deixam de ser agricultores. Indo mais pro norte, centro do Brasil, tem, nordeste também, tem quebradeiras de coco, tem os fundos de pasto, que eles dizem, os ribeirinhos, tudo isso são considerados agricultores.

Rossana – Eu acho que os interesses dessas comunidades sejam um pouco diferentes, né?

Maurício – Eu acho que, na grande maioria, até no geral, não. Mas, claro, pequenas diferenças sim, mas a luta, creio que não.

Tiririca – Eu acho que é interessante, Maurício, dizer, depois, do governo Lula. Pode o Lula não conseguir fazer os objetivos, o sonho dele, que ele sonhou como presidente. De trabalhar essa questão da produção de alimentos. Mas ele cria dentro do Ministério do Trabalho uma Secretaria que se chama Secretaria Popular Solidária. Que seria a de juntar esses pequenos grupos e fortalecer. E, provavelmente, esse ano, se ele conseguir avançar que os deputados votam a favor, ele vai conseguir ajudar esses pequenos grupos. Mas senão, não se consegue avançar. Mas tem toda uma probabilidade de avançar nesse sentido. Porque no Fórum Social Mundial, não sei se você participou, era uma das grandes bandeiras de luta, que um outro



mundo é possível de pequenos produzir alimentos. Então, essa biodiversidade de pequenos agricultores, de resistência tem muitas. Muitas aqui no nosso Brasil. É muito mesmo. A questão da soja transgênica, a maioria é para exportação. Soja transgênica é para tratar as vacas na Europa. Então, tem toda essa polêmica aí. Mas eu acredito que esses pequenos vão dar esse rosto diferente.

Rossana – Agora, falando disso, eu lembrei outra pergunta para vocês. Como vocês acham que deve ser a intervenção ou a coordenação do público, do Estado – pode ser um Ministério, as Prefeituras – com as organizações sociais? Têm que coordenar ou têm que dividir as áreas e o Estado tem que intervir em umas coisas e as organizações em outras, você compreende?

Maurício – Se o Estado tem que intervir, orientar?

Rossana – Sim, mas como? Coordenar, orientar, ajudar ou não fazer nada?

Maurício – Eu penso assim que as organizações sociais, elas têm as suas pernas próprias, né? As organizações têm a sua autonomia e que eu acho que, da parte do Estado, acho que deve ser respeitada. Eu penso assim. Com uma interferência mínima do Estado nesse sentido. Claro, as questões gerais, sim, de organização social, de leis, não sei quê mais. Ajuda sim. Com certeza. O grande risco hoje que têm os agricultores, por exemplo, estão com a não entendi no campo, dependerem do governo é um grande risco e hoje nossos movimentos muitos correm esse risco de caminharem porque têm uma ajuda financeira do governo. E isso é ruim. Porque o dia que não tiver um apoio, morre tudo. Então, esse é o grande risco hoje, como se constrói essa autonomia.

Rossana – E você que acha sobre isso?

Tiririca – Essa questão daí, a gente fala das políticas públicas, né? Mais ou menos nesse sentido? E as políticas públicas, no nosso país, que é pra passar nesse canal de estado, município, nacional, estadual, municipal, porque o governo federal, ele passa recursos para fazer o trabalho, vamos supor da saúde pública na questão do fumo, que a gente está bem inserida. Então, um dos próximos passos, que as prefeituras municipais, que têm que implementar lá a política pública das agentes de saúde que vão nas famílias e capacitar esses homens e mulheres que trabalham nesse sentido para que as pessoas também comecem a pensar diferente. Isso já é um canal meio que funciona. De cima pra baixo. Agora, chega no local, se a Prefeitura local não faz, não acontece nada. Ela pode desviar dinheiro. Ela pode botar esse dinheiro que vem pra outra coisa. Por isso que a organização local das associações e das comunidades locais é fundamental. Se eles não estão organizados, o recurso não chega.

Maurício – Posso falar mais uma coisa? Me lembrei, que acho que entra dentro disso, quando se elegeu o Lula como presidente, as organizações sociais esperavam, depositaram no presidente todas as expectativas do mundo que ele resolvesse. E hoje eu consigo entender que é diferente. Se a sociedade não está organizada, tais políticas sociais não acontecem. Por exemplo, a reforma agrária. Se as pessoas não estão organizadas e exigem, não acontece. O nosso Brasil depende muito de pressões. Existem dois grandes projetos, vamos supor, e quem tensiona mais, talvez puxa mais, então acho que hoje a avaliação dos movimentos sociais ligados à Via Campesina é essa. Tem que fortalecer as organizações e elas é que tem que exigir direitos, né?